



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA
DOUTORADO EM LÍNGUA E CULTURA

IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS NA HISTÓRIA DO
CONHECIMENTO SOBRE A LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL
E DESAFIOS GLOTOPOLÍTICOS CONTEMPORÂNEOS

MATHEUS SANTOS OLIVEIRA

Salvador

2022

MATHEUS SANTOS OLIVEIRA

**IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS NA HISTÓRIA DO
CONHECIMENTO SOBRE A LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL
E DESAFIOS GLOTOPOLÍTICOS CONTEMPORÂNEOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia – UFBA, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Língua e Cultura.

Orientadora: Profa. Dra. Tânia Conceição Freire Lobo

Co-orientador: Prof. Dr. Carlos Felipe Pinto

Salvador

2022

Dados internacionais de catalogação-na-publicação
(SIBI/UFBA/Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa)

Oliveira, Matheus Santos.

Ideologias linguísticas na história do conhecimento sobre a língua portuguesa no Brasil e desafios
glotopolíticos contemporâneos / Matheus Santos Oliveira. - 2022.
296 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Tânia Conceição Freire Lobo.

Coorientador: Prof. Dr. Carlos Felipe Pinto.

Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2022.

1. Linguística - Brasil. 2. Linguística histórica - Brasil. 3. Sociolinguística - Brasil. 4. Política lin
guística - Brasil. 5. Linguagem e línguas - Estudo e ensino - Brasil. 6. Língua portuguesa - Aspectos
políticos - Brasil. 7. Língua portuguesa - Aspectos sociais - Brasil. I. Lobo, Tânia Conceição Freire.
II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. III. Título.

CDD - 469.80981

CDU - 81'272(81)

À minha família, com “todo amor que houver nessa vida”!

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal da Bahia, pela oportunidade de aprender tanto e de, em alguma medida, contribuir com a pesquisa científica.

À minha orientadora, Tânia Lobo, pela admirável seriedade com que lida com o ensino e com a ciência e pelo respeito à pluralidade de pensamento, tão caro, mas tão raro, infelizmente, no nosso tempo.

Ao meu co-orientador, Felipe Pinto, pelas excelentes contribuições e pela disponibilidade em ajudar sempre, independentemente das circunstâncias.

A Carlos Alberto Faraco, por sua excelente arguição, em minha defesa, e pelas muitas contribuições pós-defesa – trata-se mesmo de alguém com quem espero dialogar sempre!

A Gredson dos Santos, supervisor de meu estágio, exemplo de competência, disponibilidade e humildade.

Aos meus queridos professores, desde a minha graduação, na Universidade Estadual de Feira de Santana, até o doutorado, na Universidade Federal da Bahia, em especial àqueles com quem compartilhei tantas inquietações sobre Linguística, língua(s), história, política e ensino.

A Iranildes Oliveira, Mariana Lacerda e Zenaide Carneiro, que me ensinaram o que é e como se faz ciência.

Aos meus alunos, interlocutores fundamentais desta pesquisa.

A Natival Simões Neto, Rogério Modesto e Pedro Daniel Souza, que, gentilmente, atenderam aos meus mais diversos pedidos, quando eu ainda pensava em que tese eu escreveria nestas páginas.

A Jorge Viana de Moraes, da USP, pela disponibilidade em ouvir as minhas inquietações sobre o discurso de Serafim da Silva Neto e em contribuir com a minha pesquisa.

Às queridas professoras Norma Almeida e Tânia Alkmin, pela leitura das minhas ideias iniciais da tese, pelo carinho, pelo exemplo e pelo incentivo.

A Andréia Araújo, minha maior interlocutora, com quem aprendo tanto.

A Fernando Coscioni, intelectual que tive a felicidade de conhecer, pela leitura atenta de fragmentos desta tese, pelo incentivo de sempre e por tudo que me ensinou e ensinará.

Às professoras Isadora Machado e Maria Cristina Figueiredo, pelas importantes contribuições, durante o meu exame de qualificação. À primeira, estendo os agradecimentos pelas muitas conversas anteriores e posteriores à defesa desta tese!

A Alan Baxter, com quem tanto aprendi, pelo exemplo de dedicação séria à ciência e por toda atenção que sempre me deu, desde que nos conhecemos, na banca de avaliação de meu projeto de dissertação de mestrado, na Universidade Estadual de Feira de Santana.

Ao Programa Portal, ao CE-DOHS e ao PROHPOR, grupos a que devo boa parte da minha formação científica.

À turma de que fiz parte, no Doutorado, sobretudo às colegas Geysa Silva e Thamiris Coelho Assis, duas parceiras fundamentais, que não me deixavam perder prazos e me ajudavam nas questões mais burocráticas e enfadonhas da universidade pública.

A Filipe Rigaud, primo que, gentilmente, durante a pandemia, momento mais difícil da escrita deste trabalho, ofereceu companhia e força, em Porto Seguro.

Aos meus muitos amigos, parceiros de pesquisa científica, que, sem dúvida, contribuíram para esta tese tomar forma.

À minha família – de Feira de Santana a Porto Seguro –, sem a qual nada seria possível.

Aos meus pais e irmãos, mestres do meu barco!

RESUMO

Vive-se hoje, no mundo ocidental, uma guerra de narrativas talvez sem precedentes na história da humanidade: direita, esquerda, liberais, comunistas, progressistas, conservadores, centro-progressistas, centro-liberais, pós-modernos, marxistas, decoloniais, anarquistas, anarcocapitalistas etc. pululam em nosso tempo. Com a crescente universalização do acesso à educação e com o advento das mídias jornalísticas, sociais etc., a contemporaneidade dá voz e auditório às diversas ideias. E a Linguística, ciência que se debruça sobre a complexidade da linguagem humana e, mais especificamente, das línguas naturais, não passa ao largo disso. Com efeito, também nessa área do conhecimento, há um sem número de discursos sendo produzidos, defendidos, consumidos. Esses discursos, pelo menos no Brasil – conscientemente ou não, intencionalmente ou não –, ora se identificam com os discursos e, conseqüentemente, com os modos de ser e estar no mundo herdados da colonização portuguesa, concebendo a língua portuguesa como um idioma que precisa ser defendido pelos seus falantes, a fim de supostamente evitar *deturpações*; ora, seja a partir de evidências empíricas e de um determinado rol teórico que concebe língua como gramática interna dos seus falantes ou a partir de um olhar discursivo para o funcionamento da significação das e nas línguas, defendem que a língua portuguesa, uma vez transplantada para o Brasil, se tornou outra língua; ora creem na possibilidade disruptiva de *desatar os últimos nós* que uniriam um suposto espaço lusófono, criando tecnologias para o ensino de uma língua genuinamente brasileira; ora, em nome da globalização, buscam otimizar políticas públicas externas de internacionalização da língua portuguesa – defendendo, a um só turno, por paradoxal que pareça, a necessidade de manter viva a diversidade linguística e a necessidade de internacionalização de uma suposta língua portuguesa transnacional, vez que as línguas seriam, no mercado globalizado, verdadeiros *commodities*. No meio desse campo de batalha discursiva (e batalha discursiva sucumbe inevitavelmente aos jogos de poder das sociedades), está o professor de língua portuguesa (recém-)graduado em Letras – a quem, não raro, é dada a missão de reformar o ensino-aprendizagem de sua língua, não obstante, infelizmente, muitos deles chegarem ao mercado de trabalho bastante despreparados para essa hercúlea tarefa. Esta tese, escrita por um professor de Educação Básica e pesquisador da área de Linguística Histórica, vai estradar nas veredas do discurso científico de seu campo de atuação, tentando analisá-lo da forma mais objetiva quanto for possível, com o fito de entender quais são, ao fim e ao cabo, os desafios glotopolíticos que deve o linguista enfrentar. Ora, parece-me ímprobo acreditar na possibilidade de reforma de ensino-aprendizagem de língua portuguesa no Brasil, quando mesmo os cientistas dessa área dizem coisas muito diferentes e por vezes mesmo conflitantes. Assim, esta tese propõe chaves de leitura para as diversas ideologias linguísticas – entendidas aqui como conjuntos de valores e crenças a partir dos quais um cientista diz algo sobre língua – que atravessaram e atravessam discursos científicos sobre a história sociopolítico-linguística do Brasil, não com o objetivo de determinar qual delas é a mais válida, mas, antes, de revelar a lógica inerente a cada um desses conjuntos de visões, analisando suas contribuições e seus desafios para a proposição, se oportuno for, de um ensino-aprendizagem de língua(s) no Brasil ajustado às agendas democráticas do século XXI. Aqui, não só analiso a referida pluralidade de ideias linguísticas, mas, a partir do lugar de professor de língua portuguesa da Educação Básica, proponho caminhos – iniciais e dependentes de futuros refinamentos, como não poderia deixar de ser – para tentar resolver aquele que considero o principal desafio glotopolítico do Brasil contemporâneo: conciliar, quanto for possível, os conflitos de interesses e de visões que atravessam a Linguística e, conseqüentemente, as políticas linguísticas.

PALAVRAS-CHAVE: Ideologias linguísticas. História sociopolítico-linguística. Brasil. Ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

Today, in the Western world, one lives a war of narratives that is perhaps unprecedented in the history of humanity: right, left, liberals, communists, progressives, conservatives, centre-progressives, centre-liberals, postmoderns, Marxists, decolonials, anarchists, anarch-capitalists, etc. swarm in our time. With the increasing universalization of access to education and the advent of journalistic and social media, etc., contemporaneity gives voice and audience to different ideas. And Linguistics, the science that focuses on the complexity of human language and, more specifically, natural languages, does not bypass that. Indeed, also in this area of knowledge, there are countless speeches being produced, defended, consumed. These speeches, at least in Brazil - consciously or not, intentionally or not -, are sometimes identified with the speeches and, consequently, with the behaviour and being in the world inherited from Portuguese colonization, conceiving the Portuguese language as a language that needs to be defended by its speakers in order to supposedly avoid *misrepresentation*; sometimes, whether from empirical evidence and from a certain theoretical perspective that conceives language as the internal grammar of its speakers or from a discursive look at the functioning of the meaning of and in languages, they argue that the Portuguese language, once transplanted into Brazil, became another language; sometimes they believe in the disruptive possibility of *untying the last knots* that would unite a supposed Lusophone space, creating technologies for the teaching of a genuinely Brazilian language; sometimes, in the name of globalization, they seek to optimize external public policies for the internationalization of the Portuguese language – defending, at the same time, as paradoxical as it may seem, the need to keep linguistic diversity alive and the need to internationalize an alleged transnational Portuguese language, since languages would be, in the globalized market, true *commodities*. In the midst of this discursive battlefield (and a discursive battle inevitably succumbs to the play of power of societies), is the Portuguese language teacher (recently)under graduated in Portuguese Language – who is not infrequently given the mission of reforming teaching- learning their language, however, unfortunately, many of them arrive in the job market quite unprepared for this herculean task. This thesis, written by a teacher of Basic Education and a researcher in the field of Historical Linguistics, will follow the paths of scientific discourse in his field of activity, trying to analyse it as objectively as possible, with the aim of understanding what are the glotopolitical challenges that linguists must face. Now, it seems to me unprofessional to believe in the possibility of reforming the teaching and learning of the Portuguese language in Brazil, when even scientists in this area say very different and sometimes conflicting things. Thus, this thesis proposes reading keys for the various linguistic ideologies – understood here as sets of values and beliefs from which a scientist says something about language – that crossed and have been crossing scientific discourses about the sociopolitical-linguistic history of Brazil, not with the objective of determining which one is the most valid, but, rather, to reveal the logic inherent to each of these sets of visions, analysing their contributions and their challenges for the proposition, if appropriate, of a language teaching-learning process(es) in Brazil adjusted to the democratic agendas of the 21st century. Here, I not only analysing the aforementioned plurality of linguistic ideas, but, from the position of a teacher of Portuguese in Basic Education, I propose paths - initial and dependent on future refinements, as it could not be otherwise - to try to solve what I consider the main glotopolitical challenge of contemporary Brazil: to reconcile, as much as possible, the conflicts of interests and visions that cross Linguistics and, consequently, linguistic policies.

KEYWORDS: Linguistic Ideologies. Sociopolitical-Linguistic History. Brazil. Teaching-learning.

LISTA DE ABREVIATURAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PB – português brasileiro

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

PE – português europeu

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

EJA – Educação de Jovens e Adultos

PA – português africano

Língua-I – língua interna

Língua-E – língua externa

L1 – primeira língua

L2 – segunda língua

DLP – dados linguísticos primários

GU – Gramática Universal

WLH – Weinreich, Labov e Herzog

ASL – aquisição de segunda língua

LA – língua-alvo

IL – ideologia(s) linguística(s)

CP – *complementizer phrase*

NURC – Projeto de Estudo da Norma Urbana Culta

GN – gramática nuclear

GP – gramática periférica

PROHPOR – Programa para a História da Língua Portuguesa

NGB – Norma Gramatical Brasileira

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

INAF – Índice Nacional de Analfabetismo Funcional

PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Artigo de Mirian Goldenberg	26
Imagem 2: Propaganda de curso de Língua Portuguesa no Instagram, professor Eduardo Sabbag	30
Imagem 3: Propaganda de curso de Língua Portuguesa no Instagram, professor Sérgio Nogueira	31
Imagem 4: Imagem capturada de vídeo de propaganda de curso do professor Sérgio Nogueira	32
Imagem 5: <i>meme</i> sobre gramática normativa e variedade linguística	166

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Níveis de proficiência do INAF	257
Gráfico 2: Evolução da proficiência média nacional do 5º ano em Língua Portuguesa.	260
Gráfico 3: Evolução da proficiência média nacional do 9º ano em Língua Portuguesa..	261
Gráfico 4: Evolução da proficiência média nacional da 3ª série em Língua Portuguesa.	262
Gráfico 5: Proficiência nas redações do ENEM 2019, 2020 e 2021	263
Gráfico 6: Tendência de desempenho em Leitura de alunos brasileiros no PISA 2018.	265

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Condições contextuais das IL nos discursos científicos brasileiros, com base em Del Vale (20007)	110
Quadro 2: Escolhas lexicais de Silva Neto para se referir a europeus, indígenas, africanos e mestiços	161

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Demografia histórica do Brasil	52
Tabela 2: Frequência geral de aplicação da regra de concordância verbal nas normas sociolinguísticas brasileiras	75
Tabela 3: Distribuição objeto nulo e clítico de 3ª pessoa ao longo do tempo	78
Tabela 4: Distribuição objeto nulo e clítico de 3ª pessoa por nível de educação em textos escritos.....	78
Tabela 5: Analfabetismo no Brasil	258

SUMÁRIO

IDE ONDE SE PARTE	16
1 INTRODUÇÃO	17
2 O QUE SE DIZ DO PORTUGUÊS BRASILEIRO	25
2.1 O PORTUGUÊS BRASILEIRO E A SOCIEDADE BRASILEIRA	25
2.2 O PORTUGUÊS BRASILEIRO E A LINGUÍSTICA: AJUSTANDO A LUPA ...	39
2.2.1 As contribuições da Teoria da Gramática e da Sociolinguística para a compreensão sobre o PB	39
2.2.2 Contato interlinguístico e mudança gramatical	45
2.2.3 Os africanos, as línguas bantas e a transmissão linguística <i>irregular</i>	48
2.2.4 O <i>continuum</i> afro-brasileiro do português	57
2.3 OS FENÔMENOS GERAIS DO PB	60
2.3.1 Concordância verbal e domínio pré-verbal	60
2.3.2 O sistema pronominal	65
2.3.3 As preposições e os casos	66
2.3.4 A morfossintaxe dos sintagmas nominais	67
2.3.5 O campo do CP	67
2.4 OS FENÔMENOS DO PB DIATOPICAMENTE RESTRITOS	67
2.5 O PB COMO UMA GRAMÁTICA <i>MARGINAL</i> NO CONJUNTO DAS LÍNGUAS ROMÂNICAS	68
2.6 FUNDAMENTOS EMPÍRICOS DA POLARIZAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA DO BRASIL	71
2.7 PEQUENO COMENTÁRIO SOBRE A NORMA CULTA COMO GRAMÁTICA PERIFÉRICA DOS BRASILEIROS	76
2.8 A <i>DESCOLONIZAÇÃO LINGUÍSTICA</i> E O DEBATE SOBRE A LUSOFONIA ..	80
2.9 EM SÍNTESE	83
3 A LÍNGUA, O ESTADO E AS IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS	85
3.1 LÍNGUA E ESTADO (OU SOBRE HOMOGENEIZAÇÃO E CIVILIDADE) ...	85
3.2 UMA PAUSA: LÍNGUA E CULTURA (DOIS DEDOS DE PROSA SOBRE LÍNGUAS <i>PLURICÊNTRICAS</i>)	93
3.3 VOLTANDO AO ASSUNTO: HISTÓRIA, NARRATIVAS E AS IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS (OU: “ <i>HÁ ESPAÇO PARA O MULTILINGUISMO NO MUNDO GLOBALIZADO?</i> ”)	97

3.4 A (DE)COLONIALIDADE E AS LUTAS IDENTITÁRIAS	113
3.5 BREVE COMENTÁRIO SOBRE DISCURSO, SUJEITO E AGÊNCIA INDIVIDUAL	123
3.6 EM SÍNTESE	125
II POR ONDE SE VAI	127
4 AS IDEOLOGIAS LINGÜÍSTICAS NOS DISCURSOS SOBRE A HISTÓRIA SOCIOPOLÍTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL	128
4.1 AJUSTANDO A LUPA	133
4.2 A IL DA IDENTIFICAÇÃO	133
4.2.1 O discurso de Silva Neto (1950; 1960)	133
4.2.1.1 O contato entre línguas e a <i>vitória</i> da língua portuguesa no Brasil	141
4.2.1.2 Uma pequena pausa: o vínculo estilístico entre Silva Neto e as linhas historiográficas de interpretação da história do Brasil	156
4.2.1.3 As <i>escolhas</i> lexicais de Silva Neto: pistas de sua filiação à IL da identificação	160
4.2.2 O discurso de Bechara (2014)	163
4.3 A IL DA DIFERENÇA: <i>DIAGNOSTICANDO UMA GRAMÁTICA</i>	181
4.3.1 Breves questões de método	181
4.3.2 De uma a outra <i>viagem diacrônica</i>: os discursos dos linguistas da UNICAMP	183
4.3.3 (ou seria 4.4?) Do lado baiano: o discurso de Mattos e Silva e o <i>continuum</i> discursivo-ideológico entre a IL da diferença e a IL da ruptura	199
4.4 A IL DA RUPTURA E A NEGAÇÃO DO OCIDENTE	210
4.4.1 Retomando: o que caracteriza essencialmente a IL da ruptura	210
4.4.2 Os discursos de Bagno (2012; 2014) e Nascimento (2019)	212
4.5 FINALMENTE: A IL GLOBALISTA E O DISCURSO DA LUSOFONIA	234
III A QUE SE CHEGA	249
5 É POSSÍVEL ORGANIZAR O APARENTE CAOS?	250
5.1 OS <i>CONFLITOS DE VISÕES</i> LINGÜÍSTICAS	250
5.2 PLURALIDADE TEÓRICA, JUSTIÇA SOCIAL E LIBERALISMO: O CASO DA LINGÜÍSTICA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA	271
6 CONCLUSÃO	279
REFERÊNCIAS	288

I
DE ONDE SE PARTE

1 INTRODUÇÃO

Pode-se entender perfeitamente bem como os seres humanos são capazes de lutar e matar por razões materiais - razões relacionadas, por exemplo, com sua sobrevivência física. É muito mais difícil compreender por que chegam a fazer isso em nome de algo aparentemente tão abstrato quanto as idéias.

No entanto, é em razão das idéias que homens e mulheres vivem e, às vezes, morrem.

Terry Eagleton

Não foi o conflito de opiniões que tornou a história tão violenta, mas o conflito da fé nas opiniões, ou seja, das convicções.

Friedrich Nietzsche

A guerra de libertação é sempre mais fácil do que a construção da liberdade.

Hannah Arendt

Esta tese objetiva analisar discursos científicos, de diferentes épocas e produzidos a partir de diferentes perspectivas teóricas, acerca da história do conhecimento quanto à transplantação da língua portuguesa para o Brasil, refletindo sobre a possibilidade de, em meio a diversos conflitos de interesses e de visões (cf. SOWELL, 2012) entre os cientistas da linguagem, investir numa política de ensino de português ajustada às agendas do século XXI – o que, num cenário de polarização política tão intensa quanto a que vivemos hoje, talvez passe pela necessidade de emergência de uma visão de complementaridade (ou de conciliação), em alguma medida, entre diferentes visões de língua(s), de história, de política, de ensino.

Quando falo em conflito de visões e interesses, estou me referindo à distinção feita por Sowell (2012). Segundo ele:

Um conflito de visões é diferente de um conflito entre interesses opostos. Quando há interesses em jogo, as partes diretamente envolvidas costumam entender claramente qual é a questão e o que cada uma está disposta a ganhar ou perder. A maioria das pessoas pode não compreender – e, de fato, pode ser confuso exatamente por causa da propaganda das partes adversárias –, mas essa confusão é consequência direta da clareza das próprias partes interessadas. Entretanto, quando há um conflito de visões, aqueles que são mais afetados por uma visão em particular podem ser os que têm menos consciência de seus pressupostos fundamentais – ou os menos interessados em parar para examinar essas questões teóricas quando há questões urgentes de ordem “prática” a serem defendidas a qualquer preço. Porém, visões não são simples impulsos emocionais. Pelo contrário, elas têm uma consistência lógica surpreendente, mesmo que aqueles dedicados a essas visões raramente tenham estudado essa lógica. As visões tampouco são limitadas a fanáticos e ideólogos. Todos nós temos visões. Elas são as moldadoras silenciosas de nossos pensamentos. As

visões podem ser morais, políticas, econômicas, religiosas ou sociais. Nestes ou em outros campos, nós nos sacrificamos por nossas visões e, às vezes, quando necessário, preferimos enfrentar a derrota a traí-las. Quando visões entram em conflito de forma irreconciliável, sociedades inteiras podem se dilacerar. Conflitos de interesses predominam por interesses curtos, porém, conflitos de visões dominam a história (SOWELL, 2012, p. 13-14).

A meu ver, há, no Brasil, como em qualquer outro país, entre cientistas e entre não cientistas, conflitos de interesses e de visões sobre a(s) língua(s) que precisam ser examinados com atenção e objetividade, mas também (e sobretudo) com ética científica se queremos intervir no ensino de português, língua materna de 98% da população brasileira (cf. IBGE, 2010), e na formação de professores. Esse exame de conflitos entre discursos¹ também é imprescindível se queremos, de alguma maneira, desmitificar ideias do senso comum sobre as quais já há produção científica séria e confiável.

A minha hipótese é a de que, ao longo da história do conhecimento sobre a língua portuguesa no Brasil, os discursos, científicos ou não², foram atravessados por diferentes ideologias linguísticas (doravante IL), as quais são entendidas aqui como “o sistema cultural de ideias sobre relações sociais e linguísticas, juntas com sua carga de interesses morais e políticos” (cf. IRVINE, 1989) ou como “crenças ou sentimentos sobre as línguas como são usadas em seus mundos sociais” (cf. KROSKRITY, 2004)³.

Defenderei aqui que a não avaliação objetiva e ética dessas diferentes narrativas, dessas diferentes ideologias, visões, dificulta uma mudança no panorama que aí está: no senso comum, na grande mídia e até na visão de intelectuais de outras áreas, alheias à Linguística, vemos desconhecimento, preconceito linguístico contra as normas populares e uma confusão histórica entre língua e gramática normativa; no âmbito dos estudos linguísticos, vemos discursos conflitantes até mesmo entre autores que parecem coadunar uma mesma ideologia, visão; na educação oferecida aos brasileiros, sobretudo na esfera pública, recebemos, ano após ano, resultados catastróficos de provas nacionais e internacionais de desempenho em leitura e escrita.

Para Risério (2020, p. 28-29):

¹ Mais adiante, ficará claro que estou operando com o conceito de *visão* para Sowell (2012) como sinônimo de ideologia – e, mais especificamente, de ideologia linguística, isto é, aquilo que atravessa, inevitavelmente, qualquer discurso sobre língua.

² Apesar de, ao longo do texto, sobretudo na primeira seção desta tese, confrontar discursos científicos e não científicos, apenas as IL que atravessam discursos de cientistas da linguagem serão objeto de minha análise.

³ Neste trabalho, entendo que esses interesses, crenças, sentimentos etc. podem ou não ser conscientes, intencionais, na medida em que estou compreendendo as IL como visões, isto é, “moldadoras silenciosas”, nos termos de Sowell (2012), das ideias que as pessoas têm sobre o mundo que as cerca.

Nós tínhamos uma velha história oficial do país, gerada no tempo do império, com Varnhagen e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que respondia a demandas surgidas com a conquista da autonomia nacional em 1822. Essa história forjou um passado brasileiro, quase o criou, mas produzindo mitos e mistificações. Cerca de um século depois, a esquerda brasileira se empenhou numa revisão dessa história. Mas se empenhou mal. Não tratou de realmente encarar, em toda a sua complexidade, a experiência nacional brasileira. Não: optou pelo maniqueísmo, pela visão do Brasil como um filme de bandido e mocinho. Então, repetiu a velha história oficial, só que invertendo tudo. Passamos a ter então, basicamente, as figuras do negro sempre luminosamente libertário, do índio ecofeliz e do português genocida.

A Linguística não passou ao largo dessa mudança na construção do conhecimento sobre a história do Brasil. Com efeito, saímos de um discurso científico que defendia a vitória da língua portuguesa em território hoje brasileiro graças à superioridade cultural de Portugal (cf. SILVA NETO, 1950) para um discurso que vê, na existência de uma norma-padrão, mesmo para a escrita, uma forma de opressão, sobretudo contra a população negra (cf. BAGNO, 2012; NASCIMENTO, 2019). Entre esses dois extremos, há uma série de outros diferentes discursos, como o que defende que o português de Portugal e o português do Brasil já são línguas diferentes, sem, porém, militar por mudanças contra-hegemônicas, por assim dizer (cf. TARALLO, 1986, 1993; KATO, 1993; ROBERTS, 1993, 2019; GALVES & KATO, 2019; MATTOS E SILVA, 2004 etc.), e o que defende a necessidade de, no cenário globalizado em que vivemos, lutar por uma gestão política da *língua portuguesa comum* como um ativo econômico no mercado externo (cf. OLIVEIRA, 2013, 2016).

Para complexificar ainda mais essa diversidade de visões sobre a língua portuguesa no Brasil, além do fato de as IL não serem estanques (isto é, elas coexistem em diferentes tempos históricos), há, ainda, convergências ideológicas entre discursos atravessados por diferentes IL – a exemplo de Silva Neto (1950) e Oliveira (2013, 2016) – e divergências ideológicas entre discursos atravessados por uma mesma IL – Bagno (2012) e Nascimento (2019), por exemplo.

Aquilo de que fala Risério (2020) tem, portanto, acontecido também no âmbito dos estudos linguísticos. Se, por um lado, têm sido oportunamente problematizados, no Brasil, discursos mais antigos que se filiavam a uma visão de superioridade europeia e inferioridade de indígenas e africanos, por outro lado, emergem, em nosso tempo, discursos que simplificam as vicissitudes históricas, pendendo, não raro, para uma visão religiosa da história da humanidade (cf. GRAY, 2007), fazendo dela espaço de expiação de culpa (cf. BOCK-CÔTÉ, 2019). Em outras palavras, há em voga uma certa “guerra contra o Ocidente”, nas palavras de Murray (2022).

Essa visão da história, muito presente em discursos atravessados por uma IL da ruptura, de que falarei mais adiante, em lugar de fazer a Linguística avançar (e, portanto, fazer avançar um ensino eficiente de português na educação básica e desmitificar ideias linguísticas obsoletas que ainda dominam o senso comum brasileiro), pode vir a solapar as possibilidades de coesão social, tão cara a qualquer democracia.

Para a análise desses diferentes discursos, partirei do pressuposto de que há, invariavelmente, ideologias determinantes na construção de teorizações sobre línguas e sobre linguagem. Afinal, como nos ensina Orlandi (2013, p. 20), “pela história de constituição da língua e do conhecimento a respeito dela, [pode-se] observar a história do país”, na medida em que “a ciência tem um projeto de explicação sobre o Brasil, que não é indiferente: ao contrário, se confronta com os sentidos possíveis [de] brasilidade”. Daí meu interesse em investigar em que medida os diferentes discursos científicos produzidos acerca da história sociopolítico-linguística do Brasil forjaram a identidade linguística desse território e como as diferentes narrativas atuais sobre essa mesma história, ao se dedicarem a produzir outros sentidos para a referida identidade, levam a avanços e a possíveis retrocessos no que concerne ao conhecimento metalinguístico brasileiro e à educação linguística.

Tentei não fazer dessa análise de IL uma espécie de *crônica de teorias do passado*, mas uma abordagem que visa a entender *os porquês de o conhecimento linguístico ter-se configurado de uma e não de outra forma* (cf. SILVA, 2017).

Logo, com vistas a refletir de maneira sistemática acerca da constituição do pensamento sobre a questão linguística brasileira e sobre as políticas de língua subjacentes a esse pensamento – tentando entender, no ponto de saída, que consequências decorrem dos diferentes modos como o brasileiro concebe, representa e ensina sua língua e, no ponto de chegada, se os conflitantes discursos científicos produzidos ao longo da história do conhecimento metalinguístico brasileiro podem ser, em alguma medida, conciliados na proposição de políticas públicas –, pensei que seria um gesto teórico pertinente alçar não os fatos, mas os lugares de observação desses fatos ao centro de minha investigação, tentando adotar aqui uma postura de *neutralidade axiológica*⁴, nos termos de Weber (1917).

⁴ Weber (1917) reconhecia que a neutralidade absoluta era difícil de alcançar, na prática, posto que os cientistas sociais são seres humanos com suas próprias perspectivas e seus próprios valores. Não obstante, ele acreditava ser possível que, dada a importância de se analisarem as evidências empíricas sem enviesamentos pessoais, esses cientistas se esforçassem para minimizar qualquer viés pessoal em suas

Inspirado, então, em Del Valle (cf. DEL VALLE, 2007, p. 20), que entende que há três características fundamentais para que um sistema de ideias sobre língua(s) e linguagem seja considerado uma IL – a saber, a contextualidade (vinculação das ideias a uma ordem cultural, política e/ou social), a função naturalizadora (efeito normalizador de uma ordem extralinguística fixada no senso comum) e a institucionalidade (produção e reprodução de ideias em práticas institucionalmente organizadas em benefício de formas concretas de poder e autoridade) –, propus que existem, atravessando discursos (científicos ou não) sobre o conhecimento quanto à transplantação da língua portuguesa para o Brasil, pelo menos, cinco grandes ideologias: IL colonial⁵, IL da identificação, IL da diferença, IL da ruptura e IL globalista.

Entendo a IL colonial como aquela que atravessa o discurso do Estado português no Brasil sobre a questão linguística desse território. Pelo menos oficialmente, a ex-metrópole passa a legislar sobre esse assunto a partir de 1757, quando foi instituído, por meio do *Diretório dos Índios*, que os povos *conquistados* deveriam se comunicar através da língua portuguesa, a *língua do príncipe*, já que assim foi feito em outras colonizações e já que, só dessa forma, se alcançariam, ao mesmo tempo, a *civilização* desses povos e a sua obediência.

A IL da identificação interpela discursos que, como o nome sugere, se identificam com a IL colonial, porém, são produzidos não por colonizadores, mas por brasileiros (cf. SILVA NETO, 1950; BECHARA, 2014), os quais reverberam a ideia de superioridade da língua portuguesa falada e escrita na Europa.

A IL da diferença é aquela que aparece nos discursos científicos produzidos por aqueles que defendem que PB e PE são línguas diferentes, sem uma leitura decolonial dos dados de que dispõem (cf. TARALLO, 1986, 1993; KATO, 1993; ROBERTS, 1993; 2019; GALVES & KATO, 2019; MATTOS E SILVA, 2004 etc.).

A IL da ruptura, pelo contrário, atravessa discursos de autores implicados com a criação de tecnologias linguísticas (gramáticas, dicionários etc.) com o fito de *decolonizar* a língua portuguesa ensinada na escola, tanto em sua oralidade, quanto em sua escrita,

análises. Nos dias atuais, penso que essa postura, tão cara, a meu ver, no trabalho científico e na proposição de políticas públicas, é rara, em razão do que proporei, na última seção, possíveis alternativas.

⁵ Propus um nome a essa IL apenas por questão didática. Como se perceberá mais adiante, não se trata de uma ideologia que atravesse discursos de cientistas brasileiros da linguagem – os únicos que me interessam por ora. Falarei apenas brevemente do discurso do Marquês de Pombal, no item 3.1, interpelado pela IL colonial, a meu ver.

ainda que os autores atravessados por essa IL divirjam bastante quanto a como fazer isso (cf. BAGNO, 2012; 2014; NASCIMENTO, 2019; 2021 etc.).

Finalmente, a IL globalista é aquela que interpela discursos que advogam a necessidade de inserir a língua portuguesa, como um *commodity*, no mercado globalizado (cf. OLIVEIRA, 2013; 2016).

Assim, este trabalho se divide em cinco seções, agrupadas em três momentos: *De onde se parte* – seções 1 (introdução), 2 e 3 –; *Por onde se vai* – seção 4; *A que se chega* – seções 5 e 6 (conclusão).

Na seção 2, discuto o que se diz do PB. Ali, exponho e problematizo, em primeiro lugar, duas generalizadas concepções que existem no Brasil: a de que só se fala português nesse país e a de que o português que se fala nesse território é uma corrupção do português de Portugal. Essas concepções, estranhamente, não aparecem apenas em discursos de leigos em relação à Linguística, mas também em outros tantos, produzidos mesmo por professores de língua portuguesa, sobretudo aqueles que frequentam a *mass media*. Em segundo lugar, mostrarei trabalhos que afirmam, a partir de diferentes perspectivas teóricas, que PB e PE são línguas distintas, tanto do ponto de vista da língua como língua-I (cf. CHOMSKY, 1986), quanto do ponto de vista da língua como lugar de produção de sentidos (cf. ORLANDI, 2007, 2013 etc.). A intenção é entender por que, em que pese haver tantas evidências empíricas que confirmam diferenças fundamentais entre PB e PE, ainda hoje, há tanta desinformação e preconceito contra o PB, no senso comum e na grande mídia, e tanta resistência em aceitar esse fato por parte de alguns linguistas (cf. OLIVEIRA, 2013, 2016 etc.). Em outras palavras, a intenção, nesse momento, é mostrar um dos grandes conflitos de visões a que está submetida a Linguística brasileira hodierna.

Na seção 3, apresento reflexões sobre a relação entre História e narrativas, entre língua(s) e Estado, entre língua(s) e cultura, entre homogeneização e civilidade, entre (de)colonialidade e lutas identitárias e, finalmente, entre discurso, silenciamento e hegemonia para, a partir daí, situar teórico-metodologicamente os estudos sobre IL e propor as IL que, a meu ver, atravessaram e atravessam discursos científicos sobre a história metalinguística do Brasil.

Na seção 4, apresento a análise das IL nos discursos científicos produzidos no âmbito da Linguística, as quais já foram aqui brevemente resumidas.

A seção 5, a última antes da conclusão, é aquela em que, a partir da noção de conflitos de interesses e de visões de Sowell (2012) e da discussão de Borges Neto (2004) sobre complementaridade entre diferentes teorias científicas, reflito quanto à necessidade

de conciliação entre as diferentes IL presentes na história do conhecimento sobre a língua portuguesa no Brasil, atitude que, a meu ver, é incontornável se queremos mudança nos problemas glotopolíticos que apresentei anteriormente – defenderei que, com esforço e ética científica, será possível superá-los na proposição de políticas públicas democráticas, sobretudo porque há duas afirmações de que nenhum linguista parece discordar: a) PB e PE são diferentes (quer se entenda que se trata de variedades distintas, quer se entenda que se trata de diferentes línguas); b) a educação linguística, no Brasil, de modo geral, é bastante ineficiente.

Ainda na seção 5, mostrarei resultados dos últimos anos do Índice de Analfabetismo Funcional (INAF), que evidenciam que, hoje, 3 a cada 10 brasileiros são analfabetos funcionais, do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) – esses três últimos exames confirmam que alunos brasileiros estão, em geral, muito aquém do esperado em leitura e escrita. Esses dados, atrelados a um fato a respeito do qual, infelizmente, pouco se fala, no Brasil – a qualidade do trabalho dos professores de língua portuguesa nesse país é, em geral, baixa, o que revela que se trata de um problema cíclico, na medida em que eles são, via de regra, oriundos da ineficiente escola pública brasileira –, são por demais preocupantes, e os linguistas não podem, em nenhuma hipótese, estar alheios a isso.

Por isso, defenderei que urge uma intervenção séria na formação de professores de língua portuguesa e, por conseguinte, no seu ensino na educação básica brasileira. A fim de transcender proposições, a meu ver, pouco eficientes – como aquelas arraigadas em projetos de negação do Ocidente, do Iluminismo e das democracias liberais, os quais concebem como propósito fundamental das universidades contemporâneas a suposta justiça social, mesmo que para isso seja necessário subverter os padrões acadêmicos, incluídos aí os padrões de escrita formal, o que põe em risco a formação de cientistas e professores de excelência –, apresentarei o *sistema intelectual liberal* (cf. RAUCH, 2014) para, posteriormente a este trabalho, discutir com meus pares, no âmbito dos estudos linguísticos, se esse não seria um profícuo princípio com vistas a conciliar as diferentes IL na materialização de políticas linguísticas eficientes para o Brasil contemporâneo.

Afinal, se, do ponto de vista científico, a pluralidade teórica é importante e desejável, do ponto de vista prático, é impossível que um Estado implemente políticas públicas que consigam comprazer às distintas visões linguísticas. Democracias, ao fim e

ao cabo, requerem posicionamento. Penso que, quanto mais democrático e conciliador for esse posicionamento, melhores resultados serão alcançados.

Não creio, em nenhuma hipótese, que esta tese dê as respostas necessárias aos problemas sobre os quais ela se debruça. Penso, porém, que ela apresenta perguntas pertinentes para o nosso tempo. Na esperança, portanto, de que seu conteúdo interesse a outros linguistas, tentei propor um caminho para fazer perguntas: o das pistas ideológicas nos discursos científicos.

2 O QUE SE DIZ DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Não se pode tratar como um conjunto homogêneo, unitário, o português brasileiro, nem numa perspectiva sincrônica, nem numa perspectiva diacrônica.

Rosa Virgínia Mattos e Silva⁶

2.1 O PORTUGUÊS BRASILEIRO E A SOCIEDADE BRASILEIRA

Existem, no Brasil, duas generalizadas concepções que serão aqui problematizadas: a de que todo brasileiro fala português e a de que brasileiro fala mal a língua portuguesa. Essas ideias, bastante comuns no debate nacional (em que se incluem o senso comum, a grande mídia, intelectuais brasileiros de diversas áreas e até mesmo professores brasileiros de língua portuguesa), se assentam em duas crenças: a de que vivemos numa nação monolíngue – o que não faz qualquer sentido, vez que o Brasil é um dos países mais multilíngues do mundo, como mostra o Inventário Nacional da Diversidade Linguística no Brasil (2010), apesar de esse multilinguismo ser hoje apenas localizado, a despeito de já ter sido generalizado (cf. MATTOS E SILVA, 2004) – e a de que o uso real deforma as línguas, supostamente homogêneas em sua essência.

A ideia, aliás, de que, ao longo da história, os falantes deturpam as suas línguas não é exclusividade do Brasil. Ao comentar os mitos sobre a língua e suas raízes históricas, Lucchesi (2015), citando Deutscher (2005), faz um interessante resumo sobre essa ideia hegemônica que atravessa discursos metalinguísticos:

“Um dos mitos mais recorrentes que rondam a língua diz respeito a um suposto processo de inexorável deterioração, que está sempre suscitando previsões alarmistas sobre o risco de um iminente colapso. Em um livro de divulgação científica, o linguista Guy Deutscher (2005, pp. 73-7) faz uma ilustrativa compilação histórica de depoimentos sobre o tema. Em relação à língua inglesa, os críticos do lamentável estado em que se encontra a língua de Shakespeare na atualidade falam de seu rápido declínio, em “apenas duas gerações”. Entretanto, o famoso escritor George Orwell, em 1942, já se queixava do mau caminho que a língua seguia, comparado com o das gerações anteriores. Só que, quase cem anos antes, em 1848, o linguista August Schleicher via a língua inglesa como “rasa”, o que revelava “como a língua de uma nação histórica e literariamente importante podia afundar rapidamente”. Porém, em 1780, irritava o respeitado ator Thomas Sheridan o fato de o declínio da língua inglesa ser tão recente; pois, apenas setenta anos antes, no reinado da rainha Anne (1702-1714), o inglês provavelmente fosse falado “em seu estado de maior perfeição”. Contudo, foi exatamente durante o reinado da rainha Anne que Jonathan Swift elaborou sua famosa *Proposal for Correcting, Improving and Ascertaining the English Tongue* (“Proposta para corrigir,

⁶ MATTOS E SILVA, 2004, p. 154.

melhorar e determinar a língua inglesa”), que se inicia com a seguinte advertência: “Eu, aqui, em nome de todas as pessoas educadas e instruídas da nação, me queixo [...] de que nossa língua é extremamente imperfeita; de que suas melhorias diárias não são de modo algum proporcionais a suas corrupções diárias [...]”. Ou seja, ao longo de vários séculos, os principais usuários da língua inglesa repetiram a mesma ladainha: a língua está decaindo e perdendo as virtudes que exibia há algum tempo, em sua época de ouro. E Guy Deutscher prossegue demonstrando que esse temor não aflige apenas os falantes da língua inglesa. Os alemães estão sempre nostálgicos do estado de perfeição da língua de Goethe e Schiller, apesar de um contemporâneo de Goethe, o linguista Jacob Grimm (famoso por seu trabalho com contos populares), ter afirmado em 1819 que “há seiscentos anos, todo humilde camponês sabia – ou seja, praticava diariamente – perfeições e sutilezas da língua alemã, com as quais os melhores professores de língua de hoje em dia não podem sequer sonhar”. E a preocupação dos franceses com a decadência de sua língua já é proverbial. O mesmo podendo-se dizer de portugueses em relação ao triste fado do idioma de Camões, pairando sempre sobre essas línguas românicas o complexo de ter evoluído da língua da plebe rude do Império Romano, sempre à sombra do grande latim literário de Cícero. No entanto, o próprio Cícero se lamentava do declínio do latim em sua época!” (LUCCHESI, 2015, p. 15-16).

Os exemplos brasileiros de purismo quanto à questão da língua no Brasil em nada diferem dos reunidos por Deutscher. Não raro, na grande mídia, pululam discursos preconceituosos sobre as variações linguísticas presentes no PB, como é o caso do artigo *A gente não sabemos escolher presidente*, de autoria de Mirian Goldenberg, publicado, em fevereiro de 2021, pelo jornal Folha de S. Paulo, um dos maiores do país. O texto segue abaixo, na íntegra.

Imagem 1. Artigo de Mirian Goldenberg.

‘A gente não sabemos escolher presidente’

Por que abusar do ‘a gente’ se podemos resgatar a beleza do ‘nós’?

Mirian Goldenberg

Antropóloga, professora da UFRJ e autora de “Liberdade, felicidade e foda-se!”

Chico Buarque já cantava nos anos 1970: “A gente vai levando/ A gente vai levando...”

Nos anos 1980 a banda Ultraje a Rigor explodiu com: “A gente não sabemos escolher presidente/ A gente não sabemos tomar conta da gente/ A gente não sabemos nem escovar os dentes/ Tem gringo pen-

sando que nós é indigente/ Inútil/ A gente somos inútil!”

E também os Titãs: “A gente não quer só comida/ A gente quer comida, diversão e arte/ A gente não quer só comer/ A gente quer comer e quer fazer amor/ A gente não quer só dinheiro/ A gente quer dinheiro e felicidade”.

Desde então o “a gente” ocupou o lugar do pronome “nós”. Recentemente tentei ver uma palestra no YouTube e desisti logo no início.

Sem exagero, foram sete “a gente” em trinta segundos: “A gente pesquisou muito porque a gente viu que falta um canal sobre saúde mental. A gente

entrevistou dezenas de cientistas para a gente compreender a importância de estudar a mente da gente. A gente viajou por todo o Brasil para descobrir o que a gente precisa aprender”.

Busquei outra palestra e abandonei em seguida: “A gente hoje vai falar de um tema

que a gente falou na semana passada: como a gente pode aprender a viver melhor”.

Ligo a TV e é irritante perceber que os jornalistas, comentaristas e especialistas não conseguem falar uma só frase sem “a gente”: “O que a gente vê é que a gente não sabe quando a gente vai voltar a ter uma vida normal”.

“A gente” é abundante até mesmo nas matérias da **Folha**: em uma só semana foram 221, em um mês 839 e em um ano 11.397 vezes. Em uma única edição contei 37 “a gente”.

“Se tiver um clima no Parlamento, a gente pode levar muita coisa avante”. “A gente sente insegurança”. “Quando a gente tem férias e viaja, a gente faz um monte de pla-

nos”. “Uma troca de mensagens imprudente gera um ruído totalmente desnecessário em um momento que a gente está vivendo”.

E não são só as fontes. Alguns colonistas usam e abusam do “a gente”.

Nem vou citar os e-mails que recebo com “agente vai morrer” e, pior ainda, “a gente vamos morrer”.

Já tentou contar quantos “a gente” você escuta e fala todos os dias? Cadê o nós, o eu e você, as pessoas, os brasileiros, o povo?

Mas se Guimarães Rosa no seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras disse: “A gente morre é para provar que viveu”, quem sou eu para defender a beleza do “nós”?

Fonte: Folha de S. Paulo (2021)

Ainda que se trate de um texto publicado por um dos maiores veículos de comunicação de uma das maiores economias do mundo, sua discussão demonstra bastante claramente que nenhuma pesquisa prévia a respeito do tema sobre o qual ele se debruça

foi feita. Em primeiro lugar, porque, ao dizer que “desde então [referindo-se ao uso de *a gente* em músicas de Chico Buarque, Ultraje a Rigor e Titãs], ‘a gente’ ocupou o lugar do pronome ‘nós’”, Goldenberg leva leitores menos esclarecidos sobre as variações linguísticas do PB (que devem ser a maioria – ora, a Linguística ainda é, infelizmente, uma ciência bastante pouco conhecida pelo grande público) a crer que a música é a difusora da variação *nós x a gente*, quando, na verdade, seus autores nada fizeram senão usar, em suas composições, uma forma que, já no século XIX, após um período de transição entre uma leitura nominal e uma interpretação pronominal, se implementava totalmente (cf. LOPES, 2003). Em segundo lugar, porque é falsa a afirmação de que *a gente ocupou* o lugar de *nós*. Na verdade, esses dois pronomes ainda estão em competição no Brasil, não se tratando de um exemplo de mudança linguística, como parece querer afirmar Goldenberg.

Além de desconhecer a história sociolinguística da gramaticalização de *a gente* como pronome pessoal reto no PB, a autora do referido artigo reage de maneira preconceituosa frente ao fenômeno da variação linguística em sua língua. Isso fica claro, por exemplo, quando ela afirma que desistiu de assistir a uma palestra em função da quantidade de vezes em que se usava “a gente” e quando ela diz ser irritante ouvir o uso desse pronome na TV.

Paradoxalmente, ao sugerir opções ao uso de *a gente*, a autora pergunta onde estão as outras formas sinonímicas que caberiam nos mesmos contextos de uso, citando, inclusive, o *você* (na expressão substitutiva *eu e você*), que também não é parte constitutiva do paradigma pronominal da tradição gramatical normativa. Não se pode entender por que, na opinião da articulista, a forma *a gente*, entendida, de maneira equivocada, como uma variação que emergiu a partir de músicas brasileiras, deve ser evitada, enquanto a forma *você*, igualmente gramaticalizada no PB contemporâneo como pronome pessoal reto, a partir do século XX (cf. LOPES, 2002), é uma forma sugerida para a substituição. Fica evidente tratar-se mesmo de desinformação.

A desinformação, aliás, parece ser a tônica dos debates sobre língua feitos por não especialistas na área. Em 2015, convidado a falar sobre a quantidade de redações nota zero no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), ocorrido no ano anterior, cujo tema foi *A publicidade infantil em questão no Brasil*, o jornalista Alexandre Garcia, ignorando que ninguém zera uma prova de Redação do ENEM por desconhecimento da língua – na verdade, a quantidade assustadora de redações com nota mínima tinha como explicação

a fuga ao tema proposto⁷ –, disparou uma série de afirmações absurdas para responder à pergunta do apresentador do *Bom dia, Brasil*, telejornal matinal diário da Rede Globo, maior rede de TV do Brasil. O apresentador queria saber o que explicaria a quantidade grande de notas zero naquela prova (segundo dados do INEP, dos mais de seis milhões de candidatos que fizeram a prova, 529 mil zeraram a redação). Afirmou o jornalista, àquela altura:

“Pra tirar zero em redação, olha, não é algo que se consiga de um ano pro outro. Isso é resultado de muitos anos de falta de leitura e falta de curiosidade, que aprimoram a ferramenta da comunicação, que é a língua, e o conteúdo dela, que é o conhecimento. E, sem conteúdo, é o vazio, e, com o vazio, não se faz um cidadão, nem um país, e muito menos uma redação. Quase 10% de nota 0 e apenas 4 milésimos por cento de nota máxima não são boas notícias. Os empregadores no Brasil têm uma grande queixa: as pessoas não entendem as instruções e não conseguem se expressar com clareza, e a língua, que é uma das bases da nação, tanto quanto o território, está virando um dialeto confuso, em que se dá “bom dia a todos e a todas”, chama presidente de “presidenta”, né? Comodismos horríveis (“eu vou estar fazendo”, “o governador, ele disse” e outras esquisitices)... Com falta de leitura, o vocabulário é limitado e aí se usam palavras mais compridas para ter tempo de achar a palavra seguinte. Avião virou “aeronave”, fim de semana virou “final de semana”, vender, “comercializar”, oferecer, “disponibilizar”, ver – pequenininho – virou “visualizar”, crime é “criminalidade”, arma virou “armamento”. E ainda se apoiam em moletas da língua: não se veste a camisa, não se calça o sapato, apenas se coloca. Passageiro, hóspede, paciente, frequentador virou [sic] “usuário”. A nossa língua já é pouco conhecida no mundo, agora, ser pouco conhecida no nosso próprio país? Isso nos emudece um pouco.” (GARCIA, 2015).

Chegando a envergonhar qualquer profissional da Linguística, o discurso do jornalista Alexandre Garcia possui um nível de desinformação inaceitável para um telejornal em horário nobre da maior emissora de TV do Brasil, e isso diz muito sobre como a mídia enxerga a questão linguística do país: ao aceitar que qualquer pessoa, sem formação na área, fale sobre língua sem nenhuma pesquisa prévia, a Rede Globo está assumindo, com ou sem consciência ou intenção disso, que não há necessidade de um especialista para discutir língua. É pouco provável que a mesma emissora aceite um jornalista falar sobre uma doença, por exemplo, sem que se procurem antes profissionais da medicina, a fim de se embasarem teoricamente as afirmações que serão divulgadas num telejornal.

⁷ O assustador número de textos que fugiram do tema na maior prova de Redação aplicada no Brasil demonstra, sem nenhuma dúvida, um grave problema de formação linguística dos estudantes: não raro, eles saem da escola sem ter desenvolvido a contento as habilidades leitoras e escritoras necessárias para o contato com a cultura formal fora da escola. Não estou contemporizando esse problema ao criticar a fala de Alexandre Garcia, mas fazendo uma análise de seu desconhecimento do assunto, o que se percebe claramente em sua análise por demais enviesada e desinformada.

Em nenhum momento, o referido jornalista discutiu, de fato, o que levou quase 600 mil pessoas a terem suas redações avaliadas com nota mínima. Mais do que o preconceito que atravessa o seu discurso, impressiona o nível de desinformação de Garcia. Ao afirmar que a língua está virando um dialeto (uma simples pesquisa, mesmo na internet, sobre o que de fato significam língua e dialeto evitaria dizer essas sandices), o jornalista, que, durante a pandemia de COVID-19, em 2020, foi bastante criticado por ser ferrenho defensor de métodos contra o coronavírus não comprovados cientificamente, faz uma grande confusão, um desserviço à ciência e à informação de qualidade. Dizer *bom dia a todos e todas* e *presidenta* não tem qualquer ligação com os conceitos de língua e dialeto. Também não faz o menor sentido relacionar esses dois conceitos a fenômenos linguísticos como o gerundismo (*eu vou estar fazendo*) e a topicalização do sujeito (*o governador, ele disse*). A afirmação de que as pessoas usam palavras maiores (*aeronave*) em lugar das menores (*avião*) apenas para terem tempo de pensar na próxima palavra, porque lhes falta vocabulário, assusta qualquer atento estudante de ensino médio. A variação lexical entre *vestir, calçar e colocar* e entre *passageiro, hóspede, paciente, frequentador e usuário* também é objeto de preconceito linguístico.

Esse mesmo falante, que destila seu preconceito e sua ignorância a respeito de variações linguísticas do PB que nada têm a ver com a quantidade de notas zero nas redações do ENEM 2014, deixa escapar, em seu discurso, usos linguísticos igualmente não licenciados pela tradição normativa: *dele*, em lugar de *seu*, para a expressão possessiva, e *virou*, em lugar de *viraram*, no trecho “passageiro, hóspede, paciente, frequentador *virou* usuário”. Aliás, a reorganização do sistema pronominal e as regras de concordância verbal e nominal variáveis são as características morfossintáticas comumente destacadas como as grandes diferenciadoras entre PB e PE e, por isso mesmo, esses são os fenômenos sobre os quais mais recai, normalmente, o preconceito linguístico, mas isso passou despercebidamente no discurso do jornalista Alexandre Garcia.

Mesmo professores de língua portuguesa por vezes assumem posições sobre a língua que revelam o preconceito linguístico. Não raro, profissionais compartilham em suas redes sociais *dicas de português* (sempre sobre questões normativas, sem qualquer explicação científica para aquilo que, ainda hoje, professores chamam, sem qualquer problematização, de *erros*) que trazem títulos alarmistas, como *salve a língua portuguesa, valorize a língua portuguesa* ou *a língua portuguesa agradece*. A imagem a seguir, retirada de uma rede social do curso de língua portuguesa do professor Eduardo Sabbag, é só um dos muitos exemplos disso disponíveis na internet:

Imagem 2. Propaganda de curso de Língua Portuguesa no Instagram, professor Eduardo Sabbag.

professorsabbag
Patrocinado

Valorize a 1/2
LÍNGUA PORTUGUESA

- **MAL** é o contrário de *bem*, **MAU** é o contrário de *bom*
- O correto é **NADA A VER**, e não "nada haver" @professorsabbag
- **PÊSAMES, NÚPCIAS** e **ÓCULOS** devem ser usados só no plural
- A expressão correta é **FULANO, BELTRANO E SICRANO**
- O plural de *gravidez* é **GRAVIDEZES**, de boa-fé é **BOAS-FÉS** e de *ar-condicionado* é **ARES-CONDICIONADOS**
- O certo é **ASTERISCO, BENEFICENTE, PRIVILÉGIO** e **ANSIOSO**
- Escreva "Estou **A FIM** de você" (*separado*), não "afim de você"
- Comi **DEMAIS**. Ela é **DEMAIS**. Não vi nada **DE MAIS**.
- Ela **TRAZ** a encomenda. Ela olhou para **TRÁS**.

@professorsabbag
/professorsabbag

PROFESSOR
EDUARDO
SABBAG

Visitar o perfil do Instagram >

Fonte: Instagram (2021)

Quando se mostram maneiras corretas de se escreverem algumas palavras em português e se põe, como título dessa publicação, a frase *valorize a língua portuguesa*, assume-se que língua é o mesmo que ortografia e que *errar* a ortografia desvaloriza a língua.

Cite-se ainda o professor Sérgio Nogueira, famoso por ser júri de um concurso intitulado *Soletrando* – quadro do extinto programa *Caldeirão do Huck*, da Rede Globo, em que crianças e adolescentes disputavam entre si para saber quem conseguia soletrar mais palavras de acordo com a ortografia oficial do português –, que foi ao ar entre 2007 e 2015. Em uma de suas redes, o Instagram, Nogueira costuma prometer ensinar seus alunos a *desenvolver a habilidade de falar e escrever corretamente em apenas oito horas*, como mostra a imagem a seguir.

Imagem 3: Propaganda de curso de Língua Portuguesa no Instagram, professor Sérgio Nogueira.



Fonte: Instagram (2021)

Além de prometer que seu curso fará com que estudantes desenvolvam a habilidade de falar e escrever corretamente a língua portuguesa em oito horas, o que já é espantoso por si só, é comum ver vídeos seus, nessa mesma rede social, em que o professor Sérgio Nogueira ri de *erros comuns* de alunos, em redações. Sem qualquer discussão sobre as razões pelas quais aquilo que ele está chamando de *erro* aparece em redações (mesmo havendo um sem número de trabalhos em Linguística explicando esses supostos *erros* cientificamente), o professor, um dos mais famosos do país, apenas repete regras gramaticais normativas e pede que os alunos não se esqueçam mais delas.

Destaco, ainda do referido professor, uma publicação que diz muito sobre a visão de língua que ele tem:

Imagem 4. Imagem capturado de vídeo de propaganda de curso do professor Sérgio Nogueira.



Fonte: Instagram (2021)

Ao se sugerir aos alunos que eles precisam *fazer as pazes com o português*, está-se assumindo que eles estão em guerra com o seu próprio idioma, isto é, que a relação entre o brasileiro e a língua portuguesa é conflituosa. E é exatamente essa a idéia hegemônica que existe no senso comum. Em outras palavras, os discursos até aqui brevemente apresentados, levados ao grande público por jornalistas e até mesmo professores de língua portuguesa, dão azo à compreensão de que saber uma língua significa saber a sua gramática normativa.

A relação entre língua e gramática normativa é tão naturalmente entendida como automática e indissociável que, apenas por tentar levar à educação linguística uma proposta pedagógica de trabalho com as variações linguísticas do português, uma política de ensino de língua é rechaçada sobremaneira no país, a ponto de ter de recuar.

Foi o que aconteceu, em 2011, quando a grande mídia bradou ferozmente (e, com isso, cooptou não só profissionais de diversas áreas, mas também professores de língua portuguesa) contra o tratamento que o livro *Por uma vida melhor*, de autoria de Heloísa Ramos, dava à variação linguística do PB. Publicado pela Ação Educativa, o livro foi aprovado pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e era destinado à Educação

de Jovens e Adultos (EJA). Esse foi talvez um dos mais notáveis debates sobre língua feito amplamente no Brasil.

Abaixo, cito, a fim de não me estender tanto numa discussão já sobejamente conhecida, dois trechos de jornalistas de um jornal e de uma revista, ambos de circulação nacional, sobre o referido livro:

- (1) “O Ministério da Educação decidiu não tomar conhecimento da adoção em escolas públicas do livro *Por uma Vida Melhor*, que “ensina” a língua portuguesa com erros de português. Pelo raciocínio, concordância é uma questão de escolha. Dizer “nós pega o peixe” ou “nós pegamos o peixe” dá no mesmo. “Os menino” ou “os meninos”, na avaliação do MEC, são duas formas “adequadas” de expressão, conforme o conceito adotado pela autora, Heloísa Ramos, note-se, professora. A opção pelo correto passa a ser considerada explicitação de “preconceito linguístico.” (coluna de Dora Kramer, O Estado de S. Paulo)
- (2) “Terá certamente uma vida melhor o aluno que dominar o instrumental da norma culta da língua, contra o qual o livro se posiciona abertamente. Assim, esse “instrumental didático”, que conta com o endosso do MEC, se algum efeito tiver, será no sentido de piorar a vida do estudante; na melhor das hipóteses, contribui para mantê-lo na ignorância.” (blog de Reinaldo Azevedo, Revista Veja)

Quero chamar a atenção para o uso recorrente de aspas na discussão sobre o livro da professora Heloísa Ramos. Nos dois trechos anteriores, elas são usadas nas palavras *ensina*, *adequadas*, *preconceito linguístico* e *instrumental didático*, o que demonstra que ambos os jornalistas contemporizam ou mesmo rechaçam a existência de preconceito linguístico, a legitimidade do trabalho com as noções de adequação e inadequação linguísticas e do ensino da variação linguística e a capacidade de o referido livro ser um instrumento didático usado em escolas públicas.

Ademais, é preciso evidenciar o quão desinformadas são as afirmações de que o livro *Por uma Vida Melhor*, ao discutir a variação linguística como fenômeno inerente às línguas naturais e as noções de adequação e inadequação linguísticas, sustentando o ensino-aprendizagem de português numa pedagogia da variação linguística (respaldada, afinal, pelos próprios documentos legais que legislam sobre o ensino no Brasil) estaria *ensinando língua portuguesa com erros de português* (exemplo 1) ou *mantendo o estudante na ignorância* (exemplo 2). No caso específico do colunista da revista *Veja*, Reinaldo Azevedo, chega-se mesmo a ironizar o fato de que a autora do compêndio é uma professora.

É interessante perceber, inclusive, que Reinaldo Azevedo é conhecido hoje no Brasil por seus discursos ditos *progressistas*. Ou seja: até mesmo os mais progressistas brasileiros, implicados, muitas vezes, em uma militância a favor dos oprimidos, quando discutem língua, se esquecem de que também ela pode ser (e não raro é) instrumento de opressão e violência.

Outra ideia hegemônica que existe no Brasil, conforme supramencionado, é a de que *brasileiro fala português* (i.e, de que todos os brasileiros falam apenas essa língua). Na contramão dessa crença, aparecem os supracitados dados do Inventário Nacional da Diversidade Linguística no Brasil, de 2010, que revelam que, atualmente, além de português, o Brasil possui centenas de línguas indígenas e dezenas de línguas de imigração sendo faladas como línguas maternas em seu território nacional, o que o coloca entre as nações mais multilíngues de todo o mundo, apesar de esse multilinguismo ser localizado hoje em dia (cf. MATTOS E SILVA, 2004).

Essas duas generalizadas concepções (de que o Brasil é monolíngue e de que o brasileiro fala uma *variedade* corrompida do verdadeiro português – aquele que aparece na gramática normativa e nos textos clássicos da Literatura) contrastam bastante com o que a Linguística, enquanto ciência, tem mostrado há pelo menos 50 anos, quando foi institucionalizada como disciplina obrigatória dos cursos de Letras no país, iniciando a formação de um sem número de cientistas da linguagem.

Ainda hoje, a despeito de haver uma quantidade exorbitante de trabalhos de linguistas sobre as características (fonético-fonológicas, morfossintáticas, lexicais etc.) que separam PB e PE e unem, do ponto de vista estrutural e do ponto de vista sócio-histórico, o PB, o português africano (doravante PA) e outras línguas massivamente afetadas por contato interlinguístico, a exemplo de línguas ditas *pidgins* e *crioulas* ao redor do mundo; sobre o multilinguismo brasileiro; sobre as diferenças entre fala e escrita etc., o senso comum, a maior parte da intelectualidade brasileira e mesmo a escola, instituição que, desde a Constituição de 1988, tem passado por mudanças nas concepções de ensino-aprendizagem de língua(s), continuam (re)produzindo silenciamentos, desinformação e preconceito acerca da história sociopolítico-linguística do Brasil.

Estamos diante de um impressionante desconhecimento geral, neste país, sobre a questão da língua. Sobre isso, afirma Lucchesi (2015, p. 17-18):

“Impressiona o nível de ignorância em relação à língua que se observa em pleno século XXI, sobretudo entre pessoas que são bastante esclarecidas em outras áreas do conhecimento. Qualquer pessoa bem informada já ouviu falar

em Freud ou Lévi-Strauss, tem alguma ideia sobre o que seja o complexo de Édipo ou o tabu do incesto e não ousa falar em raças superiores e inferiores ou que um criminoso possa ser reconhecido pelo formato de seu crânio (como preconizava o psiquiatra e criminologista italiano Cesare Lombroso, no século XIX), mas fala com naturalidade de línguas simples e complexas e se refere a formas linguísticas correntes como ‘aberrações’. Aliás, a visão de que a forma superior da língua é a dos escritores clássicos tem sua origem na época em que Ptolomeu afirmava que a Terra era o centro do Universo e, em torno dela, giravam o Sol, os planetas e as estrelas. Ou seja, a revolução de Copérnico não chegou ainda à língua. Um exame aprofundado da questão revelará que as motivações históricas para tanto preconceito e mitificação decorrem exatamente do papel político crucial que a língua desempenha nas sociedades de classe.”

Se é verdade que, como afirma Lucchesi (2015), há motivações históricas que levam os brasileiros, em geral, ao preconceito e à mitificação quanto à questão linguística de seu país, deveria a escola ser a instituição que precipuamente objetivasse, no ensino de línguas, desnudar essas motivações. O que acontece, na prática, é bem diferente, na medida em que as visões conflitantes sobre ensino-aprendizagem de língua portuguesa no Brasil têm levado a escola ora a insistir num trabalho contraproducente de memorização de regras da gramática normativa, sem que isso signifique a garantia da formação de leitores e escritores críticos, ora a investir num suposto trabalho disruptivo, em que se enxerga a norma-padrão como uma violência simbólica, nos termos de Bourdieu (1989)⁸. Ambas as atitudes me parecem bastante pouco arrazoadas.

Se, por um lado, o tratamento científico na escola poderia resolver muitos dos mitos e preconceitos que rondam a questão sociopolítico-linguística do Brasil, por outro, a relação entre ciência e escola não é bem vista por todos. Bechara (2011), por exemplo, o mais prestigiado gramático brasileiro em atividade, afirmou, em maio de 2011, para o jornal Folha de São Paulo (de circulação nacional), ao comentar o livro de Heloísa Ramos, que:

“Há uma confusão entre o que se espera de um cientista e de um professor. O cientista estuda a realidade de um objeto para entendê-lo como ele é. Essa atitude não cabe em sala de aula. O indivíduo vai para a escola em busca de ascensão social” (BECHARA, 2011).

⁸ Para Mattos e Silva (1995, p. 10), por exemplo, “o padrão idealizado e exigido [na escola brasileira], se não é uma ‘violência simbólica’ para todos que [a ela] chegam – e isso variará, é certo, de sociedade para sociedade – é violência para a maioria, e assim tem sido ao longo da História”. Ainda que a referida linguista não tenha proposto claramente um trabalho disruptivo com o ensino de português no Brasil, essa sua visão corrobora muitas opiniões sobre uma suposta violência da norma-padrão. Essa discussão será mais bem apresentada na parte 4 desta tese.

Para Lucchesi (2015, p. 25), essa impressionante afirmação de Bechara equivale à afirmação de que, no ensino de Biologia, não cabe discutir o darwinismo, devendo a escola ser orientada pelos princípios do criacionismo. De fato, rechaçar que a ciência seja parte da educação linguística na escola é por demais contraproducente. É mesmo um retrocesso que atrasa ainda mais a consciência dos brasileiros de que, por detrás do preconceito linguístico contra as normas populares e da ignorância quanto à violenta história social linguística do Brasil, existe um projeto político. Ora, como oportunamente nos alerta Mattos e Silva, manipular as questões linguísticas na sociedade “ultrapassa os limites da Linguística: inscreve-se, fundamentalmente, como uma questão, antes que mais, política” (1995, p. 13).

Dessa discussão empreendida até aqui, emerge uma pergunta crucial do presente trabalho: o que impede que brasileiros em geral conheçam a história sociopolítico-linguística do Brasil (desconhecimento que leva à desinformação, à mitificação e ao preconceito linguístico contra as normas populares)?

A minha hipótese é a de que há um conflito de interesses e de visões (cf. SOWELL, 2012) sobre a língua portuguesa no Brasil que dificulta sobremaneira um reajuste produtivo no seu ensino-aprendizagem (e, portanto, dificulta a mudança na visão que as pessoas têm de língua(s) no país). De um lado do *continuum* de discursos sobre esse tema, há uma visão cuja origem é tributária de um modo de ser/estar no mundo corolário do discurso da expansão ocidental. Isso significa, a meu ver, que herdamos, na colonização deste país, saberes que plasmam, até hoje, a generalizada concepção de que um Estado precisa ser monolíngue e de que a língua *boa* é aquela alheia a qualquer *desvirtuamento* perpetrado pelos usos reais. Do outro lado do *continuum*, há uma visão cuja origem é o movimento pós-moderno e, mais especificamente, os estudos decoloniais, responsáveis por uma *negação do Ocidente* (cf. BOCK-CÔTÉ, 2019; MURRAY, 2022) que por vezes leva a crer que a existência de uma norma, mesmo para a escrita, é dispensável em nossa sociedade. No que se refere ao discurso científico, especificamente, mesmo discursos que parecem compartilhar de um mesmo interesse (reajustar a norma-padrão no Brasil ou internacionalizar o português, p.e.) guardam entre si diferenças teóricas e metodológicas fundamentais e, não raro, irreconciliáveis.

Defenderei que não adianta pensar em reformar o ensino-aprendizagem de língua portuguesa no Brasil, como amplamente se discute desde há algumas décadas, porque, recuando um pouco da escola para a universidade em que se formam os professores da educação básica, se percebe que não há uma visão consensual sobre a questão linguística

brasileira. Ora, como propor intervenções na escola, quando os próprios cientistas da linguagem dizem coisas bastante diferentes (e, por vezes, mesmo conflitantes)?

A quem interessa negar a unidade, afirmando a diversidade, e a quem interessa negar a diversidade, afirmando a unidade, serão duas perguntas norteadoras desta tese. Isto é: intento perceber que política de língua está implicada em uma e em outra visão científica sobre a questão linguística brasileira (ora, todo discurso, mesmo o científico, é, antes que mais, político – e, por isso mesmo, orientado por uma ou outra visão) e que imbricações práticas daí decorrem, já que, como afirma Orlandi (2013, p. 9), “a produção do conhecimento linguístico resulta em uma organização social do trabalho sobre a língua”.

Assim, esta seção apresenta trabalhos de linguistas que advogam ser o PB uma outra língua, e não apenas uma *variedade* de português fora da Europa. Reunirei esses argumentos em dois conjuntos.

O primeiro conjunto diz respeito aos linguistas que, a partir de uma concepção de língua como língua-I (cf. CHOMSKY, 1986), afirmam que PB e PE são mesmo línguas/gramáticas diferentes. Devo dizer que concordo com esses linguistas, sobretudo se se leva em consideração o que se sabe hoje sobre o papel dos processos de aquisição, transferência e reestruturação que operam durante o desenvolvimento da segunda língua (L2), como características de L2 podem permear o desenvolvimento de uma primeira língua (L1) quando essa recebe dados linguísticos primários (DLP) de L2 e o complexo panorama histórico-demográfico e social do Brasil (cf. BAXTER; LOPES, 2009). Isso porque os estudos que levam as referidas questões em conta chegam à conclusão de que a emergência de uma gramática diferente da do PE no Brasil é tributária do contato massivo do português com outras línguas tipologicamente distintas, ao longo de muitos séculos.

O segundo conjunto diz respeito a trabalhos, a exemplo dos de Orlandi (2007; 2009; 2013), que, a partir do ponto de vista da língua como lugar de produção de sentidos, também afirmam a existência de línguas diferentes em cada território onde se fala *português*.

Também do segundo conjunto fazem parte os linguistas que problematizam mesmo a existência de uma lusofonia que supostamente une, por meio do imaginário de uma mesma língua, Estados nacionais como uma só comunidade transnacional e intercontinental (cf. GONÇALVES, 2012; FARACO, 2016; 2019 etc.).

Esses trabalhos, reunidos tanto do ponto de vista da estrutura, quanto do ponto de vista da memória da língua portuguesa em território extraeuropeu e das questões políticas que subjazem à história sociopolítica do português no Brasil, serão trazidos à baila para, posteriormente, questionar as razões por que, em que pese haver tantas evidências empíricas (arroladas a partir de diferentes perspectivas teóricas) que legitimam a afirmação de que PB e PE são línguas diferentes, ainda hoje se afirma uma suposta unidade entre essas línguas, mesmo na esteira dos trabalhos em Linguística.

A minha resposta a essa pergunta, que tem relação com as IL (cf. IRVINE, 1989; KROSKRITY, 2004 etc.) que interpelaram e interpelam discursos científicos da Linguística – alguns dos quais são atravessados pela colonialidade do saber, nos termos de Quijano (1992), outros pela negação do Ocidente e pela busca por uma suposta justiça social que me parecem pouco eficientes, outros ainda por uma visão mercadológica de línguas naturais –, aparecerá na próxima seção.

Acho essencial, a essa altura do texto, destacar que, evidentemente, a colonização portuguesa trouxe consigo uma colonização epistemológica ao Brasil. Há uma matriz ocidental nos modos de vida deste país: a nossa língua majoritária é neolatina; nosso país é um Estado nacional fundado no século XIX; a religião com mais adeptos no Brasil é o cristianismo; a universidade aqui nasceu com uma “missão francesa”; o futebol – símbolo da cultura nacional – foi trazido para cá pelos ingleses. O que estou analisando aqui, como se percebe, é a relação entre a generalizada difusão do português neste território e a visão ocidental de que um Estado-nação precisa ser monolíngue.

Não obstante, isso não pode significar, em nenhuma medida, a romantização do colonizado ou a demonização do colonizador. Tento, nestas páginas, não incorrer numa análise essencialista sobre a complexa questão aqui estudada. Concordando com Bock-Côté (2019), não interpretarei aqui o passado dos países ocidentais a partir de uma atitude de expiação de culpa – afinal, como afirma Benjamin (2005, p. 70), todo documento da cultura é um documento da barbárie. Pelo contrário: acredito na crítica à história única não como uma espécie de expiação eterna (em que se criam indulgências, paternalismos, heróis, dívidas e reparações), mas como uma complexificação do olhar analítico sobre essa questão. Não se trata, é claro, de naturalizar a violência e a opressão, mas de abandonar um certo impulso moralizante raso que poderia configurar este trabalho.

Por fim, devo dizer que é em função da existência de um conflito de discursos científicos sobre um mesmo objeto (a história sociopolítico-linguística do Brasil) que tentarei, ao fim deste trabalho, propor uma intervenção que julgo a mais democrática para

lidar com aquele que penso ser o maior desafio glotopolítico do Brasil contemporâneo: implementar, na escola, um ensino que, a um só turno, dirima o desconhecimento sobre a referida história e o preconceito linguístico contra as normas populares brasileiras, sem que esse trabalho passe ao largo da formação de cidadãos plenamente letrados, preparados, portanto, para viver criticamente numa sociedade que tem a leitura e a escrita em tão alta conta.

2.2 O PORTUGUÊS BRASILEIRO E A LINGUÍSTICA: AJUSTANDO A LUPA^{9 10}

2.2.1 As contribuições da Teoria da Gramática e da Sociolinguística para a compreensão sobre o PB

A situação sócio-histórica em que se formou o PB leva a crer que as mudanças gramaticais por que passou essa língua têm sua origem na maneira como o português foi adquirido: primeiramente, como segunda língua por adultos falantes de outras línguas, sobretudo bantas, e, depois, transmitidas a uma segunda geração, que, possivelmente, se utilizou de mecanismos da gramática universal (GU) para preencher supostas *lacunas* da língua anteriormente aprendida pelos adultos, de maneira *imperfeita*, em situação emergencial de comunicação (cf. LIGHTFOOT, 1979; 1991; 1999; ROBERTS, 1993; 2007; KROCH, 1989; 2001; 2005).

Dáí decorreu a necessidade de unir a Teoria da Variação e Mudança Linguística, ou Sociolinguística Variacionista, que pode dar conta de como uma mudança se implementa na estrutura linguística e social de uma comunidade, à Teoria da Gramática, que pode dar conta da mudança linguística em situação de contato entre línguas, atribuindo essas mudanças à maneira como a língua é adquirida e transmitida para as próximas gerações de falantes.

A esse respeito, é importante lembrar a argumentação de Tarallo (1991) sobre a suposta incompatibilidade entre as referidas teorias:

⁹ Termos como *aquisição imperfeita*, língua *crioula*, norma *culta*, norma *popular*, *empobrecimento da flexão*, *simplificação*, transmissão linguística *irregular* e muitos outros, hoje considerados por muitos linguistas como pouco adequados científica e politicamente, serão usados aqui por serem assim amplamente conhecidos.

¹⁰ Muito do que aparece nesta subseção é uma reescrita do que já apresentei em Oliveira (2016), como parte teórica de uma análise sobre o comportamento dos pronomes possessivos na fala do semiárido baiano.

Colocadas estas duas definições de mudança linguística, a de Lightfoot (1988) e a de Labov (1975), e já devidamente constatado que, para Lightfoot, a mudança linguística se explica pela própria teoria da gramática, enquanto [Labov] avulta uma teoria da mudança linguística como fonte explanatória, façamos algumas ponderações sobre a aparente incompatibilidade teórica entre as duas vertentes (...). Não há dúvida alguma sobre a diferente postura teórica que direciona as duas definições, o que caracteriza, de certa maneira, uma conceituação radicalmente oposta. Ao diferenciarmos, entretanto, os níveis de origem e de propagação da mudança linguística, esta mesma incompatibilidade teórica pode ser minimizada, isto é: a definição de Lightfoot, notadamente direcionada para a questão da origem das mudanças, centraliza o foco de estudo no interior da própria gramática, argumentação ser a própria mudança o teste para se chegar ao limite das possíveis gramáticas. A definição de Labov, por outro lado, e, nesse sentido, entenda-se a correlação com a evolução biológica proposta pelo autor, aparece direcionada fundamentalmente para a questão da propagação, equacionando mesmo origem e propagação. Situando-se, pois, a conceituação de mudança linguística nos dois extremos da origem e da propagação, vê-se claramente o quão minimizada pode ser a distância entre os dois quadros teóricos (TARALLO, 1991, p. 13-14).

O que se queria com esse modelo citado por Tarallo, afinal, era unir, como em Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009), as dimensões psíquico-biológica e sócio-histórica do fenômeno linguístico. Isso, em termos empíricos, significava:

(...) definir em que medida os processos sociais de mudança linguística que ocorrem nas redes de relações sociais que definem a tessitura social da comunidade de fala são restringidos pelos mecanismos do sistema biológico da faculdade da linguagem, no sentido que tem sido definido por Chomsky (1986, 1995, entre outros). (LUCCHESI, 2009, p. 128).

Roberts e Kato (1993) reúnem trabalhos que dão conta de uma mudança radical na língua majoritária do Brasil, ao evidenciar as diferenças paramétricas que separam o PB do final do século XX do PB dos séculos XVIII e XIX e do PE atual. Em homenagem a Fernando Tarallo, falecido prematuramente, o referido livro realizou o projeto iniciado por Tarallo e Kato (1989) de casar a Sociolinguística Variacionista e a Gramática Gerativa.

Ali aparecem estudos sobre *empobrecimento* da morfologia flexional; uso extensivo de categorias vazias, cuja identificação não pode ser feita através da flexão; falta de mobilidade ou de movimentos longos de elementos distintos, como verbos, pronomes interrogativos e clíticos; a trajetória do sujeito; a concordância; os clíticos; as interrogativas; a formação dos tempos compostos; direção de cliticização, objeto nulo; pronome tônico na posição de objeto; a forma genitiva *dele* etc. Trata-se de um conjunto de fenômenos sintáticos que permitem, a partir de um lugar teórico que leva em conta, no estudo da mudança linguística, a associação entre mudança e aquisição, a afirmação de

que, ao final do século XIX, “o cidadão brasileiro já estava de posse (...) de sua própria língua/gramática” (TARALLO, 2003[1991], p. 79).

Há, no entanto, segundo Lobo (2018), uma importante lacuna no modelo apresentado em Roberts e Kato (1993):

A despeito de, sob a influência de Lightfoot (1979), o livro ter perseguido um dos mais ambiciosos objetivos da Teoria Gerativa, ou seja, o objetivo de procurar associar Teoria da Mudança e Teoria da Aquisição, parece ser possível afirmar que, à exceção do capítulo “Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias”, o *Português brasileiro: uma viagem diacrônica* não indaga como os descendentes de índios, negros e imigrantes adquiriram a sua língua materna. Em outras palavras, o livro não associa Teoria da Mudança, Teoria da Aquisição e Teoria do Contato (LOBO, 2018, p. 67).

Essa lacuna, ainda segundo Lobo, fez com que, durante muitos anos, permanecesse sendo um grande desafio à Linguística Histórica brasileira entender como “índios, negros e imigrantes adquiriram o português como segunda língua e como essa segunda língua se transformou em língua nativa dos seus descendentes, a maioria (...) dos brasileiros” (LOBO, 2018, p. 66). Galves, Kato e Roberts (2019), ao darem continuidade à publicação de Roberts e Kato (1993), parecem tentar, em alguma medida, preencher essa lacuna.

Assim, o que segue é uma exposição sobre os pressupostos importantes de cada teoria – da aquisição, da variação e do contato – para a compreensão das mudanças linguísticas atestadas na transplantação do português para o território hoje brasileiro.

Início essa exposição, breve ¹¹, como não poderia deixar de ser, pela Sociolinguística Variacionista, que surge durante a década de 1960, a partir dos estudos sobre mudanças em progresso no inglês da ilha de Martha’s Vineyard (1963) e da cidade de Nova Iorque (1966), sob orientação de Uriel Weinreich. Esse modelo teórico apresentava discordâncias com os mais importantes princípios teóricos sobre a mudança linguística que o antecederam.

Um dos grandes triunfos da teoria sociolinguística foi o de superar a visão de que a mudança linguística só poderia ser estudada após estar concluída¹². Em lugar disso, ao destacar a estreita relação entre variação e mudança, Weinreich, Labov e Herzog

¹¹ O que importa aqui é apresentar os argumentos favoráveis à hipótese de que PB e PE são línguas diferentes, como já foi afirmado. Por isso mesmo, a parte expositiva sobre as teorias linguísticas em que se baseia essa defesa será breve.

¹² Essa era a crença, por exemplo, de linguistas como Bloomfield (1933) e Hockett (1958).

(doravante WLH) abriram o caminho para a compreensão dos estágios intermediários entre dois momentos temporais, o que permitiu, à época, uma visão da mudança como algo contínuo e gradativo.

Ademais, é de WLH a responsabilidade por terem desmitificado a ideia de que a variação era livre, não condicionada, como apregoavam os estruturalistas. WLH (2006[1968]) determinaram a sistematicidade da variação. A análise linguística, portanto, deixou de se circunscrever aos limites das relações internas ao sistema linguístico – outra visão estruturalista. Como afirma Labov (1972, p. 2), “nem todas as mudanças são altamente estruturadas, e nenhuma mudança acontece num vácuo social. Mesmo a mais sistemática mudança em cadeia ocorre com uma especificidade de tempo e lugar que demanda uma explicação”.

Assim, definiu-se como objeto de estudo da Sociolinguística a comunidade de fala, focalizando os padrões coletivos de comportamento linguístico observáveis no uso concreto da língua. Segundo Labov (1982, p. 18), “o objeto da descrição linguística é a gramática da comunidade de fala: o sistema de comunicação usado na interação social”.

Como a Sociolinguística parte do pressuposto de que toda variação é sistemática e previsível, a heterogeneidade de uma língua é motivada por fatores. WLH apontam a necessidade de um controle sistemático dos fatores que favorecem o uso de cada variante. Essas variantes, que são sempre equivalentes semanticamente, coexistindo em um dado momento da língua, podem manter-se estáveis ou uma pode vir a desaparecer, sendo substituída gradativamente pela outra (mudança em progresso). Os fatores que podem condicionar o emprego das formas variantes são de dois tipos: linguísticos e extralinguísticos.

Não obstante investigações profícuas na perspectiva da Sociolinguística, há uma importante lacuna nesse modelo teórico, na medida em que ele é incapaz de integrar o sistema mental de funcionamento da língua ao esquema de análise social da mudança linguística¹³. Isso significa dizer, para usar termos chomskianos, que esse modelo teórico pode dar conta da língua-E, mas não da língua-I¹⁴. Cabe aqui citar a opinião de Lucchesi (2009) a esse respeito:

¹³ É a percepção dessa lacuna, como afirmei anteriormente, que levou diversos linguistas a conciliar a Teoria da Variação e Mudança à Teoria da Gramática (cf. TARALLO, 1987, 1991; TARALLO; KATO, 1989; KATO, 1999; RAMOS, 1999; DUARTE (1999); KROCH, 1989, 2001, 2005; KROCH; TAYLOR, 1997; ROBERTS, 2007 entre outros).

¹⁴ Língua-I: interna, individual; língua-E: externa (cf. CHOMSKY, 1968).

Adotando-se o pressuposto de que o comportamento linguístico dos indivíduos é, em grande medida, determinado pelo seu conhecimento linguístico internalizado, o poder explicativo do modelo variacionista fica bastante comprometido, se esse modelo não for capaz de integrar em sua explicação da mudança uma teoria forte sobre a estruturação do conhecimento linguístico na mente dos falantes. (LUCCHESI, 2009, p. 130).

Assim, é bastante profícuo integrar um modelo poderoso de análise da gramática, como o modelo gerativista, no estudo de padrões coletivos de comportamento linguístico e no estudo das mudanças linguísticas e outros processos históricos, como os processos de transmissão linguística *irregular*, de que falarei adiante, e contato entre línguas.

Para Araújo (2013, p. 80-81):

[...] uma sociolinguística paramétrica [união das teorias sociolinguística e gerativista] reúne as contribuições do aparato da sociolinguística, porque localiza os dados, faz análise do contexto linguístico, identifica as variáveis e as variantes que estão no processo de variação ou mudança, pode indicar também as prováveis interferências externas, como contatos linguísticos e o desencadeamento das mudanças em função desses contatos. Ou ainda contribuir com a análise quantitativa dos dados, evidenciando numericamente o que mudou, qual variante venceu a mudança, e se essa variação pode ser mensurada em um tempo, através da análise das faixas etárias (no caso de pesquisas sincrônicas). Mas a análise desses dados também pode ser explicada através de uma teoria sintática, como a de Princípios e Parâmetros, da abordagem gerativa, que indica os princípios mantidos na mudança linguística, já que são invariantes, e os parâmetros que ou estão em variação ou que mudaram no percurso diacrônico da língua.

Além disso, o modelo gerativista é um bom caminho para explicar/interpretar a mudança linguística em contexto de contato interlinguístico. Daí porque Mattos e Silva (2005, p. 42) afirma que “uma das abordagens mais proeminentes da mudança linguística se encontra no modelo gerativista, que associa aquisição e mudança”. Assim, ao passo que a Sociolinguística fornece, na dita Sociolinguística Paramétrica, o aparato analítico para estudar processos de variação e mudança no PB, é do Gerativismo que emergem os pressupostos para o estudo teórico das razões pelas quais se atestam esses processos. Com efeito, muitos dos fenômenos em variação hoje no Brasil revelam um resquício de aquisição de parâmetros em contexto de competição de gramáticas distintas ou diglossia sintática (cf. KROCH, 2001, p. 723).

Lightfooth (1979, 1991, 1999 etc.) centra o problema da mudança linguística na aquisição da língua pelos falantes, ao passo que a teoria sociolinguística o centra na dimensão sócio-histórica do fenômeno linguístico. Os trabalhos reunidos aqui concebem essas duas visões como complementares para a compreensão das mudanças linguísticas no PB.

No âmbito do modelo gerativista (cf. LIGHTFOOT, 1979, 1991, 1999; ROBERTS, 1993, 2007; KROCH, 1989, 2001, 2003, 2005), a aquisição de uma língua por uma criança se dá num processo de seleção de uma gramática a partir dos DLP e dos princípios da GU.

Segundo Lightfoot (1979), embora as propriedades da GU permaneçam constantes de geração em geração, os DLP podem mudar. Isso faz com que o *input* para uma geração não seja o mesmo para a próxima. Como a gramática a ser adquirida é uma consequência da interação entre propriedades da GU inatas aos falantes e a interação com o ambiente, e como o ambiente pode ser constantemente modificado cultural, social e pragmaticamente, a mudança é uma realidade possível. Assim, ainda segundo o autor, é no processo de aquisição da linguagem que a mudança pode ocorrer. Dessa forma, a mudança sintática é sempre uma mudança no valor do parâmetro.

Lightfoot (1979) acredita que a gramática não é um objeto historicamente transmitido, mas é essencialmente descontínuo e tem de ser construído pelo indivíduo. Daí surgirem as mudanças de uma geração para outra. O autor argumenta que a mudança sintática ocorre em virtude da opacidade dos modelos-estímulos disponíveis.

Segundo Kroch:

A mudança linguística é por definição uma falha na transmissão de traços linguísticos através do tempo. Tais falhas, em princípio, podem ocorrer entre grupos de falantes nativos adultos, que, por alguma razão, substituem um traço por outro no uso da língua, como acontece quando novas palavras são cunhadas e substituem velhas; porém, no caso de traços sintáticos e gramaticais, tal inovação por falantes adultos quase não é atestada. Por outro lado, as falhas na transmissão parecem ocorrer no curso da aquisição da linguagem; isto é, são falhas no aprendizado. Uma vez que, numa instância de mudança sintática, o traço que os aprendizes falham em adquirir é aprendizável em princípio, tendo sido parte da gramática da língua num passado imediato, a causa da falha deve recair em alguma mudança, talvez sutil, no tipo de evidência disponível para o aprendiz ou em alguma diferença, por exemplo, na sua idade durante o processo de aquisição, como no caso da mudança induzida através da aquisição de segunda língua por adultos em situação de contato linguístico. (KROCH, 2003, p. 2).

Assim, a mudança sintática surge quando acontecem reanálises de partes dos DLP, fato que tem como causas processos morfofonológicos, ambiguidade estrutural de dados na expressão do valor paramétrico, inovações nos DLP, situações de contato linguístico, fatores extralinguísticos, dentre outros (cf. LIGHTFOOT, 1991; KROCH, 2005; ROBERTS, 2007). Para Kroch (2003, p. 5), não há dúvida de que adultos aprendendo

uma L2 fazem com que a transmissão linguística seja divergente do cenário em que a L1 de uma geração anterior é transmitida como L1 de uma geração posterior.

O que as análises que sumariarei mais adiante evidenciam, utilizando o aporte teórico dos gerativistas supramencionados, pode ser assim sintetizado: os africanos que aprenderam, de maneira emergencial, o português (fora, portanto, do período crítico de aquisição de uma língua) foram expostos a *inputs* não muito robustos e estruturalmente complexos. Uma vez que os dados da experiência relevantes para a aquisição precisam ser constituídos de elementos robustos e estruturalmente simples (cf. LIGHTFOOT, 1991), a situação sociolinguística de aquisição da L2 levou-os a duas direções: ora eles interpretavam mal os *inputs* e, uma vez que a gramática nova diferia no seu *output* da gramática original apenas levemente, os falantes de português L2 não notaram a diferença e então não corrigiram seu erro¹⁵ (cf. KROCH, 2003); ora eles fixaram os parâmetros da L2 com base em seu conhecimento da L1, por meio de processos de transferência e relexificação (cf. SCHWARTZ; SPROUSE, 1994; LEFÈBVRE, 2001; SIEGEL, 2006; SPROUSE, 2006; GALVES; AVELAR, 2014). No entanto, o contato cada vez mais próximo entre as crianças africanas, filhas da primeira geração de africanos que aprendeu o português como L2, e outros falantes de português L1 e o maior acesso à escola visto nas últimas décadas, certamente, fizeram com que usos mais *crioulizantes* (cf. BAXTER; LOPES, 2012) sejam hoje pouco atestados.

2.2.2 Contato interlinguístico e mudança gramatical

Segundo Lucchesi:

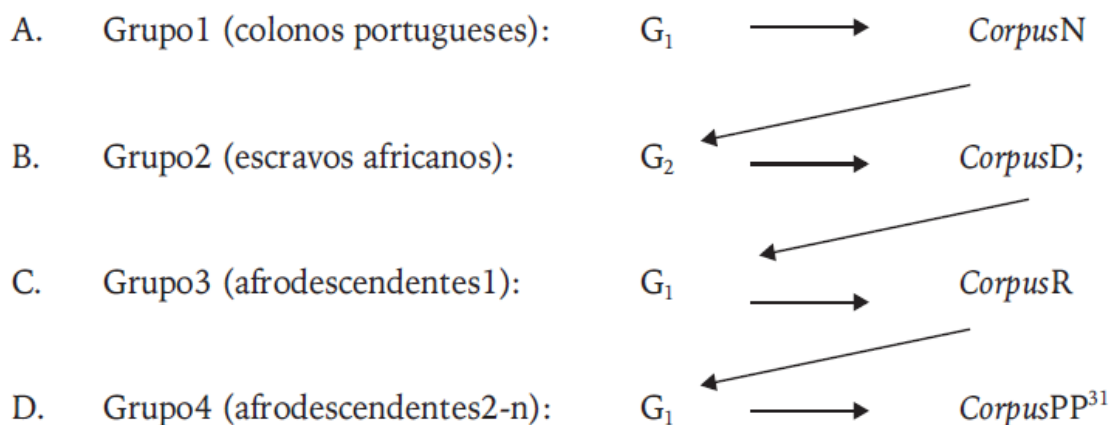
Os fatos da história sociolinguística do Brasil (...) revelam uma predominância de situações de multilinguismo no Brasil do século XVI ao XIX. Focalizando a questão africana, a aquisição do português como língua materna por parte dos descendentes dos escravos trazidos da África teria, em grande medida, na constituição dos [DLP], dados fragmentários e defectivos do português falado como segunda língua, em níveis muito variáveis de proficiência, o que tem (...) sido definido como um processo de transmissão linguística irregular. (LUCCHESI, 2009, p. 145).

Roberts (2007, p. 390) apresenta um modelo de aquisição para situação de contato que reflete a questão da aquisição imperfeita ou transmissão linguística *irregular*. Esse

¹⁵ Para Kroch (2003, p. 5), “a criança tem acesso direto somente aos dados do uso da língua, e não à(s) gramática(s) que os falantes usam para gerar aqueles dados; e o processo de inferência através do qual a criança tira as conclusões dos dados está sujeita a erros”.

esquema foi adaptado por Lucchesi (2009, p. 145-146) para a situação afro-brasileira e segue abaixo:

Figura 1. Aquisição do português no Brasil



Fonte: Lucchesi (2009)

Cite-se o próprio Lucchesi para a explicação do esquema acima:

[...] a relação entre A e B é a de uma aquisição defectiva de segunda língua por parte de falantes adultos (escravos africanos), tendo como *input* os dados fornecidos por falantes nativos do português (os colonos portugueses). A relação entre B e C é de aquisição da língua materna por parte dos filhos dos escravos africanos, a partir do modelo defectivo de português falado como segunda língua por estes últimos. A relação entre C e D é a de transmissão linguística geracional, que se dá entre os segmentos afrodescendentes, a partir da versão nativa de português reestruturado do Grupo 3. O *corpusD* deriva de uma variedade, não apenas simplificada do português falado como segundo língua (sobretudo nos mecanismos gramaticais mais abstratos e sem valor referencial), mas também com eventuais “contaminações” decorrentes de transferências, reanálises etc. orientadas pelas gramáticas das línguas nativas dos escravos africanos. Já o *corpusR* é constituído a partir de uma variedade nativa de português reestruturado, falado pelos escravos crioulos (filhos de mãe africana nascidos no Brasil) e refletirá, por um lado, as simplificações¹⁶ ocorridas na constituição do *corpusD*, bem como eventuais transferências de substrato; por outro lado, conterá também reanálises e reestruturações orientadas pelos dispositivos inatos da GU que atuam na aquisição de língua materna. A partir daí, as novas gerações de afrodescendentes (o Grupo 4, dos afrodescendentes crioulos de segunda geração em diante) tenderão a ir reincorporando estruturas gramaticais do português falado pelas classes dominantes brasileiras, na medida em que as interferências do contato entre línguas diminuem (sobretudo a partir de 1850, com o fim do tráfico negreiro) e na medida em que esses indivíduos vão se integrando e ascendendo na sociedade brasileira. (LUCCHESI, 2009, p. 145-146).

Outras três observações são pertinentes a respeito do esquema. Em primeiro lugar, interessa notar que, quanto maior for a simplificação ou “contaminação” do *corpus* D, maior será a reestruturação na G1 do grupo 3 de afrodescendentes de primeira geração. Isso fará com que esse processo de transmissão da língua da segunda geração de afrodescendentes em diante se assemelhe a um processo de descrioulização¹⁷.

Em segundo lugar, é importante perceber que a situação A-B-C foi replicada inúmeras vezes no Brasil, em virtude de a chegada de africanos ao país ter sido ininterrupta, prologando-se por mais de três séculos.

Uma última discussão interessante sobre o esquema apresentado é a que faz Baxter (2009), com base em Smith (2006). Se é verdade que, como afirma o último autor, a suposição de que os escravos teriam como língua-alvo (LA) aquela falada pelos administradores da colônia é falsa – já que, considerando as investigações sobre os aprendizes de L2 em situação de contato, é mais provável que o escravo se contente em aprender o mínimo necessário para poder comunicar-se com os administradores, sendo mais importante poder comunicar-se com os outros escravos –, então, é preciso entender que o tipo de mudança de língua que houve ao longo da história da transplantação do português para o Brasil envolveu uma fase intermediária de aquisição de segunda língua (ASL), com fases de bilinguismo, e aquisição de L1 com *input* de modelos de L2.

Também é importante notar que, nesse processo de aquisição, dada a mudança de alvo observada por Smith (2006), em fases iniciais em contingentes escravizados, a L2 do escravizado pode ter diversas fontes: (i) a L1 dos administradores, (ii) a L2 de outros escravos, baseada na L1 dos administradores, e, eventualmente, (iii) uma L1 da população escravizada baseada na L2 dos escravos (cf. BAXTER, 2009, p. 273). Ademais:

(...) a depender das circunstâncias sociodemográficas, é importante sublinhar que (i) a L2 do escravo pode constituir um alvo significativo de aquisição em determinados períodos e (ii) a nova variedade de L1 da comunidade *assimilante* pode tornar-se o alvo primário de aquisição por parte das crianças. Desde que sejam mantidas as condições sociais restritivas (a escravidão, o trabalho contratado, o isolamento) e o forte desequilíbrio sociodemográfico de proporção de escravo para não escravo, a variedade de L1 exterior à comunidade assimilante, falada por administradores e livres, constitui um alvo periférico (BAXTER, 2009, p. 273).

¹⁷ Segundo o próprio Lucchesi (2009, p. 146), “há que se ter em mente que, [se o processo de descrioulização] ocorreu, ele terá sido pontual”. O autor afirma que é possível que tenha predominado, no Brasil, um processo de reestruturação leve, em grau menor do que o observado nas situações de criouliização típicas.

Conforme afirma Roberts (2007, p. 389), são três as mais importantes propriedades dos sistemas linguísticos afetados por uma aquisição *imperfeita* por parte de falantes adultos: a instabilidade das evidências para a marcação de parâmetros, a tendência de não realizar a morfologia flexional e as alterações nas estruturas da LA.

Assim, a gramática do PB deve ser entendida como aquela que emergiu num contexto de massivo contato interlinguístico e, por isso, de transmissão linguística *irregular* (ou transmissão divergente, como prefiro chamar), adquirida, ao longo de séculos, em situação de competição de gramáticas. Logo, as estruturas da gramática do português das classes dominantes no Brasil conviveram, ao longo da história de dinâmicas de contato interlinguístico, com estruturas provenientes de processos de *simplificações*, transferências, reanálises etc.

2.2.3 Os africanos, as línguas bantas e a transmissão linguística *irregular*

Calvet (2002, p. 35) afirma, para introduzir seu capítulo sobre contato entre línguas:

Há na superfície do globo entre 4.000 e 5.000 línguas diferentes e cerca de 150 países. Um cálculo simples nos mostra que haveria teoricamente cerca de 30 línguas por país. Como a realidade não é sistemática a esse ponto (alguns países têm menos línguas, outros, muitas mais), torna-se evidente que o mundo é plurilíngue em cada um de seus pontos e que as comunidades linguísticas se costeiam, se superpõem continuamente. O plurilinguismo faz com que as línguas estejam constantemente em contato. O lugar desses contatos pode ser o indivíduo (bilíngue, ou em situação de aquisição) ou a comunidade.

O Brasil é um bom exemplo de país no qual houve intenso contato entre línguas, na medida em que, ao longo da história, a sua situação linguística foi sempre complexa, pela presença de cerca de 1.175 línguas indígenas faladas neste território no século XVI (cf. RODRIGUES, 1993), mais de 200 línguas africanas introduzidas aqui pelo tráfico negreiro, entre 1550 e 1850 (cf. PETTER, 2006) e do PE de diferentes lugares de Portugal, em diversos momentos¹⁸ e de muitas línguas de imigração chegando a ser faladas por milhares de brasileiros (cf. OLIVEIRA, 2009). Isto é: o multilinguismo foi mesmo o pano de fundo para a emergência do PB.

¹⁸ É importante ressaltar que, apesar de sempre se falar em contato entre línguas africanas, línguas indígenas e PE, como se essa última língua fosse única, isenta de variação, também ela foi trazida ao Brasil de lugares e classes sociais diferentes de Portugal e em momentos diferentes da história da colonização do nosso país. Há, portanto, variações, no tempo e no espaço, do PE que entrou em contato com as demais línguas em solo brasileiro.

O contato do português com as línguas indígenas e africanas deixou marcas no PB de maneiras diferentes. Daí decorre a necessidade de tratar desses contatos separadamente.

Segundo Mattos e Silva (2004, p. 14), houve uma

[...] trajetória dizimada dos índios brasileiros e de suas línguas, percurso etnocida e glotocida conhecido, conduzido primeiro pelos colonizadores portugueses e prosseguido pelas chamadas frentes pioneiras que hoje alcançam os limites últimos da Amazônia brasileira.

A submissão do índio foi dupla. Ao passo que os colonizadores portugueses exerciam a submissão material dos autóctones, os missionários da Companhia de Jesus realizavam a sua submissão espiritual. Para tanto, “os jesuítas também adotaram a língua geral, chegando mesmo a codificá-la e dar-lhe feição escrita, empregando o modelo da gramática portuguesa de então” (LUCCHESI, 2009, p. 43). O termo *língua geral* recobre uma diversidade de situações linguísticas. Aqui, chama-se língua geral aquela versão das línguas indígenas usada para a comunicação entre colonizadores portugueses e os índios e gramaticizada pelos jesuítas para o êxito na catequese dos primeiros habitantes do Brasil (cf. LUCCHESI, 2009, p. 43).

Rodrigues (1986, p. 95) afirma que existiam duas línguas-gerais: a paulista, de base tupiniquim e/ou guarani, utilizada como instrumento de colonização pelos bandeirantes, e a língua geral de base tupinambá, presente do Maranhão à Amazônia. Outros estudos, como o de Mattos e Silva (2000), mostram que pode ter havido, além das duas supracitadas, uma língua geral *cariri*, no interior do Nordeste, de base macro-jê.

Rodrigues (1986, p. 95) também chama a atenção para um fato interessante: apesar da variedade de línguas indígenas presentes no Brasil, a criação de línguas gerais era facilitada aqui em virtude da relativa uniformidade das línguas nativas da costa.

As línguas gerais foram utilizadas por mais de dois séculos no Brasil. Entretanto, num decreto que visava ao enfraquecimento do poder dos jesuítas em solo brasileiro, o Marquês de Pombal proibiu, em 1757, o uso dessas línguas, instituindo o português como língua de ensino na colônia. No entanto, as línguas indígenas não deixaram de ser usadas tão rapidamente na colônia, o que reforça a hipótese de que o Brasil-Colônia foi um território bastante multilíngue. Nesse contexto, cabe perguntar como e por que desapareceram tantas línguas indígenas no Brasil. O avanço da urbanização (e, com ele, o do português como língua veicular), a história “etnocida e glotocida” dos índios, para

usar as palavras de Mattos e Silva (2004), já aqui mencionada, são duas conhecidas hipóteses.

Hoje, cresce, em produções brasileiras (e eu não poderia me furtar aqui de apresentar esse fato), a ressalva de que o uso do termo *genocídio* para o caso dos povos autóctones talvez seja pouco adequado. Risério (2020, p. 241-256), p.e, critica o uso do conceito para o caso brasileiro. Em sua visão, genocídio ocorre quando há uma disposição intencional e programática de promover o extermínio total de um grupo ou etnia, o que aconteceu, por exemplo, no caso paradigmático dos nazistas e sua *solução final* à questão judaica. Não obstante, os colonos portugueses, para o referido autor, não queriam exterminar os índios brasileiros, mas escravizá-los, incorporá-los ao projeto colonizador, transformá-los em súditos da Coroa portuguesa.

Ainda segundo Risério (2020), também é inadequado falar em *guerra bacteriológica* contra as populações indígenas no Brasil, posto que, só no final do século XIX, se conheceram as bactérias (ora, não faz sentido, nessa perspectiva, imaginar que a morte de índios por esse motivo tenha sido um projeto). Ou seja: a vasta maioria de mortes de índios brasileiros, entre os séculos XVI e XIX, teria sido consequência de infecções e epidemias, não de confrontos bélicos (cf. RISÉRIO, 2020, p. 243). Em outras palavras, as mortes *extrapatogênicas* teriam sido secundárias na história indígena brasileira. Não se pode esquecer, também, ainda na visão do referido autor (2020), do fato de que índios brasileiros estiveram em confrontos com outros índios durante toda a sua história, o que também contribui para entender a diminuição no número de indígenas ao longo da história do Brasil.

Com o início da colonização sistemática do Brasil, os portugueses passaram a substituir a economia do escambo pelas plantações de cana-de-açúcar, o que levou à alteração radical na visão dos índios pelos lusitanos. Foi a partir daí que a mão de obra indígena foi-se tornando cada vez mais importante para o empreendimento colonial. Daí decorrem as guerras entre portugueses e indígenas e a escravização indígena, mas daí também decorre, a partir do governo-geral, a *política indigenista lusitana* no Brasil: a conversão dos pagãos ao cristianismo, a garantia de liberdade dos índios aliados, a ruína dos índios hostis e o cuidado com a fixação dos indígenas ao solo (cf. RISÉRIO, 2020, p. 245).

Risério (2020, p. 253-254) até aceita o uso do termo *genocídio* aplicado aos índios brasileiros, mas, para ele, isso só começa a acontecer sistematicamente a partir da ditadura militar. Isto é: se houve genocídio indígena, este – perpetrado por fazendeiros,

garimpeiros, seringalistas e madeireiros, ou seja, pela iniciativa privada – foi localizado no tempo e no espaço, não podendo ser a causa da diminuição do número de índios no Brasil, num contexto geral.

Sobre a situação indígena brasileira no século XXI, afirma Risério (2020, p. 254) que a natureza tem sido vista como inimiga do desenvolvimento e os índios, como lixo humano. Numa comparação entre os últimos governos brasileiros, Lula-Dilma e Bolsonaro, afirma Risério (2020, p. 254-255):

[...] os governos petistas foram violentamente predatórios. Nesse caso, a diferença entre Lula-Dilma e Bolsonaro é que o PT tinha uma prática assassina, mas publicamente fazia um discurso cínico, afirmando que era ecológica e antropológicamente preservacionista. Mas já não é possível levar essa conversa a sério. O PT vai ter de responder, perante a história, por cada árvore que incinerou – e por cada índio assassinado. Como se não bastasse, e como que para arrematar a obra assassina desenvolvida pelo PT, o capitão Bolsonaro – além de patrocinar a devastação da floresta amazônica, entregando-a às chamas e à sanha insana de grileiros e garimpeiros – bloqueou a execução de medidas de socorro a indígenas, que o Congresso aprovara. O que o homicida pretende é deixar os índios à mercê da praga do coronavírus, que se encarregará de matá-los. Agora, sim, estamos no mais justo direito de acusar uma postura de assassinato étnico. Se não devemos falar de genocídio a propósito de nosso passado colonial, estamos na obrigação de denunciá-lo em nosso presente, às primeiras décadas do século XXI.

De qualquer forma, acreditando ora na história *etonocida* (cf. MATTOS E SILVA, 2004) dos índios brasileiros, ora na tese de seu *morticínio* por diversas razões – conflitos entre indígenas, falta de base imunológica para lidar com as epidemias trazidas involuntariamente pela colonização, conversão ao cristianismo e à vida nos aldeamentos etc. (cf. RISÉRIO, 2020) –, o fato é que a história de africanos e indígenas no Brasil ao longo do Brasil Colônia e Brasil Império é bastante diferente.

Na contramão da história da diminuição no número de índios, aparecem os povos africanos – ora, é bom que se diga, no fito de evitar conclusões equivocadas, que o número de africanos no Brasil cresce vertiginosamente não porque eles não morriam (como os índios), mas porque o tráfico de escravizados aumentou ao longo da história da empreitada colonial aqui. Isto é: africanos também morriam, é claro, mas o número de mortos não só era recuperado pela compra de mão de obra substitutiva, como era superado, dada a necessidade cada vez maior de escravos no Brasil. Acrescente-se ainda o fato de nascerem aqui descendentes de africanos, que viriam também a ser escravizados.

Não se sabe decerto quando começam a ser trazidos para o Brasil os primeiros africanos tornados escravos. Prado Jr. (1974, p. 37) aventa a hipótese de já haver muitos

deles desde a primeira expedição oficial de povoadores no Brasil. Isso é possível, na medida em que eles já estavam em Portugal mesmo antes da chegada dos portugueses ao Brasil, e em números razoáveis (cf. CLEMENTS, 2009). Segundo Raimundo (1933, p. 26), o tráfico negreiro foi autorizado por um alvará de D. João III, datado de 29 de março de 1549. Esse documento autorizava os donos de engenho do Brasil a comprarem escravos da Costa da Guiné e da Ilha de São Tomé. Ainda segundo Raimundo (1933, p. 27), o limite era de 20 “peças” por engenho montado na colônia.

A partir daí, a importação de escravizados africanos cresceu de forma vertiginosa. Sousa, na sua crônica de viagem, intitulada *Tratado descritivo do Brasil*, nos deixa um registro do que seria a composição demográfica da colônia:

Assim, pode ser socorrida por mar e por terra, de muita gente portuguesa até quantia de dois mil homens, de entre os quais podem sair dez mil escravos de peleja, a saber: quatro mil pretos de Guiné e seis mil índios da terra [...] (SOUSA, 1989, p. 86).

Mussa (1991) recompôs diacronicamente (do século XVI ao XIX) a densidade demográfica do Brasil. Trata-se de mais um testemunho de que, desde o início do tráfico negreiro, o contingente de africanos no Brasil sempre foi exorbitante.

A partir da tabela abaixo, com dados extraídos do trabalho a que me referi acima, percebe-se que “a constante não branca em menor proporção na história brasileira (...) acarreta consequências significativas para melhor compreender a heterogeneidade discutida do português brasileiro” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 35).

Tabela 1. Demografia histórica do Brasil

	1538-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
Africanos	20%	30%	20%	12%	2%
Negros brasileiros	-	20%	21%	19%	13%
Mulatos	-	10%	19%	34%	42%
Branco brasileiros	-	5%	10%	17%	24%
Europeus	30%	25%	22%	14%	17%
Índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

Fonte: Mussa (1991, p. 63)

Para Mattos e Silva (2004, p. 35), os dados demográficos apresentados por Mussa (1991) são suficientes para uma visão geral da história demográfico-linguística do país, ao longo de sua história¹⁹. No entanto, ainda segundo ela (idem),

(...) a recuperação da demografia histórica localizada pelos diversificados espaços geográficos brasileiros ao longo dos cinco séculos se faz necessária para dar conta do que Houaiss chamou de “sucessivas distribuições demográfico-linguísticas”.

Essa demografia histórica localizada não será discutida aqui de forma exaustiva. Por ora, é suficiente entender o quão importantes foram os contatos interlinguísticos para a formação do PB.

Há que se ter em mente, portanto, que a história de africanos e índios foi contrária no Brasil: ao passo que tantos autóctones (e tantas de suas línguas) foram desaparecendo gradativamente, o transporte forçado de africanos para o Brasil cresceu de forma vertiginosa. Daí se afirmar hoje, diante do que é possível perceber (ora, não se conhece a sintaxe das línguas indígenas faladas em 1500, p.e.), que muitas características morfossintáticas do PB são tributárias ao contato do português com as línguas africanas, ao longo da história do Brasil (cf. AVELAR & GALVES, 2014).

Todo esse intenso contato entre povos tão diversos favoreceu o processo de bipolarização do PB. Além da própria composição social diversa do Brasil, há que salientar outro fato importante para essa bipolarização: o enriquecimento de alguns poucos com a economia açucareira na colônia. Sobre isso, afirma Lucchesi (2009, p. 47):

[...] a pujança da economia açucareira dará ensejo também a manifestações de requinte, entre as quais, naturalmente, o cultivo de uma língua fortemente ligada aos padrões da Metrópole, que, sob o modelo dos administradores, altos funcionários e autoridades eclesiásticas (todos reinóis), vicejará entre a elite colonial, sobretudo nos ambientes finos dos dois mais importantes centros urbanos da época: Salvador e Recife. Já na casa-grande, nas grandes propriedades rurais, encontram-se escravos domésticos, que, se possuíam certamente uma maior proficiência em português, não deixavam de influenciar a língua de seus senhores – principalmente pela ação das amas que participavam diretamente da criação dos filhos do seu senhor –, impregnando-lhes a língua com as marcas de sua aquisição imperfeita.

¹⁹ Houaiss (1985) insiste na importância dos dados demográficos, aliados a outras três vias, por ele assim designadas, para a reconstrução da história do PB. As hoje conhecidas quatro vias de Houaiss estão sendo cumpridas pelos muitos grupos de pesquisa que se aventuram nessa laboriosa tarefa, inclusive pelo PROHPOR, do qual esta pesquisa faz parte. Silva Neto, primeiro estudioso da língua portuguesa que procurou ir às fontes sócio-históricas do passado, segundo Mattos e Silva (2004, p. 32), é outro exemplo de linguista que insistiu no uso de dados demográficos para reconstruir a história do PB.

Assim, a expansão da língua portuguesa no Brasil, que se deu através da fala dos colonos portugueses e, sobretudo, através das variedades *defectivas* de português adquiridas por africanos escravizados e indígenas e transmitidas para os seus descendentes (cf. LUCCHESI, 2009, p. 48), ocorreu de forma bipolarizada, bipartida.

É, pois, interessante perceber como a falta de escolarização formal (ou a presença de uma escolarização formal precária, quando muito), da grande maioria dos brasileiros contribuiu para o distanciamento entre o PB *culto* e o PB *popular* e para o distanciamento entre o PB e o PE. Houaiss (1985, p. 137) afirma que, até o século XVIII, o número de letrados não ultrapassou 0,5% da população brasileira. Este percentual sobe para 20% a 30% ao longo do século XIX, até 1920.

Não me debruçarei, por ora, sobre o problema da escolarização na colonização do Brasil. Os dados anteriormente citados são, entretanto, reveladores para entender, repito, a distância que sempre existiu entre o PB e o PE e a bipolarização do PB ainda observável em alguns fenômenos, a exemplo da concordância, não obstante o deslocamento populacional para os (grandes) centros urbanos, a influência dos meios de comunicação de massa e a massificação do ensino público vistos nos últimos anos (cf. LUCCHESI, 2009, p. 349). Tratarei dessa *polarização sociolinguística* do Brasil, de forma mais ampla, no item 2.6.

É bastante comum a discussão, no âmbito na Linguística Histórica brasileira, sobre a maneira como as múltiplas dinâmicas de contato interlinguístico estabelecidas na formação da sociedade brasileira contribuíram para produzir as características que hodiernamente permitem contrastar PB e PE e aproximar o PB das variedades de português africano (PA). Ao longo de muitas décadas, esse debate foi feito de maneira polarizada, na medida em que, ao passo que pesquisadores, como Naro e Scherre (2007), defenderam que todas as características do PB têm um claro ancestral em Portugal, outros, a exemplo de Baxter (1993), Petter (2009), Petter (2009), Lucchesi *et al* (2009), Galves (2018), Avelar (2019), Roberts (2019) etc. argumentam que a maciça presença de africanos e afrodescendentes e a maneira como esses adquiriram e transferiram às gerações subsequentes o português são os grandes responsáveis pelo contraste entre PB e PE e pelo *continuum* afro-brasileiro (cf. PETTER, 2009) que une PB e PA.

Com efeito, tendo em vista que, entre os séculos XVI e XIX, como mostram os dados anteriormente apresentados, os africanos e seus descendentes chegaram a superar numericamente outros grupos (índios, portugueses, brasileiros descendentes de africanos e portugueses etc.), “não se pode pensar seriamente que a língua portuguesa não foi

diretamente afetada pelo contato do português com as línguas africanas de uma forma bem ampla e representativa” (LUCCHESI, 2009, p. 28). Aliás, para Mattos e Silva (2004, p. 82), foram mesmo os africanos os principais difusores do que ela chamou de *português geral brasileiro*, antecedente histórico da vertente popular do PB. Têm, portanto, os africanos um papel decisivo na generalizada expansão do português pelo Brasil, sobretudo a partir do século XVIII (cf. MUSSA, 1991; MATTOS E SILVA, 2004; BONVINI, 2008).

Assim, os dados linguísticos que aparecerão mais adiante fazem parte de trabalhos que advogam a favor da hipótese de que o contato interlinguístico entre falantes de português e de línguas africanas (sobretudo as bantas), em relação às marcas gramaticais aqui sumarizadas, singularizou o PB no conjunto das línguas românicas.

A importância das línguas bantas para a emergência do PB se deve, para Galves (2018), a duas razões: primeiro, porque há diversas semelhanças entre as variedades de português que surgiram no Brasil e aquelas em ex-colônias na África (cf. PETTER, 2009). Acrescento a essa razão o trabalho de Baxter e Lopes (2012), que vê evidências de que cinco comunidades (Helvécia, na Bahia, comunidade representativa do português afro-brasileiro; o português dos Tongas de São Tomé; o português de Almojarife, em São Tomé; o português L2 de Maputo, em Moçambique, e o português popular em Salvador) têm credenciais diacrônicas de presença de línguas bantas e contingentes de falantes de português L2 e demonstram características idênticas de marcação de plural.

A outra razão apontada por Galves (2018) de que as línguas bantas têm irrefutável relevância para a emergência das gramáticas do PB é a hipótese amplamente aceita de que uma língua banta, o quimbundo, desempenhou um papel especial na história linguística do Brasil, tanto porque foi introduzida no início e continuamente no país pelo tráfico de pessoas escravizadas, quanto porque era a base de uma língua veicular africana usada na maioria das regiões do Brasil durante três séculos (cf. MENDONÇA, 1935, p. 63; BONVINI, 2008; entre outros).

Há duas maneiras de se estudarem as influências de uma língua sobre outra em contexto de contato interlinguístico. Numa abordagem global (cf. AVELAR, 2015; AVELAR & CIRINO, 2008; AVELAR & GALVES, 2011 etc.), para o caso do PB, as influências estudadas são as das línguas africanas. Numa abordagem local (cf. INVERNO, 2009; GONÇALVES, 2010; JON-AND, 2013 etc.), há uma preocupação com a necessidade de comparar variedades específicas do português com línguas

específicas, em contextos geográficos específicos de contato (por exemplo: que línguas africanas mantiveram contato com o português na Bahia?).

Mesmo nas abordagens locais, é possível perceber que, independentemente das línguas que estiverem em contato, os resultados dessa situação são bastante parecidos, o que parece pressupor a existência de mudanças que têm menos influências das línguas em contato do que do próprio cenário divergente de aquisição e transmissão linguísticas.

No caso do PB, concordo com Avelar e Galves (2014), para quem esse cenário divergente de aquisição e transmissão linguísticas pode ter levado o português a mudanças de dois tipos: (i) transferência de propriedades sintáticas das línguas maternas dos falantes de línguas bantas para o português em formação no Brasil e (ii) reestruturação desencadeada pela dificuldade no aprendizado de marcas gramaticais específicas do português. Note-se que essas duas possibilidades convergem para as questões teóricas anteriormente discutidas sobre mudança em contexto de contato entre línguas.

Entre os fatores que influenciam a forma da L2 de aprendentes adultos, os seguintes são, para Baxter e Lopes (2012, p. 224), centrais em investigações atuais:

- a. Simplificação: i.e, presença de formas reduzidas e regularizadas (KLEIN; PERDUE, 1997; MATHER, 2006; SIEGEL, 2004) orientadas pela natureza do *input* (p.ex., via frequências, saliências, transparência semântica e pragmática) e pela Gramática Universal (GU);
- b. Transferência e relexificação: formas estruturais da L1 do aprendente transferidas para a L2 incipiente (SIEGEL, 2006; SCHWARTZ, SPROUSE, 1994; SPROUSE, 2006);
- c. ASL imperfeita: por exemplo, a *Failed Functional Features Hypothesis* (FFFH) (HAWKINS; CHAN, 1997; FRANCESCHINA, 2002, 2003), segundo a qual o aprendente adulto seria incapaz de adquirir traços das categorias funcionais parametrizadas, uma incapacidade condicionada pelo período crítico [de aquisição de língua].

Avelar e Galves (2014) e Baxter e Lopes (2012), de formas diferentes, atribuem à mesma hipótese as mudanças verificáveis no PB que o separam do PE e o aproximam do PA: o cenário divergente de aquisição e transmissão linguísticas, protagonizado pelos segmentos africanos, falantes sobretudo de línguas bantas.

É com base nesse repertório teórico que se analisaram os fenômenos que serão, de forma panorâmica, apresentados mais adiante.

2.2.4 O *continuum* afro-brasileiro do português

Petter (2009) defende a existência de um *continuum* entre as *variedades* brasileira e africana do português. Argumenta a autora (PETTER, 2009, p. 159-160) que, até aquela publicação, ainda não havia uma análise exaustiva sobre a identidade do PB que o situasse num conjunto maior – o dos países de fala portuguesa, em que se encontram outras variedades de português, não crioulas, faladas na África (Angola e Moçambique) e na Ásia (Macau, Goa e Timor-Leste). Segundo ela, tanto os trabalhos feitos no Brasil quanto aqueles feitos em África seguiam inicialmente a mesma metodologia: comparar a variedade sob análise ao PE, destacando-se particularidades, “erros”, e sempre considerando o PE como a forma-padrão.

O objetivo do trabalho de Petter (2009, p. 160) era, então, em suas próprias palavras,

[...] focalizar as formas de português faladas na África, na área não-crioula, chamando atenção para o fato de que as diferentes situações de contato, em épocas diversas, mas envolvendo o português e um conjunto de línguas muito próximas – as do grupo banto –, produziram alguns resultados semelhantes nos níveis fonológico, lexical e morfossintático, que nos permitem defender a existência de um *continuum* afro-brasileiro de português. Mesmo considerando que não existam entidades homogêneas identificáveis como “português africano”, “português moçambicano”, “português angolano” ou “português brasileiro”, a história do contato e os aspectos linguísticos comuns a essas variedades autorizam-nos a levantar a hipótese desse *continuum*.

Acrescenta Petter (2009, p. 161):

Muito embora se reconheça que há uma ecologia linguística particular a cada um dos três países [Brasil, Angola e Moçambique], evidenciada pelo multilinguismo dos falantes africanos, locutores de línguas do grupo banto; pela diversidade das línguas em presença no Brasil (línguas africanas, línguas indígenas e de imigrantes); pelo momento histórico distinto do contato e do recontato com o português (século XVI e final do século XIX em Angola e Moçambique, quando realmente se deu a colonização portuguesa) – de que decorre um estatuto linguístico específico para a língua portuguesa –, tentarei destacar, em cada um dos níveis (fonético-fonológico, lexical e morfossintático), aspectos que denotam uma continuidade entre as variedades linguísticas faladas ao sul do equador e marcam uma ruptura com o PE.

Antes de concluir a sua defesa da existência de um *continuum* afro-brasileiro do português, Petter examina dois fatos morfossintáticos: a concordância de gênero e a colocação pronominal.

No caso da concordância de gênero, *continuum* significa uma distribuição no tempo, em que há uma sequência com diferenças se vão acentuando; no que se refere à colocação pronominal, significa a existência de uma continuidade, sem que haja um início e um fim, sem que o tempo seja o fator relevante, em que o que importa é uma certa “unidade”, um conjunto de formas que demonstram uma ruptura com a variedade europeia da [língua portuguesa] (PETTER, 2009, p. 170).

As semelhanças encontradas entre o português falado no Brasil, em Angola e em Moçambique são várias (cf. CHAVAGNE, 2005; INVERNO, 2005; GONÇALVES, 2004; LABAN, 1999), as quais foram agrupadas por Galves (2008) em dois conjuntos: um que inclui as propriedades morfossintáticas do PA presentes em diversos dialetos do PB, embora com frequências distintas para algumas delas, e um outro que inclui características do PA documentadas no PB apenas em certas regiões, e em certos casos apenas em comunidades isoladas de origem africana.

O primeiro conjunto inclui:

- concordância nominal e verbal em número variável;
- confusão nas formas de 2ª e 3ª pessoa (seu/teu, te/você);
- uso do pronome tônico em posição de objeto;
- colocação pré-verbal dos pronomes clíticos, inclusive em primeira posição absoluta;
- uso do pronome dativo “lhe” em lugar do pronome acusativo “o”;
- uso da preposição “em” em lugar de “a” para o lugar para onde se vai;
- mudança de regência de certos verbos (em particular perda de preposições);
- uso de “dele” em lugar de “seu”;
- posição pós-nominal do possessivo (sem efeito de focalização) (AVELAR & GALVES, 2008, p. 150)

Já o segundo conjunto inclui:

- ausência de concordância de gênero;
- forma invariável do verbo, inclusive para primeira pessoa;
- ausência de artigo definido;
- construções de duplo objeto (como em “ela deu o irmão o retrato” em lugar de “ela deu o retrato ao irmão”; “perguntei o Pedro” em lugar de “perguntei ao [/a] Pedro”;
- ausência de conjunção “que” nas orações subordinadas. (AVELAR & GALVES, 2008, p. 151)

A presença das línguas africanas em Angola e Moçambique, predominantemente da família banto, é uma obviedade. Segundo Gonçalves (2004, p. 30), apenas 3% da população moçambicana falam português como L1, e 40% como L2. Em Angola, segundo Inverno (2005, p. 1), o português é L1 de menos de 20%.

É preciso notar que, em ambos os países, a situação de bilinguismo é evidente, o que suscita o debate sobre em que medida o tipo de aquisição de português L1 a partir de modelos-estímulos (*inputs*) diferentes (português L1, português L2, por exemplo) tanto para os falantes do português em emergência em África, quanto para os primeiros falantes do português no Brasil, e o tipo de transmissão linguística (divergente do *cenário normal*, em que uma criança adquire sua L1 a partir de modelos-estímulos da L1 dos seus pais) que foram feitos podem ser os grandes responsáveis pelas semelhanças linguísticas encontradas. Acredito que essa é a melhor hipótese para explicar, de um lado, as semelhanças entre o PB e o PA e entre o PB e algumas outras línguas afetadas por massivo contato interlinguístico e, de outro lado, o afastamento entre PB/PA e o PE.

E é na esteira dessa noção de que existe um *continuum* afro-brasileiro entre PB e PA que Galves (2018) propõe a criação de um grande *corpus* morfossintaticamente anotado, composto por documentos organizados em torno de quatro dimensões não exclusivas entre si: a dimensão temporal (localização no tempo), a dimensão espacial (localização no espaço), a dimensão aquisicional (primeira ou segunda língua) e, finalmente, a dimensão textual (fala ou escrita). Para ela, tal esforço pode fornecer suporte empírico sólido, com base no qual se podem compreender as dinâmicas do efeito do contato interlinguístico (desde os seus primórdios até a versão consolidada da norma brasileira de hoje, passando por formas intermediárias desse processo) na emergência de novas gramáticas, diferentes do PE. Essa proposta é interessante, na medida em que, para a sua autora:

The Afro-Brazilian continuum can be seen as the manifestation of the successive points in the scale of effects of contact, beginning with the direct effects of second language acquisition, and ending with the sedimentation of new features in the target language as the result of a long process of both inclusion and exclusion, due to several factors such as nativization and social pressure (GALVES, 2018, p. XX).

Além disso, Galves (2018) defende que a morfologia do português, no Brasil e na África, parece depender de educação formal, o que, a meu ver, suscita a possibilidade de

afirmar que, a rigor, se as características mais marcantes da gramática do PB e do PA diferem daquelas do PE, então, a hodiernidade tem à sua disposição, pelo menos, três línguas diferentes, ainda denominadas *português* por questões menos gramaticais, internas, do que políticas. Parece-me, pois, que traços da sintaxe do PE fazem parte, quando muito, de uma *periferia marcada* (cf. CHOMSKY, 1988) nos falantes brasileiros – mesmo os representativos da chamada *norma culta*, como mostram Ribeiro (2015) e Kato (2018 etc.) – e africanos. Em outras palavras: aquilo que é nuclear na gramática do PE parece mesmo ser periférico na gramática do PB.

As variedades extraeuropeias de português podem ser interpretadas de duas formas. A partir de um ponto de vista mentalista, isto é, segundo uma concepção que vê língua como língua-I, essas variedades derivam do filtro interpretativo imposto à segunda língua pela competência internalizada do falante (como discuti anteriormente). Na esteira de um ponto de vista social, isto é, que relaciona língua à língua-E, essas variedades podem ser o resultado de uma negociação entre os falantes, limitada pelas condições sócio-históricas dos contatos.

Galves (2018) propõe, então, revendo os conjuntos levantados em Galves (2008), que as inovações brasileiras no português podem ser amalgamadas em dois grupos, de que falarei adiante: um que inclui características linguísticas presentes em todos os dialetos do país e que, por isso, pode ser considerado como o padrão falado no Brasil e outro que contém funcionalidades restritas a alguns dialetos brasileiros, a algumas áreas geográficas ou comunidades linguísticas.

Para a autora, as propriedades gerais que caracterizam e singularizam o PB no conjunto das línguas românicas, possibilitando conceber essa língua como partícipe de um grande *continuum* afro-brasileiro, nos termos de Petter (2009), são: (i) a concordância verbal e o domínio pré-verbal, (ii) o sistema pronominal, (iii) a morfossintaxe dos sintagmas nominais, (iv) as preposições e os casos e (v) o domínio do CP (*complementizer phrase*). Do ponto de vista da gramática gerativa, isso corresponde às principais categorias funcionais e envolve os grandes processos morfossintáticos de concordância e caso.

2.3 OS FENÔMENOS GERAIS DO PB

2.3.1 Concordância verbal e domínio pré-verbal

Duas mudanças na gramática do português em uso no Brasil são discutidas por Galves (2018) como dois fenômenos hodiernos gerais do PB: a concordância verbal divergente do PE – sobre a qual há numerosos trabalhos – e as construções de tópico-sujeito – sobre as quais apenas recentemente tem se estudado.

Em relação ao primeiro fenômeno, visto desde há muito por pesquisadores como Adolpho Coelho (1967), para quem a concordância verbal variável foi tomada como evidência para a evidência de crioulização na gênese do PB, e Chaves de Melo (1981, p. 79), que afirmava que esta era “a influência africana mais profunda no português do Brasil”, Galves observa, a partir dos dados de Lucchesi (2009), que a pequena frequência de concordância observada em comunidades afro-brasileiras isoladas da Bahia é esperada. Há que se ressaltar, porém, que o fato de a concordância não estar completamente ausente da fala dessas comunidades e o seu uso não ser categórico nas mais altas camadas socioculturais do Brasil evidencia que a diferença aí é mais quantitativa do que qualitativa. Isso significa afirmar que, de fato, a variação na concordância verbal no PB lhe deixou marcas que o distanciam do PE.

Os dados de que fala Galves, extraídos de Lucchesi (2009, p. 348), são os seguintes:

- (i) comunidades rurais afro-brasileiras do interior do estado da Bahia: 16% (LUCCHESI, 2009);
- (ii) comunidades de pescadores analfabetos ou pouco escolarizados, no norte do estado do Rio de Janeiro: 38% (VIEIRA, 1997);
- (iii) fala de analfabetos da cidade do Rio de Janeiro: 48% (NARO, 1981);
- (iv) fala de indivíduos escolarizados das cidades do Rio de Janeiro e de Florianópolis: 73% e 79%, respectivamente (SCHERRE; NARO, 1997; MONGUILHOTT; COELHO, 2002, respectivamente);
- (v) norma urbana culta do Rio de Janeiro: 94%.

Esses dados – que dizem respeito à variação na aplicação da concordância verbal explícita com a terceira pessoa do plural, entre 1980 e 2000, num *continuum* que vai desde comunidades rurais afro-brasileiras do interior do estado da Bahia até a norma urbana culta do Rio de Janeiro – confirmam que houve, na história do português no Brasil, uma polarização sociolinguística que só vai diminuir, em relação à marcação explícita de concordância verbal, a partir de meados do século XX, com a reintrodução da regra de

concordância em comunidades rurais por influência dos modelos linguísticos urbanos, através do deslocamento populacional, da influência dos meios de comunicação de massa e da massificação do ensino público (cf. LUCCHESI, 2009, p. 349).

Na parte africana do *continuum*, a variação na concordância é tema de quase todos os estudos, seja sobre o português de Angola (cf. CHAVAGNE, 2005; INVERNO, 2005; 2009; BENTO, 2010), de Moçambique (cf. GONÇALVES, 2010; 2013) ou de São Tomé (cf. GONÇALVES, 2016).

As semelhanças podem ser notadas nos exemplos abaixo:

- (1) HELVÉCIA – PB (cf. BAXTER, 2009, p. 270)
as pessoa de lá é muito bom;
- (2) MONTE CAFÉ – PA (cf. BAXTER, 2009, p. 270)
os ôtros disse;
- (3) ANGOLA – PA (cf. GONÇALVES, 2013, p. 176)
tu vai pagar tudo o que me fizeste;
- (4) MOÇAMBIQUE – PA (cf. INVERNO, 2009, p. 14)
estes reos hé de igual estatura ordenaria...

No domínio pré-verbal, as construções de tópico-sujeito, de que são exemplos as frases (5) e (6), a seguir, fenômeno também apontado por Galves (2018) como sendo comum a toda a extensão do PB, foram inicialmente descritas por Pontes (1981).

- (5) Essas ruas passam muito carro (AVELAR & GALVES, p. 2014);
- (6) As crianças já estão nascendo o dentinho (AVELAR & GALVES, 2014, p. 254)

Trata-se de um padrão frásico inusitado, porque agramatical, no PE e em outras línguas românicas, o que possibilita interpretar PB e PE como línguas tipologicamente diferentes no que concerne ao estatuto de “orientação ao sujeito/tópico”. Isso leva muitos pesquisadores a caracterizarem o PB como uma língua que tem uma sintaxe que compartilha propriedades com a das chamadas *línguas com proeminência de tópico*, em oposição àquelas analisadas como sendo consistentemente *orientadas ao sujeito* (cf. GALVES, 1998; NEGRÃO, 1999; DUARTE; KATO, 2008; AVELAR & GALVES, 2011 etc.). Roberts (2019), como mostrarei a seguir, cita o referido padrão frásico como um dos fenômenos que possibilita a afirmação de que o PB é uma gramática *marginal* no conjunto das línguas românicas.

Considerando que exemplos como (5) e (6) fazem *concordância locativa* e *concordância possessiva*, respectivamente, Avelar e Galves (2014) argumentam que a presença dessas construções de tópico-sujeito no PB é tributária do aporte linguístico africano introduzido no Brasil por conta do tráfico negreiro entre os séculos XVI e XIX. Esse argumento assenta-se no fato de que, entre as línguas bantas, a concordância locativa (sob o rótulo de *inversão locativa*) é largamente atestada.

Os exemplos (7), (8) e (9) a seguir, de línguas bantas, mostram a concordância do verbo com um constituinte interpretado como lugar ou direção, em vez de concordar com o sujeito lógico dessas frases, em posição pré-verbal:

(7) OTJIHERERO (cf. MARTEN, 2006, p. 98)

mò-ngàndámw-á-hítìòvǎ-ndú

18-9.house **Sc18-PAST-enter 2-people**

‘Into the house/home entered (the) gests’

(8) KINANDE (cf. BAKER, 2003: exemplo 25)

Omo-mulongomw-a-hik-a(?o-)mu-kali

loc.18-village **18S-T-arrive-FV** (AUG)-CL1-woman.1

‘At the village arrived a woman’

(9) LUBUKUSU (cf. DIERCKS, 2011, p. 703)

Mú-mú-siirúm-w-á-kwá-mókú-mú-saala

18-3-forest **18s-PST-fall-181** 3-3-tree

‘In the forest fell a tree’

Avelar e Galves (2014, p. 256-257) destacam, também, que o quimbundo, consensualmente apontado, ao lado do quicongo e do umbundo, como a língua materna da maioria dos africanos introduzidos no Brasil (cf. BONVINI, 2008), apresenta um padrão idêntico de inversão locativa. O exemplo (10) ilustra isso:

(10) QUIMBUNDO (<http://www.linguakimbundu.com/index3.html>)

a. **Mu** *njibela muala ni kitadi?* (No bolso tem dinheiro?)

b. **Bu** *kibuna kiami buala o kamba rienu?* (No meu banco está ovoosso amigo?)

c. **Ku** *‘nzo ié kuala ni ndenge?* (Na tua casa temcriança?)

Explicam Avelar e Galves (2014, p. 257):

os morfemas classificadores em negrito *mu-*, *bu-* e *ku-*, introduzindo constituintes locativos em posição pré- verbal, são reproduzidos como um prefixo junto à forma verbal *-ala(ni)* ‘estar, ter’, evidenciando o estabelecimento da concordância entre o locativo e o verbo. Na *Grammatica Elementar do Kimbun-do ou Língua de Angola*, faz-se menção ao fato de a sintaxe dessa língua permitir a concordância locativa, salientando que “quando, por inversão, o locativo acontece preceder o verbo, este concorda com ele, tomando-o como prefixo. Na inversão, o sujeito lógico perde toda influencia sobre o verbo, de modo que não importa a qual cl. sing. ou pl. o sujeito pertença, contanto que seja de 3a pessoa” (Chatelain 1888/89: 89).

Como se pôde ver, o efeito da inversão locativa observada no quimbundo, que faz com que o sujeito lógico perca a influência sobre o verbo, é verificável também nos exemplos (5) e (6), do PB. Isso permite constatar a convergência sintática entre PB e quimbundo (bem como as demais línguas bantas) no que se refere às propriedades da concordância locativa, e é isso que tenho argumentado aqui: se propriedades da L1 dos africanos são incorporadas ao português em emergência em África, podemos supor, então, que, em épocas pretéritas, o mesmo tipo de transferência de configurações sintáticas deve ter havido na aprendizagem do português pelos 2/3 de habitantes do que hoje se chama Brasil: os africanos e seus descendentes.

O padrão frásico que faz concordância possessiva, como mostra o exemplo (6), do PB, também é empiricamente observável em línguas bantas, como se pode perceber nos exemplos (11) e (12) a seguir:

(11) CHICHEWA (cf. SIMANGO, 2007: exemplo 23)

Mavutoa-na-f-amaso

Mavuto SM-PST-die-FV eyes

‘Mavuto became blind’

(Lit. ‘Mavuto died eyes’)

(12) HAIA (cf. HYMAN, 1977 *apud* SIMANGO, 2007: exemplo 24)

Omwaanan-aa-shaash ’omutwe

child PR-he-ache head

‘The child has a headache’ (Lit. ‘The child is aching the head’)

Para Avelar e Galves (2014, p. 158):

A inequívoca convergência com as línguas bantas no que diz respeito aos casos de concordância locativa e possessiva torna plausível a hipótese de que as construções de tópico-sujeito emergiram no português brasileiro em função do

contato interlinguístico, mais precisamente pela transferência de propriedades das línguas faladas pelos africanos, por meio de um processo de *transmissão linguística irregular*(...)

A comparação dos dados aqui apresentados com os do português em emergência em Moçambique, retirados de Gonçalves (2010), confirma a hipótese dos autores, com que concordo. Afinal, como se pode ver em (13) e (14), os falantes moçambicanos, que têm como L1 línguas bantas e estão em fase de aquisição de português L2, também produzem sentenças com concordância possessiva. Isto é: deve estar acontecendo ali um processo de transferência de matrizes oracionais de suas L1 para o português L2 em aquisição divergente.

(13) *Ela nasceu dois filhos na Suazilândia.*

(14) *Os olhos saíram lágrimas.*

Outro caso interessante, também discutido por Gonçalves (2010), como mostram os exemplos (15a) e (15b), é que é possível, no português L2 de Moçambique, que um sintagma preposicionado introduzido pela preposição *em* ocupe a posição de sujeito, produzindo construções agramaticais no PE, mas gramaticais também no PB, como mostram os exemplos (16a) e (16b), retirados de Avelar e Galves (2008):

(15) PORTUGUÊS MOÇAMBICANO (L2)

a. *Na igreja é pequeno* (= a igreja é pequena.)

b. *Na minha casa é perto da estrada* (= a minha casa é perto da estrada)

(16) PB

a. “*na minha escola aceita cartão de crédito*” (= a minha escola aceita...)

b. “*no meu carro faz esse barulho de tuchos hidráulicos*” (o meu carro faz...)

2.3.2 O sistema pronominal

As inovações no sistema pronominal afetam várias características da estrutura morfossintática dos pronomes, sempre segundo Galves (2018). Em primeiro lugar, a autora destaca que, devido à substituição do pronome de 2ª pessoa *tu* pelo pronome de 3ª pessoa *você* e ao fato de a 2ª pessoa ter deixado de ser marcada no verbo, a categoria de pessoa deixou de exibir a estrutura ternária, sendo reduzida a uma oposição binária entre

1ª pessoa, de um lado, e 2ª e 3ª pessoa, por outro lado. Isso tem um efeito visível na variação livre entre o uso de *você* e *tu* e entre o uso dos possessivos *seu*, *teu* e suas flexões. Os exemplos a seguir demonstram essas inovações:

(17) Você vem buscar e eu te vejo (OLIVEIRA SILVA, 2011);

(18) Eu sigo você. Vá devagar (OLIVEIRA SILVA, 2011);

(19) Tua mãe já fez sua mochila? (LOPES, 2008).

A autora cita, como uma segunda inovação na gramática do sistema pronominal do PB, a perda da realização morfológica de distinção entre dativo e acusativo (p.e., *lhe* pode servir tanto para acusativo quanto para dativo). Ademais, no PB, os pronomes não clíticos eu/você/ele são usados em posição de objeto direto, o que é impossível no PE.

A terceira inovação diz respeito ao fenômeno de sujeitos nulos. Galves (2018) cita vários trabalhos que têm mostrado que o PB tem características claramente diferentes do mesmo fenômeno no PE, o que levou as pessoas a argumentarem que o PB é uma língua de sujeito nulo parcial, o que significa dizer, entre outras coisas, que pronomes pessoais nessa língua são mais frequentes. A autora usa os dados de Lucchesi (2009) – a frequência, segundo esse estudo, é de 29% de uso de sujeitos nulos na variedade urbana padrão do Brasil e de 27% de uso de sujeitos nulos nas comunidades afro-brasileiras isoladas – para demonstrar que esta é uma propriedade muito geral no PB.

Por último, Galves (2018) aponta que um aspecto essencial dos sujeitos nulos no PB é que eles podem receber uma interpretação de indeterminado, quando eles ocorrem com a 3ª pessoa do singular. O exemplo (20) ilustra isso:

(20) Nos nossos dias não usa mais saia (GALVES, 1987)

2.3.3 As preposições e os casos

Outra propriedade saliente do PB é que ele tende a evitar a preposição “a” nas funções locativa e dativa. Essa preposição é substituída, respectivamente, por “em” e “para”, como mostram os exemplos a seguir:

(21) Cheguei no trabalho;

(22) Entreguei uma carta pro professor.

Galves cita, inclusive, o trabalho de Torres Moraes e Salles (2010), que defendem que o PB perdeu completamente a expressão morfossintática de dativo.

2.3.4 A morfossintaxe dos sintagmas nominais

A autora destaca duas particularidades do PB quanto à morfossintaxe dos sintagmas nominais: a concordância variável, amplamente discutida, e o uso de nomes nus para expressar genericidade – fenômeno pouco discutido no PB, segundo Galves, e extremamente limitado no PE. Os exemplos a seguir são ilustrativos dessas duas particularidades, respectivamente:

- (23) a. Os filho
 b. Os meus amigo
 c. Os primeiro momento
 d. Esses transportes alternativo

(24) Crianças leem revistinhas

2.3.5 O campo do CP

Há muitos aspectos que diferenciam o PB e o PE quanto ao campo CP. Galves (2018) destaca dois: o uso de *que* como marcador de foco, chamado de “construção fenda sem cópula”, como em (25) e (26), agramatical em PE (cf. RIBEIRO & CORTES JÚNIOR, 2009) e extremamente produtivo no PB, e o uso de relativas cortadoras e copiadoras, como em (27) e (28):

- (25) É ela que sabe;
 (26) Quem que vai querer bater uma carteira de um crioulo? (MIOTO; KATO, 2005, p. 172);
 (27) O rapaz que conversei é meu amigo;
 (28) O rapaz que conversei com ele é meu amigo.

2.4 OS FENÔMENOS DO PB DIATOPICAMENTE RESTRITOS

Os exemplos dos fenômenos do PB restritos diatopicamente, segundo Galves (2018), aparecem a seguir. A autora esclarece que esses fatos ocorrem mais comumente

em regiões isoladas, com as estudadas por Baxter e Lucchesi (1997) e por Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009).

(29) REDUÇÃO DA CONCORDÂNCIA DE PESSOA E NÚMERO

- a. Num Io vai pedir caro dele não.
- b. Os menina d'agora tudo acho coisa bom.

(30) AUSÊNCIA DE PREPOSIÇÕES

- a. Gosta mata virgem.
- b. Não trabalho garimpo.
- c. Meu amigo eu num vou dize o sinhô que não

(31) NOMES NUS DEFINIDOS

Terrero era grande (BAXTER; LOPES, 2009, p. 319)

(32) REDUPLICAÇÃO DE CLÍTICOS

Eles te irrita ocê (DINIZ, 2007, p. 49)

O trabalho de Galves (2018) mostra, com exemplos retirados de outros trabalhos sobre o português na África, que os dois conjuntos de fenômenos do PB (os gerais e os diatopicamente restritos) têm claras semelhanças com as *variedades de português emergentes* no continente africano. Isso comprova, na visão da autora, a existência do *continuum* afro-brasileiro do português.

2.5 O PB COMO UMA GRAMÁTICA *MARGINAL* NO CONJUNTO DAS LÍNGUAS ROMÂNICAS

No livro *Português brasileiro: uma viagem diacrônica* (KATO; ROBERTS, 1993), Roberts é autor apenas do posfácio. Ali, em nenhum momento, se cita a palavra *contato*. Nesse sentido, parece que Lobo (2018) tem razão, ao dizer que essa obra, com exceção do capítulo de Tarallo (2003 [1993], p. 29-53), silenciou a importante questão do contato interlinguístico na emergência de uma gramática brasileira.

Já em seu capítulo no livro *Português brasileiro: uma segunda viagem diacrônica*, Roberts (2019), desde o início, atribui a questões endógenas e ao contato as características morfossintáticas que tornam o inglês e o PB, respectivamente, línguas *anômalas* em relação às suas respectivas línguas mais próximas, aparentadas historicamente. No caso

do PB, o autor conclui que o contato com as *variedades* Bantu, as quais prefiro chamar de *línguas bantas*, que chegaram ao Brasil, entre os séculos XVI e XIX, através da escravização de africanos, é responsável pelas mudanças paramétricas verificáveis.

Doze são as propriedades que colocam o PB como uma língua *marginal* em relação às demais línguas de sua família: sete delas dizem respeito à perda de concordância (especialmente à marcação de pessoa) e as cinco outras são atribuídas ao contato com as línguas bantas. Essas propriedades são listadas a seguir (cf. ROBERTS, 2019, p. 44-45):

(33) SUJEITOS NULOS PARCIAIS EM VEZ DE CONSISTENTES (COM SUJEITOS NULOS DE RAIZ E 3SG SENDO INTERPRETADOS COMO ARBITRÁRIOS): (cf. HOLMBERG, 2010; GALVES, 1987; 2001)

É assim que faz o doce.

(34) “NIVELAMENTO” NAS FLEXÕES DE PESSOA/NÚMERO NOS VERBOS, ISTO É, 3SG SUBSTITUINDO 1PL:

É assim que a gente faz o doce.

(35) (QUASI-)PERDA DE INVERSÃO LIVRE DE SUJEITO: (cf. KATO; TARALLO, 1987)

*Chegaram os meninos/ *Telefonaram os meninos.*

(36) PERDA DE CLÍTICOS OBJETOS DE 1ª E 2ª PESSOA.

(37) OBJETOS NULOS: (cf. CYRINO, 1997; 2016; 2019)

O estudante levou o livro para a biblioteca depois que leu ---.

(38) MOVIMENTO “BAIXO” DE VERBO: (cf. GALVES, 1994; TESCARI-NETO; 2012; 2013; SCHIFANO, 2015)

*A Maria já conhece/ *conhece já esta história.*

*O Pedro canta bem/ *bem canta.*

(39) NOMES NUS CONTÁVEIS CAPAZES DE OCORRER EM POSIÇÃO ARGUMENTAL:

Cachorro(s) gosta(m) da gente.

(40) PRONOMES FORMALMENTE NOMINATIVOS COMO COMPLEMENTO DE VERBO E PESSOA: (cf. GALVES; AVELAR, 2017)

A Maria viu você na escola/ Ele fez isso para eu ficar feliz.

(41) CONCORDÂNCIA COM TÓPICOS, NÃO SUJEITO, POSSESSIVOS E LOCATIVOS: (cf. GALVES; AVELAR, 2017)

a. *As ruas do centro não tão passando carro.*

b. *As crianças tão nascendo o dente.*

(42) AMBIGUIDADE ENTRE HIPERALÇAMENTO E CONSTRUÇÕES-TOUGH: (cf. GALVES, 1987; 2001; NUNES; MARTINS, 2010; ANDERSON, 2004)

a. *Esses carros tão parecendo que o pneu não foi trocado.*

b. *O João é difícil de agradar.*

(43) SUJEITOS PREPOSICIONADOS: (cf. GALVES; AVELAR, 2017)

Na minha escola aceita cartão de crédito.

(44) CONCORDÂNCIA VARIÁVEL ENTRE SUJEITO E VERBO: (cf. GALVES; AVELAR, 2017)

As criança(s) brincava(m) na varanda.

Segundo assinala Roberts (2019), as mudanças de (33) a (39) podem ser atribuídas à perda e/ou ao nivelamento da flexão verbal, especialmente à marcação de pessoa. No caso dos exemplos de (40) a (44), citando Avelar e Galves (2017), o autor afirma tratar-se de mudanças devido a um substrato africano (Bantu/nigero-congolês). Isso porque muitas línguas bantas têm concordância locativa e possessiva, como já dito em páginas anteriores, o que é ilustrado por Roberts (2019, p. 45) com os seguintes exemplos:

(45) CONCORDÂNCIA LOCATIVA EM BANTU:

Omo- mulongo mw-a-hik- a(?o) mu- kali.

[kinande]

LOC. 18-vila 18s-T-chegar-FV (AUG)-CL1-mulher.1

“Chegou uma mulher na vila”

(46) CONCORDÂNCIA/ALÇAMENTO DO POSSESSIVO EM BANTU:

Mavuto a- na- f- a maso.

[chichewa]

Mavuto SM-PST-morrer-FV olhos.

“Mavuto ficou cego” (“Os olhos de Mavuto morreram”).

Além disso, ainda segundo o referido autor (2019, p. 45), as línguas bantas não apresentam marcação de caso, inclusive nos pronomes, o que certamente deixou marcas no PB.

Com efeito, na história do PB, sempre segundo Roberts (2019), o contato linguístico e a mudança endógena (em particular, a deflexão) interagiram para gerar o estatuto de anomalia. Sobre isso, afirma o autor (2019, p. 47):

Quanto ao PB, seguindo Galves e Avelar, a situação é relativamente clara: a influência Bantu levou a uma mudança paramétrica. O contato linguístico pode ter acelerado os processos endógenos da deflexão (que são, de todo modo, onipresentes nas línguas românicas e nas línguas germânicas), e estes, particularmente no caso da perda do movimento de [verbo] e da mudança no estatuto dos sujeitos nulos, podem ter levado a mudanças paramétricas.

A conclusão a que chega o autor é a de que, certamente, ao cruzarem o oceano, deixando sua terra natal e encontrando território e pessoas novos e desconhecidos, português e inglês foram influenciados nos mais variados graus. Se, por um lado, o papel dos povos indígenas em cada um dos casos continua indeterminado, por outro, no caso do PB, o papel da chegada dos povos africanos é relativamente claro. Então, Roberts defende que a anomalia do PB em relação à sua família linguística se deve ao empréstimo de valores paramétricos de outras línguas, sobretudo bantas.

Dito de outra forma, Roberts é mais um autor que, a partir do lugar teórico que hoje associa aquisição, mudança e contato, argumenta, ao afirmar que o PB é uma língua *marginal* em sua família, que ela é estruturalmente diferente do PE – fato contra o qual parecem lutar muitos dos brasileiros, como mostrei em 2.1.

2.6 FUNDAMENTOS EMPÍRICOS DA POLARIZAÇÃO SOCIOLINGÜÍSTICA DO BRASIL

Unindo a dimensão sócio-histórica à dimensão psíquico-biológica da mudança linguística, por entender que há impasses teóricos na análise da língua feita apenas a partir do lugar teórico da Sociolinguística Variacionista, Lucchesi (2015) apresenta uma abrangente radiografia da realidade sociolinguística do Brasil, articulando a constituição do PB à formação socioeconômica do país.

Na referida obra, é apresentado um algoritmo da realidade sociolinguística brasileira baseado na polarização entre a norma utilizada pela elite letrada do país, por um lado, e a norma utilizada pela grande parcela populacional socialmente marginalizada, por outro. Para o autor:

o conceito de *norma sociolinguística* é [...] proposto para capturar o fato de que a oposição sociolinguística entre as classes sociais não se dá apenas em função da diferença no comportamento linguístico dos seus membros, mas igualmente em função da maneira pela qual esses membros avaliam os diversos usos da língua e de como as mudanças linguísticas se propagam em cada segmento social. Assim, a proposição de uma divisão axial entre uma norma culta, das classes mais altas, e uma norma popular, das classes mais baixas, assentaria teoricamente na consideração desses três parâmetros. Ainda dentro de uma visão social da língua, a estrutura sociolinguística deve ser vista sempre como a resultante de uma rede de correlações que se estende da infraestrutura socioeconômica à superestrutura político-ideológica. É com esse enquadramento que é desenvolvida a concepção da polarização sociolinguística da sociedade brasileira [apresentada no livro]. (LUCCHESI, 2015, p. 33-34).

Em relação aos fundamentos empíricos dessa polarização, os processos de variação e mudança que caracterizam a realidade sociolinguística brasileira podem ser assim sistematizados, segundo Lucchesi (2015, p. 203):

De um lado, no plano da norma culta, observa-se uma flexibilização de usos, que reflete a dinamização da cultura, resultante da industrialização e da urbanização, bem como da proliferação dos meios de comunicação de massa e do fenômeno da indústria cultural. Tais processos de variação e mudança, que tendem a aprofundar a tensão entre a norma culta e a norma padrão, têm afetado vários mecanismos da estrutura morfossintática da língua, tais como a realização do sujeito pronominal, as estratégias de relativização, o clítico acusativo de 3ª pessoa e a forma do pronome da 1ª pessoa do plural. Por outro lado, no plano da norma popular, observa-se uma tendência geral à assimilação de formas linguísticas mais correntes na norma culta, particularmente aquelas que gozam de prestígio social, como as regras de concordância nominal e verbal. Esse processo resulta da crescente influência da cultura urbana sobre todas as regiões do país, amplificada pela ação dos meios de comunicação de massa, mas determinada, em um nível mais profundo, pela inserção dos segmentos populares no sistema produtivo e no mercado de consumo de bens materiais e simbólicos.

Acrescenta o autor (2015, p. 203-204):

Se essas tendências divergentes de mudança – a flexibilização de usos na norma culta *vis-à-vis* à assimilação das formas de prestígio na norma popular – constituem a base da polarização sociolinguística do Brasil, na medida em que definem dois conjuntos qualitativamente distintos (em termos de padrões de uso, sistema de avaliação e tendências de mudança), elas também atuam no sentido de promover um nivelamento linguístico que tende a atenuar a própria polarização. O avanço desse nivelamento depende crucialmente de duas coisas. De um lado, o enfrentamento político da questão do padrão normativo, no sentido de conferir legitimidade aos padrões de uso já vigentes na norma culta. De outro lado, a inclusão social dos segmentos marginalizados nos mercados consumidor e de trabalho, bem como no espaço da cidadania, permitindo-lhes o acesso efetivo à norma linguística socialmente valorizada; dessa forma, a democratização da norma culta está relacionada a uma efetiva democratização da sociedade, no plano crucial da distribuição de renda.

Lucchesi (2015, p. 204) acrescenta ainda um terceiro tipo de processo de mudança linguística verificável no Brasil: aquele que tende a atingir a norma culta e a norma popular na mesma direção. Para ele, isso acontece quando as mudanças são desencadeadas por pressões internas do sistema linguístico, implementando-se abaixo do nível de consciência dos falantes. Daí esse tipo de mudança não sofrer restrições no plano de avaliação social.

Uma importante afirmação do autor na obra aqui resumida (2015, p. 206) é a de que os processos de variação exclusivos da norma culta estão relacionados à adoção, por parte dos falantes das classes socioeconomicamente privilegiadas, de formas do padrão normativo que quase nunca fazem parte do repertório de sua gramática natural; são, na verdade, adquiridos por meio da escolarização e/ou do acesso à tradição literária. Acrescentando a essa constatação o fato de que “todos os traços sintáticos apontados como características do PB estão presentes nas falas informais dos brasileiros, independentemente de níveis de escolarização” (RIBEIRO, 2015, p. 186), chega-se à conclusão de que, muito provavelmente, a norma culta do PB não é, nos termos de Chomsky (1988), gramática nuclear dos brasileiros, mas uma gramática periférica da sua L1, como, aliás, tem defendido Kato (2005; 2011; 2013; 2018).

A análise da realidade sociolinguística do Brasil a partir do referido conceito de norma tem seus fundamentos empíricos organizados por Lucchesi (2015) em dois conjuntos: o dos processos de variação e mudança que separam a norma culta da norma padrão e o dos processos de variação e mudança que estão no cerne da polarização sociolinguística do país. O que segue são exemplos do primeiro conjunto.

(47) O OBJETO DIRETO ANAFÓRICO DA 3ª PESSOA

(cf. CÂMARA JR., 1972; GALVES, 1989; 1993; KATO, 1993; CYRINO, 2004 entre outros)

- a. *Eu procurei a Maria na faculdade, mas não **encontrei ela**.*
- b. *O depoimento (...) incriminou o acusado por que **ela o viu** deixar a cena do crime.*
- c. *O depoimento (...) incriminou o acusado por que **ela viu** deixar a cena do crime.*
- d. *O depoimento (...) incriminou o acusado por que **ela viu ele** deixar a cena do crime.*

(48) AS ESTRATÉGIAS DE RELATIVIZAÇÃO

(cf. TARALLO, 1983; KATO, 1993; PONTES, 1987 etc.)

- a. *O rapaz **que você dançou** é meu amigo.*
- b. *O rapaz **que você dançou com ele** é meu amigo.*
- c. *O rapaz **com quem você dançou** é meu amigo.*

Com os dois fenômenos supracitados, Lucchesi mostra que há processos de variação e mudança que, ainda que andem na contramão da tradição gramatical, se difundem amplamente no comportamento linguístico dos falantes de classes sociais mais altas. Isso ocorre mesmo quando esses processos se originam nas classes sociais mais baixas, como é, provavelmente, o caso das orações relativas cortadoras. Outros processos, no entanto, na medida em que esbarram em uma forte estigmatização das variantes que caracterizam a fala popular, não penetram na norma culta. É o caso da concordância verbal, de que são exemplos as orações seguintes (cf. LUCCHESI, 2015, p. 249):

(49) a. *Eles saíram e não voltaram mais.*

b. *Eles saiu e não voltou mais.*

(50) a. *Meus pais trabalham muito.*

b. *Meus pais trabalha muito.*

(51) *Hoje nasceu três filhotes.*

Fundamentando-se em estudos de Graciosa (1991), com dados representativos do *português urbano culto*; Scherre e Naro (1997) e Monguilhott (2001), cujos dados são representativos do *português urbano médio*; Naro (1981) e Guy (1981), que se debruçaram sobre dados representativos do *português popular urbano*; Bortoni-Ricardo (2011 [1985]), cujos dados podem ser tomados como representativos do *português rurbano*; Vieira (1995), com dados do *português popular rurbano*; e de uma análise feita pelo próprio autor, na cidade de Santo Antônio de Jesus, na Bahia, que pesquisou dados representativos do *português popular rurbano* e do *português popular rural*, Lucchesi radiografa a realidade sociolinguística da variação no uso da regra de concordância verbal, interpretando os resultados dos seis estudos supracitados a partir da consideração dos três parâmetros que compõem o conceito de norma sociolinguística por ele defendida: (i) a frequência de uso das variantes linguísticas (aplicação ou não da regra de concordância verbal); (ii) a avaliação subjetiva das variantes; e (iii) o diagnóstico de variação estável ou mudança em curso observado em cada segmento social.

Quanto ao primeiro parâmetro, a estratificação sociolinguística do Brasil, com base na frequência de uso da regra de concordância verbal pode ser assim resumida:

Tabela 2. Frequência geral de aplicação da regra de concordância verbal nas normas sociolinguísticas brasileiras

Norma sociolinguística	Frequência geral de aplicação da regra
Norma urbana culta	95%
Norma urbana média	80%
Norma urbana baixa	65%
Norma popular urbana	50%
Norma popular rurbana	35%
Norma popular rural	20%

Fonte: Lucchesi, 2015, p. 253

Quanto ao segundo parâmetro, afirma Lucchesi (2015, p. 253) que “a ausência de estudos que focalizam a reação subjetiva dos falantes perante as variantes linguísticas (...) constitui uma das maiores lacunas da pesquisa sociolinguística no Brasil”. Não obstante isso, o autor formula a hipótese de que deve haver apenas três normas quando se observa a avaliação dos falantes:

- (i) *Norma culta*: a falta de concordância é um estereótipo;
- (ii) *Norma popular urbana*: o emprego da concordância é um marcador;
- (iii) *Norma popular rural*: a ausência de avaliação subjetiva configura um cenário de indicador sociolinguístico.

As normas médias e a norma popular rurbana, na hipótese citada, seriam zonas de transição entre as demais.

Finalmente, quanto ao último parâmetro, afirma Lucchesi que, na norma culta e nas normas médias, predomina um cenário de variação estável, podendo ocorrer uma ligeira gradação geracional. Já nas subdivisões da norma popular, observa-se consistentemente um processo de mudança em curso no sentido de implementação da regra de concordância verbal. Esse cenário confirma a polarização sociolinguística do Brasil.

Assim, o caminho argumentativo de Lucchesi permite distinguir centralmente dois tipos de processo de variação e mudança: um que atinge todos os segmentos da sociedade brasileira numa mesma direção e outro que assume direcionamentos distintos, separando os segmentos sociais médios e altos dos segmentos da base da pirâmide social.

Segundo o autor (2015. P. 268):

No primeiro caso, estão os processos de variação e mudança que tendem a afastar o comportamento linguístico real dos brasileiros de uma norma padrão anacrônica e adventícia ainda vigente no país, mas que não têm força suficiente para barrar o avanço de certas variantes não padrão, como se observa na difusão do uso das relativas cortadoras. No segundo caso, a força da norma linguística de prestígio se faz valer, contendo o avanço das variantes populares, de um lado, e difundindo as variantes linguísticas das classes privilegiadas para o conjunto da sociedade, de outro, como se observa em relação à difusão do uso das regras de concordância de cima para baixo. Nos dois planos, é preciso deslindar a dialética da relação entre a frequência de emprego das formas linguísticas em variação, os sistemas de avaliação social dessas variantes linguísticas e as tendências latentes nesses processos de variação para se alcançar uma adequada compreensão da realidade sociolinguística do país.

Portanto, o abrangente estudo de Lucchesi (aqui apenas resumido, é claro) defende, ao fim e ao cabo, a necessidade de uma *renovação da norma padrão* (LUCCHESI, 2015, p. 303).

2.7 PEQUENO COMENTÁRIO SOBRE A NORMA CULTA COMO GRAMÁTICA PERIFÉRICA DOS BRASILEIROS

Há pouco, mencionei Kato (2005; 2011; 2013; 2018) e sua defesa de que, no caso do PB, a *norma culta* não faz parte da gramática nuclear dos falantes letrados. É, antes, parte de uma periferia marcada. Gostaria de, brevemente, voltar a essa questão.

Segundo a autora, diferentemente do que ocorre em Portugal, a gramática da fala e a “gramática” da escrita, no Brasil, são por demais divergentes. Para ela, (2011; 2013), o brasileiro letrado se comporta como um bilíngue fazendo uso da gramática falada atual/inovadora e da gramática da escrita de épocas anteriores, em um processo de *code-switching*. O exemplo a seguir ilustra esse processo:

(52) “Os adolescentes não entendem os adultos e acham que ninguém os entende. Nós envelhecetes, também não entendemos eles.

‘Ninguém me entende’ é uma frase típica de envelhecete’.”

(Mário Prata, *Diário de um Magro*, p. 32)

A alternância notada em (51) não é apenas do clítico como pronome, mas há aí envolvimento também da sintaxe, já que o clítico *os* é pré-verbal, ao passo que o pronome fraco *eles* é posposto ao verbo. Em outras palavras, está-se diante de valores paramétricos em competição.

Para possibilitar uma comparação entre a aquisição de L1 e a aprendizagem da escrita, já que, entre os psicolinguistas brasileiros, domina a ideia de que elas envolvem objetos e processos distintos, não sendo possível formular as mesmas questões teóricas ou trabalhar com a mesma metodologia, Kato (2005) aborda a aprendizagem da escrita a partir da formulação de questões de forma paralela às aquelas apresentadas por Chomsky (1981; 1986) para a Língua-I: a) qual a natureza do conhecimento linguístico do letrado?; b) como ele atinge esse conhecimento?

No que concerne à primeira questão, defende Kato (2005) que o conhecimento linguístico do letrado se define como algo distinto do conhecimento gramatical de um indivíduo de alguma época passada do PB e do conhecimento linguístico do falante do PE. Já em relação à segunda questão, a autora assume que o acesso à GU é indireto, via a primeira gramática – a da língua falada no Brasil.

Em suas palavras:

(...) a gramática da L1 contém uma periferia marcada onde valores paramétricos opostos aos da gramática nuclear podem estar presentes, com caráter marcado, recessivo, valores esses que podem assumir um valor competitivo, durante a escolarização, em relação aos valores que se encontram definidos na gramática nuclear. (KATO, 2005, p. 2)

Para Chomsky (1981), a Língua-I de cada indivíduo é constituída de uma gramática nuclear e uma periferia marcada. A periferia, para ele, pode abrigar fenômenos como empréstimos, resíduos de mudança, invenções etc., de modo tal que, numa mesma comunidade, os falantes podem ou não apresentar esses fenômenos de forma marginal.

Em Kato (2005; 2011; 2013; 2018), o conceito de periferia é explorado a fim de dar conta da aprendizagem de uma segunda “gramática” (a da escrita), a partir do *input* ordenado escolar e/ou da imersão em textos escritos.

A hipótese que a referida linguista levanta é a de que, no processo de letramento, a escola procura recuperar as perdas linguísticas, uma vez que as inovações são apropriadas para a fala, mas não para a escrita. Essa hipótese norteou o trabalho de Kato, Cyrino e Correa (1994), que cruzou dados de diacronia com dados de aprendizagem escolar.

Em estudos diacrônicos prévios (cf. PAGGOTO, 1993; KATO, 1994), as mudanças que aparecem a seguir foram atestadas:

PERDA DE CLÍTICOS DE 3ª PESSOA AO LONGO DO SÉCULO XIX E INTRODUÇÃO DO OBJETO NULO REFERENCIAL

(53) a. *Comprei o peixe sem examiná-lo.*

b. *Comprei o peixe sem examinar Ø.*

NA MESMA ÉPOCA, PERDA DE SUJEITO NULO E, POR CONTA DISSO, MOVIMENTAÇÃO LONGA DO CLÍTICO

(54) a. *João não **me** tinha cumprimentado.*

b. *João não tinha **me** cumprimentado.*

INTRODUÇÃO DA FORMA PRONOMINAL DE CASO RETO COMO ACUSATIVO

(55) a. *Eu vi **ele** saindo.*

Abaixo, observa-se, diacronicamente, por um lado, o aumento no uso de objeto nulo e, por outro lado, a redução no uso de clíticos de 3ª pessoa do singular:

Tabela 3. Distribuição objeto nulo e clítico de 3ª pessoa ao longo do tempo.

	XVIth	XVIIth	XVIIIth	XIXth	XXth
Null object	10,6%	12,6%	18,4%	45,9%	82,8%
3rd p clitic	89,1%	87,4%	81,6%	50%	11,2%

Fonte: Kato; Cyrino; Correa (1994).

Nesse estudo, as autoras resolveram verificar como a escola conseguia recuperar as perdas diacrônicas dos clíticos de terceira pessoa. A tabela a seguir demonstra o resultado:

Tabela 4. Distribuição objeto nulo e clítico de 3ª pessoa por nível de educação em textos escritos.

	1st/2nd	3rd/4th	5th/6th	7th/8th	Educated
Null object	59%	64%	48%	52%	10%
Clitic	-	12%	25%	32%	86%

Fonte: Kato; Cyrino; Correa (1994).

As duas tabelas anteriormente apresentadas revelam que a escola, conforme se hipotetizou, recupera quantitativamente os clíticos do século XVII. No entanto, a posição do clítico é inovadora (não se constatam antes do auxiliar). Para as referidas autoras, a escola parece não ter consciência dessa propriedade que co-existia com os clíticos.

Segundo Kato (2005, p. 5):

[...] a conclusão daquele trabalho foi que, embora a escola procure recuperar a gramática do passado, consegue simulá-la apenas parcialmente, produzindo um conhecimento diferente daquele que o falante do século XVII obteve no desenvolvimento da fala, no qual o movimento longo do clítico existiu enquanto havia clíticos de terceira pessoa.

Até mesmo se se comparam a gramática do letrado brasileiro contemporâneo e a do falante português contemporâneo (parece que é essa a hipótese que circula amplamente na mídia e nas opiniões de pessoas leigas em geral, como discuti no primeiro item desta seção), notam-se diferenças. Kato e Raposo (2001), comparando duas edições de uma obra do escritor brasileiro Paulo Coelho (a edição brasileira e a portuguesa), perceberam que o objeto nulo, embora frequente e não marcado no original brasileiro, aparece sistematicamente preenchido por clítico na tradução portuguesa.

Isso nos leva à compreensão de que a gramática do letrado brasileiro, no que diz respeito aos clíticos, não corresponde nem a uma gramática de um falante letrado do passado e nem às gramáticas de um letrado português. É possível, além disso, que a escrita brasileira letrada apresente uma competição de gramáticas, exibindo formas velhas e inovadoras.

Kato (2005; 2018) conclui que o falante letrado é um bilíngue desigual que tem, em sua Língua-I, uma periferia marcada maior do que a dos não letrados. No entanto, para ela, essa G2 (periferia marcada) não possui a mesma natureza da G1 (gramática nuclear), sendo constituída de propriedades apenas parciais de uma gramática adquirida via fixação de parâmetros. Apesar de as características da G2 terem a natureza de regras estilísticas (e não gramaticais), “o fato [de elas] serem selecionadas de um acervo de construções originárias da GU, seja da gramática do falante do século XIX, seja do falante português, faz delas um subproduto da nossa GU” (KATO, 2018, p. 76).

Conclui Kato (2018, p. 76):

A morfologia estilística, pesadamente presente em línguas como o japonês, está presente no PB, mas, em nossa língua, ainda é confundida com a morfologia gramatical. Assim como a mulher japonesa precisa usar uma elaborada morfologia estilística para soar feminina, e o homem também a usa para tornar seu discurso formal, a criança brasileira precisa ser exposta a um *input* diferente do da aquisição para desenvolver os estilos convencionalmente aceitos na escrita e na fala formal. Até que ponto a escrita deve manter os fósseis como parte da morfologia estilística depende muito da sensibilidade dos escritores para a mudança linguística. Mas a que tipo de texto a criança deve ser exposta nos primeiros anos escolares é uma responsabilidade da escola.

Fica evidente aqui que, nos trabalhos dos linguistas que se debruçam sobre o PB a partir de uma concepção de língua como língua-I (cf. CHOMSKY, 1986) – ou que utilizam pressupostos dessa teoria, unindo-os aos pressupostos da Sociolinguística Variacionista, como é o caso de Lucchesi (2015) –, PB e PE são mesmo línguas distintas. Kato (2005; 2018 etc.) chega a defender que sequer a norma culta utilizada na escrita pelos brasileiros letrados faz parte de sua gramática nuclear; trata-se de um conhecimento periférico em sua mente/cérebro, cujas informações, perdidas diacronicamente, são, intencionalmente, recuperadas apenas via escolarização.

Esse caráter intencional da escola, bem como a reflexão de Kato sobre até que ponto a escrita deve manter os *fósseis* como parte da morfologia estilística e sobre que tipo de texto deve ser exposto às crianças brasileiras em sua fase de aprendizagem da escrita são discussões bastante desafiadoras do nosso tempo. Esse é o cerne deste trabalho, mas essas questões serão melhor discutidas na próxima seção.

2.8 A DESCOLONIZAÇÃO LINGUÍSTICA E O DEBATE SOBRE A LUSOFONIA

Não só linguistas da chamada Linguística dura defendem, a partir de evidências empíricas, como as que foram sumarizadas até aqui, que PB e PE são línguas diferentes. Do ponto de vista da língua como lugar de produção de sentidos, também há linguistas que fazem essa mesma defesa. É o caso, por exemplo, dos trabalhos de Orlandi (2007; 2009; 2013).

Para a autora:

A língua não é uma, a língua não é uma, as línguas mudam, as línguas entram em contato, desaparecem, criam-se novas, estão sempre em movimento. Mas as línguas não são objetos etéreos. São fato social, histórico, são praticadas, funcionam em condições determinadas, fazem história. As práticas simbólicas, que são as línguas, funcionam pelo político. Relações de poder regem seu funcionamento e é impossível pensá-las fora dessas condições que, para resumir, eu chamaria de político-históricas. Em diferentes momentos da história, as relações de poder se organizam e declinam de modo diferente suas relações com a língua e entre as línguas. (ORLANDI, 2009, P. 211)

Assim, a referida linguista (2009, p. 211-223), sem se deter sobre questões estruturais do PB e do PE, mas olhando para a transposição do português para o Brasil como um novo processo de historicização dessa língua, em que há um contexto de relações sociais, políticas e culturais bastante diferente (e não mera reduplicação) do país colonizador, defende que a língua passou por um processo de descolonização linguística,

isto é, os modos de significar em cada um dos países em que se utiliza o português são por demais distintos, não podendo falar-se em uma unidade hegemônica que se possa chamar de lusofonia. Dito de outro modo, segundo Orlandi, os países ditos *lusófonos* têm, na verdade, diferentes línguas, já que os sujeitos são outros (e não portugueses) e já que a língua incorpora outra *memória discursiva* em cada território.

Desde 1985, Orlandi tem se debruçado sobre as relações entre língua(s) e colonização. Isso a levou, de saída, com o fito de entender as noções de língua que existem, a distinguir, de um lado, a língua imaginária (aquela cuja representação produz uma língua normatizada, estabilizada, inexistente, idealizada) e, de outro lado, a língua fluida (aquela do uso, do coloquial, do “errado”, da oralidade).

Orlandi (2009, p. 213-214) relaciona a *descolonização linguística* às noções de língua fluida e língua imaginária, ao afirmar que

[o processo de descolonização linguística] pode ser definido como esse imaginário no qual se dá [...] um acontecimento linguístico, [...] sustentado no fato de que a língua faz sentido em relação a sujeitos não mais submetidos a um poder que impõe uma língua sobre sujeitos de uma outra sociedade, de um outro Estado, de uma outra nação. Se, na colonização, o lugar de memória pelo qual se significa a língua é Portugal, no processo de descolonização essa posição se inverte, e o lugar de significação é deste lado do Atlântico, com sua memória local. A descolonização, assim como a colonização, tem a ver com o modo como as sociedades se estruturam politicamente em relação aos países, aos Estados, às nações, às tribos. Isto é, tanto a colonização como a descolonização são fatos da relação entre a unidade necessária e a diversidade concreta em um território. Relação da língua fluida e da língua imaginária.

Essa descolonização, na visão de Orlandi, não pode passar ao largo da questão da lusofonia, que, para ela, precisa ser redefinida. Antes da redefinição pretendida pela autora, é importante discutir, brevemente, o que tem significado lusofonia.

Para Faraco (2019, p. 55), há duas concepções para esse termo. Em primeiro lugar, trata-se de um uso apenas descritivo, de uma espécie de *conforto terminológico*. Nesse sentido, línguas lusófonas são aquelas que têm, em sua base, a língua portuguesa levada pela empreitada colonialista para fora da Europa. Em segundo lugar, *lusofonia* é o nome dado ora aos projetos estratégicos de geopolítica que tomam a língua *teoricamente compartilhada* como justificativa para a criação, por exemplo, da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), ora – às vezes interconectados com projetos desse tipo – aos projetos essencialmente linguístico-culturais, implicados na promoção da língua e de sua cultura.

Ainda segundo o referido autor:

Se, no período colonial, as línguas locais eram consideradas pelo colonizador como obstáculos para a assimilação linguística e cultural das populações colonizadas (e, por isso, eram proibidas no espaço público); e, no imediato pós-independência, elas foram marginalizadas porque os novos governantes consideravam a uniformização linguística e cultural como condição indispensável para a preservação da chamada “unidade nacional”²⁰, nas últimas décadas, há um esforço para corrigir a política monolítica dos primeiros anos de independência com base num entendimento de que não cabe recusar a diversidade como forma de realizar a unidade, considerando que ela não deve ser entendida como uniformidade. Parece quimérico pensar num “mundo da língua portuguesa” que seja igualmente um mundo de culturas unificadas por traços comuns decorrentes de terem uma língua (teoricamente) compartilhada. (FARACO, 2019, p. 58).

Convergentemente à defesa de Faraco, anteriormente citada, Orlandi (2009), com base na ideia de que, em todos os países colonizados por Portugal, se dão processos peculiares de historicização da língua, conclui que não existe uma unidade homogênea que se possa chamar de lusofonia.

Dáí decorre a proposta da autora de redefinição da lusofonia, a que me referi há pouco. Para ela, em lugar de pensar na lusofonia como a ímproba união linguístico-cultural entre os povos antes colonizados por Portugal (e, claro, pela língua portuguesa), é necessário pensá-la como um caminho rumo à descolonização linguística.

Segundo Orlandi (2009, p. 221-222):

a questão da lusofonia deve significar na direção da descolonização. Para isso temos que redefini-la. Ela seria o sintoma de uma história de dominação que encontrou suas resistências e que hoje se apresenta em um quadro absolutamente diferente do que se deu no período colonial. A noção de lusofonia se aplica a situações de domínio das línguas sob a colonização. Assim, a palavra lusofonia preserva a noção de homogeneidade e alimenta o repertório da colonização, referido a Portugal. O Luso é o português. E nada temos a ver com isso. Precisamos, com a descolonização, realçar nossa unidade em nossas diferenças: históricas, linguísticas, culturais, sociais, nacionais e de relações internacionais. O que é preciso é tornar visíveis essas diferenças. Falamos diferente. As relações entre nossas línguas formam um intrincado quadro de distinções e transformações. E essa é nossa realidade linguística atual. Não há uma unidade homogênea que se possa chamar de lusofonia. Ela pode ser o pretexto para nos compreendermos em nossas singularidades. Ao invés de trabalharmos um imaginário de unidade linguística que é herança da colonização, elaborem nossas diferenças concretas no sentido de enriquecermos nossas relações e nos reforçarmos em nossos processos de descolonização.

Anos antes da publicação supracitada, já defendia a autora:

Se sairmos dessa posição servil à lusofonia – que acentua o caráter homogêneo da língua e é herança da colonização – podemos nos colocar frente a nossa soberania linguística com nossas múltiplas determinações na história de nossa

²⁰ Essa inextricável relação entre língua e Estado será, de maneira mais central, discutida na próxima seção.

relação com as línguas que aqui se falam, e as que se falam no mundo, posição que coloca o Brasil inscrito no real de sua história e de forma independente nas relações internacionais, tendo assim a língua brasileira um lugar universal politicamente significado (ORLANDI, 2007, p. 61-62)

Talvez, propostas como a de Orlandi, mencionada anteriormente, pareçam um exagero de militância contra-hegemônica para muitos leitores. Penso que só um brasileiro pode achar isso. De fato, num país em que, segundo o IBGE (2010), 98% da população brasileira falam português – o que é *per si* um fato curioso, já que países infinitamente menores que o Brasil têm mais línguas sendo faladas por grande parte de sua população – e em que o multilinguismo é tão localizado, parece mesmo exagero problematizar uma suposta lusofonia.

Isso não acontece fora do Brasil, já que

Em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe, a maioria da população tem como língua materna uma língua crioula de base lexical portuguesa. Em Angola e em Moçambique, a maioria da população fala dezenas de línguas nativas africanas, em sua maioria da família linguística banto. Na Guiné-Bissau, além das línguas africanas, um crioulo de base lexical portuguesa (muito semelhante ao caboverdiano) é falado como língua veicular, sobretudo nas cidades. Em Timor Leste, apenas dez por cento da população dominam o português, que convive com o inglês e o tétum, língua nativa majoritária entre as dezesseis línguas locais. Em Macau, somente cerca de 3% da população falam o português, o restante tem como língua materna o cantonês (variedade local do chinês), e o inglês é muito usado como segunda língua, pela proximidade com Hong Kong. Na Índia e no sudeste asiático, ainda existem pequenas comunidades de falantes de português ou de crioulos portugueses, que já desapareceram ou tendem a desaparecer. E no Caribe, algumas das línguas crioulas atuais, como o papiamento, falado na Ilha de Curaçao, têm em seu léxico um número razoável de palavras de origem portuguesa (LUCCHESI, no prelo).

Em outras palavras, se, por um lado, no Brasil, são diferentes e ainda pouco discutidos os desafios glotopolíticos da oficialização do português, por outro lado, nos demais territórios do *espaço lusófono* (e aqui o termo é usado apenas descritivamente), não raro essa oficialização implica diversos problemas de ordem prática e simbólica, já que a língua oficial é minoritária entre as suas populações. Aqui, parto da premissa de que, se há desafios perpetrados pela(s) língua(s) num país, estes não podem passar ao largo da Linguística, dos linguistas.

2.9 EM SÍNTESE

Iniciei esta seção afirmando que há, no Brasil, duas concepções generalizadas: a de que só se fala português neste país e a de que o português que se fala aqui é uma

corrupção do idioma lusitano. A primeira delas é facilmente refutada quando se notam os dados oficiais do país.

Posteriormente, mostrei que, no âmbito da Linguística, há um sem número de trabalhos que evidenciam, a partir de diferentes bases teórico-metodológicas, que PB e PE são línguas diferentes, tanto do ponto de vista da língua como Língua-I, quanto do ponto de vista da língua como lugar de produção de sentidos.

Esses argumentos foram arrolados aqui para que a próxima seção tente responder ao seguinte questionamento: por que, apesar de tantas evidências de que PB e PE se tornaram línguas distintas no curso da história, ainda se afirma, dentro e fora da Linguística, que estas são apenas variedades de uma mesma língua (e que a *língua-alvo* de todo brasileiro deve ser o PE)? Mais ainda: na última parte desta tese, defenderei que há, no Brasil, uma confusão entre oralidade e escrita, no senso comum, na grande mídia, na escola e por vezes até mesmo na Linguística, que dificulta sobremaneira a resolução de desafios glotopolíticos contemporâneos.

Por isso, já na próxima seção, o que se discutirá centralmente é a relevância de entender as IL nos discursos científicos produzidos no âmbito da Linguística (e, mais especificamente, da Linguística Histórica), o que só é possível se se entendem as relações entre língua(s) e Estado; língua e cultura; língua e História; língua e colonização.

3 A LÍNGUA, O ESTADO E AS IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS

A identidade nacional surge de um postulado e de uma invenção. Mas só vive pela adesão coletiva a essa ficção.
Anne-Marie Thiesse²¹

3.1 LÍNGUA E ESTADO (OU SOBRE HOMOGENEIZAÇÃO E CIVILIDADE)

A identidade nacional, no Ocidente, é uma criação moderna, que se desenvolve de forma plena no século XIX. Não se pode falar em *nação* sem que se situe historicamente este termo num processo histórico que transformou as concepções políticas e as formas de governo no correr dos séculos XVII e XVIII, passando pela Revolução Gloriosa, na Inglaterra, em 1688, e pela Revolução Francesa, em 1789 – quando este conceito teve um de seus momentos cruciais, já que é nesse contexto que aparecem os elementos que substituiriam a condição de súdito de um monarca pela condição de cidadão de um Estado: o desmonte do absolutismo; a emergência da concepção de que o poder emana do povo, não de Deus; a instauração do constitucionalismo; a compreensão da igualdade de direitos etc. (cf. FARACO, 2016).

Retomando a epígrafe que abre esta seção, a nação nasce, nas palavras de Thiesse (1999, p. 14), de um postulado e de uma invenção. Ela se condensa numa alma nacional que precisa, inevitavelmente, ser elaborada e consentida. É por isso que Anderson (2008) afirma que a nação moderna é uma realidade historicamente recente, produto da constituição de uma comunidade *imaginada* pela burguesia. O adjetivo aí utilizado certamente não diz respeito a uma ilusão, mas, antes, à vontade de grupos sociais que se identificam como comunidade. No processo de se imaginar como uma comunidade, como uma nação, a língua, certamente, cumpre um papel essencial.

Como explica Hobsbawm (2002), anteriormente à criação da instrução pública, invento revolucionário na criação de uma cidadania francesa (cf. GUIBAN, 2011), não era possível existir uma língua nacional falada. Hobsbawm (2002, p. 69-70) afirma que “As línguas são sempre (...) construtos semiartificiais e, às vezes, virtualmente inventados, como o moderno hebraico”, contradizendo o que ele considera ser um argumento recorrente das mitologias nacionalistas. Ainda para o autor (2002, p. 134), “não são os problemas de comunicação, ou mesmo de cultura, que estão no coração do

²¹ THIESSE, 1999, p. 14.

nacionalismo da língua, mas sim os de poder, *status*, política e ideologia”. Isso pôde ser visto claramente, por exemplo, na Inglaterra, quando o então rei Henrique V, em suas cartas, deixou de escrever, talvez por volta de 1422, em francês – língua da classe britânica dominante da época – e passou a escrever em inglês (cf. JANSON, 2015, p. 174).

De fato, conforme nos lembra Janson (2015, p. 184), várias línguas foram assim reconhecidas na Europa, na Idade Média, como resultado da necessidade sociopolítica de um Estado ter uma língua. Segundo o autor, mais tarde, essas línguas se tornariam escritas e receberiam nomes particulares, como inglês, francês, italiano e português. As línguas mais *bem-sucedidas*, ainda segundo ele, eram invariavelmente aquelas associadas a um Estado, as quais ganharam o posto de línguas nacionais.

Para Haugen (2001, p. 105):

A invenção da imprensa, a ascensão da indústria e a extensão da educação popular fizeram nascer a nação-Estado moderna, que amplia parte das lealdades da família e da vizinhança ou do clã ao Estado inteiro. Nação e língua se tornaram inextricavelmente entrelaçadas. Toda nação que se dá ao respeito tem de ter uma língua. Não apenas um meio de comunicação, um “vernáculo” ou “dialeto”, mas uma língua plenamente desenvolvida. Qualquer coisa a menos marca-a como subdesenvolvida.

É no bojo dos acontecimentos a que se refere Haugen que aparece, também, a necessidade moderna do monolinguismo. Lagares (2018) – retomando a explicação de Monteagudo (2012), segundo a qual a relação entre Estado-nação e língua se deu em duas direções diferentes (o modelo napoleônico, pioneiro na Europa, que procurava *etnizar* o Estado, e o modelo herderiano²², que pretendia conseguir uma *estatalização* da etnia) – diz que, em qualquer dos modelos, o que se consolidou foi o laço estreito entre *Estado, identidade nacional e língua*, “que coloca como objetivo certa homogeneização cultural expressa num monolinguismo social” (LAGARES, 2018, p. 55).

Faraco (2016, p. 35) afirma:

A vinculação estrita de Estado e língua (posta, em geral, numa perspectiva ideológica de monolinguismo como condição de existência do Estado) tem suas raízes conceituais nos debates filosófico-políticos do século XVIII entre intelectuais defensores da unificação dos muitos Estados Alemães (em especial Johann G. von Herder, 1744-1803), donde emergiu o *slogan* um-povo-uma-língua-um-Estado; concretizou-se nas ações políticas da França revolucionária para universalizar a língua francesa em seu território; esteve diretamente

²² Johann Gottfried von Herder foi um filósofo alemão romântico, que defendia a íntima ligação entre as línguas e o espírito ou a personalidade nacional.

agregada às ideologias nacionalistas do século XIX e, já no século XX, ao redesenho do mapa da Europa no pós-Primeira Guerra (a chamada doutrina wilsoniana); à complexa questão linguística dos novos Estados pós-coloniais; e, mais recentemente, à dos Estados que emergiram da derrocada da União Soviética e da Iugoslávia.

O monolinguismo, como se percebe, sempre foi, ao longo da história ocidental, um projeto político orquestrado pelos governantes, no afã de mais facilmente governar tanto os próprios recém-surgidos Estados nacionais, quanto as colônias que iam sendo incorporadas às metrópoles.

No caso da relação entre língua nacional e Estado-nação, é interessante perceber o relato de Dewulf (2005, p. 305), segundo o qual a rainha Isabel, na Espanha, queria saber para que podia servir uma tal gramática, referindo-se à gramática de Nebrija, ao que o bispo de Ávila respondeu: “serve para governar, Vossa Majestade”.

Já no caso da relação entre língua nacional e colonização, podemos perceber tratar-se mesmo de uma relação profícua quando lemos, no parágrafo 6 do *Diretório dos Índios*, do Marquês de Pombal, de que falarei adiante, as seguintes palavras:

Sempre foi maxima inalteravelmente praticada em todas as Naçoens, que conquistaraõ novos Dominios, introduzir logo nos Póvos conquistados o seu proprio idiôma, por ser indisputavel, que este he hum dos meios mais efficazes para desterrar dos Póvos rusticos a barbaridade de seus antigos costumes; e tem mostrado a experiencia, que ao mesmo passo, que se introduz nelles o uso da Lingua do Principe, que os conquistou, se lhes radica tambem o affecto, a veneraçãõ, e a obediencia ao mesmo Principe. (*Directorio*, 1758, p. 3 parágrafo 6).²³

O que o Marquês de Pombal percebia, com algum atraso, segundo ele próprio, tomando como exemplo, talvez, a questão linguística do Império Romano (cf. FARACO, 2016, p. 100), é que *novos domínios*, em qualquer parte do mundo por ele conhecida, eram mais eficazmente retirados de sua *barbaridade* por meio da imposição da língua do colonizador. Tratava-se, é bem verdade, de um *processo civilizatório*, como tantos outros sobre os quais se debruçou o sociólogo alemão Elias (1994).

Em 1950, quando se iniciou a descolonização da África e da Ásia, logo após a independência da Índia (1947), Portugal, que estava, desde 1926, sob regime ditatorial, se recusou a abrir mão dos territórios que ocupava. Em reação às deliberações da ONU que condenavam os colonialismos, apoiando os processos de descolonização, o governo ditatorial português – “tendo como pano de fundo o antigo, repetido e desgastado discurso

²³Cf. Almeida (1997); Faraco (2016); Souza e Lobo (2016).

da “*missão civilizadora*” (FARACO, 2016, p. 61) – insistiu na tese de que os territórios africanos e asiáticos que ocupava não eram colônias, mas faziam parte de um *país pluricontinental*, “composto por províncias europeias e províncias ultramarinas, integradas harmoniosamente no todo nacional uno” (cf. CASTELO, 1999, p. 58) – discurso que, de algum modo, se aproxima de muitos outros, produzidos, às vezes por linguistas, ainda no século XXI.

Vê-se, assim, que, ao longo da história, se forjou a relação entre Estado (incluindo, por vezes, as colônias nesse Estado como um *todo nacional uno*), identidade nacional, língua (assim mesmo, no singular) e civilização. E é assentado sob essa crença que, a partir do século XVI, vai surgindo um Estado português ultramarino em solo americano e, posteriormente, o Estado brasileiro.

A história da colonização portuguesa no Brasil evidencia a existência de um projeto de homogeneização cultural e, portanto, linguística. Duas conhecidas políticas linguísticas (assim designadas hoje – não sejamos anacrônicos) tidas como corresponsáveis pela mudança de um território multilíngue para um país quase monolíngue (ora, apesar de sermos um dos países mais multilíngues do globo, já que falamos, além do português, centenas de línguas indígenas – que andam sendo co-oficializadas em muitos municípios brasileiros – e dezenas de línguas de imigração, apenas 2% das pessoas que vivem aqui não falam português como língua materna²⁴ – o que é bastante curioso, se se levam em consideração as nossas dimensões continentais) são o Diretório dos Índios, de que se falou há pouco, e as políticas de perseguição de falantes de línguas estrangeiras durante o Estado Novo.

A primeira dessas políticas, sob o subterfúgio da *civilização dos índios*, instituiu uma prática de proibição do uso das línguas indígenas e sobretudo da chamada língua geral, além de instituir que dali em diante só se poderia ensinar em território brasileiro o português. O *Directorio, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Majestade não mandar o contrario* – ou, simplesmente, como ficou conhecido, *Directorio Pombalino* ou *Directorio dos Índios* – foi criado em 1757, por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador e Capitão General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, e pelo bispo Miguel de Bulhões. Em 1758, o documento passou a dizer respeito ao Estado do Brasil, conforme determinado por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, até sua revogação, em 1798.

²⁴ De acordo com o Censo do IBGE (2010).

Os 95 parágrafos do *Diretório* tinham claramente o afã de adestrar o comportamento dos índios, tornando-os *civilizados*, por meio da religião; do uso da língua portuguesa e da escolarização nessa língua; do rebatismo com sobrenomes portugueses; da proibição da embriaguez; do trabalho em suas terras para o abandono da ociosidade e para saírem da pobreza; da fabricação de casas que imitassem o modelo português etc.

Segundo Souza e Lobo (2016, p. 47):

Feitas as necessárias e devidas ressalvas, o *Diretório*, como gênero textual, pode ser inscrito entre os chamados manuais civilizatórios²⁵ que passaram a adestrar o comportamento humano nas sociedades modernas europeias e também nos seus domínios coloniais. Como tal, instituiu um conjunto de ações de um programa mínimo, a ser executado com “prudência”, “suavidade” e “brandura”, para fazer dos índios brasileiros seres civilizados.

Só o sexto parágrafo, como já se afirmou aqui, tratava de uma questão linguística. Isto é: a língua é claramente, desde há muito, um dos elementos a partir dos quais se *civilizariam* as pessoas – e, em particular, neste caso, os índios. Ademais, é interessante perceber que, nas palavras do *Diretório*, a língua portuguesa é uma língua superior, que se deve preservar e aprender. É a *língua do príncipe*; a *companheira do império*.

O *Diretório* Pombalino foi a primeira política linguística *avant la lettre* que categoricamente legislava sobre a língua que deveria ser falada no que hoje chamamos de Brasil, na medida em que, até o século XVIII, o que se viu por aqui foi, nas palavras de Mariani (2004, p. 133), “uma legislação oscilante, que ora [ênfaticava] o ensino do português, ora [incentivava] o conhecimento da língua geral, ora, salomonicamente, [tentava] conciliar ambas”.

No entanto, muitos autores hoje contemporizam a relevância do *Diretório* Pombalino para a hegemonia do português no Brasil. Isso porque, para Freire (2004), por exemplo, o declínio da língua geral amazônica e a expansão da língua portuguesa são acontecimentos relacionados muito mais às profundas mudanças demográficas e econômicas que vieram a ocorrer na região do que resultado direto da tentativa de intervenção por meio do *Diretório*. Essas mudanças têm a ver, por exemplo, com a violenta repressão à Cabanagem, em 1840 (estima-se ter sido morto um quarto da população recenseada da região, em sua maioria falante de língua geral), com a Guerra do Paraguai, em que mais de 1.250 falantes de língua geral ficaram sepultados em terras paraguaias, e com a introdução da navegação a vapor. Esta desestruturou o sistema

²⁵ Como aqueles estudados por Norbert Elias (1994), conforme afirmei anteriormente.

tradicional de navegação e comércio (o qual favorecia a reprodução da língua geral) e facilitou uma grande onda migratória do Nordeste – cerca de quinhentos mil trabalhadores, todos falantes de português – para a Amazônia (cf. FREIRE, 2004, p. 4-5).

Com efeito, como mostra Lobo (2018), há pelo menos duas linhas de argumentação, não excludentes entre si, para explicar a generalizada difusão do português em solo americano. Segundo ela, uma primeira linha diz respeito à tradição de historiadores da língua portuguesa que tributa a responsabilidade maior pela “vitória” da língua do colonizador à massiva chegada de portugueses seduzidos pela descoberta das minas de ouro e diamantes e, sobretudo, às políticas pombalinas a partir do século XVIII. Na esteira dessa argumentação, Lobo inclui os trabalhos de Teyssier (1982; 1997) e Castro (1992). A uma segunda linha de argumentação, a autora afirma que se filiam autores, a exemplo de Castro (2001), Ribeiro (1995) e Mattos e Silva (2000), que defendem a tese de que foram os africanos e seus descendentes os principais responsáveis pela difusão e pela formatação da variante social demograficamente majoritária do PB, chamada pelos autores supracitados de *português popular brasileiro*.

De todo modo, a medida pombalina exemplifica o que se está aqui discutindo: há mesmo uma indissociável relação entre monolinguismo e formação de um Estado; entre monolinguismo e colonização.

A segunda conhecida política linguística perpetrada, no Brasil, com vistas ao monolinguismo aconteceu durante o Estado Novo, através do processo que ficou conhecido como *nacionalização do ensino*, que pretendia selar o destino das línguas de imigração no Brasil, especialmente o do alemão e do italiano na região colonial de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Como afirma Oliveira (2000, p. 130),

Foi nesses dois estados, nos quais a estrutura minifundiária e a colonização homogênea de certas regiões garantiram condições adequadas para a reprodução do alemão e do italiano, especialmente, que a repressão linguística, através do conceito jurídico de *crime idiomático*, inventado pelo Estado Novo, atingiu sua maior dimensão.

Nesse período, escolas comunitárias foram invadidas e desapropriadas, gráficas de jornais em alemão e italiano foram fechadas e pessoas foram perseguidas, presas e torturadas por falarem suas línguas maternas em público ou privadamente, dentro de suas casas (as escolas de nacionalização estimulavam crianças a denunciar os pais que falassem alemão ou italiano em seus lares). Sem dúvida, essa política, que visava mais

uma vez ao monolinguismo no Brasil, deve ser entendida como uma das possíveis razões pelas quais o número de línguas de imigração faladas no Brasil diminuiu drasticamente ao longo do tempo. Ora, a essa época, sobretudo entre 1941 e 1945, essas línguas eram, como afirma Oliveira (2000, p. 130), bastante mais importantes, em termos quantitativos, que as línguas indígenas, que tiveram uma história de vertiginosa redução de falantes. Segundo o IBGE de 1940, no Brasil, com população estimada em 50 milhões de habitantes, 644.458 pessoas falavam alemão, enquanto 458.054 falavam italiano (cf. MORTARA, 1950).

É interessante perceber, mais uma vez, a inextricável relação entre *língua e nação*. Durante o Estado Novo, o 32º Batalhão de Caçadores deslocava para Blumenau soldados, sobretudo os transferidos do Nordeste, no afã de *ensinar os catarinenses a ser brasileiros* (cf. OLIVEIRA, 2000, p. 131).

Para Faraco (2016, p. 156-157):

Via-se [durante o Estado Novo] nas línguas de imigração uma ameaça à unidade territorial e nacional do país. Negava-se a elas (como antes se fizera com as línguas indígenas) o estatuto de bens do patrimônio sociocultural do país. A política estado-novista reforçava, nesse sentido, a ideia de que somos um país monolíngue, uniforme e homogêneo.

O silenciamento de tudo aquilo que não convergisse para a noção de *nação brasileira* não se produziu apenas pelos militares contra os *estrangeiros*, durante o Estado Novo, mas também (e isso deve saltar aos olhos de qualquer cientista contemporâneo) pelos intelectuais, pelos cientistas. Como aponta Ming (2013), os grandes estudiosos que se dedicaram a interpretar o Brasil nessa época silenciaram a importância do imigrante na construção da riqueza e da cultura do país, talvez porque a maioria deles escreveu e foi reconhecida na década de 1930, quando o Brasil estava em guerra com três dos principais países de onde vieram nossos imigrantes: Alemanha, Itália e Japão.

Não obstante, como nos lembra Faraco (2016, p. 157), nem mesmo Ribeiro (1995), até hoje lembrado como um dos grandes intelectuais que refletiram sobre a formação do nosso povo, ressalta a importância dos imigrantes em nossa formação enquanto nação (ali aparecem apenas três matrizes étnicas: o português, o índio e o africano).

O que se quer aqui, neste momento, é chamar a atenção para o fato de que não basta analisar, no trabalho científico, os *fatos* ou mesmo as *versões*, mas também (e, talvez, sobretudo) os *lugares de observação* desses fatos, isto é, a ideologia que interpela

os estudos científicos – e, em nosso caso particular, a IL que interpela os trabalhos em Linguística. Afinal, como tem ferrenhamente defendido o antropólogo Risério (2019; 2020), se, por um lado, repensar o Brasil é tarefa fundamental, por outro, é contraproducente substituir mistificações produzidas por uma velha história oficial do país por uma nova *ideologia historiográfica dominante* que essencializa os sujeitos históricos como *negro luminosamente libertário, índio ecofeliz e português genocida* (cf. RISÉRIO, 2020, p. 29). Daí ser objetivo deste texto investigar em que medida as IL que interpelaram/interpelam os diversos discursos científicos sobre a história da transplantação do português para o Brasil forjaram o panorama linguístico contemporâneo brasileiro.

Voltando às duas políticas linguísticas de que falei – o Diretório dos Índios e a repressão às línguas *alóctones* no Estado Novo –, é preciso entender que elas são apenas dois conhecidos e amplamente discutidos exemplos de um projeto político (consciente ou não) de monolingüismo.

Por ora, cabe dizer que o Brasil continua, em alguma medida, pelo menos na grande mídia, em outras áreas do conhecimento alheias à Linguística e, de forma residual, na escola, reproduzindo um discurso (inevitavelmente político) parecido com aquele com que a antiga metrópole investia numa homogeneização linguística

Essa continuidade histórica de um projeto homogeneizante em nosso país contrasta, na prática, com determinações legais, como a Constituição de 1988, que, pela primeira vez, reconheceu aos indígenas o direito à cidadania, à sua cultura e à sua língua, e o Inventário Nacional da Diversidade Linguística no Brasil, de 2010, que afirma a importância de todas as línguas faladas no território nacional há pelo menos três gerações como relevantes para a memória e identidade dos grupos que compõem a sociedade brasileira (cf. MORELLO, 2012).

Como nos alerta Faraco (2016, p. 152), os segmentos dominantes do nosso país vêm fazendo, há pelo menos duzentos e cinquenta anos, “um esforço para criar e sedimentar um imaginário que apague a diferença, numa tentativa de uniformizar e homogeneizar o que é heterogêneo e complexo”.

Esses segmentos dominantes têm sido chamados pelo sociólogo Jessé Souza de *elite do atraso* (cf. SOUZA, 2017). Para o autor, com quem concordo em parte, as elites que se formaram em nosso país, desde o início da sua colonização, são as responsáveis por perpetuar uma sociedade bastante excludente, na medida em que elite e classe média formam um bloco antipopular que, durante muito tempo, tendeu a se posicionar contra

qualquer política que diminuísse a distância entre as classes, o que me faz pensar no quão diferentes são as elites econômicas do Brasil e as dos grandes países economicamente desenvolvidos, muito menos antipopulares.

Há, portanto, entre a produção do conhecimento sobre o Brasil e o brasileiro e a produção do conhecimento sobre a(s) língua(s) do Brasil, muitas semelhanças. Com efeito, ambas são ideologicamente carregadas e, no entanto, via de regra, são interpretadas na organização social pura e simplesmente como *fatós*. O problema, repito, é que, no campo da Linguística Histórica, não se trabalha apenas com *fatós*, mas também com *narrativas* sobre eles – daí a minha intenção de estudar as formas por meio das quais fatores extra-disciplinares exercem efeito na emergência das diferentes ideias sobre língua(s) que foram/são defendidas na Linguística brasileira.

3.2 UMA PAUSA: LÍNGUA E CULTURA (DOIS DEDOS DE PROSA SOBRE LÍNGUAS *PLURICÊNTRICAS*)

A discussão sobre a relação entre língua e Estado parece ainda mais profícua quando é feita concomitantemente a uma outra, que concerne à relação entre língua e cultura. Mira Mateus (2016, p. 65-82), desde o título atribuído ao seu capítulo, suscita um debate bastante amplo, complexo: *Se a língua é um fator de identificação cultural, como se compreende que uma mesma língua identifique culturas diferentes?*

Com efeito, é importante, no mundo globalizado em que estamos inseridos – que leva à existência cada vez mais comum de contatos entre línguas, em função da facilidade de comunicação contemporânea, da rápida e habitual deslocação de indivíduos, da diminuição de fronteiras nacionais etc. –, refletir sobre o chamado pluricentrismo. Embora introduzido no fim dos anos setenta e desenvolvido a partir dos anos noventa (cf. CLYNE, 1992), o conceito de *pluricentrismo linguístico* corresponde hoje em dia a um fenômeno generalizado e largamente estudado (cf. SILVA *et al*, 2011; SILVA, 2013).

Segundo Batoréo (2014, p. 2),

São consideradas tipicamente pluricêntricas as línguas que apresentam diferentes variedades faladas em diversos países ou regiões distintas, com um ou mais núcleos nacionais, isto é, com uma ou mais normas nacionais próprias, substituindo este modelo uma perspectiva mais antiga que considerava as variedades mais distantes do *standard* tradicional e historicamente estabelecido como “desvio” da norma.

Assim, o pluricentrismo significa, no caso da língua portuguesa, que ela é o idioma nacional de dois países geograficamente distantes (Portugal e Brasil – no caso do segundo, é língua nacional e oficial); a língua falada na qualidade de variedade(s) galega(s) na Galiza, na Espanha (apesar de o galego ser hoje considerado uma língua independente do português – afirmação com que concordo) e, finalmente, a língua oficial numa série de países independentes, ex-colônias portuguesas na África (Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Guiné Equatorial) e na Ásia e na Oceania (Timor-Leste, país intercontinental).

Num artigo de Batoréo (2014, p. 4) sobre o português como língua pluricêntrica, citam-se algumas agendas de pesquisa da Linguística Cognitiva e da Sociolinguística Cognitiva (cf. BARTORÉO; CASADINHO, 2009; SILVA *et al*, 2010; BARTORÉO; SILVA, 2012; SILVA, 2013 etc.), que se voltam aos seguintes blocos temáticos:

- (i) convergência e divergência entre o Português Europeu e o Português Brasileiro e estratificação das duas variedades nacionais;
- (ii) conceptualização do mundo em diferentes variedades da mesma língua e a sua transparência ao nível da construção linguística: padrões de variação nacional e correlações entre variáveis lexicais e gramaticais no pluricentrismo do Português;
- (iii) percepção e avaliação das variedades nacionais: modelos cognitivos e culturais de categorização e avaliação do Português Europeu e do Português do Brasil;
- (iv) identidade linguística, atitudes de purismo e de independentismo e o seu impacto no desenvolvimento das variedades nacionais;
- (v) distâncias linguísticas objetivas e subjetivas entre as variedades nacionais: correlações entre distâncias linguísticas objetivas, distâncias percebidas e atitudes linguísticas;
- (vi) planeamento e políticas multilaterais de língua para o Português como língua pluricêntrica.

A existência do bloco temático (iv), que interessa à Linguística Cognitiva e à Sociolinguística Cognitiva, mas, sem qualquer sombra de dúvidas, deveria interessar também a qualquer trabalho em Linguística que se debruce sobre *unidade* e/ou *diversidade* do português falado em diferentes países e regiões, evidencia que a

identidade linguística e as *atitudes* ora puristas ora independentistas de falantes e de cientistas sobre a língua portuguesa impactam no desenvolvimento das variedades nacionais. Ora, como tenho dito, desde o início, de fato, a história do saber metalinguístico é invariavelmente articulada à constituição da língua nacional.

O capítulo de Mira Mateus (2016) a que me referi no início deste item apresenta, já no título, conforme dito anteriormente, uma pergunta: *se a língua é um fator de identificação cultural, como se compreende que a mesma língua identifique culturas diferentes?* Ao longo do texto, a autora questiona a afirmação da relação entre língua e identificação cultural, a partir de uma revisão de diferentes abordagens sobre as relações entre língua e cultura. Discutem-se ali o caso do Português como um exemplo de língua pluricêntrica – que, por isso mesmo, identifica diferentes culturas – e os fatores que provocaram o afastamento das *variedades* (por ela assim designadas) portuguesa e brasileira.

A autora conclui que a língua é um fator de identificação cultural, mas só no uso e pelo uso que dela faz o indivíduo e não apenas por pertencer a uma das várias comunidades que a utilizam como materna. O texto termina com uma citação do poeta Fernando Pessoa: “A minha pátria é a língua portuguesa”. Sobre a frase e seu autor, questiona-se Mira Mateus (2016, p. 79):

Será que esse homem, que falava uma língua dispersa por vários continentes, preferia tal dispersão à envolvimento material de físicas fronteiras limitadoras? Ou será que, dividido o poeta entre várias pátrias que podia chamar suas, mas a que se não sentia visceralmente ligado, só na língua que falava encontrava a sua identificação? Talvez por isso pôde explodir, dentro de si mesmo, numa constelação de personagens libertas da obrigação de viver. Porque a linguagem humana lhe ofereceu a possibilidade de não pertencer a nenhuma pátria.

Apesar da legítima afirmação de que a Fernando Pessoa foi oferecida a possibilidade de não pertencer a nenhuma pátria – ora, como afirma Thiesse, já aqui citado, “a identidade nacional surge de um postulado e de uma invenção (...), mas só vive pela adesão coletiva a essa ficção” (1999, p. 14) – e apesar da beleza da reflexão metafórica de Mira Mateus (2016) sobre o poeta português e a língua portuguesa (por que se escolheu um poeta português para falar sobre uma suposta *unidade* e não outro de língua portuguesa já dá margem a uma ampla discussão sobre *universalidade* ou mesmo *superioridade* da *variedade lusitana*), é interessante perceber a adesão da linguista portuguesa ao discurso da *coesão* entre os povos a partir de uma língua que, ao que parece, sobrevive incólume à diversidade de todos sabida.

Para a autora,

(...) o termo Português, que recobre as variedades socioletais, dialetais e nacionais que convivem em Portugal e no Brasil, deve ser entendido como importante instrumento de coesão entre povos e como afirmação política e econômica num contexto envolvente transnacional (MIRA MATEUS, 2016, p. 77).

Silenciam-se, nesse discurso, os países e regiões que falam português fora do eixo luso-brasileiro e se pensa na coesão entre os povos (povos portugueses e brasileiros apenas) a partir de um binômio político-econômico.

Ainda pensando, a partir de um viés discursivo, ideológico, na relação entre conhecimento e discurso, e também na relação indissociável entre discurso científico e ideologia (falarei, mais adiante, que posição estou tomando quanto à relação entre ciência e ideologia), é interessante perceber a crítica que Batoréo (2014, p. 8) faz à postura incoerente da parte das autoras portuguesas Mira Mateus *et al* (2013[1983]), num livro intitulado de um modo genérico *Gramática da língua portuguesa*. Para Batoréo (2014, p. 8):

Se, por um lado, a variação da Língua Portuguesa é inegável e as autoras assumem pela primeira vez na história das gramáticas portuguesas a existência de uma variedade europeia – o Português Europeu – na qual focam a sua descrição, por outro lado, mantêm no título a referência à unicidade da Língua Portuguesa, reforçando o entendimento desta variedade como dominante, na tradição histórica do país de berço da língua-mãe.

Na verdade, todo o artigo de Hanna Batoréo anteriormente citado se dedica a investigar que gramática temos e de que gramáticas precisamos para estudar o português como língua pluricêntrica. Nesse interessante estudo – que se dedica, como se afirma em sua introdução, à análise de gramáticas do português como língua materna e como língua estrangeira –, observa-se que há, entre as gramáticas produzidas aquém e além-mar, posturas teóricas e metodológicas muito diferentes.

Com isso, fica claro que é impossível refletir sobre que língua falamos sem que se reflita antes sobre as relações entre língua e Estado e entre língua e cultura e sem que se reflita antes sobre a necessidade de se posicionar a lupa não apenas para os fatos da diversificação do português no mundo, mas também para as narrativas sobre eles – as que se fizeram e as que se têm feito – e para os lugares de observação destas.

3.3 VOLTANDO AO ASSUNTO: HISTÓRIA, NARRATIVAS E AS IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS (OU: “HÁ ESPAÇO PARA O MULTILINGUISMO NO MUNDO GLOBALIZADO?”)

Este trabalho, não obstante a sua tentativa de ser heterodoxo (ao propor diálogos com a História, com a Análise de Discurso, com a Sociologia, com a História das Ideias, com a História das Ideias Linguísticas etc.), nasce na esteira da Linguística Histórica. Tradicionalmente, conceitua-se esta área como aquela que se interessa por estudar *a linguagem sob a chave do tempo*. É preciso, de pronto, atentar para o fato de que, conforme se conceba *linguagem* e conforme se conceba *tempo*, a noção de Linguística Histórica variará (cf. PAIXÃO DE SOUSA, 2006).

Como se percebe, é necessário refletir sobre que tipo de *história* se faz nestas páginas. Isso porque

nos estudos da língua sob a dinâmica do tempo, a temporalidade integra a esfera das preocupações *teóricas* da reflexão linguística. A linguística histórica constitui-se, assim, como um fazer historiográfico, no qual é preciso pensar não só o tempo, mas os *tempos do Tempo* – ou seja, onde é preciso que se reconheça analiticamente *a historicidade da própria narrativa em construção* (PAIXÃO DE SOUSA, 2006, p. 28).

De fato, se estudar História é estudar não somente os *fatos*, mas, também, as *narrativas* disponíveis sobre eles, um trabalho como este, no âmbito da Linguística Histórica, precisa pensar as implicações epistemológicas que o estudo do tempo traz, na medida em que análises na esteira dessa ciência operam no *plano temporal do conhecimento*, e não do *plano temporal dos acontecimentos*. Em outras palavras, retomando Paixão de Souza (2006, p. 30), “a perspectiva de narração constrói diferentes Histórias”.

Um bom exemplo de como isso acontece é dado pela própria Paixão de Sousa (2006, p. 30-37): o caso das línguas românicas. Segundo ela, há dois problemas que precisam ser trazidos à luz quando se trata de discutir a formação dessas línguas. O primeiro diz respeito às narrativas (ora, a história de todos sabida sobre a formação das línguas neolatinas é a narrativa dos herdeiros da tradição romana, a dos cristãos vencedores e suas línguas *companheiras da espada*, dos termos de Nebrija – como seria conhecer essa história, por exemplo, a partir da narrativa dos árabes, a partir de uma narrativa *crioula*?). Argumenta Paixão de Sousa (2006, p. 35-36):

Nesse aspecto o caso das “*Línguas Românicas*” ilustra as armadilhas colocadas pela noção de “*objetividade*” para o linguista preocupado com a mudança. Seria possível argumentar-se que o fato realmente “*objetivo*” do qual podemos partir para estudar a história desses idiomas é sua filiação genética ao latim; seria o que lhes confere a homogeneidade necessária a um estudo tipológico, por exemplo. Mas é difícil sabermos o quanto de “*objetividade*” há no agrupamento tal como estabelecido até aqui como herança dos séculos de estudos latinizantes sobre as línguas espanholas, uma vez que *perguntas diferentes raramente foram formuladas*. Sabemos da importância histórica da pergunta original sobre a gênese dos idiomas ibéricos “*românicos*” a partir do latim. Mas quais seriam as consequências “*teóricas*” para o nosso “*conhecimento*” sobre as línguas ibéricas em um contexto histórico no qual a reflexão linguística, ao invés de gerada no coração da Europa ocidental renascentista, tivesse florescido no interior de um mundo científico de influência árabe – no qual esta, portanto, fosse a herança que importasse valorizar?

O segundo problema abordado pela autora concerne às limitações de, num trabalho historiográfico, não se poder operar no âmbito dos acontecimentos, mas sim do que deles restou. Todos os registros históricos disponíveis para estudos são fragmentos dos acontecimentos. E, como afirma Paixão de Sousa (2006, p. 36),

[...] esses registros representam um fragmento dos acontecimentos. Mais que isso: um fragmento daquilo que *um determinado contexto histórico julgou relevante registrar*; que *um segundo momento histórico julgou importante preservar*; e que *um terceiro momento histórico considerou pertinente examinar*.

Ciente de que nem todos os fatos das línguas foram registrados e preservados e, por isso mesmo, muitos jamais foram examinados, hoje podemos chegar a conhecer a linguagem dos reis e das cortes cristãs espanholas medievais, mas ficamos sem saber como falavam, por exemplo, as suas criadas quando, nos idos de 1200, saíam às compras (cf. PAIXÃO DE SOUSA, 2006, p. 37).

É por reconhecer que se opera aqui com *narrativas*, isto é, com discursos, que proponho uma análise ideológica sobre os discursos que, na Linguística, se fizeram e se fazem sobre a história sociopolítico-linguística do Brasil e, mais especificamente, sobre a sua língua hoje majoritária. Será que, de alguma maneira, a ideologia a que se assujeitaram os discursos científicos sobre *a língua do Brasil* forjaram a brasilidade? Se sim, em que medida? Há espaço para o multilinguismo no mundo globalizado? A globalização é de todo ruim? Ela é (ir)reversível? A empreitada decolonial é uma luta do *bem contra o mal*, como parecem insinuar alguns de seus autores? É possível *decolonizar* a(s) língua(s)?

Para tanto, operar-se-á aqui com o conceito de IL, entendidas como “o sistema cultural de ideias sobre relações sociais e linguísticas, juntas com sua carga de interesses morais e políticos” (cf. IRVINE, 1989); “crenças ou sentimentos sobre as línguas como são usadas em seus mundos sociais” (cf. KROSKRITY, 2004) ou, ainda, como

[...] as ideias com as quais participantes e observadores [linguistas, etnógrafos, elaboradores de políticas linguísticas públicas e de currículos para o ensino de línguas etc.] enquadram suas compreensões nas pessoas, eventos e atividades que são significativas para eles (Irvine e Gal, 2000: 35), convocando efeitos de significados variados na vida social (MOITA LOPES, 2013, p. 20).

Do ponto de vista dos falantes e dos escritores, as variações ideológicas da linguagem são importantes, porque acabam influenciando as mudanças linguísticas. O advento dos movimentos feministas, por exemplo, fez emergir uma atitude política de rechaço a expressões generalizantes sobre a espécie humana no masculino, do que resulta hoje a substituição, por exemplo, de *o homem* por *o ser humano*. Nas redes sociais, é comum também o uso de “el@” e “elx”, em lugar de *ele* ou *ela*. Em que pese essa atitude ter nascido do bojo das pautas ditas minoritárias (ou minorizadas), trata-se hoje de algo que tem se generalizado para além desses espaços políticos. Há ainda os casos da necessidade ou não da flexão de gênero para palavras como *presidente* (deve-se ou não usar *presidenta?*) e o da (ir)relevância do uso de um gênero neutro em português, a exemplo de *todes* (em alternativa ao par *todos x todas*).

As IL são múltiplas e advêm de perspectivas políticas, culturais e econômicas específicas. Não obstante, as IL que me interessam aqui são especificamente aquelas que interpelam os estudiosos da linguagem. Isso implica questionar: quais as escolhas ideológicas (conscientes ou não) determinantes na construção de teorizações sobre línguas e a linguagem? Afinal, como afirma Orlandi (2013, p. 20)²⁶, “pela história de constituição da língua e do conhecimento a respeito dela, posso observar a história do país”, já que “a ciência tem um projeto de explicação sobre o Brasil, que não é indiferente; ao contrário, se confronta com os sentidos possíveis dessa brasilidade”.

²⁶ Não estou, com essa citação, afirmando que a autora Orlandi trabalha com a categoria *ideologia linguística*. De fato, a noção de *discurso* interessa a diferentes áreas do conhecimento e aqui o foco é perceber que ideologia linguística interpelou e interpela cada um dos discursos aqui analisados, todos feitos, de uma forma ou de outra, a partir do lugar teórico da Linguística Histórica. No entanto, alguns pressupostos da Análise de Discurso tal qual é feita em Eni Orlandi (2013) interessam sobremaneira a este trabalho, mas não os utilizarei como dispositivos teórico-metodológicos, e sim como dispositivos analíticos, sobretudo as categorias *discurso* (entendido aqui como os efeitos de sentido produzidos nos usos linguísticos) e *silenciamento*, de que falarei adiante (item 3.5).

Precisamos, antes de mais, situar cientificamente o conceito de IL. Para Kroskrity (2000, p. 501), esse termo abarca uma série de dimensões, ressaltando cinco delas. A primeira se refere ao fato de as IL refletirem os interesses de um grupo social e cultural específico (como exemplo, o autor mostra a IL da norma, que, segundo ele, desampara sociolinguisticamente aqueles que não dominam a norma considerada legítima). Isto é: até o próprio conhecimento linguístico que se tem é politicamente interessado. A segunda dimensão concerne ao fato de as IL serem variadas (ora, os significados sociais se referem a uma multiplicidade de divisões sociais de gênero, classe social, geração, sexualidade, nacionalidade etc.)²⁷. A terceira dimensão tem a ver com o fato de que a consciência que os participantes de um grupo específico têm das IL que interpelam seus discursos é variável²⁸, enquanto a quarta dimensão se refere ao fato de elas fazerem a mediação entre as estruturas sociais e a linguagem em uso.

Como se perceberá, é a quinta dimensão de que fala Kroskrity que por ora mais me interessa. Ela diz respeito, segundo o autor, ao modo como as IL são usadas na construção de identidades culturais e nacionais, tais como nacionalidade e etnia. Ao comentar essa dimensão, Moita Lopes (2013, p. 27), apesar de, paradoxalmente²⁹, no mesmo texto, concordar com as afirmações de Oliveira (2013) sobre a internacionalização do português, diz o seguinte:

O fenômeno de compartilhamento de uma língua tem sido usado para separar ou dividir grupos sociais, construindo diferenças de várias naturezas entre os grupos, tornando-as naturais, favorecendo a construção do Estado-nação [...], muitas vezes ao preço do aniquilamento de outras línguas/variedades ou de seu apagamento. É difundida no Brasil, por exemplo, a ideologia de senso comum de que este é um país monolíngue, no qual se fala somente português [...]. Tal ideologia é perniciosa por que [sic] não leva em consideração os falantes bilíngues ou multilíngues (ou mesmo monolíngues em outra língua que não o português) no Brasil e seus interesses e necessidades educacionais, entre outros. Essa [quinta] dimensão [de que fala Kroskrity] é importante por que [sic] os conceitos de nação, etnia e de pertencimento a um grupo dependem crucialmente dela.

²⁷ A IL do movimento negro, por exemplo, pode ser compreendida como aquela que interpela discursos de um grupo específico (pessoas intelectualizadas, pessoas negras, que vivem o racismo, e brancos que se solidarizam com a causa etc.). No extremo oposto, a IL que interpela discursos racistas é aquela que naturaliza, por meio da língua, o fato sócio-histórico de pessoas brancas ocuparem lugares (físicos e simbólicos) superiores aos ocupados pelas pessoas negras.

²⁸ Em relação à terceira dimensão apresentada por Kroskrity, é importante fazer uma ressalva: neste trabalho, não se operará com a questão da *consciência* dos falantes. Isso porque, inspirado em Orlandi (1995), estou concebendo o *sujeito* como aquele que, independentemente de sua consciência, é atravessado por ideologia. Em outras palavras, estou entendendo *ideologia* como *visão*, isto é, moldadora silenciosa do nosso pensamento, nos termos de Sowell (2012).

²⁹ Tratarei desse paradoxo mais adiante.

Um interessante trabalho com as IL é o do Del Valle (2007), que se debruçou sobre a ideologia da hispanofonia, definida como um ativo estratégico a serviço de um projeto linguístico-mercadológico³⁰. Em seu trabalho, o autor define a IL como um “sistema de ideias que articulam noções de linguagem, as línguas, a fala e/ou a comunicação com formações culturais, políticas e/ou sociais específicas (DEL VALLE, 2007, p. 20), explicitando que um dos objetivos da análise ideológica deveria ser as suas *condições contextuais de produção*. Há, para esse autor, três condições para que um sistema de ideias sobre a linguagem seja concebido como uma IL:

(...) sua *contextualidade*, isto é, sua vinculação com uma ordem cultural, política e/ou social; (...) sua *função naturalizadora*, isto é, seu efeito normalizador de uma ordem extralinguística fixada no senso comum; (...) e sua *institucionalidade*, isto é, sua produção e reprodução em práticas institucionalmente organizadas em benefício de formas concretas de poder e autoridade (DEL VALLE, 2007, p. 20).

Sob essa mesma perspectiva, Woolard (2007) identifica duas IL no mundo ocidental moderno, concebidas como instrumentos por meio dos quais se sustenta a autoridade linguística: a *autenticidade* e o *anonimato*.

Para ele, a ideologia da autenticidade é própria às comunidades linguísticas em situação minoritária e aos grupos falantes de *dialetos* estigmatizados. Essa ideologia valoriza a sua língua ou o seu dialeto como modo de expressar seu espírito e está centrada no local, tendo, pois, uma geografia bem delimitada.

Ao comentar essa ideologia concebida por Woolard (2007), Lagares (2018, p. 214-215) afirma:

Para as comunidades minorizadas, a elaboração de um código prescritivo, de uma norma-padrão não localizada numa variedade específica ou de caráter interdialeto, pressupõe uma dificuldade também no plano ideológico. A padronização é uma estratégia glotopolítica muito comum para uma língua galgar posições no caminho da sua oficialização. Nesses casos, a norma construída aparece diante dos falantes, que atribuem valor a sua língua de acordo com essa ideologia da autenticidade, como algo falso e extremamente artificial, com o qual não é fácil se identificar. Um dos maiores problemas enfrentados pelas comunidades linguísticas minorizadas é precisamente o de angariar autoridade para o seu padrão construído recentemente, pois esse processo exige pôr em funcionamento um sistema ideológico contrário àquele que sustentara a legitimidade da língua até esse momento.

³⁰ Como afirma o autor (2007, p. 22), essa ideologia se produz no contexto de expansão de mercados do capital domiciliado na Espanha, sobretudo nos países da América Latina, com o objetivo de naturalizar uma ordem política na qual a Espanha teria um lugar de destaque. Essa ideologia, ainda segundo Del Valle, naturaliza no discurso determinada ideia de língua, servindo como instrumento para o exercício do poder e da autoridade.

Já a ideologia do anonimato, na visão de Woolard (2007), serviria de fundamento para o exercício da autoridade das línguas hegemônicas. Isso implica que, enquanto, para a ideologia da autenticidade, a autoridade se fundamenta na voz localizada, na do anonimato, o que se valoriza é a voz *neutra*, de nenhum lugar específico, *livre* de sotaques ou quaisquer outras variações. Esse é notavelmente o efeito do padrão em línguas com tradição normativa marcante, nas quais a autoridade se dá a partir da norma em oposição às variedades locais, isto é, a partir de sua artificialidade – trata-se, pois, da *língua imaginária*, tal como postulou Orlandi (2013, p. 13).

Segundo esse arrazoado, as línguas públicas, precisamente por não pertencerem a “ninguém em particular”, podem representar a todos e ser usadas igualmente por todos. Apresentam-se para nós abertas e disponíveis. Basta ser o suficientemente bom e astuto para se aproveitar plenamente de tamanho recurso. Enquanto, como vimos antes, a dêixis social é valiosa na defesa das línguas minoritárias, a função referencial é ideologicamente crucial na esfera pública anônima (WOOLARD, 2007, p. 133).

O *anonimato*, nos termos de Woolard, é, pois, uma importante construção ideológica que consolida a hegemonia das línguas majoritárias. Ora, se é verdade que, como discuti no item 3.1, retomando as palavras de Thiesse (1999, p. 14), “a identidade nacional surge de um postulado e de uma invenção, mas só vive pela adesão coletiva a essa ficção”, e se é verdade que o Estado-nação, tal qual concebido desde o século XVIII, tem por condição *sine qua non* a idealização de uma língua nacional, pode-se concluir que a ideologia do anonimato produz dominação numa relação hegemônica via língua.

Nesse sentido, o trabalho de Milroy (2011) é uma importantíssima leitura sobre o que ele chama de *ideologia da língua padrão*. Há ali argumentos a favor da ideia de que a ideologia da *normalidade linguística*, associada à ideia de que o monolinguismo é a situação normal para os falantes e as comunidades linguísticas, tem grande influência no desenvolvimento das ciências da linguagem. Para ele (2011, p. 73-74):

[...] quando a variedade padrão é selecionada, fica difícil evitar contrabandear para dentro de uma análise linguística interna um conjunto de suposições não analisadas, condicionadas pela ideologia do padrão. Além de ideias de prestígio e correção, as suposições mais gerais condicionadas pela ideologia são as de que as línguas são uniformes em estrutura, que são estáveis e que são entidades concluídas. Contudo, essas tampouco são propriedades de línguas reais – são propriedades de estados idealizados de línguas e são, especialmente, propriedades de línguas padronizadas.

Tudo isso posto, percebo que há, nos discursos (científicos ou não)³¹ que se notam na história sociopolítico-linguística do Brasil, pelo menos, cinco grandes ideologias, que vou chamar aqui de:

- a) IL colonial;
- b) IL da identificação;
- c) IL da diferença;
- d) IL da ruptura;
- e) IL globalista.

É preciso dizer, de saída, que essas cinco IL se relacionam, de alguma maneira, com a colonização e com aquilo que considero uma ideologia hegemônica no senso comum, na grande mídia e, de forma residual, na escola brasileira: aquela chamada por Milroy (2011) de *ideologia da língua padrão* ou *da normalidade linguística*, a que me referi, anteriormente.

Assim, resumidamente, a IL colonial instituiu, de forma oficial, a partir de 1757, a ideia de que é natural que povos conquistados devem aprender a língua dos conquistadores, a *língua do príncipe*, posto que, dessa forma, se alcançam afeto, veneração e obediência de todos – isto é, a ideia de que o monolinguismo é uma estratégia importante com vistas à colonização e à existência mesma de um Estado –; a IL da identificação é assim chamada exatamente porque se identifica com essa ideia colonial, apesar de atravessar discursos em ex-colônias (Brasil, por exemplo); a IL da diferença começa a colocar em xeque a ideia de normalidade, ainda que não se materialize em discursos que proponham alguma subversão prática aos efeitos da IL colonial; a IL da ruptura é aquela que, ancorada numa literatura decolonial, pós-moderna, multiculturalista, interpela discursos a favor de uma cisão de diversas ordens em relação à ex-metrópole – e isso inclui a língua –; e, finalmente, a IL globalista intenta engendrar a(s) língua(s) na atual lógica de mercado global, insistindo na existência de uma suposta língua comum entre os países ditos lusófonos.

³¹ Estou propondo uma IL colonial (cf. item *a*) por uma questão didática, a fim de deixar claro, neste ponto do texto, como entendo a relação entre algumas ideias existentes sobre línguas e a história sociopolítico-linguística do Brasil. No entanto, na próxima seção desta tese, me debruçarei centralmente, como tenho dito, sobre os discursos feitos no âmbito da Linguística. As considerações sobre o *Directorio*, por exemplo, cujo discurso, na minha proposição, é interpelado pela IL colonial, já foram feitas nesta seção.

O que segue, então, é uma breve exposição do que seja cada uma dessas ideologias por mim assim designadas.

O que estou chamando de IL colonial diz respeito a um conjunto de valores e crenças segundo o qual um Estado se faz por meio da unidade, inclusive da unidade linguística (daí porque a língua dos *conquistadores* deve ser adotada por todos os *conquistados*, com vistas supostamente à sua civilização). Foi essa visão que interpelou a *escolha* de uma variedade linguística específica como *língua oficial*, situação comum à emergência dos Estados-nação modernos. Aqui cabe retomar Faraco (2016, p. 23-38), que faz um excursus argumentativo com o afã de mostrar que, em muitas histórias das línguas, há um uso anacrônico do termo *língua oficial*. Ora, não obstante a noção de língua oficial estar presente desde a legislação da Revolução Francesa, lembra-nos Faraco que o termo *oficial* “só vai aparecer, no âmbito constitucional, pela primeira vez, no Império Otomano, de 1867, que dizia, em seu artigo 18: *A elegibilidade a cargos públicos está condicionada ao conhecimento do turco, que é a língua oficial do Estado*” (FARACO, 2016, p. 35).

Ainda segundo o autor, as primeiras Constituições não trataram especificamente de questões linguísticas. A primeira delas a fazê-lo foi a da Noruega (1814), que, como a do Império Otomano, restringiu os cargos públicos a cidadãos que falassem a *língua do país* (percebe-se aí que, se por um lado, não se usa o termo *língua oficial*, por outro, o termo *língua do país* é próximo da expressão *língua nacional*).

A IL colonial chega ao Brasil, oficialmente, a partir do Diretório dos Índios, de que falei anteriormente. Estou-lhe atribuindo a etiqueta *IL colonial* por entender que, por meio dela, o Estado português, no caso da colonização do Brasil, especificamente, entendia o monolinguismo como um poderoso instrumento através do qual se colonizariam as terras hoje brasileiras.

Quando falo em uma ideologia *colonial*, estou-me referindo de maneira específica a um conjunto de práticas, materializadas no discurso, adotadas por um grupo específico de pessoas (os colonizadores), a fim de lograr êxito na exploração de uma colônia. O termo não pode ser confundido, neste ponto do texto, com a noção de *colonialidade*, por exemplo, tal como utilizada por Quijano (1992) – de quem falarei adiante –, que consiste, grosso modo, na continuação do colonialismo por outros meios.

Os discursos prenes dessa continuação do colonialismo por outros meios (e pessoas, sobretudo) eu chamarei de IL da identificação, que, na proposta aqui apresentada, é aquela que perpetua, conscientemente ou não, o projeto político

homogeneizador do Estado português, mas, diferentemente da ideologia colonial, interpela discursos dos (ex)colonizados. Assim, essa ideologia atravessa discursos que convergem para que a língua, enquanto poderoso instrumento de dominação e construção da hegemonia ideológica, nos termos de Gramsci (1975;1978), legitime o poder das classes dominantes.

É necessário que se leve em conta o fato de que a IL da identificação nasce da IL colonial, sendo, na ex-colônia, a responsável pela manutenção de um projeto político da ex-metrópole, que enriqueceu e deu poder a uma pequena elite local, a qual luta, com diferentes instrumentos, sempre com a presença da violência simbólica (cf. BOURDIEU, 1989) e da imposição do seu capital cultural (cf. BOURDIEU, 1997), para se manter nesse poder. Daí entender essa IL como aquela da identificação, isto é, aquela que se identifica, conscientemente ou não, com a ideia, até hoje hegemônica, de que um Estado se faz e se mantém com uma só língua – ideia que remonta à emergência dos Estados nacionais modernos.

Demonstrarei, mais adiante, que o discurso de Silva Neto (1950) é um dos tantos discursos prenes dessa IL da identificação, que continua existindo (não se deve achar que uma IL impede que outra *circule* no mesmo período – elas não são, em nenhuma medida, estanques). Discursos atravessados por essa mesma ideologia são bastante comuns na grande imprensa brasileira (de que é exemplo o discurso do jornalista Alexandre Garcia, na Rede Globo, como mostrei na seção 2), no senso comum deste país e na educação (em livros didáticos, por exemplo) – daí porque analisarei, também, o discurso do gramático Bechara, que diz, num texto de sua autoria (cf. BECHARA, 2014), fazer uma gramática a partir de um lugar científico (o que não evitou que em seu discurso estivesse presente uma IL da identificação).

Em outro extremo, aparecem duas IL, que, diferentemente da última, interpelam ora discursos que contemporizam uma suposta unidade entre o português falado no Brasil e o português falado em outros territórios nacionais, ora discursos que militam mesmo contra a ex-metrópole, advogando a favor de uma cisão política completa, incluída aí a língua. Concebo esses dois conjuntos de ideias, respectivamente, como IL da diferença e IL da ruptura. Tanto para um, quanto para outro, o PB é uma língua distinta do PE. A diferença entre esses discursos é, basicamente, o fato de haver ou não uma proposta de insurgência prática contra-hegemônica, por assim dizer.

A IL da diferença começa a emergir, no Brasil, de modo geral, a partir do Romantismo e da Independência, mas a questão da língua neste país só passou a adquirir

contornos científicos a partir de 1920, com a publicação de *O dialeto caipira*, de Amaral – seguido por João Ribeiro (1921), Nascentes (1922), Mendonça (1933) e muitos outros que se dedicaram a advogar uma “língua brasileira” já nesse período. Um interessante e rico resumo dessas obras (muitas das quais estão dispersas, até hoje, de modo que há bastante pouco conhecimento sobre elas) pode ser lido em Elia (2003).

Ainda que, nesta minha proposição, essa ideologia tenha atravessado, por exemplo, o discurso de José de Alencar, escritor romântico que, já em 1872, perguntava retórica e ironicamente “O povo que chupa o caju, a manga, o cabucá e a jaboticaba pode falar uma língua com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pera, o damasco e a nêspira?”, aqui me interessam apenas discursos científicos da Linguística sobre a história sociopolítico-linguística do Brasil.

Por isso, como necessito aqui de um ponto de corte, vou fazê-lo – a fim de marcar a renovação dos estudos linguísticos histórico-diacrônicos no Brasil (meados da década de 1980) – a partir da publicação do ensaio *A língua portuguesa no Brasil*, de Antônio Houaiss, em 1985, do artigo *Conservação e inovação no Português do Brasil*, de Celso Cunha, em 1986, e da publicação do artigo *Por uma sociolinguística paramétrica*, de Fernando Tarallo, em 1987. Houaiss e Cunha, os dois primeiros citados, são da mesma geração de Serafim da Silva Neto (cujo discurso foi atravessado por uma IL colonial) e vão fazer uma leitura crítica da tese da unidade e do conservadorismo (ou arcaicidade) do PB defendida por Silva Neto, em 1950, em *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. É interessante, de saída, perceber que, embora o campo de investigação sobre Políticas Linguísticas ainda não estivesse institucionalizado, Houaiss e Cunha, *avant la lettre*, faziam política linguística. Seguindo as pistas de Houaiss e Cunha, Rosa Virgínia Mattos e Silva começaria, na década de 1990, a publicar os artigos que, posteriormente, foram organizados por Tânia Lobo na coletânea *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro* (MATTOS E SILVA, 2004).

Quanto ao citado artigo de Tarallo, é importante destacar as sementes do que vai ser conhecido, algum tempo depois, como Sociolinguística Paramétrica – que tem o livro *Português brasileiro: uma viagem diacrônica* (ROBERTS; KATO, 1993) como uma espécie de livro-manifesto. Aqui, não se podem esquecer as tantas contribuições de Galves (1987 etc.) para a compreensão da gramática do PB, do seu distanciamento em relação ao PE e das suas semelhanças com o PA.

É preciso citar ainda a fundação de alguns dos hoje muitos projetos e programas de pesquisa no âmbito da Linguística Histórica, a exemplo do Programa para a História

da Língua Portuguesa (PROHPOR), de que me orgulha fazer parte, fundado, em 1990, por Rosa Virgínia Mattos e Silva, na UFBA; do Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB), fundado, em 1997, por Ataliba de Castilho, na USP; do projeto A Língua Portuguesa no Semiárido Baiano, institucionalizado, sob a coordenação de Norma Lucia Fernandes de Almeida e Zenaide de Oliveira Novais Carneiro, na UEFS, em 1998; do projeto Vertentes, também na UFBA, liderado por Dante Lucchesi e Alan Baxter, no início dos anos 2000 etc.

Estavam, por assim dizer, lançadas as bases para a renovação da Linguística Histórico-Diacrônica no Brasil. Para essa área do conhecimento, atravessada, em geral, por uma IL da diferença, PB e PE são línguas distintas. Para Tarallo, por exemplo, “sem vias de dúvidas (...), pode ser afirmado que o cidadão brasileiro já estava de posse, ao final do século XIX, de sua própria língua/gramática” (TARALLO, 2018[1993], p. 79).

Por outro lado, a ideologia que estou chamando de IL da ruptura é aquela que atravessa discursos de linguistas que militam de fato contra a ideia de que o português seja uma só língua, propondo, inclusive, reforma no ensino dessa língua no Brasil, a partir de uma literatura pós-moderna e decolonial, tentando legitimar o PB como língua a ser ensinada na escola, para a fala e para a escrita. Um exemplo bastante conhecido disso é o de Bagno (2012), autor da primeira gramática pedagógica do PB (cf. BAGNO, 2012). Ali, já na introdução, afirma o autor, com bastante clareza, que o seu livro

1. é uma **GRAMÁTICA**, na medida em que pretende examinar e descrever o funcionamento de uma língua específica, o **português brasileiro contemporâneo**. Esse exame-descrição, no entanto, não é exaustivo, pois o mais importante nesse projeto é destacar as **especificidades** da nossa língua, as que tornam ela diferente das outras línguas de seu grupo (o português) e também das demais línguas da família românica; 2. é **PROPOSITIVA**, porque não se limita a descrever ou a expor o português brasileiro, mas **propõe efetivamente a plena aceitação de novas regras gramaticais** que já pertencem à nossa língua há muito tempo e, por isso, devem fazer parte do ensino sistemático da língua. Ela formula um “discurso herético”, no sentido conferido à expressão por Pierre Bourdieu no trecho que lhe serve de epígrafe³²; 3. é **PEDAGÓGICA**, porque foi pensada para colaborar com a **formação docente** que, no Brasil, é reconhecidamente falha e precária. Nossos cursos de Letras (a começar pelo nome) se vinculam a um ideário cultural obsoleto, enraizado na sociedade burguesa do século XIX. Por isso, eles deixam de oferecer aos estudantes uma série de conhecimentos fundamentais enquanto, por outro lado, desperdiçam tempo com a transmissão de conteúdos irrelevantes para quem vai exercer a profissão docente. Basta perguntar a

³² “O discurso herético deve contribuir não somente para romper com a adesão ao mundo do senso comum, professando publicamente a ruptura com a ordem ordinária, mas também produzir um novo senso comum e nele introduzir as práticas e as experiências até então tácitas ou recalcadas de todo um grupo, agora investidas da legitimidade conferida pela manifestação pública e pelo reconhecimento coletivo” (BOURDIEU, 1996, p. 119)

professores e professoras na ativa ou em formação se sabem, por exemplo, o que é *gramaticalização* ou se ao menos já ouviram falar disso; 4. é um projeto **EPISTEMOLÓGICO** porque traz explícita uma **teoria do conhecimento** destinada a fundamentar os posicionamentos francamente assumidos ao longo de todo o texto (...); 5. é **POLÍTICO-IDEOLÓGICA** porque é um produto humano e não existe produto humano que não se configure, consciente ou inconscientemente, como uma tomada de posição política inspirada por uma ou mais ideologias; o mito da ciência “neutra” não tem mais lugar na era em que vivemos. Assim, essa obra milita a favor do reconhecimento do português brasileiro como uma língua plena, autônoma, que deve se orientar por seus próprios princípios de funcionamento e não por uma tradição gramatical voltada exclusivamente para o português europeu literário antigo. Essa militância se traduz no emprego consciente de formas linguísticas há muito tempo incorporadas à gramática do português brasileiro, mas que ainda são alvo da perseguição dos puristas mais empedernidos. Por isso, ninguém se assuste ao topar com construções do tipo “nos grupos que fazemos parte”, ou “tem muitos problemas nessa descrição”, ou “tendo transformado ela numa regra”, ou “não se conhece as origens exatas dessas palavras”, entre outras; 6. é **TEÓRICA** na medida em que discute, refuta ou abraça propostas anteriores de descrição da língua e em que propõe novas análises, definições e conceitos; 7. é **HISTÓRICA** porque rejeita a tradicional separação entre diacronia e sincronia e assume o fenômeno linguístico como eminentemente pancrônico, variável e mutante (BAGNO, 2012, p. 13-14, grifos do autor).

A IL da ruptura não interpela apenas discursos que circulam no âmbito da Linguística Histórica ou da Sociolinguística. Outra defesa sobre a necessidade de uma espécie de ruptura feita fora da lupa estritamente gramatical é feita por Orlandi (2007; 2009; 2013), como mostrei na seção anterior, e por Nascimento (2019), cujo discurso também será analisado na próxima seção.

Como se percebe, por mais que haja naturais diferenças nas defesas de Bagno (2012), Orlandi (2007; 2009; 2013) e Nascimento (2019), todos esses discursos reivindicam a necessidade de romper com a *língua portuguesa* numa concepção de *unidade*. O que os autores, de formas diferentes, fazem é afirmar a necessidade de assumir a soberania linguística daquilo que chamam de *língua brasileira* – daí eu conceber a IL da diferença e a IL da ruptura como dois conjuntos diferentes de crenças e atitudes sobre língua. No caso específico de Bagno (2012), mais do que assumir uma posição quanto à necessidade de aceitação do PB como língua majoritária legítima do Brasil, o autor produz aquilo que, para ele, é uma tecnologia a favor dessa cisão política com o PE: uma gramática pedagógica.

Por último, a IL que estou chamando de globalista é aquela que marca os discursos que, apesar de, às vezes, afirmarem a diversidade, de forma paradoxal, a contemporizam, em nome da globalização, da internacionalização de uma língua e/ou do mercado. Trata-se, pois, de uma ideologia linguístico-mercadológica, nos termos de Del Valle (2007).

Mostrarei que o discurso das políticas linguísticas com vistas à globalização, notadamente o de Gilvan Müller de Oliveira (cf. OLIVEIRA, 2013 etc.), por mais *bem intencionado* que se mostre, por vezes, pode ser perigoso para a diversidade e mesmo para a sobrevivência de algumas línguas (e, portanto, culturas) no século XXI. Afinal, como ele mesmo afirma, reiteradamente, em suas aulas, *sem as línguas a lhe dar suporte, a diversidade dos modos de estar no mundo não se mantém*.

O discurso do autor supracitado apresenta três características que me saltam aos olhos. Em primeiro lugar, é problemática a sua afirmação de que existe, mesmo na Sociolinguística, uma noção de que o PB é um bloco monolítico – que já foi oportunamente refutada por Mattos e Silva (2008)³³.

A segunda característica diz respeito ao louvor à co-oficialização de algumas línguas indígenas no Brasil. Ora, num município como São Gabriel da Cachoeira, um dos mais multilíngues do mundo, qual o sentido de se co-oficializarem apenas algumas línguas? Que critérios há nessa *escolha*? Essa atitude tem, a meu ver, uma relação indissociável com a *ideologia da língua padrão*, assim designada por Milroy (2011). Em outras palavras, a atitude de co-oficialização de línguas indígenas no Brasil faz parecer, paradoxalmente, que o multilinguismo (situação comum em toda a história da humanidade) é, de alguma maneira, problemático para a organização do Estado.

A terceira característica concerne à maneira como o autor age no plano internacional. Isso porque, ao mesmo tempo em que, em algumas publicações, afirma a diversidade linguística do Brasil e a necessidade de respeito a ela (cf. OLIVEIRA, 2001), apregoa, em outros textos, a existência de uma suposta *língua portuguesa comum* (cf. OLIVEIRA, 2013, p. 73), por meio da qual se deve alcançar a *lusofonia* – termo com o qual brinca Bagno (2009), para quem o que há, na verdade, é uma *ilusofonia*.

É interessante, inclusive, notar que, em vários textos, o referido pesquisador cita o último Acordo Ortográfico (que mexeu em 0,3% da ortografia do Brasil e em 0,5% da de Portugal) como um grande passo rumo à lusofonia. Silenciam-se ali, por exemplo, as questões morfossintáticas que tão largamente distinguem o PE do português extraeuropeu, como mostrei na seção 2. Silenciam-se ali, também, as questões

³³ Não raro, o professor Gilvan Müller de Oliveira, em aulas da disciplina *Políticas linguísticas para o multilinguismo* (de que fui aluno), ofertada por ele e pela professora Marci Martins, na Universidade Federal de Santa Catarina, em 2021, repetiu, também, que a Linguística raramente discute a relação entre o PB e o PA, resumindo-se, segundo ele, quase sempre, a relacionar apenas PB e PE. Essa afirmação não faz sentido, se se observa a enorme quantidade de trabalhos que relacionam, sim, as duas línguas citadas – objeto de minha discussão na seção anterior deste trabalho.

sociopolíticas, por exemplo, da África – ora, como se pode defender uma *lusofonia* em países cujos cidadãos, em geral, sequer têm o português como L1? Não podemos nos esquecer do fato de que, exceto Portugal, o único país em que o português é língua majoritária é o Brasil. Por isso, não se pode pensar no projeto de internacionalização da língua portuguesa como um empreendimento isento de conotações ideológicas e políticas. E, se isso é verdade, a quem interessa, politicamente, esse projeto? Que consequências dele decorrem?

Assim, a tabela que aparece a seguir é uma tentativa de, didaticamente, mostrar que os dispositivos de análise que estou propondo atendem à discussão feita por Del Valle (2007), para quem há, como citado anteriormente, três características fundamentais para que um sistema de ideias sobre a linguagem seja considerado uma IL: a *contextualidade*, a *função normatizadora* e a *institucionalidade*. Para ele, e isso também já foi anteriormente exposto, um dos objetivos da análise ideológica de discursos sobre a língua e a linguagem é notadamente conhecer as *condições contextuais de produção* dessas ideologias.

É exatamente isso que está sendo feito nestas páginas. Em outras palavras, retomando a discussão já aqui apresentada, o que se quer nesta tese é entender em que medida os discursos científicos (e, portanto, as IL que o interpelaram e o interpelam) forjaram e forjam as crenças superadas e atuais sobre a questão linguística do Brasil, propondo uma visão conciliatória entre os discursos científicos conflitantes a esse respeito.

Quadro 1: Condições contextuais das IL nos discursos científicos brasileiros.

Ideologias linguísticas	Contextualidade	Função naturalizadora	Institucionalidade
<u>Colonial</u>	Está estritamente vinculada à colonização do Brasil, contexto em que havia, por parte do Estado português, uma ordem simbólica segundo a qual povos dominados deveriam usar a língua do <i>conquistador</i> . O discurso do Diretório dos Índios, de 1757, é a primeira atividade	O pensamento que emerge da IL colonial, como se lê no sexto parágrafo do <i>Diretório</i> , concebe como natural que introduzir nos <i>conquistados</i> a língua dos <i>conquistadores</i> é máxima praticada em todas as nações, já que, só dessa forma, se alcançam afeto,	No Brasil, a IL colonial ganha institucionalidade a partir de 1757, com o Diretório dos Índios. Um ano após isso, o documento, que até então era válido apenas no Estado do Grão-Pará e Maranhão, passaria a

	<p>discursiva oficial interpelada pela IL colonial. Reitero aqui que não me debruçarei sobre discursos interpelados por essa ideologia, já que aqui a intenção é analisar discursos científicos – ora, não havia cientistas da linguagem no Brasil no século XVI, quando se institucionalizou a colonização política do nosso território.</p>	<p>veneração e obediência de todos ao Príncipe.</p>	<p>valer para todo o território colonizado.</p>
<p><u>Da identificação</u></p>	<p>Faz parte de uma ordem que conscientemente ou não, mantém em voga um projeto político de homogeneização cultural (e, portanto, linguística) perpetrado pelo Estado português no território hoje brasileiro.</p>	<p>Por meio da <i>hegemonia ideológica</i>, nos termos de Gramsci (1975; 1978), a elite intelectual que se formou no Brasil, desde os primeiros séculos de colonização, esteve sempre assujeitada a uma ideologia segundo a qual, naturalmente, a língua falada pelas camadas urbanas <i>cultas</i> de Portugal – grupo que historicamente a precede – era <i>boa, correta, legítima</i>. Qualquer diferença dessa norma é, pois, <i>naturalmente ruim</i>.</p>	<p>Desde o Diretório dos Índios, há sempre documentos legais que legitimam a norma lusitana como a <i>correta</i>. A escola, portanto, sempre teve o papel institucional de deslegitimar o português que emergiu no contexto multilíngue da colonização do Brasil e silenciar as demais línguas aqui faladas. Hoje, a mídia também cumpre essa função. Apesar de, desde a Constituição de 1988, haver mudanças na legislação linguística do país, estas ainda não são apenas timidamente perceptíveis na escola, na mídia e nos discursos do <i>senso comum</i>.</p>

<p><u>Da diferença</u></p>	<p>Essa ideologia faz parte de um conjunto de ideias que assinalam sempre a <i>especificidade</i> das línguas, surgindo, via de regra, como parte de um contexto maior de independência política. No Brasil, discursos interpelados por essa ideologia são evidentes na Literatura pós-independência, mas aparecem nos espaços científicos a partir do reaparecimento da Linguística Histórica por aqui, após a época em que o modelo sincrônico saussuriano dominou essa área.</p>	<p>A concepção de língua que emerge dessa ideologia concebe como <i>natural</i> que as línguas, ao longo de seu devir temporal, mudem. A mudança linguística, que suscita debates teóricos sobre a sua natureza, a sua origem etc., é de forma unânime entendida como um fenômeno comum às línguas naturais.</p>	<p>Essa ideologia interpela discursos que ganham institucionalidade a partir das pesquisas científicas sobre <i>variação</i> e <i>mudança linguística</i> nas universidades brasileiras. Vou demonstrar aqui que, pelo menos cientificamente, discursos que exemplificam a IL da diferença começam a surgir, no Brasil, com a emergência do modelo da Sociolinguística paramétrica, nos anos 60 do século passado.</p>
<p><u>Da ruptura</u></p>	<p>Essa ideologia é, por assim dizer, a continuidade mais prática da IL da diferença, acrescida aí uma leitura pós-moderna e decolonial. Em discursos interpelados por ela, não se afirmam apenas as diferenças entre PB e PE, mas, essencialmente, se defende a necessidade de romper com a ideia de que o português é uma só língua (pluricêntrica) e de que o monolinguismo é condição <i>sine qua non</i> para o Estado brasileiro, tentando produzir tecnologias a favor disso (a exemplo da primeira gramática</p>	<p>A principal diferença entre essa ideologia e a anterior é o fato de que, no caso dos partidários da ruptura, há a compreensão de que romper com a língua da colonização deve ser o resultado subsequente de um movimento pós-colonial que insurge contra a ocidentalização das antigas colônias europeias.</p>	<p>Essa ideologia interpela discursos que, tendo ganhado espaço a partir das afirmações feitas à luz da IL da diferença, e tendo emergido a partir da leitura do mundo sob as chaves pós-colonial e decolonial, sobretudo na América Latina, intentam institucionalizar, a partir da criação e do uso de tecnologias que materializem a subversão à ideia normal de que o brasileiro fala português, a <i>língua brasileira</i>, ou o PB.</p>

	pedagógica do PB, a que me referi há pouco).		
<u>Globalista</u>	Contextualiza-se na esteira da globalização a que o mundo tem assistido desde o século XX, fazendo parte de um conjunto de ideias que visam à internacionalização das línguas como um novo mercado global.	Segundo os discursos interpelados por essa ideologia, é natural que, no mundo globalizado, com todas as mudanças paradigmáticas que ele trouxe à vida das pessoas, as línguas também tenham que se adaptar às novas agendas do mercado.	Ultimamente, temos visto os discursos interpelados por uma IL globalista ganharem institucionalidade, a partir de 2004, em instituições que têm por afã constituir e manter relações ditas horizontais entre os países falantes de português.

Fonte: Autor (2022).

Tudo isso posto, é urgente questionar se a existência de tantos e tão diferentes discursos científicos sobre um mesmo objeto impossibilita uma conciliação, por assim dizer, no momento em que é necessário propor políticas públicas voltadas à educação linguística. Dito de outro modo: é possível refletir, de forma ética, sem paixões ideológicas, sobre que medidas democráticas devem ser tomadas a fim de que a questão linguística do Brasil não seja um problema para os brasileiros, como, afinal, tem sido?

3.4 A (DE)COLONIALIDADE E AS LUTAS IDENTITÁRIAS

Como se pôde perceber até aqui, este trabalho propõe uma visão multidisciplinar sobre a história metalinguística do Brasil. Ao focalizar o discurso científico sobre essa história, tentando compreender até que ponto a ciência tem sua parcela de responsabilidade no *status quo* linguístico atual, o presente trabalho precisa dar conta das diferentes IL que atravessam inevitavelmente os referidos discursos.

Por isso, a emergência da empreitada decolonial nos últimos anos não pode passar despercebida por aqui. Primeiro, porque esse movimento está claramente na base dos discursos interpelados pela IL da ruptura – os quais serão analisados, mais adiante. Segundo, porque me parece que ele anda em franca ascensão, pelo menos na área das humanidades, nas universidades públicas brasileiras.

O movimento decolonial tem como premissa a ideia de que, ao longo de séculos, o modo de enxergar o mundo e os sujeitos que o ocupam se constituiu no lugar de observação do europeu. Em outras palavras, para os decolonialistas, mesmo nos espaços científicos de produção de conhecimento, ainda se reproduz o sistema-mundo capitalista/colonial/moderno.

Para esses estudiosos, a ciência ocidental moderna foi um instrumento-chave para a expansão e a consolidação da dominação europeia. Portanto, os modos de fazer ciência, segundo eles, ainda hoje, refletem o afã da empreitada colonialista. Afinal, como afirma Quijano (2005, p. 115):

A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado.

Essa visão eurocêntrica, sempre segundo os decolonialistas, legitimou historicamente a escravidão, a exploração e o etnocídio dos povos não europeus na América, na África e na Ásia. As consequências desse processo, iniciado com a empreitada colonialista, ainda se fazem presentes nos dias atuais. Hoje, como afirma Santos (2019, p. 7), as diversas formas de desigualdade e de discriminação (que são resultantes do colonialismo) estão se tornando politicamente aceitáveis. Assim, cada vez mais, se naturalizam as mais vis exclusões e opressões – a exemplo do racismo, do machismo, da homofobia, do ódio ao pobre, da intolerância religiosa, do preconceito linguístico, da xenofobia etc. –, ao mesmo tempo em que, como afirma Santos (2019, p. 7), as forças sociais e políticas que costumavam desafiar esse estado de coisas em nome de alternativas políticas e sociais estão, aparentemente, perdendo força, parecendo estar, via de regra, na defensiva. Isso ocorre, na opinião de Santos (2019, p. 7), porque “as ideologias modernas de contestação política foram em grande medida cooptadas pelo capitalismo” (SANTOS, 2019, p. 7).

Ora, discordando um pouco do referido autor, faço ver que criticar as mazelas decorrentes do advento desse modelo econômico não deveria ser exclusividade daqueles que se posicionam mais à esquerda, no espectro político (isto é, daqueles que militam contra o capitalismo, via de regra), mas, antes, uma postura comum a todas as pessoas que se identificam com o modelo democrático. Estou, com isso, defendendo, ainda que brevemente, que já não é sem tempo entender que a luta contra as diversas desigualdades persistentes nos países que mantêm os modos de produção capitalistas não são

exclusividade da esquerda. A meu ver, tanto as políticas identitárias de proteção às minorias que solapam a coesão social (abrindo caminho para um populismo sem estratégias reais de diminuição de desigualdades em médio e longo prazo), quanto as tentativas brasileiras supostamente liberais de afastar do Estado a obrigação com políticas social-democratas são, ao fim e ao cabo, improdutivas³⁴. Na verdade, mesmo os notáveis liberais, pelo menos a partir da crise de 1929, passaram a se preocupar com as desigualdades sociais, implementando políticas públicas universais (cf. LILLA, 2018; COLLIER, 2019).

Voltando à questão científica, é importante discutir quando a política hoje dominante se torna epistemológica, na visão de Santos (2019). Para ele, isso acontece quando essa política é capaz de defender ativamente que o único conhecimento válido que existe é aquele que ratifica a sua própria supremacia. É dessa constatação que nasce a proposta de Santos (2019) para sair desse impasse: o surgimento de uma nova epistemologia (ou, em outras palavras, de um novo e insurgente modo de interpretar e transformar o mundo), que é necessária e explicitamente política. Isso deve significar, num primeiro momento (porque, afinal, a essa postura subjazem muitas outras questões), se opor à visão positivista de ciência objetiva.

A proposta do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2019) para reconhecer que as lutas contra a opressão que continuam a ter lugar no mundo são portadoras de alternativas potenciais é a *mudança epistemológica, o fim do império cognitivo*, o que se encontra no que o autor tem chamado de *epistemologias do Sul*, por meio das quais é possível transformar o mundo, ao mesmo tempo em que se o reinterpreta. Dessa tese derivam seis corolários:

Primeiro: não precisamos de alternativas, e sim de um pensamento alternativo de alternativas. Segundo: a reinterpretação permanente do mundo só será possível apenas em contexto de luta e, por esse motivo, não pode ser levada a cabo como tarefa autônoma, independente da luta. Terceiro: sendo certo que as lutas mobilizam múltiplos tipos de conhecimento, a reinterpretação permanente do mundo não pode ser produzida por um tipo único de conhecimento. Quarto: dada a centralidade das lutas sociais contra a dominação, se, por hipótese absurda, os grupos sociais oprimidos deixassem de lutar contra a opressão, ou porque não sentissem necessidade de fazê-lo ou porque considerassem estar completamente privados das condições necessárias para essa luta, não haveria espaço para as epistemologias do Sul nem, efetivamente, necessidade delas. A obra *1984*, de George Orwell, é a metáfora da condição social na qual não existe espaço para as epistemologias

³⁴ Sobre isso, sugiro a leitura de Haider (2019), sobre os desafios de se discutirem raça e classe nos dias de hoje, atentando para as *armadilhas da identidade*, e Lilla (2018), que discorre, em seu ensaio, sobre os desafios da democracia liberal no mundo pós-políticas identitárias.

do Sul. Quinto: não precisamos de uma nova teoria da revolução; precisamos sim de revolucionar a teoria. Sexto: uma vez que o trabalho exigido pela permanente reinterpretação do mundo, necessariamente paralela à respectiva transformação, é um trabalho coletivo, não há nele espaço para filósofos entendidos como intelectuais de vanguarda. Pelo contrário, as epistemologias do Sul exigem intelectuais de retaguarda, intelectuais capazes de contribuir com o seu saber para o reforço das lutas sociais contra a dominação e a opressão em que estão empenhados (SANTOS, 2019, p. 9-10).

As epistemologias do Sul concernem à produção e à validação de conhecimentos ancorados nas experiências de resistência de todos os grupos sociais sistematicamente vitimados pelas injustiças históricas, pela opressão e pela destruição causadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado. O objetivo das epistemologias do Sul é “permitir que os grupos sociais oprimidos representem o mundo como seu e nos seus próprios termos, pois apenas desse modo serão capazes de o transformar de acordo com as suas próprias aspirações” (SANTOS, 2019, p. 17).

Não dá para citar a ideia de Santos (2019) de que os *oprimidos precisam representar o mundo como seu e nos seus próprios termos* sem lembrar de uma outra autora que está na base de boa parte dos discursos decoloniais brasileiros: Spivak (2010).

Para Almeida (2010, p. 11), Spivak delinea “um dos argumentos mais incisivos dos estudos pós-coloniais contemporâneos”, ao mesmo tempo em que critica o Grupo de Estudos Subalternos, formado por pesquisadores sul-asiáticos gramscianos interessados nos estudos das sociedades pós-coloniais e pós-imperiais. O questionamento inicial da autora indiana baseia-se numa crítica à ênfase de Gramsci na autonomia do sujeito subalterno como uma premissa essencialista. A preocupação de Spivak gira em torno de teorizar sobre um sujeito subalterno que não pode ocupar uma categoria monolítica e indiferenciada, já que esse sujeito, como qualquer outro, é irreduzivelmente heterogêneo. Em outras palavras, Spivak rechaça quaisquer essencialismos na caracterização do subalterno. Trata-se de uma postura político-epistemológica contra uma violência epistêmica de “construir o sujeito colonial como Outro” (SPIVAK, 2010, p. 47), mantendo, como sujeito universal, o europeu. É também da autora a assertiva de que “a produção intelectual ocidental é, de muitas maneiras, cúmplice dos interesses econômicos internacionais do Ocidente” (SPIVAK, 2010, p. 20).

Essa postura político-epistemológica de Spivak diz respeito a uma compreensão do mundo que deve recusar um pensamento orientado por dicotomias que criam, a todo instante, pares antitéticos hierárquicos um em relação ao outro. As dicotomias, afinal,

segundo ela, fundam e consolidam hierarquias entre os pares que a compõem: negro/branco, selvagem/civilizado, colonizado/colonizador.

Para Spivak (2010, p. 20), “algumas das críticas mais radicais produzidas pelo Ocidente hoje são o resultado de um desejo interessado em manter o sujeito do Ocidente, ou o Ocidente como Sujeito”. Em outras palavras, para a indiana, o sujeito subalterno nunca fala, mas é *falado*. Na prática, mesmo quando o Outro fala, ele o faz a partir de modos de ser e estar no mundo próprios do colonizador, já que o modelo de ciência ocidental moderno se difundiu utilizando uma *violência epistêmica*, isto é, uma tática de neutralização do Outro.

Voltando, então, à proposta de Santos (2019) de insurgir contra as práticas de dominação e opressão por meio da reinterpretação do mundo feita a partir do surgimento de uma nova epistemologia, é importante entender que as epistemologias do Sul, nos termos do autor português, têm de proceder com a *sociologia das ausências*, a qual, segundo ele, precisa

transformar sujeitos ausentes em sujeitos presentes como condição imprescindível para identificar e validar conhecimentos que podem contribuir para reinventar a emancipação e a libertação sociais [...]. As epistemologias do Sul invocam necessariamente ontologias outras (revelando modos de ser diferentes, os dos povos oprimidos e silenciados, povos que têm sido radicalmente excluídos dos modos dominantes de ser e de conhecer). Dado que esses sujeitos são produzidos como ausentes através de relações de poder muito desiguais, resgatá-los é um gesto eminentemente político. As epistemologias do Sul incidem em processos cognitivos relacionados com o significado, a justificação e a orientação na luta disponibilizados pelos que resistem e se revoltam contra a opressão. A questão da validade surge a partir dessa presença forte. O reconhecimento da luta e de seus respectivos protagonistas é um ato de pré-reconhecimento, um impulso intelectual e político-pragmático que implica a necessidade de escrutinar a validade do conhecimento que circula no âmbito da luta ou que é gerado pela própria luta (SANTOS, 2019, p. 19).

É muito acessível uma literatura que diferencia o pensamento pós-colonial do pensamento decolonial. Por isso, não me debruçarei aqui exaustivamente sobre isso. Vale lembrar, em linhas gerais, que, ao passo que o projeto pós-colonial é aquele que, ao identificar a relação antagônica entre colonizador e colonizado, almeja denunciar as diferentes formas de dominação e opressão dos povos, o pensamento decolonial objetiva problematizar a manutenção das condições colonizadas da epistemologia, buscando a emancipação absoluta dos mais diversos tipos de opressão e dominação, tarefa feita a partir da articulação interdisciplinar entre cultura, política e economia. No limite, a ideia é dar voz aos elementos epistêmicos locais das ex-colônias em detrimento dos legados

impostos pela empreitada colonialista. Isso converge com as ideias de Spivak (2010) e Santos (2019) já aqui apresentadas. Assim, em contraponto à lógica da Colonialidade, o *giro decolonial* (termo cunhado originalmente por Nelson Maldonado-Torres, em 2005, que diz respeito ao movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade) objetiva transfigurar a concepção de mundo, transcendendo os conhecimentos estabelecidos pela racionalidade moderna (cf. MIGNOLO, 2003).

Para Miglievich-Ribeiro (2014, p. 78),

O principal desafio ético-político-epistemológico trazido pela razão decolonial é a consciência da geopolítica do conhecimento, a partir da qual se trata de rejeitar a crença iluminista na transparência da linguagem em prol de uma fratura epistemológica capaz de inserir uma perspectiva inédita e libertadora tanto no campo discursivo como na esfera da ação, assumindo a impossibilidade de qualquer ciência falar em nome de coletividades heterogêneas e multifacetadas mas a premência de se insurgir contra quaisquer estruturas de poder e opressão que silenciem alguém. A denúncia da geopolítica do conhecimento é condição de afirmação, dentre outros, também da América Latina, ou melhor, da América Indo-Afro-Latina como lócus de enunciação.

O movimento decolonial deve muito à constituição do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), formado, nos anos 90, por intelectuais latino-americanos situados em diversas universidades das Américas, responsável por realizar um movimento epistemológico com vistas à renovação crítica das ciências sociais na América Latina do século XXI: a radicalização do argumento pós-colonial no continente. Segundo Ballestrin (2013, p. 89), assumindo uma miríade ampla de influências teóricas, o referido grupo “atualiza a tradição crítica de pensamento latino-americano, oferece releituras históricas e problematiza velhas e novas questões para o continente”. Acrescenta a autora que o M/C defende a “opção decolonial – epistêmica, teórica e política – para compreender e atuar no mundo, marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva” (BALLESTRIN, 2013, p. 89).

Se é verdade que as epistemologias do Sul, nos termos de Santos (2019), produzem e validam conhecimentos ancorados nas experiências de resistência de todos os grupos sistematicamente vitimados pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcalismo, então é necessário tributar a emergência e a consolidação de estudos decoloniais aos movimentos feministas, negros, indígenas etc.

De fato, como afirmam Bernadino-Costa e Grosfoguel (2016, p. 20), há incontáveis contribuições de inúmeros intelectuais e pesquisadores negros brasileiros ao movimento decolonial (os autores citam, por exemplo, Lélia González, Beatriz do Nascimento, Sueli Carneiro, Guerreiro Ramos, Abdias do Nascimento e Clóvis Moura). Ademais, Bernadino-Costa e Grosfoguel (2016, p. 22) citam a relevância de ações afirmativas perpetradas pelos governos petistas para o nascimento da possibilidade de incorporar a experiência negra e indígena não apenas na formulação de conhecimentos, mas também na busca de soluções para os problemas que o Brasil enfrenta hoje.

Para os mesmos autores citados,

Encena-se, no projeto decolonial, um diálogo entre povos colonizados ou que vivenciam a colonialidade. A transmodernidade é o projeto utópico que Enrique Dussel propõe para ir além da versão eurocêntrica da modernidade. Em vez de uma única modernidade, centrada na Europa e imposta ao resto do mundo como um desenho global, Dussel propõe que se enfrente a modernidade eurocentrada através de uma multiplicidade de respostas críticas decoloniais que partam do sul global, escutados não apenas aqueles que se encontram geograficamente ao Sul, mas aqueles povos, as culturas e os lugares epistêmicos que foram subalternizados pelo projeto eurocêntrico da modernidade [...]. Esse projeto oferece a possibilidade de constituir uma rede planetária em favor da justiça, da igualdade e da diversidade epistêmica (BERNADINO-COSTA; GROSFOGUEL, 2006, p. 21).

Esse projeto decolonial revelou o que Santos (2019, p. 27) chama de *epistemicídio massivo*, ou seja, a destruição de uma imensa variedade de saberes que prevalecem sobretudo nas sociedades e sociabilidades coloniais. Para ele, o desaparecimento do colonialismo histórico não implicou o fim do colonialismo como forma de sociabilidade baseada na inferioridade étnico-cultural e, inclusivamente, ontológica do outro – aquilo que Quijano (2005) chama de *colonialidade*.

Essa colonialidade – que Santos (2019) prefere continuar chamando de colonialismo – é entendida em três eixos: o do poder, o do ser e o do saber. Não discutirei aqui o eixo da mãe-natureza e da vida, citado anteriormente (cf. WALSH, 2013), em função do recorte desta tese, mas conhecê-lo é bastante importante para quem pretende compreender a empreitada decolonial.

A colonialidade do poder é um conceito desenvolvido originalmente por Aníbal Quijano, em 1989, amplamente utilizado hoje pelos estudos decoloniais. Constata-se, com esse pensamento, que as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não findaram com a destruição do colonialismo.

Para Grosfoguel (2008, p. 126):

A expressão “colonialidade do poder” designa um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais. Os Estados-nação periféricos e os povos não-europeus vivem hoje sob o regime da “colonialidade global” imposto pelos Estados Unidos, através do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM), do Pentágono e da OTAN. As zonas periféricas mantêm-se numa situação colonial, ainda que já não estejam sujeitas a uma administração colonial.

O conceito de colonialidade proposto por Quijano foi estendido para outros âmbitos. Assim, Mignolo (2010, p. 12) sugere que a matriz colonial do poder “é uma estrutura complexa de níveis entrelaçados”, que concerne ao controle da economia; da autoridade; da natureza e dos recursos naturais; do gênero e da sexualidade e da subjetividade e do conhecimento. Mais que isso: a colonialidade é, para Mignolo (2003, p. 30), o lado obscuro e necessário da modernidade; é sua parte indissociavelmente constitutiva.

A colonialidade, como concebida pelo grupo M/C, se reproduz em uma tripla dimensão: a do poder, a do saber e a do ser. A colonialidade do poder se refere ao estabelecimento de um sistema de classificação social baseado em uma hierarquia racial e sexual e na formação e distribuição de identidades sociais em uma ordem simbólica de poder: brancos, mestiços, índios, negros. Aí se nota o uso de *raça* como um padrão de poder conflitivo e permanente que, desde a colonização até hoje, mantém uma escala de identidades sociais com o branco masculino no topo e índios e negros na base (cf. WALSH, 2013, p. 136), esses últimos com identidades homogêneas e negativas – aquilo já problematizado por Spivak, conforme apresentei anteriormente.

A colonialidade do ser é aquela que exerce, por meio da inferiorização, a subalternização e a desumanização dos sujeitos, do Outro colonial. Trata-se do que Fanon (1999) vai chamar de *não existência*. Segundo ele, os mais humanos, vistos sob a chave colonialista, seriam os que fazem parte da racionalidade formal, aquela oriunda da modernidade concebida a partir do indivíduo *civilizado*. É a partir dessa racionalidade que se pensa o Estado-nacional (discussão empreendida aqui anteriormente), fazendo com que, historicamente, povos e comunidades indígenas, por exemplo, fossem concebidas como *bárbaros, não modernos, não civilizados*, e povos e comunidades negros como *não existentes*.

A colonialidade do saber, a que mais interessa a este trabalho, a fim de compreender a emergência da IL da ruptura, é o posicionamento do eurocentrismo como

a perspectiva única de conhecimento, que descarta a existência e a viabilidade de outras racionalidades epistêmicas e outros conhecimentos que não sejam dos homens brancos europeus ou europeizados.

Para Walsh (2013, p. 137):

“Claro es que, al atravesar el campo del saber, usándolo como dispositivo de dominación, la colonialidad penetra en y organice los marcos epistemológicos, academicistas y disciplinares. Por eso, opera hoy dentro del discurso de muchos intelectuales «progresistas» que se esfuerzan en desacreditar tanto las lógicas y racionalidades del conocer que históricamente (y aún) se encuentran entre muchos pueblos y comunidades ancestrales, como los emergentes intentos de construir y posicionar «pensamientos propios» de carácter decolonial, caracterizando ambos como invenciones fundamentalistas, esencialistas, y racistas. Al argumentar más bien por un nuevo universalismo global de las disciplinas e inter-disciplinas académicas con sus particularidades localizadas o situadas y, a la vez, por la no existencia de «raza» –invocando «la ciencia» para decretar su no existencia y su fabricación (Secretario Especial de Políticas de Promocao da Igualdade Racial, 2008) – ejercen una nueva colonialidad del saber cuyos efectos podrían ser aun más complejos”.

Nos dias atuais, o movimento decolonial não raro tem assumido implicações identitárias, lutando amiúde por políticas identitaristas. Estou entendendo aqui as políticas identitaristas (ou simplesmente *identitárias*, como normalmente são chamadas) como aquelas que têm em comum um *modus operandi* de articulação política e social baseado em identidades. Em outras palavras, os identitaristas lutam por direitos de um determinado grupo compreendido como oprimido ou desprivilegiado na partilha do poder social por critérios como etnicidade e gênero.

As pautas identitárias ganham cada vez mais notoriedade no Brasil. Nos últimos anos, a discussão sobre lugar de fala e sobre sua legitimidade gerou polêmica e foi ponto de partida de um sem número de publicações, em jornais, revistas e livros, ora a favor do respeito a esse lugar de fala (cf. RIBEIRO, 2017 etc.), ora contra essa categoria – supostamente por ser antidemocrática e essencialista, reducionista (cf. GOMES, 2019; OLIVEIRA, 2020 etc.) – ou contra o seu uso de forma inadequada (cf. BOSCO, 2017 etc.).

No que concerne à língua, especificamente, também há polêmicas envolvendo as questões identitárias. Uma discussão bastante conhecida, no Brasil hodierno, é aquela que diz respeito à necessidade ou não da institucionalização do uso de gênero neutro em português. Para os defensores dessa causa, pessoas não binárias não se sentem representadas pelo binômio masculino-feminino (todos – todas, p.e.), necessitando, a fim de que não se sintam invisibilizadas, ser tratadas por um pronome não binário, neutro

(*todes*, p.e.). Para os críticos, não há relação direta entre uma sociedade ser mais ou menos machista, mais ou menos transfóbica, e a língua usada por essa sociedade ter gênero neutro ou não. Tratar-se-ia de uma falácia de correlação. Além disso, haveria problemas mais urgentes a serem discutidos amplamente pela sociedade brasileira, como a fome, o desemprego e a violência.

Essas lutas identitárias, imbricadas num contexto de relativismo pós-moderno, que aposta em disputas no plano simbólico e cultural, têm recebido críticas tanto da esquerda quanto da direita (ora, é bom que se diga que há identitarismos na esquerda e na direita). Para o liberal Lilla (2018), o sucesso das políticas identitárias de proteção às minorias ajudou a solapar a coesão social, abrindo caminho para ascensão do populismo. Para o autor, que não diminui a relevância das diversas vitórias acumuladas pelos movimentos sociais, é preciso ter coragem cívica de voltar a dizer “nós, o povo”. Segundo ele, para restaurar o primado da justiça e da solidariedade sobre as identidades grupais e pessoais, é preciso, antes de mais, revalorizar a política institucional e a persuasão democrática.

Para o marxista Haider (2019), quando se discutem raça e classe, é preciso cuidar para não cair naquilo que ele chama de *armadilha da identidade*. Para o autor, quando a esquerda *só* fala de identidade e quando a esquerda *se recusa* a falar de identidade, está-se refém da política identitária, daí a *armadilha* – e isso, para ele, paralisa a própria esquerda.

Isso posto, reitero a importância de se conhecerem o movimento decolonial e as pautas identitárias antes de se analisarem as diferentes IL que atravessam os discursos científicos da área sobre a qual esta tese se debruça, na medida em que esses movimentos e essas pautas estão na base de muitos dos discursos que aqui se analisarão.

Gostaria de deixar claro, ainda, que uma robusta crítica à empreitada colonialista não deixa de ser importante à proposta que está sendo apresentada aqui. Afinal, o que estou propondo (sem implicações identitárias) é que, no ponto de partida, se complexifique o olhar para os fatos e para as narrativas sobre os quais se debruça a Linguística, a fim de, no ponto de chegada, discutir a possibilidade de se adequar a pedagogia de ensino de línguas no nosso país à realidade do século XXI.

Ainda hoje, lamentavelmente, muito poucas pessoas conhecem a Linguística como ciência (o que contribui sobremaneira para a dificuldade em superar os tantos mitos que circulam na sociedade sobre a questão linguística brasileira). Ora, basta ver, para dar um exemplo rápido, a discussão sobre preconceito linguístico implementada na escola e

na mídia. A meu ver, a promoção desse debate, mal feito como é, chega, no limite, ora a uma discussão *moralizante* (“não se pode cometer preconceito com quem *fala errado*, *fala diferente*, porque quem fala assim só o faz por não ter tido acesso a uma *educação de qualidade*” – está-se assumindo, com isso, que, de fato, há *certo* e *errado* e que é *civilizado* não rir do *erro*), ora a uma discussão meramente estrutural (“a variação é inerente a todas as línguas”; “é natural que o português varie no Brasil” – aqui tampouco a discussão sobre a história da transplantação da língua portuguesa para o Brasil aparece).

É preciso mais. É preciso que se veja o preconceito linguístico contra as normas populares do PB e o desconhecimento do multilinguismo brasileiro como uma atitude política. E quando falo em *atitude*, não estou dizendo com isso que se trate de um projeto sistematicamente organizado, programático. Estou, antes, defendendo que, independentemente de ser intencional ou não, essa atitude, amplamente aceita no Brasil, é a continuidade, no curso da história, de um projeto, esse sim programático, perpetrado pelo Estado português no Brasil.

Não estou, a esta altura, propondo uma ruptura com a Europa (devo dizer que acho isso utópico). Mas proponho que todos os brasileiros saibam, eticamente, o que é o PB e em que condições ele emergiu. É preciso que todos saibam que o Brasil ainda é multilíngue e que as políticas linguísticas deem conta de preservar essas línguas, essas culturas. É preciso que se ensine de forma crítica e científica o português nas escolas, sem silenciar a sua história e sem reduzir a discussão da variação linguística e do preconceito linguístico a meras questões morais ou estruturais, mas também sem perder de vista, com utopias moralistas em nome de uma suposta justiça social, a formação de leitores e escritores competentes, aptos a viver num sociedade que requer múltiplos letramentos, como a nossa.

3.5 BREVE COMENTÁRIO SOBRE DISCURSO, SUJEITO E AGÊNCIA INDIVIDUAL

Tenho repetido muitas vezes aqui a palavra *discurso*. De fato, como deve ter ficado bastante claro, este trabalho se debruça exatamente sobre discursos feitos no âmbito científico, entre 1950 e a contemporaneidade (o texto mais novo que será analisado é datado de 2018). No entanto, conforme eu também já disse, este não é um trabalho em Análise de Discurso, propriamente dita. Ainda assim, interessa-me discutir, muito brevemente, um movimento teórico que estou propondo.

Ao alçar para a análise não os fatos, mas os lugares de observação a partir dos quais um cientista diz uma coisa ou outra sobre língua(s), sinto-me na obrigação de decidir com que tipo de *sujeito* estou lidando. Longe de querer exaurir a complexidade da discussão sobre as diversas formas de subjetivação do sujeito, preciso deixar claro que, inspirado em Orlandi (1995; 1999; 2013 etc.), estou entendendo-o não como um sujeito volitivo, pragmático, intencional, mas, antes, como alguém que, independentemente de sua consciência ou intenção, é atravessado por ideologia. Nesse sentido, a concepção de sujeito aqui será utilizada como dispositivo analítico, e não como dispositivo teórico-metodológico (cf. ORLANDI, 1999). Não usarei, porém, a concepção de ideologia tal como é utilizada na Análise de Discurso, mas a concepção de IL.

A área que tem por afã operar com IL é nova, sobretudo no Brasil, e há poucos trabalhos produzidos. Todos eles levam em consideração a agência individual dos sujeitos, muitas vezes trabalhando especificamente com os interesses políticos de uma determinada IL.

O presente trabalho vai, em alguma medida, se distanciar dessa elaboração teórica. Ora, acreditando que “não há uma unidade particular neste imenso corpo de pesquisa, nenhuma literatura de base, e há uma gama de definições” (KROSKRITY, 2004, p. 496) para IL, estou propondo aqui que se as considere como independentes de interesses conscientes e intencionais. Isto é: estou concebendo que uma IL pode ou não ser intencional, consciente. Preciso mesmo deixar fora de análise o nível de consciência e intenção dos cientistas – cujos discursos analisarei – quanto aos desdobramentos políticos de suas ideias linguísticas, a fim de dar conta por ora dos objetivos desta tese. Revisões podem e devem ser feitas futuramente.

Na prática, pouco importa à análise aqui apresentada se, por exemplo, um determinado cientista, ao defender, num dado contexto histórico, que o PE é superior ao PB por sua suposta superioridade cultural, tem *consciente intenção* de alijar pessoas e culturas. Do mesmo modo, pouco importa para a minha análise se um linguista contemporâneo, ao propor uma internacionalização da língua portuguesa com base em uma visão homogeneizadora de língua, tem intenção, tem consciência de que isso silencia outros modos de significar por meio tanto do português quanto de línguas *minoritárias* no Brasil. Interessa-me, na verdade, desnudar a política de língua subjacente a cada uma dessas ideias linguísticas e entender os desdobramentos práticos que daí emergem para a vida social dos falantes e cientistas brasileiros. Afinal, é flagrante a existência de muitos desafios glotopolíticos no Brasil hodierno, e estou defendendo, desde o início, que é

bastante pouco provável superar esses desafios sem que os cientistas de diferentes escopos teórico-metodológicos tomem isso como uma agenda de trabalho – essa discussão ficará mais clara na última parte desta tese.

Finalmente, as questões com que esta tese tenta lidar, ao fazer esse cotejo entre Linguística Histórica e análise de IL (isto é, discursos) a partir de um rol teórico heterodoxo, são, *grosso modo*, estas: que política de língua está implicada pelas teorias sobre variação e mudança no PB? E pelas narrativas sobre a história sociopolítico-linguística do Brasil? Que implicações práticas isso tem para a sociedade, para o senso comum, para a mídia, para a escola, para a formação de professores etc.? Que questões políticas e ideológicas podem ser postas à baila quando se analisa um discurso que afirma a unidade ou um que afirma a diversidade de uma língua? Que IL atravessam cada discurso científico que ora afirma a unidade, ora afirma a diversidade do português no Brasil e, mais amplamente, no suposto *espaço* lusófono? A quem interessa negar o multilinguismo brasileiro? Há espaço para esse multilinguismo no modelo de globalização que constitui a égide sob a qual vivemos hoje? As agendas decoloniais são, de fato, uma luta do *bem contra o mal*? Elas alcançarão, de fato, a justiça social por que afirmam lutar?

3.6 EM SÍNTESE

Nesta segunda seção, sumarei aquilo que teoricamente será utilizado para analisar os discursos científicos que se fizeram e se fazem sobre a história sociopolítico-linguística do Brasil, com vistas a perceber em que medida a ciência forjou e forja as diferentes visões sobre língua que coexistem no Brasil.

As principais perguntas subjacentes a esta parte do trabalho são: a quem interessa afirmar a diferença linguística, negando a unidade e a quem interessa afirmar a unidade linguística, negando a diferença? Que ideologia linguística interpelou e interpela cada afirmação científica sobre o PB e sobre as demais línguas do Brasil? Em que medida essas ideologias são produtivas ou contraproducentes para as agendas dos Estados no século XXI?

A minha hipótese é a de que os conflitos de visões e de interesses (cf. SOWELL, 2012) que se circunscrevem aos discursos científicos sobre língua(s) no Brasil tensionam as possibilidades de reajustes no ensino-aprendizagem de português nesse país e, conseqüentemente, de mudança na visão que brasileiros, em geral, têm sobre língua(s).

Propus, a partir da discussão sobre a relação entre língua e Estado e entre língua e cultura, cinco IL (quatro delas concernentes à Linguística – são sobre essas que se debruçará a análise que segue): a colonialista, que interpelou o discurso do Estado português na colonização do Brasil; a da identificação, que reproduz o discurso do colonizado; a da diferença, que afirma a existência de uma outra língua no Brasil, diferente do PE; a da ruptura, que, ancorada na perspectiva decolonial, propõe a criação e o uso de tecnologias que institucionalizem o PB como língua nacional e oficial; e, por fim, a globalista, que, se por um lado, é importante, na medida em que intenta conceber as línguas dentro do contexto político-econômico do espaço transnacional globalizado, por outro, não deixa de reproduzir o discurso da unidade linguística, podendo pôr em risco a compreensão da identidade linguística do Brasil pelos brasileiros. Todas essas ideologias atravessam discursos dos falantes independentemente de sua consciência ou desejo.

A próxima seção deste trabalho inclui, então, a análise dos discursos científicos sobre a história sociopolítico-linguística do Brasil. Essa análise incluirá linguistas de diferentes épocas e de diferentes correntes teóricas.

PARTE II
POR ONDE SE VAI

4 AS IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS NOS DISCURSOS SOBRE A HISTÓRIA SOCIOPOLÍTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

*Os fatos são obstinados, e quaisquer que sejam nossos desejos, nossas inclinações ou o imperativo de nossas paixões, eles não podem alterar o estado dos fatos e da evidência.*³⁵

John Adams (1797-1801)

4.1 AJUSTANDO A LUPA

Há bastantes propostas de periodização da história da língua portuguesa publicadas por linguistas de diferentes épocas (cf. NASCENTES, 1953; LEITE DE VASCONCELOS, 1959; VÁSQUEZ-CUESTA, 1961; CÂMARA JUNIOR, 1966; SILVA NETO, 1970; TEYSSIER, 1982; LINDLEY CINTRA, 1988; 1991; FERREIRA; CARDOSO, 1994; PESSOA, 2003; LOBO, 2003; NOLL, 2008; GALVES, 2012; LUCCHESI, 2017 etc.). A existência de tantos trabalhos, inevitavelmente diferentes em seus pressupostos teórico-metodológicos, evidencia a irrefutável relevância das periodizações para a compreensão da história da língua portuguesa.

No entanto, são poucos e dispersos os trabalhos que buscam periodizar a história do conhecimento sobre uma língua (cf. GUIMARÃES, 1994; ORLANDI, 2013; SEVERO; ELTERMANN, 2018, p.e., acerca da história do conhecimento sobre a língua portuguesa no Brasil).

Imbuído, entre outros, desse afã, é fundado, em 1994, na UNICAMP, em convênio com a Universidade Paris VII, o projeto *História das ideias linguísticas: a construção de um saber metalinguístico e a constituição da língua nacional*, sob a coordenação, no lado brasileiro, da professora Dra. Eni Orlandi (UNICAMP) e, no lado francês, do professor Dr. Sylvain Auroux. Na caracterização do projeto, publicado no mesmo ano de sua fundação, escreve Guimarães:

O objetivo do projeto é estabelecer um programa que permita desenvolver (e de certo modo, mesmo, implantar) uma reflexão que resulte em uma nova forma de conhecimento sobre a história das ideias linguísticas[,] visando: 1. a constituição do português-brasileiro como língua nacional, avaliando os três modelos possíveis: a) o absolutista, b) o da língua literária, c) o comunitário; e 2. a história da constituição de um saber metalinguístico em um meio oral, escrito e multilíngue, sob a influência da tradição ocidental. Faz também parte

³⁵ Agradeço a Enzo Oliveira, estudante de 3ª série do Ensino Médio, que, tendo sido meu aluno, desde o 9º ano do Ensino Fundamental, viu a frase e se lembrou de mim e das nossas aulas, momentos nos quais sempre reitero a mesma ideia.

desse objetivo a elaboração de uma tecnologia de pesquisa que considera os instrumentos linguísticos – dicionário, gramática etc. – como extensões da relação do falante com a língua. O conhecimento a ser produzido concerne aos campos da Análise do Discurso, da Literatura, da História das Ciências e da Epistemologia dos Estudos da Linguagem (GUIMARÃES, 1994, p. 21).

Continua o autor:

A história de constituição de nossa língua enquanto língua nacional não teve ainda no Brasil, de forma sistemática, estudos que integrassem, como é o caso do presente projeto, tanto conhecimentos sobre características da língua (dada sua relação com as outras suas concorrentes, no caso o português de Portugal, as línguas indígenas e as dos grandes movimentos imigratórios) como estudos históricos: análise de relatos de viagem em que estão inscritos “dados” das línguas, documentos oficiais, acordos, criação de academias, história da produção de gramáticas, de vocabulários, de dicionários e outros artefatos que configuram, para o falante, a relação com a “sua” língua, assim como textos diversos concernentes à constituição histórica do ensino da língua nacional no Brasil. São cruciais questões a respeito da diferença entre o português do Brasil e o português europeu pensada em termos de diferentes gramáticas, a relação entre a escrita e a oralidade em nossa história, assim como o reconhecimento (...) dos “acontecimentos linguísticos”: que acontecimentos linguísticos definiram nossa relação com a língua e ao mesmo tempo definiram nossa história? Desse modo, faz parte de nossa pesquisa estudar como a disputa por uma gramática e por uma literatura se articula ao projeto de organização da “nação” brasileira. Com efeito, quando pensamos a língua nacional não pensamos a história da gramática em si, mas, pela análise de discurso (os dicionários, as gramáticas, os catecismos bilíngues são discursos), pensamos a construção de um imaginário linguístico que faz parte da definição do brasileiro (com uma língua, um rosto, uma presença jurídica institucional específica). (GUIMARÃES, 1994, p. 21-22).

E conclui a sua breve caracterização do projeto:

Ao mesmo tempo, aliamos ao estudo dos processos de constituição da língua nacional aquele que incide sobre a produção de um conhecimento sobre a língua, a formação do saber metalinguístico, como parte constitutiva dessa história, o que nos permite uma perspectiva crítica: o conhecimento da língua e o conhecimento sobre a língua são nossos objetos de reflexão. Desse modo, pensamos produzir subsídios para os que trabalham com a descrição do português que terão a sua disposição o conhecimento sobre a formação do português do Brasil como língua nacional (GUIMARÃES, 1994, p. 22-23).

No texto em que se apresenta o referido projeto, estabelece Guimarães, pela primeira vez, no Brasil, uma periodização para os estudos do português nesse território, levando em conta fatos de ordem política e institucional.

São quatro esses períodos. O primeiro começa em 1500 e se estende até a primeira meados do século XIX, momento em que se desenvolvem debates entre construções consideradas inadequadas por escritores ou gramáticos portugueses.

O segundo período se inicia com polêmicas sobre o português usado no Brasil – como aquela ocorrida entre José de Alencar e o português Pinheiro Chagas, que criticou o brasileiro por aparecerem, em uma de suas obras, *Iracema* (cf. ALENCAR, 1865), neologismos e construções gramaticais divergentes do PE, como uso de artigo, omissão do *se* reflexivo de certos verbos e a colocação pronominal –, na segunda metade do século XIX, e se estende até fins dos anos 30 do século passado. Esse período é marcado pela publicação da *Gramática Portuguesa*, de Júlio Ribeiro, em 1881, em que o autor defende que as antigas gramáticas portuguesas eram mais reflexões metafísicas do que exposições dos usos efetivos da língua. Ribeiro, assim, opõe-se às gramáticas portuguesas e busca uma outra influência teórica: Becker, na Alemanha, e Mason, na Inglaterra.

O fim do século XIX trouxe ao Brasil, paralelamente às mudanças pelas quais a sociedade passava (fim da escravidão legal, Proclamação da República Brasileira etc.), as primeiras reflexões com intenção de se distanciar do pensamento lusitano. No *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, com ênfase no uso do caracterizador *brasileiro* no título, publicado em 1888, o autor, Antônio Joaquim de Macedo Soares, afirmava que “já é tempo dos brasileiros escreverem como se fala no Brasil e não como se escreve em Portugal” (SOARES, 1888, *apud* GUIMARÃES, 1994, p. 6).

Em 1897, funda-se a Academia Brasileira de Letras, que tinha por afã cuidar da cultura da língua e da literatura nacionais. A Academia estaria envolvida em duas *políticas de língua*, por assim dizer, já nas primeiras décadas de sua fundação: a unificação ortográfica de 1932 e o parecer sobre a denominação da língua que se fala no Brasil, em 1946. Também é nessa época a famosa polêmica entre Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro em torno da redação do Código Civil.

O segundo período dos estudos do português no Brasil, na periodização de Guimarães (1994), é, pois, como se viu, brevemente, o momento em que se começa a discutir a questão do português no território brasileiro, discussão que causa polêmica à época, como causa até hoje, em função de polos opostos pensarem a língua a partir de lugares ideológicos muito diferentes – isto é, IL diferentes, para usar os dispositivos de análise com que estou trabalhando aqui.

O terceiro momento dos estudos sobre a língua portuguesa em território brasileiro, nessa periodização política e institucional, inicia-se, segundo seu autor, pela fundação das faculdades de Letras, que passam a constituir-se como espaços de pesquisa sobre questões de linguagem no nosso país, e isso se mostrava fundamentalmente ligado a questões relacionadas a um padrão literário e ao ensino. O importante debate, na década de 1940,

sobre que nome dar à língua falada no Brasil faz parte desse terceiro período. Também dele faz parte a elaboração da *Nomenclatura Gramatical Brasileira*, em 1958.

Finalmente, o quarto período, segundo Guimarães (1994), se inicia em 1962, ano em que a Linguística passa a fazer parte do currículo mínimo dos cursos de Letras, decisão tomada pelo Conselho Federal de Educação da época. Também a partir de 1960, seriam criados os primeiros cursos de pós-graduação em Linguística, na UnB, na USP e na UNICAMP.

Mesmo com irrefutáveis contribuições do projeto *História das ideias linguísticas: a construção de um saber metalinguístico e a constituição da língua nacional*, como a periodização anteriormente resumida e alguns poucos trabalhos produzidos em seu âmbito (cf. PAGGOTO, 1995; 2007 etc.), em que se aliavam memória e estrutura, a meu ver, ainda não se construiu, no Brasil, de forma sistemática, uma investigação sobre a relação entre estrutura do PB, pluralidade de narrativas sobre ele e consequências práticas que delas decorrem para a sociedade, de modo geral.

É por isso que a intenção desta tese é refletir de maneira sistemática sobre a constituição do pensamento sobre a questão linguística do Brasil e sobre as políticas de língua subjacentes a esse pensamento. Ao colocar, para isso, o discurso como objeto de análise, concordo com Orlandi (2013, p. 9), quando esta afirma a necessidade de unir “a produção de conhecimento sobre a língua como produção de instrumentos linguísticos (tecnologias que representam a língua para seus falantes), em seu conjunto” à “própria escrita teórica, uma vez que esta desestabiliza a visão da história como algo estável, não sujeita a interpretações”. Dito de outra forma, o que se quer aqui é observar a história do Brasil a partir da constituição da língua e do pensamento a respeito dela, alçando, para isso, o lugar de observação e não os fatos ao centro de minha investigação.

Por isso, a periodização da história metalinguística do Brasil aqui proposta, diferentemente daquelas poucas a que temos acesso, de forma geral, no âmbito da Linguística, será organizada por IL e por ordem cronológica. Não obstante, é preciso ter em mente que essas ideologias não são estanques. Pelo contrário: discursos científicos de diferentes épocas podem reverberar uma mesma ideologia – e isso não raro acontece, como mostrarei nas próximas páginas.

As IL – entendidas aqui, conforme já mencionado, como “o sistema cultural de ideias sobre relações sociais e linguísticas, juntas com sua carga de interesses morais e políticos” (cf. IRVINE, 1989) – que estou propondo são, como também já antecipei, a IL da identificação, a IL da diferença, a IL da ruptura e a IL globalista. Trata-se de quatro

orientações discursivas dos trabalhos científicos feitos sobre a história do português no Brasil. Há, é claro, intersecções entre esses conjuntos de discursos.

A análise apresentada nesta seção parte do pressuposto de que discursos científicos, inevitavelmente sujeitos a interpretações parciais dos seus objetos, são corresponsáveis pela criação do imaginário que se tem sobre língua num país. Como a ideia, por exemplo, de língua portuguesa foi politicamente inventada no Brasil e de que forma as dimensões discursivas da ciência Linguística produziram e produzem efeitos sobre as práticas linguísticas contemporâneas deste país, sobretudo aquelas que ocorrem na grande mídia, exímia formadora de opinião pública, e na escola, onde se veem variadas ideias linguísticas coexistindo, são perguntas a que responderei, na última seção desta tese.

A seleção dos autores representativos de cada IL parte da ideia de autoria para Foucault (1999). Isto é: os nomes dos autores não personificam a análise feita aqui, já que eles são entendidos a partir de um dado funcionamento discursivo sobre a língua com efeitos sobre o regime de verdade que orienta, de um lado, a constituição da Linguística enquanto ciência e, de outro lado, as crenças sobre língua que circulam amplamente na sociedade brasileira. Isso porque, para Foucault (1999), o discurso científico e as instituições são elementos que caracterizam a política da verdade, a legitimação da verdade.

Ora, para Orlandi (2013, p. 201), “já desde Foucault (1971), sabemos que os sistemas de coerção têm duas formas: a de discursos e a de instituições”. Aqui, meu intuito é juntar os dois lados, como fez a autora no referido trabalho: o poder e suas formas de controle por meio da instituição e por meio da palavra.

Daí a relevância de, inspirado em Del Valle (2007), analisar as IL aqui propostas a partir de suas condições contextuais, a saber, a contextualidade – vinculação das ideias a uma ordem cultural, política e/ou social –, a função naturalizadora – o efeito normalizador de uma ordem extralinguística fixada no senso comum – e a institucionalidade – produção e reprodução de ideias em práticas institucionalmente organizadas em benefício de formas concretas de poder e autoridade.

Tentei não fazer da análise que ora se apresenta uma mera *crônica de teorias do passado*, mas uma abordagem *descritivo-interpretativa com vistas a entender os porquês de o conhecimento linguístico ter-se configurado de uma e não de outra forma* (cf. SILVA, 2017), no devir temporal sobre o qual me debruço aqui.

O que se perceberá nesta seção é que a heterogeneidade linguística do Brasil, nos diversos discursos científicos, é relegada – intencional e conscientemente ou não – a diferentes lugares discursivos, os quais podem ser politicamente compreendidos. Qual deve ser a posição do Estado, dos (novos) cientistas da linguagem, dos professores de língua(s) e, mais amplamente, dos seus falantes é o grande desafio glotopolítico do Brasil contemporâneo, e eu direi, na última seção desta tese, onde me situo política e cientificamente nesse desafio.

4.2 A IL DA IDENTIFICAÇÃO

4.2.1 O discurso de Silva Neto (1950; 1960)³⁶

A escolha pelo discurso científico produzido por Serafim da Silva Neto não foi, em nenhuma hipótese, aleatória. Com efeito, trata-se de um estudioso de grande projeção, cuja obra foi concebida pela comunidade científica a ele contemporânea como exemplar.

Coelho (1998) defende que Silva Neto teve, à sua época, a função de *liderança intelectual*, isto é, de defensor de ideias sobre língua, e de *liderança organizacional*, já que a ele se atribui a criação de meios para a difusão dessas ideias entre os membros da comunidade científica. Esses dois tipos de liderança são apontados por Murray (1994) como essenciais para que um *paradigma* seja bem sucedido – no caso particular de Silva Neto, o paradigma filológico³⁷. Moraes (2015) chega a defender, em sua tese de doutoramento, que esse filólogo apresentou, em sua obra, subsídios para a constituição de uma teoria sobre a variação e a mudança linguísticas já entre os anos 40 e 50 do século XX (isto é, antes mesmo de a Sociolinguística existir – ora, Silva Neto, a essa altura, já havia tido acesso a publicações de Weinreich³⁸, que, dali a alguns anos, seria um dos fundadores da referida teoria).

Esse respeito ao trabalho de Silva Neto transcendeu a sua época. Mattos e Silva, por exemplo, em diversos momentos (1993; 1995; 1998; 2004a), reconhece que o referido

³⁶ Agradeço ao colega Rogério Modesto (UESC) pela leitura desta seção, cujo conteúdo é a primeira análise feita para esta tese. Por isso, o diálogo com o referido linguista, que se dedica a estudos sobre discurso e sobre questões étnicas, foi essencial para o amadurecimento de minhas reflexões.

³⁷ No recorte feito neste trabalho, não analisarei as implicações do discurso de Silva Neto para o paradigma filológico. Importam, na verdade, como ficará claro, as ideias linguísticas do autor quanto ao contato interlinguístico entre o português, as línguas autóctones e as línguas alóctones, ao longo da história do Brasil colonial e imperial.

³⁸ Em Silva Neto (1960), citam-se partes do texto *Languages in contact. Findings and Problems* (WEINREICH, 1953) algumas vezes.

autor deu significativas contribuições ao conhecimento efetivo da realidade linguística brasileira. Entre aqueles aos quais a autora dedica uma de suas importantes publicações, ela inclui Silva Neto, que, em suas palavras, “na década de 1950, abriu novos caminhos para a compreensão histórica da ‘língua portuguesa no Brasil’” (MATTOS E SILVA, 2004a, p. 5).

Outros dois trabalhos contemporâneos que atribuem, sem usar esses termos, importância *organizacional* a Silva Neto são os de Sartori (2016) e Lobo e Sartori (2020). Nesse último, as autoras, no âmbito do PROHPOR, com o objetivo de traçar um quadro aproximativo da distribuição social da leitura e da escrita no Império colonial português, a partir da análise das fontes documentais produzidas pelo Santo Ofício, contemplam uma importante agenda contemporânea para a compreensão da história social linguística do Brasil: a questão da *dualidade*, nos termos do próprio Silva Neto (1950), ou da *polarização*, nos termos de Lucchesi (1994), que marca a constituição histórica das normas linguísticas do PB.

Quanto à influência de Silva Neto no referido trabalho e, portanto, em agendas contemporâneas de irrefutável relevância, afirmam as autoras:

“[...] observa-se que Serafim da Silva Neto, já na década de 1950, ao tratar da ‘dualidade’ linguística brasileira, distinguindo, com o etnocentrismo que lhe era peculiar, por um lado, uma ‘língua portuguesa [que] se estropiava e abastardava na boca de gentes brutas e toscas’ e, por outro, uma língua portuguesa que ‘era carinhosamente estudada, em Pernambuco e Bahia [...] pelos padres em seus colégios e por uma pequena minoria de funcionários, letrados e senhores de engenho’ (Silva Neto, 1986 [1950]: 69), antecipava o valor que se passou posteriormente a atribuir às fontes inquisitoriais para os estudos de história social da cultura escrita, sobretudo a partir de 1976, com a publicação de *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, de Carlo Ginzburg. Tendo analisado as fontes do Tribunal da Inquisição portuguesa na Primeira Visitação ao Brasil, feita às capitâneas da Bahia, de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, de 1591 a 1595, Silva Neto não só citou as referências aí encontradas a cinco mestres leigos de ler e escrever, além dos jesuítas que lecionavam nos colégios da Companhia de Jesus, como mostras de desenvolvimento cultural, mas foi além, realizando um primeiro levantamento do nível de alfabetismo na colônia no século XVI, servindo-se do percentual de homens capazes de assinar o próprio nome nos livros da Inquisição. Apesar de os dados apresentados pelo autor não serem precisos, o que se deve destacar é a sua linha de análise, quando, ao tratar da história da língua portuguesa no Brasil, viu a necessidade de remeter à história social da cultura escrita, e fez uso das fontes do Tribunal da Inquisição, refletindo sobre quem escrevia na sociedade brasileira do século XVI e tocando nas relações entre escrita, nível de ruralismo e sexo, variáveis diretamente ligadas à função social da escrita, ou seja, ao por que se escrevia (Sartori, 2016: 13)” (LOBO; SARTORI, 2020, p. 186)

Além do fato de que Silva Neto foi um pesquisador importante, posto que esteve, em alguma medida, à frente de seu tempo, é imperioso destacar que ele produziu trabalhos científicos entre 1938 e 1960. Faz parte, portanto, de uma geração de autores que se dedicaram aos estudos linguísticos num período marcado, politicamente, pelos ideais nacionalistas e, cientificamente, pela emergência da Linguística como ciência. Esses dois fatos do contexto sociopolítico-histórico e do contexto acadêmico em que o autor produziu conhecimento são importantes para compreender suas ideias, que se pulverizaram numa época de querelas entre intelectuais, escritores e gramáticos brasileiros sobre que língua se falava no Brasil³⁹.

Muitos trabalhos já problematizaram o caráter discriminatório das referências de Silva Neto aos africanos e aos indígenas em suas obras, embora reconheçam a importância do autor para o conhecimento sobre o português no Brasil (cf. MATTOS E SILVA, 2004a; AVELAR; GALVES, 2014 etc.)⁴⁰. É preciso, no entanto, afirmar aqui, de saída, que o discurso de Silva Neto não está sendo analisado com o fito de *criticar* as posições ideológicas do autor, mas, antes, para entender como, ao longo da história metalinguística do Brasil, os discursos científicos, interpelados ora por uma, ora por outra IL, foram inscrevendo a heterogeneidade do PB. Ou seja: que *regimes de verdade* (cf. FOUCAULT, 1999) se deixam ver nessa pluralidade de discursos científicos sobre o mesmo objeto?

Essa ressalva é importante para que, em tempo de cancelamentos e de *culpabilização retrospectiva, mania penitencial* (cf. BRUCKNER, 1983; RENAULT, 2009; BOCK-CÔTÉ, 2019), a análise de um discurso feito no limiar da ciência Linguística, no século XX, não seja interpretada como uma espécie de expiação de culpa e criação de heróis e vilões – o que não significa dizer que eu me furtarei das críticas necessárias ao pensamento linguístico de Silva Neto. Na história da humanidade, parafraseando Guimarães Rosa (2019[1956], p. 435), “O diabo não há (...). Existe é o homem humano. Travessia”. Dito de outra forma, parece-me mesmo pouco adequado que

³⁹ Salta aos olhos que Silva Neto, sendo brasileiro e produzindo discurso científico num tempo histórico de emergência da Linguística enquanto ciência e do nacionalismo, no Brasil, tenha sido atravessado pela IL da diferença.

⁴⁰ Galves e Avelar (2014), por exemplo, chegam a dizer que o discurso de Silva Neto é *mal-humorado e pouco palatável para os dias de hoje* (GALVES; AVELAR, 2014, p. 247). Logo depois, porém, assumem que tentarão, naquele artigo, aceitar a exigência do filólogo – que insistia na necessidade de um programa de investigação que superasse o amadorismo de sua época –, propondo estudar, no referido artigo, as influências africanas no PB a partir do conhecimento das características das línguas bantas, do estudo da história linguística e social da língua portuguesa e do uso de um modelo de contato linguístico capaz de prever os efeitos de substrato na emergência de uma nova *variedade de língua*.

pesquisadores contemporâneos projetem interesses e entendimentos atuais para teorias do passado (cf. KOERNER, 1996).

Aliás, o próprio Silva Neto reconhece a relação indissociável entre as ideias de um *investigador* e o seu contexto. Para ele:

Todo investigador, por mais original que seja a sua obra, está preso ao seu tempo e às ideias em voga na época da sua formação universitária. Os eruditos[,] mais ainda do que os artistas, estão indissolivelmente ligados aos seus mestres, cujos métodos por vezes renovam, mas cujas ideias absorvem, desenvolvem ou submetem a uma crítica rigorosa e fecunda. Enfim, é certo que todo estudioso está muito dependente das doutrinas que aprendeu em sua mocidade (SILVA NETO, 1960, p. 19).

A obra de Silva Neto, aliás, a bem da verdade, possui um traço que tem me saltado aos olhos⁴¹: a contradição que atravessa algumas de suas defesas. Ora, como entender, senão como contraditório, que o mesmo autor que interpreta o PB como uma língua *estropiada* pelos indígenas e africanos graças à sua inferioridade em relação aos portugueses (cf. SILVA NETO, 1950) pode afirmar que as línguas “(...) seguem o destino dos que a falam, são o que delas fazem as sociedades que as empregam” (SILVA NETO, 1986, p. 18) – pensamento muito próximo daquele já expresso, no século XVI, pelo visionário Fernão de Oliveira, que afirmou que “os homens fazem a língua, não a língua os homens”? Esse mesmo trecho de Silva Neto, inclusive, destoa da ideia de *deriva* defendida por ele – assunto de que tratarei mais adiante.

Não faltam afirmações interpretáveis como progressistas (ou pouco conservadoras) na obra de Silva Neto. Na publicação *Ensaio de filologia portuguesa* (SILVA NETO, 1956), muito pouco discutida por linguistas contemporâneos, quando trata de ensino de português no Brasil, afirma o autor:

“[...] devem os professores insistir com os alunos para que se esforcem na redação: que não façam apenas para dar cumprimento a um dever escolar. Mas que, ao contrário, procurem aperfeiçoar e aprimorar a incipiente prosa. É preciso, também, **fugir da praga do purismo**, isto é, a excessiva preocupação do imitar os escritores do passado. Os puristas de ‘fraco tomo e pouco discurso’, como dizia há tempos o Prof. Pedro Pinto, escrevem numa língua morta, fossilizada” (SILVA NETO, 1956, p. 194, grifo meu).

⁴¹ Essa observação me foi feita, pela primeira vez (e desde então tenho pensado muito nisso), pelo prof. Dr. Jorge Viana de Moraes (USP), numa das muitas conversas que tivemos sobre Silva Neto, já que o referido professor dedicou-se, tanto em sua dissertação de mestrado (cf. MORAES, 2008) quanto em sua tese de doutoramento (cf. MORAES, 2016), a estudar o filólogo em questão.

O trecho evidencia uma preocupação do autor com a *praga do purismo*, reconhecendo-a como uma preocupação desnecessária em imitar escritores do passado. Se, para Silva Neto, a preocupação em imitar, na escrita, fases pretéritas da língua é uma *praga* para o ensino, por que o mesmo autor, quando tratou da oralidade do PB falado por indígenas, africanos e seus descendentes, se mostrou tão purista?

Essas aparentes contradições do autor aqui analisado não são uma exclusividade sua. Pelo contrário: as crenças no darwinismo social e no chamado racismo científico sobre hierarquia racial e supostas determinações inatas da raça sobre o comportamento humano, por exemplo, eram muito comuns entre a classe letrada brasileira nas primeiras décadas do século XX, inclusive atravessando discursos de notáveis intelectuais hoje vistos como progressistas. Qualquer tentativa atual de interditar ou mesmo *cancelar* pensadores do passado, como Serafim da Silva Neto, ignora esse fato⁴².

A Linguística brasileira contemporânea, sobretudo quando discute a história da língua portuguesa no Brasil, toma a noção de contato interlinguístico – cuja importância para a emergência do PB foi tratada de maneira, no mínimo, contraditória por Silva Neto, como mostrarei adiante – como princípio heurístico, ressaltando não raro a oposição de suas ideias em relação àquelas predominantes nos estudos linguísticos da primeira metade do século XX, quando Silva Neto produziu o discurso aqui analisado. O problema é que, ao tentar partir de uma orientação discursiva supostamente mais adequada ao seu tempo, os linguistas contemporâneos não raro produzem discursos que dão margem a interpretações tão preconceituosas como aquelas que denunciam em relação à Linguística do século passado. É o caso de Lucchesi (2012), por exemplo, quando afirma que

[...] qualquer hipótese que integre o contato entre línguas na formação histórica das variedades do português brasileiro tem de enfrentar uma forte resistência subjetiva que se desdobra, tanto no plano da ideologia, quanto no plano da própria teoria linguística. Até meados do século XX, grandes filólogos brasileiros que se debruçaram sobre o tema, imbuídos da visão conservadora e preconceituosa de superioridade cultural e linguística do colonizador europeu

⁴² Em um artigo publicado, em dezembro de 1914 – alguns anos antes da Semana de Arte Moderna –, por Oswald de Andrade, em *O Pirralho*, tabloide que ele dirigia, o autor trata do americano Jack Johnson, que, após vencer todos os seus desafiantes brancos, se tornou o primeiro lutador de boxe negro campeão mundial. No texto, recuperado em 17 de outubro de 2021 pelo jornal *Folha de S. Paulo*, fica clara a ideia de inferioridade do negro que atravessava o discurso de Oswald de Andrade, o mesmo que, alguns anos depois, ficaria conhecido como defensor da mestiçagem cultural – até hoje, o referido escritor é celebrado como um mártir de uma espécie de movimento brasileiro hoje denominado pós-racial. Se a Oswald de Andrade o tempo foi oportuno para modificar visões de mundo ou se ele era só mais um exemplo de alguém que, não obstante a sua filosofia antropofágica, reproduzia um discurso típico do esteticismo intelectual que emergia com o Modernismo, só pesquisas mais aprofundadas responderão, mas isso não deixa de ser interessante para quem se debruça sobre autores do passado sem lhes *avaliar* a partir de uma régua moral do presente.

frente às populações indígenas e africanas, procuraram minimizar qualquer interferência desses povos na formação da realidade linguística brasileira. [...] Contrariando tal tradição, defenderemos [...] que não se pode pensar a formação histórica do português brasileiro [...] sem ter em conta centralmente a aquisição imperfeita da língua portuguesa por parte de milhões de indígenas brasileiros e africanos escravizados e a nativização dessa variedade defectiva de segunda língua entre os descendentes desse segmento, que vão constituir praticamente dois terços da população do Brasil. (LUCCHESI, 2012, p. 47)

O referido autor, não obstante ler o discurso de Silva Neto como imbuído de uma *visão conservadora e preconceituosa da superioridade cultural e linguística do colonizador europeu*, afirma, logo em seguida, assumindo que vai *contrariar* a visão anterior, que a formação do PB tem, em sua história, uma aquisição *imperfeita* e uma nativização, por parte das gerações subsequentes, da variedade *defectiva* de português aprendida pelos primeiros africanos escravizados.

Entendo *escolhas* lexicais no discurso de Lucchesi (2012) como uma tentativa de opor uma aquisição *normal* (aquela em que crianças adquirem a sua L1 a partir de modelos-estímulos da L1 de seus pais) a uma aquisição *divergente*. Também entendo, nessa mesma perspectiva, o uso do adjetivo *defectiva* para se referir à variedade de português adquirida por adultos, falantes de outras línguas, fora de seu período crítico de aquisição da linguagem. Isto é: tratar-se-ia de uma variedade diferente daquela adquirida num cenário supostamente *normal*.

Não obstante, do ponto de vista discursivo, parece existir, nas *escolhas* lexicais citadas, uma visão de inferioridade da aquisição linguística feita pelos africanos e das variedades linguísticas daí decorrentes.

Outrossim, do ponto de vista estritamente técnico, parece não haver sentido em distinguir aquisição e mudança linguísticas entre línguas ditas crioulas e línguas ditas não crioulas. Afinal, como afirma De Graff (2001), qualquer propriedade encontrada em línguas crioulas também é encontrada em alguma língua não crioula. Portanto, os crioulos foram assim agrupados e distinguidos de outras línguas mais em função de semelhanças nas condições sócio-históricas de seu desenvolvimento do que por qualquer outra *razão convincente* (cf. MUFWENE, 2001, p. 12).

Nas palavras de Roberts (1999), os crioulos são particularmente interessantes porque representam um extremo da mudança linguística. No entanto, os mesmos mecanismos de mudança linguística, onipresentes na história de todas as línguas e famílias linguísticas do mundo, fizeram dos crioulos o que são. O adjetivo *extremo*, para o próprio autor (ROBERTS, 1999, p. 317), tem relação apenas com as condições sociais

extremas sob as quais essas variedades foram formadas, e não com qualquer aspecto intrínseco dos mecanismos linguísticos de mudança.

Isto é: as adjetivações vistas no discurso de Lucchesi (2012), além do fato de que geram *efeitos de sentido* tão discriminatórios quanto aqueles que ele denuncia no discurso de Silva Neto, não têm, diante do que se sabe hoje sobre aquisição e mudança linguísticas, muita razão de ser técnica, descritiva. Acredito estarmos diante, mais uma vez, de um exemplo de *ideologia da língua padrão* adentrando a teoria linguística (cf. MILROY, 2011). Ou, como tenho defendido aqui, estamos diante de um exemplo de colonialidade epistêmica (cf. QUIJANO, 1989) atravessando a Linguística teórica.

Talvez, pelas razões que acabo de expor, o autor que propôs o conceito de *transmissão linguística irregular* (BAXTER, 1992), por exemplo, prefira hoje chamar isso de *transmissão linguística divergente*⁴³.

A essa altura, acho oportuno repetir aqui uma problematização importante: se a mudança linguística opera igualmente em todas as línguas do mundo (cf. ROBERTS, 1999; MUFWENE, 2001; DE GRAFF, 2001 etc.) e se as condições sócio-históricas sob as quais emergiram as línguas crioulas na África e na Ásia são as mesmas sob as quais emergiu o proto-romance (cf. MATTOS E SILVA, 2011), por exemplo, por que não se ensina, nos compêndios de Linguística Histórica, que as línguas europeias também têm origem crioula?

Toda essa discussão aparece claramente em Lucchesi (2020), quando ele afirma:

Como qualquer outra língua natural, os crioulos são línguas gramaticalmente estruturadas, que gozam de plenitude funcional em seu universo cultural próprio. Além disso, não existem propriedades estruturais privativas de línguas crioulas. Todos os mecanismos gramaticais encontrados nas línguas crioulas estão presentes também em línguas não crioulas. E muitas línguas não crioulas, como o inglês e o mandarim (línguas hegemônicas hoje no mundo e que gozam de grande poder e prestígio) exibem uma configuração estrutural muito semelhante à das línguas crioulas. Portanto, o que diferenciaria os crioulos seria uma combinação específica de certas características estruturais (LUCCHESI, 2020, p. 181).

⁴³ Essa era uma preocupação constante de Baxter nas diversas leituras que fez de meu trabalho de mestrado. Tendo participado, entre 2014 e 2016, da banca de defesa do projeto, da banca de qualificação e, finalmente, da banca de defesa da minha dissertação de mestrado (defendida na Universidade Estadual de Feira de Santana), do que resulta minha consideração de que, na prática, ele foi um de meus orientadores, àquela época, o referido linguista nunca deixou de demonstrar certo receio com o uso que eu fazia de termos amplamente repetidos na Linguística, os quais, de um lado, demonstram pouca eficiência descritiva (*perda de flexão*, por exemplo, não descreve bem uma aquisição que nunca adquiriu flexão) e, de outro lado, podem dar margem a leituras preconceituosas (de que são exemplos expressões como *variedade defectiva*, *simplificação morfológica*, *empobrecimento de flexão* etc.).

Não obstante as constatações apresentadas ali, Lucchesi (2020) continua não problematizando a régua com a qual se determina quais são as línguas crioulas e quais são as não crioulas – no texto em questão, ele continua afirmando que as línguas crioulas estão na África, na Ásia e na Oceania – e utilizando um conjunto lexical que liga, com ou sem a sua intenção e a sua consciência, as marcas indígenas e africanas na aquisição e na transmissão do PB a características negativas desses processos.

O que quero dizer com tudo isso é que qualquer análise reducionista que enxergue superioridade do presente em relação ao passado é pouco profícua para a compreensão das mudanças pelas quais passou a história metalinguística do Brasil. Ora, da mesma forma que o discurso de Silva Neto é compreensível se se leva em consideração a *tradição* (HOBBSAWN, 1990; 2008; ALONSO, 2012) na qual estava inserido, na medida em que os grandes expoentes da classe intelectual da época acentuavam as continuidades das marcas portuguesas na formação da cultura brasileira, é preciso entender que os discursos contemporâneos que inscrevem a heterogeneidade do PB e o multilinguismo residual brasileiro numa perspectiva de valorização da participação dos povos subalternizados estão, é claro, ligados em absoluto às novas perspectivas historiográficas de interpretação do Brasil, que salientam cada vez mais a participação de indígenas e africanos na formação desse país. Mas esses discursos contemporâneos não são superiores àqueles do passado. Pelo contrário: não raro, eles têm os mesmos problemas de outrora (ou têm outros tantos problemas do nosso tempo).

O que segue, portanto, é uma análise *fria* do discurso de Silva Neto, levando em consideração, como não deveria deixar de ser, é claro, o contexto sociopolítico-histórico em que ele emerge (à discussão sobre crioulos eu voltarei, quando analisar os discursos atravessados pela IL da diferença, mais adiante).

Como essa análise precisa lidar com um recorte, vou-me debruçar mais especificamente sobre o discurso de Silva Neto sobre o contato entre línguas na história da língua portuguesa no Brasil, sobretudo no nível morfossintático. Isso porque, primeiramente, o contato entre línguas é pauta recorrente nos estudos linguísticos sobre o Brasil, compondo o que considero ser uma das bases de todos os debates sobre o PB. Em segundo lugar, esse recorte tem a ver com a impossibilidade de este trabalho dar conta de todas as discussões feitas por Silva Neto, em suas obras.

Quanto aos textos cujos recortes discursivos comporão o *corpus* da IL da identificação nos discursos do filólogo brasileiro, minha análise se debruçará, principalmente, sobre *A língua portuguesa no Brasil. Problemas* (SILVA NETO, 1960),

um texto publicado, de início, como artigo, na *Revista de Portugal*. No mesmo ano, esse texto viraria livro. Dez anos depois, ele seria incluído, na íntegra, à segunda edição do livro *História da língua portuguesa* (SILVA NETO, 1970).

Considero bastante importante analisar recortes de *A língua portuguesa no Brasil. Problemas*, de 1960, levando em consideração o valor histórico que esse texto tem para a compreensão das ideias de Silva Neto, na medida em que se trata da sua última publicação sobre a língua portuguesa no território brasileiro, seja em livro, artigo ou ensaio⁴⁴. Em outras palavras, a leitura da referida obra dá margem à compreensão das conclusões a que chegou o autor em sua vida infelizmente curta. Ele próprio deixa claro que, ao longo de sua produção, fez acréscimos à sua defesa da *vitória da língua portuguesa no Brasil*, quando afirma, em nota inicial, que:

“Desde 1935 nos ocupamos com o Português do Brasil. Para resumir a bibliografia, referiremos apenas o nosso livro *Introdução ao estudo da Língua Portuguesa no Brasil*, publicado em 1950 (segunda tiragem em 1951) e o nosso artigo *Le portugais dans le nouveau monde*, publicado na revista belga *‘Orbis’* (dirigida por Sever Pop) em 1953. No artigo que agora publicamos[,] mantém-se [sic] as ideias já expostas e acrescenta-se muita matéria nova” (SILVA NETO, 1970[1960], p. 581).

Também farei menções, em alguns momentos, ao texto *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil* (SILVA NETO, 1950).

Não se espere desta subseção uma espécie de crônica detalhada dos referidos textos. Pelo contrário: de forma objetiva, visto que há outras IL em análise, me interessa entender as razões pelas quais o autor analisado diz *isso* ou *aquilo* e que desdobramentos daí decorrem para a compreensão que em geral se tem, no Brasil, da história da língua portuguesa em território americano.

4.2.1.1 O contato entre línguas e a *vitória* da língua portuguesa no Brasil

A querela sobre a opinião de Silva Neto quanto à participação decisiva ou não de indígenas e africanos na formação do PB figura entre os maiores debates sobre esse autor, no âmbito da Linguística, e essa discussão tem relação indissociável com a sua defesa de que houve, no Brasil, uma *vitória da língua portuguesa*, tese que ele defende em pelo menos três conhecidos textos: *O português do Brasil* (SILVA NETO, 1940), *Introdução*

⁴⁴ Uma excelente levantamento de toda a produção bibliográfica de Silva Neto pode ser vista em Coelho (1998).

ao estudo da língua portuguesa no Brasil (SILVA NETO, 1950) e *A língua portuguesa no Brasil. Problemas* (SILVA NETO, 1960). Ou seja: passados vinte anos desde a primeira publicação em que defendeu a referida tese, o autor não mudou seu ponto de vista. Pelo contrário: a sua última publicação em vida apenas ratifica a ideia linguística de que houve, no Brasil, uma vitória da língua portuguesa sobre as outras línguas *exóticas*, no termo por ele assim designado (cf. SILVA NETO, 1950).

Para o filólogo a cujo discurso se refere esta subseção, em função de ser a língua dos colonizadores e também língua literária, o português teria se difundido em paralelo à constituição de uma ideia de civilização. É o que ele defende ao afirmar que “pouco a pouco, no contato com os brancos e ao sopro das luzes das escolas, negros, índios e mestiços de toda a *espécie* foram *aperfeiçoando* a sua linguagem” (SILVA NETO, 1950, p. 92, grifos meus).

Assim, ainda que reconheça, na obra supracitada, que existiram contatos étnicos quando da transplantação da língua portuguesa para o Brasil, o autor defende a ideia de uniformidade dessa língua em solo americano, sem a interferência de outras línguas presentes no território. Segundo ele:

No português não há, positivamente, influência de línguas africanas ou ameríndias. O que há são cicatrizes da tosca aprendizagem que da língua portuguesa, por causa de sua mísera condição social, fizeram os negros e os índios (SILVA NETO, 1950, p. 96-97).

As influências indígenas e africanas no PB existiam, na opinião de Silva Neto, apenas no plano da fala popular, e essas deturpavam a pureza do idioma lusitano. Isso o leva a questionar as teses *indianófilas* e *africanófilas* que propunham a existência de uma língua verdadeiramente brasileira.

Resumidamente, o que Silva Neto defendia era que o PB identificava-se com o PE, a não ser por “algumas insignificantes divergências sintáticas e numeroso vocabulário novo” (SILVA NETO, 1960, p. 25). Na base desse discurso, estava a crença de que

Por causa, precisamente, [da] falta de prestígio, é que a linguagem adulterada dos negros e índios não se impôs senão transitoriamente: todos os que puderam adquirir uma cultura escolar e que, por este motivo, possuíam o prestígio da literatura e da tradição, reagiram contra ela (SILVA NETO, 1960, p. 21).

É interessante notar que, para o autor, não houve imposição da língua portuguesa, mas uma escolha feita pelas próprias pessoas, que optaram pela língua associada ao prestígio. Essa ideia já estava clara em publicação anterior, em que afirmava:

O grupo superior ou dominante estava associado ao uso do português e à pele clara, enquanto o grupo social inferior estava ligado à pele escurecida e ao uso do crioulo ou do tupi. Todavia, a vitória do português não se deveu à imposição violenta da classe dominante. Ela explicou-se pelo seu prestígio superior, que forçava os indivíduos ao uso da língua que exprimia a melhor forma de civilização (SILVA NETO, 1950, p. 61).

Nesse ponto, como em tantos outros de suas obras, Silva Neto aciona o argumento racial, vinculado à cor da pele, como critério de diferenciação linguística. Essa racialização da língua, de que falarei mais adiante, é compreensível, do ponto de vista das condições de produção do discurso (ou, em outras palavras, do *clima de opinião intelectual*), se se leva em consideração o *vínculo estilístico* entre o filólogo e os diversos *coletivos de pensamento* hegemônicos da época – Severo e Eltermann (2018) veem também no pensamento de Gilberto Freyre, por exemplo, essa racialização da língua.

Ora, as publicações de Silva Neto, como já afirmei, emergem num contexto de discussões bastante candentes sobre a existência ou não de uma língua brasileira, e a defesa de sua tese quanto a essa disputa de narrativas é feita a partir da concepção de que esse debate não foi adequadamente analisado pelos seus contemporâneos, que o fizeram de forma amadora.

Antes de iniciar sua crítica aos que supostamente exageraram na discussão quanto às influências extraportuguesas no PB, afirma Silva Neto (1960, p. 593):

No Brasil [,] os colonizadores encontram-se em presença de populações indígenas, e logo depois veem-se forçados, pelas exigências dos trabalhos, a importar escravos de África. Um novo problema assim se põe diante de nós: a assimilação destes indivíduos e a sua incorporação na cultura portuguesa.

Duas afirmações me saltam aos olhos nessa citação. De um lado, é interessante perceber que, para Silva Neto, os portugueses se viram *forçados* a importar pessoas do continente africano. De outro lado, a afirmação de que daí decorreu um novo problema *diante de nós*, colocando a si próprio não como um brasileiro, mas como alguém que supostamente fazia parte do grupo de portugueses que dali em diante tinham um *problema* com que precisariam lidar. Ambas as ideias, a de portugueses *forçados* a importar mão de obra africana e a de se inserir, por meio da opção pelo pronome *nós*, no grupo de

portugueses que precisariam lidar com a complexidade linguística da colônia brasileira, são bastante ilustrativas de que o discurso de Silva Neto, de fato, se identifica com o discurso da colonização (daí eu considerá-lo como interpelado pela IL da identificação).

Continua o autor:

É natural, portanto, que[,] no decorrer deste primeiro século de colonização, se tenha formado entre estes índios, negros e mestiços, uma linguagem rude de gente inculta, denominada *crioulo*, ou *semicrioulo*. Nos grandes centros, graças à escola e à influência das altas classes, esta linguagem foi sendo pouco a pouco eliminada em proveito duma linguagem mais culta e aperfeiçoada. Nas regiões rurais, entretanto, ela sobrevive ainda, sobretudo nos lugares mais isolados. (SILVA NETO, 1960, p. 593).

É com base nessa ideia de assimilação de uma linguagem mais culta e aperfeiçoada por parte das pessoas, sem citar a que escolarização ele se refere quando trata do Brasil colônia, que Silva Neto defende, portanto, que “tem-se sempre exagerado a influência indígena e africana no Português do Brasil” (SILVA NETO, 1960, p. 593).

Para ele, razões psicológicas explicariam os exageros, na medida em que desejo de exaltar a riqueza do vocabulário brasileiro, vontade veemente de demonstrar a diferença extrema que resultaria no reconhecimento de uma língua brasileira e falta de preparo linguístico revelado por muitos autores estariam na base da defesa da existência, no Brasil, de uma língua diferente do PE.

Um dos exemplos de *exagero* dado pelo próprio autor é o do vocábulo *minhoca*, considerado por Gonçalves Viana como seguramente de origem cafre, ao passo que Teodoro Sampaio o considerava herança tupi. O problema é que, aponta Silva Neto (1960, p. 594), a palavra *minhoca* é registrada em textos portugueses desde o século XIV.

Mas, se é exagero falar em emergência de uma nova língua em território brasileiro, devido ao contato interlinguístico – que Silva Neto não nega –, qual o papel dos *aloglotas*, que, segundo ele, principalmente entre os séculos XVI e XVIII, precisaram *aprender de outiva e falar sem a necessária preparação* (cf. SILVA NETO, 1960, p. 594), na formação da língua portuguesa que se falava no Brasil?

A subseção em que o autor responde a essa questão tem, em seu interior, uma afirmação interessante: “*exageros* quanto a influências extraportuguesas: razões científicas e psicológicas. Medida *exata* do papel dos *aloglotas*” (SILVA NETO, 1960, p. 593, grifos meus). Reivindicando para si próprio o lugar de autoridade para falar com exatidão sobre o papel dos *aloglotas* na formação do português falado no Brasil, Silva

Neto, baseando-se na ideia de deriva secular do linguista norteamericano Edward Sapir (1921), segundo o qual a língua, como instrumento vivo, move-se pelo tempo em fora num curso que lhe é próprio, afirma que

Como se sabe desde há muito, há uma deriva indo-européia que caminhava no sentido da simplificação das flexões. Apenas, no caso do aloglota, a simplificação é brusca e extrema, é uma dinâmica que se daria no curso de várias gerações (SILVA NETO, 1960, p. 594)

Para o autor, na constituição do PB, houve, a partir do século XVI, duas derivas: uma bastante conservadora, que se desenvolvia muito lentamente, e outra a que condições sociais próprias imprimiram velocidade inesperada. Para usar as suas próprias palavras,

No primeiro caso[,] temos o falar de uma população proveniente de vários pontos de Portugal que, posta em contato num meio tão diverso, elaborou um denominador comum que não participava das mudanças operadas na metrópole e que, por isso mesmo, era muito conservador. No segundo, pelo contrário, temos o falar de grandes massas que tiveram de aprender a língua dos senhores de modo imperfeito e muito rapidamente. Aqui uma situação social de miséria e sujeição e acaso a influência latente (passiva ou ativa) de línguas preteridas ocasionaram aquilo a que Weinreich no seu importante livro ‘Languages in contact’ chama pitorescamente “efeito de gatilho” (*trigger effect*) (SILVA NETO, 1960, p. 595)

Em resumo, Silva Neto defende que, diferentemente do que ocorrera em Portugal, no Brasil, os aloglotas realizaram de imediato o que, *em condições normais*, levaria talvez séculos para completar-se (cf. SILVA NETO, 1960, p. 596). Esse pensamento não é exclusivo do autor ou do seu tempo. Pelo contrário: linguistas contemporâneos continuam defendendo essa mesma ideia. É o caso de Naro e Scherre (2007), os quais defendem que o PB é uma espécie de continuação do português arcaico (ideia defendida também por Silva Neto), com pequenas alterações, na medida em que não se consegue, ainda hoje “identificar nenhuma característica do português do Brasil que não tenha um claro ancestral em Portugal” (NARO; SCHERRE, 2007, p. 13). Para esses linguistas, o PB resultaria de uma expansão de estruturas e variações presentes ao longo de todo o percurso histórico da língua portuguesa, isto é, resultaria de uma deriva secular. A língua, uma vez transplantada para o Brasil, ainda segundo eles, teria assistido apenas a um apressamento de processos de variação e mudança. Essa aproximação entre as ideias de Silva Neto e as de Naro e Scherre serve para comprovar as ideologias linguísticas não são estanques. Na verdade, diferentes épocas reverberam diferentes ideologias, conforme tenho dito.

Voltando aos anos 60, Silva Neto dá exemplos para ele bastante expressivos que comprovam a deriva observável no falar de grandes massas de aloglotas. No campo da morfossintaxe, cita o autor a redução das flexões – ainda hoje bastante discutida na Linguística –, tendência geral, para ele, de toda *evolução morfológica* das línguas indo-européias em função do prevaecimento do caráter analítico sobre o sintético. No caso específico dos crioulos, defende o filólogo que isso se verificou num repente, de improviso.

Assim, a ação dos aloglotas, na visão de Silva Neto, consiste, como em qualquer outro crioulo, no “apressamento dos prazos evolutivos” (SILVA NETO, 1960, p. 596). Para ele, não há uma relação direta entre condições sociais em que se aprende uma língua e a interferência entre dois sistemas linguísticos, do que resulta o fato de que, em sua visão:

No português do Brasil [,] é indispensável, como alhures, aliás, não confundir as duas coisas [condições de aprendizado e interferência entre sistemas linguísticos], metodologicamente tão dissemelhantes. Se a primeira é de toda a evidência, pois vemos em contato e interação, desde o século XVI, o Português estropiado de negros e índios (aloglotas) com o Português dos reinóis e da classe média da Colônia, já a segunda só se pode rastrear nos falares ou dialetos, e é quase sempre muito problemática ou discutível. O aloglota generaliza tendências linguísticas que apenas se esboçam, que só se dão na linguagem familiar ou apenas em determinadas condições fonéticas (SILVA NETO, 1960, p. 596).

Pelo motivo acima exposto, defende o autor que o contato entre línguas não implica, de nenhum modo, a aceitação de traços fonéticos, morfológicos ou sintáticos de línguas *índias* ou africanas na língua portuguesa. Para ele, os fenômenos de aculturação no campo linguístico, chamados de ação do substrato, são “mais sutis e complexos do que o simples aprendizado imperfeito e tosco de uma língua imposta” (SILVA NETO, 1960, p. 597). Esses fenômenos pressuporiam necessariamente um longo período de bilinguismo, no qual seriam indispensáveis um *modelo* e uma *réplica*. Essa *réplica imperfeita* só se implementaria caso o grupo humano que a utilizasse tivesse prestígio social para impô-la e difundi-la. Conclui Silva Neto que não foi isso que se verificou no Brasil, dado que “o ideal linguístico esteve sempre próximo do padrão português” (SILVA NETO, 1960, p. 597).

Continuando a sua análise sobre a ação do contato interlinguístico na emergência do PB, Silva Neto passa a refletir sobre o contraste entre centros urbanos e ambiente rural. Para o autor, a influência de indígenas e africanos está na razão direta do seu número na

composição demográfica da comunidade de fala e na razão inversa dos meios de instrução de que dispunham. Daí a influência dos aloglotas ser quase nula nos centros urbanos e bastante grande nas zonas rurais do país.

Ainda segundo Silva Neto (1960, p. 597):

A influência dos negros e índios não pôde jamais ser grande nas cidades. O prestígio capaz de a impor faltou-lhes: não tinham prestígio literário porque a sua linguagem não os habilitava a isso, não dispunham de prestígio social, porque a sua cor, a sua origem e a sua situação econômica os ligava[m] às classes mais humildes da população. Por causa, precisamente, desta falta de prestígio é que a linguagem adulterada dos negros e índios não se impôs senão transitoriamente: todos os que puderam adquirir uma cultura escolar e que, por este motivo, possuíam o prestígio da literatura e da tradição, reagiram contra ela.

Acrescenta o autor (SILVA NETO, 1960, p. 598):

O tipo de linguagem depende, nas zonas rurais, da composição demográfica e da maior possibilidade de acesso à escola, quer dizer [,] à língua escrita. É indispensável para isso buscar apoio na história regional e ver, por exemplo, se a localidade estudada é na origem uma aldeia índia ou se ela representa um antigo *quilombo* de negros. No caso afirmativo, se a ação da escola não contrabalançou nem expurgou o aprendizado imperfeito inicial, estamos diante de um diálogo *crioulo*, quer dizer [,] uma simplificação externa do Português mal aprendido e imperfeitamente transmitido, no qual acaso se podem ter inserido traços de uma língua A, como fruto de um período bilíngue. Mas este tipo de dialetos, como se compreende facilmente, é transitório: tende a ser absorvido e reduzido pela ação da escola, que difunde os sistemas fonéticos, morfológicos e sintáticos da língua padrão. O Brasil urbaniza-se com muita rapidez. O domínio linguístico brasileiro [...] está dividido de um lado, num tipo de expressão culta que se ensina nas escolas, se utiliza nos escritos de responsabilidade, como os relatórios oficiais ou pareceres jurídicos, os discursos parlamentares, os livros didáticos, e serve à expressão oral das pessoas cultas e de outro, nos falares regionais, infelizmente ainda mal classificados, pois a dialetologia brasileira está em começo.

Com base no que foi até aqui exposto, é fácil entender por que Coelho (1998) considera Silva Neto uma liderança intelectual e organizacional. Se, por um lado, o papel de liderança intelectual tem sido problematizado ultimamente em função da sua visão discriminatória em relação aos aloglotas, por outro, é indiscutível a sua importância organizacional, o que se percebe, por exemplo, no rigor metodológico com que o filólogo tenta lançar luz à complexa questão linguística do Brasil.

Já desde os anos 50, antes mesmo de existirem a teoria Sociolinguística e a Dialetologia tal qual as conhecemos hoje, Silva Neto destacava, como se nota nas duas últimas citações, a importância do conhecimento sobre a história externa das diversas comunidades no Brasil (o que se tornaria, mais tarde, metodologia importante para a reconstrução da história sociolinguística desse país, adotada por importantes programas

de pesquisa, de que são exemplos baianos o *Vertentes*, na UFBA, e aquele intitulado *A língua portuguesa no semiárido baiano*, na UEFS, que estratificaram as comunidades pesquisadas segundo sua matriz étnica majoritária, a fim de entender se e como o contato interlinguístico agiu de diferentes modos na emergência das gramáticas do PB, a depender da sócio-história de cada comunidade); sobre a polarização que sempre houve nos diversos falares no Brasil – tese mais tarde sistematizada em Lucchesi (1992) –; sobre a importância do conhecimento demográfico do Brasil, que seria sistematizado, pela primeira vez, em Mussa (1991); sobre a relação entre a rápida urbanização do Brasil e os diversos falares nesse território – o que levaria Bortoni-Ricardo (2005) a sistematizar essa relação mais tarde, o que, por sua vez, fez Lucchesi (2015) retomar a tese da polarização sociolinguística do Brasil, refinando-a – e até sobre a necessidade de se refletir sobre variação e mudança linguística acontecendo, de igual forma, no Brasil e no continente africano (o que só seria sistematizado apenas nos últimos anos, com a proposição de Petter (2009) de que existe um *continuum* afro-brasileiro do português).

A liderança organizacional e intelectual de Silva Neto contribuiu, de fato, para o sucesso de um *paradigma*, nos termos de Murray (1994), mas não somente para o paradigma filológico, como também, a meu ver, para os campos da Dialetoлогия e o da Linguística Histórica, no Brasil. Afinal, aprendemos com Mattos e Silva (2004a) que o citado autor é um dos responsáveis pelo *renascimento da fênix* (ou, em outras palavras, pela volta do interesse em estudos históricos, antes preteridos em função do que hoje se denomina *corte saussuriano*).

Do ponto de vista discursivo (ideológico, portanto – que é, afinal, aquele sobre o qual estou por ora me debruçando centralmente), toda essa defesa de *vitória* da língua portuguesa em solo hoje brasileiro se assentava numa ideia linguística de superioridade de uma língua (a europeia) em detrimento de outras línguas e de outras variedades emergentes nos diversos contatos interlinguísticos ao longo da colonização do Brasil. Isso se deixa notar claramente em diversos momentos da obra de Silva Neto, inclusive quando passa a tratar da impropriedade, como ele próprio chama, dos conceitos de substrato e superestrato quando aplicados ao português do Brasil.

Para ele, desde o início da colonização, em 1532, até o século XVIII, o panorama linguístico era uma espécie de tripé, já que se observavam o português falado sobretudo na costa, apresentando aspectos de *notável unidade*, um crioulo ou semicrioulo, adaptação do português no uso dos *mestiços, aborígenes e negros*, variedade caracterizada pela *extrema simplificação das formas*, e a língua geral, usada pelos índios que conviviam

com os brancos, pelos mamelucos e pelos brancos em suas relações com o gentio (cf. SILVA NETO, 1960, p. 599-600).

Mesmo quando falavam a língua geral, os portugueses o faziam “considerando a sua própria língua como muito superior”, já que “para eles o tupi ou tupi-guarani não passava de uma rústica língua de bugres” (SILVA NETO, 1960, p. 600). Por isso, é impertinente, na visão do autor, pensar que as línguas aloglotas deixaram marcas no português. Maior possibilidade haveria de se introduzirem no tupi traços da língua portuguesa. Mas os índios bilíngues agiam diferentemente. Segundo Silva Neto, para os indígenas:

[...] o português era uma língua de senhores, uma língua que trazia consigo prestígio social superior. Ao falar essa nova língua, fatalmente o fariam: 1) estropiando-lhe a pronúncia e reduzindo-lhe as formas; 2) acaso integrando em seu novo sistema linguístico traços oriundos da interferência com a sua língua materna (SILVA NETO, 1960, p. 600).

Com o tempo, foi ficando de fato muito clara a interferência das línguas maternas dos *aloglotas* no português adquirido nos muitos séculos de colonização e império do Brasil. Dois linguistas que têm defendido essa tese são Galves e Avelar (2014 etc.), como mostrei anteriormente, os quais interpretam características que separam o PB e o PE como fenômenos explicáveis por meio da noção de transferência da L1 dos aprendentes, falantes de línguas tipologicamente diferentes da língua do colonizador, à L2 em aquisição (o português, nesse caso). Esses traços seriam, posteriormente, transmitidos às demais gerações.

Voltando a Silva Neto, afirma o autor:

Aqui, na classe social dos índios e dos mestiços que enxameavam à sua roda, é o ambiente propício para propagar-se essa aprendizagem defeituosa e imperfeita e, com ela, os traços devidos à língua substrato, isto é, aquela que subjazia a um aprendizado posterior. Encontramos, pois, um caso em que o povo conquistador procura aprender a língua dos vencidos mas de nenhum modo levado pelo prestígio social ou superioridade cultural deste. Por isso não havia aqui a possibilidade de o português mudar de língua, *indianizar-se*: na verdade apenas utilizava a *língua geral* por interesse de entrar em contato com os aborígenes. Somos tentados, por isso, a falar do lado português em *adstrato*: isto é, o tupi funcionava como um *adstrato* para os portugueses e somente como um *substrato* para os índios (SILVA NETO, 1960, p. 601).

Silva Neto também não acreditava que fosse adequado falar em superestrato com relação ao domínio linguístico brasileiro. Isso porque, segundo ele, os negros trazidos para o Brasil já vieram, na sua maioria, falando o português *simplificado*

e deturpado. Esses eram os negros ladinos. Os negros boçais aprendiam o português com os ladinos.

Sobre influências mútuas entre português e línguas indígenas e africanas, e sobre a superioridade da língua portuguesa operando nesses contatos, conclui Silva Neto o que segue:

As ilhas atlânticas e o português ultramarino (aí incluído o português do Brasil, quer o da classe média, quer o das classes baixas, o dos antigos escravos) constituíram campos de experimentação em que o sistema linguístico português, em ambiente de maior liberdade linguística, desenvolveu as suas possibilidades, precipitando mudanças que no continente a tradição abafava e fazia abortar. Assim, muitas das evoluções comuns se explicam por uma situação social e demográfica que facilitava o afrouxamento da norma ideal e conduzia, em consequência, a flutuações. Não se pode esquecer que a ação dos aloglotos consiste de modo geral em precipitar a *deriva* da língua, isto é, tendências já contidas no sistema. A evolução opera-se no sentido de tendências pré-existentes, que então irrompem e se difundem. É sabido que o aloglota reproduz, acentuando-os e exagerando-os, os traços da pronúncia que ouve (SILVA NETO, 1960, 604).

Vê-se, assim, muito claramente, a noção de Silva Neto de superioridade da língua portuguesa em detrimento das línguas indígenas e africanas e também em detrimento das variedades populares de português que se iam formando a partir da colonização brasileira. Aliás, a sua posição ideológica sobre a questão linguística do Brasil se deixa bastante clara nas palavras com que ele encerra *A língua portuguesa no Brasil*:

O fundamental [...] não consiste nestas constantes de preferências, mas numa estrutura linguística comum que as solidariza e de que são afinal, meras variantes. O domínio linguístico português é, aliás, o reflexo de uma outra unidade superorgânica e até supranacional, de uma substância amalgamada pela História, a que é costume chamar Cultura Portuguesa. Cultura admiravelmente plástica, que soube adaptar-se sem perder-se, condescender sem trair-se. Cultura que soube estruturar interligando-os, territórios não contínuos, mas separados por distâncias incomensuráveis; que transplantou traços culturais da África para a América, da Ásia para a América, sancionando-os e aprovando-os com a sua experiência comum. Assim criou, como dizíamos, uma unidade para além dos espaços, para além do tempo e até mesmo para além das soberanias, pois o Brasil e o Império são irmãos gêmeos. A perenidade desta cultura comum será sempre uma obra de sábia e soberana política do Espírito⁴⁵ (SILVA NETO, 1960, p. 634).

⁴⁵ Em Moraes (2008), há uma interessante reflexão sobre como Silva Neto, mais especificamente em *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil* (SILVA NETO, 1950), foi influenciado, por intermédio da leitura que tinha de Vossler – a quem o filólogo se referia como *mestre* – e Croce, pelo pensamento hegeliano, “cujo foco irradia uma concepção filosófica idealista e que serve como ponto de referência para doutrinas filosóficas posteriores, de natureza espiritualista” (MORAES, 2008, p. 39). Daí falar-se em “obra de sábia e soberana política do espírito” (SILVA NETO, 1960, p. 634) nesse e em tantos outros momentos de suas obras sobre a língua portuguesa no Brasil.

Identifico no último excerto, de maneira bastante clara, uma orientação discursiva que claramente defende a unificação linguístico-cultural entre Brasil e Portugal. Esse discurso, mais uma vez, não é exclusivo de Silva Neto, tampouco do seu tempo. Hoje, discursos igualmente atravessados por essa ideologia linguística se veem, por exemplo, no âmbito das políticas linguísticas, a exemplo do trabalho de Oliveira (2013), que, em nome de um mercado linguístico dito ampliado, roga a necessidade de uma *normatização convergente*, reivindicando a existência de uma *língua comum*. Aliás, aqui cabe, apenas para prefaciar a IL globalista, tentando mostrar como diferentes épocas e diferentes autores reverberam uma ideologia bastante parecida, citar as palavras do próprio Oliveira:

Quadro ainda embrionário nessa nova fase geopolítica na qual entramos, a *língua portuguesa comum* sofre suas dores do parto neste início do século XXI, e ao mesmo tempo já sofre suas dores de crescimento, abandonando a velha pele das gestões coloniais ou puramente nacionais, rumo a um nível superior de participação democrática e cidadã (OLIVEIRA, 2013, p. 73).

Tanto em Silva Neto (1960) quanto em Oliveira (2013), sem deixar de levar em conta as diferenças temporais entre esses autores, é claro, se nota que a heterogeneidade que indiscutivelmente há entre o PE e o português extraeuropeu é relegada a um lugar discursivo de problema a ser enfrentado. Para o filólogo, tratar-se-ia de um problema de ordem cultural, civilizatória. Ora, em vários momentos, ele deixa claro que o português é culturalmente superior e que qualquer sujeito, ao longo da história do Brasil, abandonava a sua língua materna ou a variedade *defectiva* que usava tão logo começava a ascender socialmente. A estrutura da língua portuguesa seria comum a todos e *solidarizaria* as suas *meras variantes*. Para o linguista das políticas linguísticas, tratar-se-ia de um problema administrativo (isto é, de gestão) focar nas diferenças existentes entre aquelas que ele mesmo chama de *variedades* de português. Precisaríamos, diz ele próprio, focar no que nos une, não no que nos separa.

Ambos os discursos, tanto o de Silva Neto, interpelado por uma IL da identificação, na medida em que se identifica em absoluto com o discurso colonialista português, aquele, como eu mostrei, que, pelo menos oficialmente, se perpetra no Brasil a partir do século XVIII, quanto o de Oliveira, interpelado por uma IL globalista que tenho defendido possuir um caráter paradoxal, já que, ao mesmo tempo, diz valorizar as *diferenças*, mas formula um projeto unificador que não deixa de ser atravessado por aquilo que Milroy (2011) chamou de *ideologia da língua padrão*, silenciam a violência com que se pôs a empreitada colonialista europeia em prática. Que *dores do parto* são

maiores, no século XXI, do que aquelas através das quais se ceifaram tantas vidas e se extinguiram tantas línguas no processo colonizador brasileiro? Que cultura *admiravelmente* plástica é essa de que fala o filólogo brasileiro? Não teria sido uma cultura imposta violentamente? Falar em plasticidade me parece silenciar essa violência.

Os discursos imbuídos do afã de engendrar as línguas no irrefutavelmente importante mercado linguístico me parecem caminhar muito proximamente do mesmo discurso de Silva Neto, isto é, ambos acabam, num determinado momento de suas práticas sociais (não nos esqueçamos: toda política de língua, quer intencionalmente ou não, deságua em práticas sociais de língua, e toda prática social de língua é inevitavelmente atravessada por uma dada política de língua), se identificando com o discurso colonialista civilizatório, que vê superioridade na metrópole e inferioridade na colônia (ora, apenas para, de passagem, exemplificar outro ponto quanto à ideologia globalista, que modelo sintático de língua deve ser elevado ao nível *supranacional* num projeto que visa à unificação linguística senão o lusitano, tido ainda hoje como superior pela opinião pública em geral?).

Nesse sentido, gostaria de ratificar aqui que estou com Orlandi (2009), conforme eu deixei claro na primeira seção, para quem, em função dos muitos e inevitavelmente peculiares processos de historicização da língua portuguesa, sequer existe uma unidade homogênea no mundo que se possa chamar de lusofonia – termo usado hoje, mas que aparece, *avant la lettre*, no discurso de Silva Neto.

Assim, voltando especificamente ao discurso de Silva Neto aqui discutido, considero que o autor contribui, com seu papel de liderança intelectual e organizacional, para constituir um regime de verdade sobre a história sociopolítica da língua portuguesa no Brasil a partir das ideias de unidade linguística entre Brasil e Portugal. É exatamente por esse motivo que esse discurso está sendo considerado neste trabalho como um daqueles atravessados por uma IL da identificação. De fato, a defesa de uma unidade linguística entre Brasil e Portugal tem relação indissociável e indiscutível com a ideia de que um Estado se faz com unidade (inclusive linguística) e de que a língua é um sistema que, independentemente de seus diversos usos, precisa ser resguardado pelos *cultos*, pelos *superiores*, e imitado pelos *inferiores* que desejem ascender socialmente. Trata-se de um *regime de verdade* amplamente comum na vida prática ocidental, como eu discuti na seção anterior.

Silva Neto, apesar de reconhecer que “a linguagem falada de nossa terra, em virtude de múltiplos fatores, tomou cunho próprio, diverso da portuguesa (1940, p. 367),

acredita que “esse fato não pressupõe a existência de um ‘idioma brasileiro’”. Na verdade, para ele, “no Brasil impera a língua portuguesa [...]. A pretensa *língua brasileira* é pesadelo que nem se deve levar em conta” (SILVA NETO, 1940, p. 369).

Essa aparente contradição se baseia na distinção feita pelo autor entre estilo e sistema. A unidade da língua portuguesa supranacional estaria, portanto, no sistema, não no estilo – esse, sim, passível de deturpações, já que aí residiria a *linguagem rude de gente inculta* (SILVA NETO, 1960, p. 593).

Conforme afirmei anteriormente, não é interesse deste trabalho fazer *culpabilização retrospectiva* de um autor do passado ou mesmo *cancelá-lo* academicamente. Isso, porém, e essa ressalva também já foi feita, não me exime da responsabilidade de analisar aquilo que me parece óbvio: o caráter elitista e discriminatório do discurso de Silva Neto.

Há mesmo nesse discurso pistas de colonialidade epistêmica (cf. QUIJANO, 1992), visto que toda a construção da tese sobre a *vitória* da língua portuguesa no Brasil, relativizando os efeitos do contato interlinguístico na emergência das gramáticas do PB, se assenta numa visão de superioridade europeia em relação à sua então colônia – em outras palavras, Silva Neto reproduz, em seu discurso, mesmo não sendo um enunciador colonialista, posto que faça parte da ex-colônia, não da ex-metrópole, o sistema-mundo colonial moderno europeu (daí se falar em IL da identificação).

Quando falo em colonialidade epistêmica no discurso do filólogo em questão, estou retomando aquilo que deixei claro em 3.3: os brasileiros (aí incluído Silva Neto), até hoje, observam a sua história linguística através do discurso europeu (europeizante). Isso enviesa, é claro, o entendimento do lugar da produção de efeitos de sentido para que seja possível compreender, enquanto nação (não mais extensão de Portugal, antiga metrópole), o deslocamento que preside a produção da identidade desse novo território, dessa nova nação brasileira.

Ao falar em *português estropiado por indígenas e africanos*, o autor subalterniza o outro colonial. Ao falar em “instrumento dúctil e maleável, harmonioso, capaz de servir plenamente aos interesses da intercomunicação” (SILVA NETO, 1960, p. 588) para se referir ao português de Portugal e em uma cultura *plástica* que supostamente soube *adaptar-se sem perder-se*, o autor deixa clara a sua visão dicotômica entre Brasil e Portugal (e entre toda a sorte de elementos que subjazem a esses dois territórios prenhes de discursos).

Sendo uma liderança intelectual e organizacional, evidentemente, Silva Neto contribui para a constituição de um regime de verdade que até os dias atuais se mostra eficiente nas relações de poder que mantêm determinado segmento da sociedade num lugar de privilégio e relega os demais ao posto de inferioridade estruturante, indiscutível (ora, é exatamente assim que age o preconceito linguístico, excluindo pessoas em função de seus falares divergentes em relação ao que é tido como *culto*).

Trata-se mesmo de um discurso bastante parecido com aquele através do qual o Diretório, por exemplo (representativo de uma IL colonialista), de que falei na seção anterior, inscreve num regime de verdade até hoje existente a ideia de que a língua portuguesa é uma língua superior (às demais presentes no território àquela altura), que se deve preservar e aprender; é a *língua do príncipe*; a *companheira do Império*.

O que estou defendendo é que, quer intencionalmente ou não, quer conscientemente ou não (isso foge, é claro, do controle de uma pesquisa científica na área de Humanas), Silva Neto se compromete com a perpetuação, em solo brasileiro, do projeto político homogeneizador do Estado português. Ora, retomando mais uma vez oportunamente o item 3.3, gostaria de lembrar que a língua é, sem dúvidas, um forte instrumento de dominação e construção de uma *hegemonia ideológica*.

É interessante notar ainda que o discurso de Silva Neto não guarda semelhanças apenas com interdiscursos científicos (a exemplo do de Naro e Scherre e do de Oliveira, como mostrei). Na verdade, discursos interpelados pela IL da identificação, que são, a meu ver, como mostrei na nota 26, no item 3.3, a IL hegemônica no Brasil, são bastante comuns na opinião geral dos brasileiros (mostrei isso no discurso do jornalista Alexandre Garcia, na seção 1, por exemplo) e na opinião de grande parte dos gramáticos desse país (como é o caso de Bechara, cujas proposições analisarei mais adiante).

A visão que Silva Neto tem a respeito de indígenas e africanos é de fato preconceituosa, e as citações anteriores o provam. Essa inferiorização, subalternização e desumanização dos sujeitos, do outro colonial, é aquilo que se exerce na colonialidade, discutida anteriormente. Segundo Fanon (1999), já aqui citado, os mais humanos, vistos sob a chave colonialista, são aqueles que fazem parte da racionalidade formal, oriunda da modernidade concebida a partir do indivíduo *civilizado*. E é, como eu já afirmei, a partir dessa racionalidade que se pensa o Estado-nacional, do que resulta a concepção de povos e comunidades indígenas como sendo bárbaros, não modernos, não civilizados, e povos e comunidades africanas como não existentes. A afirmação de Fanon (1999), enfim, se

deixa ver claramente no discurso de Silva Neto – no qual não há espaço para outra racionalidade epistêmica.

Quanto ao preconceito com que Silva Neto não só se refere a indígenas e africanos, mas também a partir do qual ele interpreta a história sociopolítica da língua portuguesa no Brasil, penso ser oportuno trazer à baila a opinião de Orlandi (2013, p. 222-225):

Para caracterizar o preconceito de forma mais consequente, penso que ele é da ordem da censura em seu funcionamento, ou seja, o preconceito é uma forma de censura. É um silenciamento que se faz por interdição, por proibição. Na censura temos sentidos que são possíveis, mas que não podem ser ditos. O preconceito, visto assim, é o que fica silenciado e funciona sobre o próprio ser, sobre sua existência e não apenas sobre uma sua qualidade. Ele pode ser de diferentes espécies: política (na ditadura não se pode falar em ditadura), moral (não se pode falar de estupro em frente de certas pessoas), pedagógicos (não se deve falar de coisas que não se quer que as pessoas aprendam) e linguísticos (não se pode falar “errado”). [...] as diferentes teorias linguísticas a que nos filiamos podem promover ideias que propiciam, que favorecem, ou não, preconceitos. Isso mostra bem que não há teoria que não seja política e que a questão da ética [...] está na maneira mesma como os sentidos se constituem. E a ciência é um discurso sujeito a essas determinações.

O preconceito observável no discurso de Silva Neto, para usar a noção anteriormente exposta de Orlandi, se faz por interdição. Ao tentar negar que indígenas e africanos têm responsabilidade no forjamento das características do PB, o autor está, por meio do discurso científico (que, como aprendemos com a autora supracitada, propicia e favorece preconceitos), interditando esses segmentos étnicos, silenciando-os, relegando-os, para usar as palavras de Fanon (1999), à não existência (pelo menos enquanto parte constitutiva da língua majoritária do Brasil – de uma parte fundamental de sua cultura, portanto).

Como um homem do seu tempo, fato inevitável a qualquer outro, como a ele, Silva Neto evidencia, por meio de seu discurso, muitas contradições. De fato, à primeira vista, pode parecer estranho como o mesmo autor que se refere de forma tão discriminatória a indígenas, africanos, mestiços e suas contribuições no PB pode, em outros momentos, conforme mostrei anteriormente, parecer tão progressista quanto ao ensino de língua, que, segundo ele próprio, deveria *fugir da praga do purismo* e da *excessiva preocupação do imitar os escritores do passado* (SILVA NETO, 1956, p. 194). Ora, estamos diante de um intelectual que produziu conhecimento num *clima de opinião intelectual*, de que falarei adiante, que acreditava mesmo na determinação inata da raça

sobre o comportamento humano – pensamento comum à classe letrada do começo do século XX. Silva Neto é, pois, diria Guimarães Rosa, *homem humano*.

4.2.1.2 Uma pequena pausa: o vínculo estilístico entre Silva Neto e as linhas historiográficas de interpretação da história do Brasil

Achei por bem comentar, de passagem, um interessante trabalho de Silva (2017), que se baseia em outro importante trabalho, o de Costa (2006). No primeiro, atentamente ao problema advertido por Koerner (1996, p. 49), o de linguistas contemporâneos projetarem interesses e entendimentos atuais para teorias do passado, o autor oferece um panorama da tradição cultural que fundamentou a emergência do livro *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Com efeito, para Silva (2017), há uma íntima relação entre o conhecimento filológico gestado por Silva Neto e as importantes linhas historiográficas de interpretação do Brasil àquela altura.

O pressuposto a partir do qual Silva escreve é o de que o conhecimento linguístico não emerge do vácuo, mas, antes, de relações diversas que se estabelecem, para usar os termos de Koerner (1996), num *clima de opinião intelectual* que subjaz ao conhecimento linguístico investigado. Para Koerner (1996), os historiógrafos da Linguística devem, ao propor interpretações do passado, atender a alguns princípios. Silva (2017) destaca um deles: o *princípio da contextualização*, que concerne exatamente à compreensão desse *clima de opinião intelectual* em que se circunscreve um determinado discurso. Em outras palavras, esse princípio leva em consideração que as ideias e práticas linguísticas não emergem de um vazio intelectual e ideológico. Pelo contrário: são, antes que mais, fruto de uma determinada sociedade ou corrente sociopolítica, mantendo relações, invariavelmente, com o conhecimento produzido em outras áreas do saber.

A compreensão desse princípio da contextualização me parece bastante importante para entender, também, as condições contextuais de produção, sem as quais, conforme eu mostrei em 3.3, fica difícil entender se um conjunto de ideias sobre língua constitui mesmo uma IL.

Utilizando os conceitos de *estilo de pensamento* (cf. FLECK, 2010), uma espécie de estrutura conceptual sócio-historicamente determinada que conduz e direciona as percepções que os sujeitos têm do mundo num determinado momento histórico, e *coletivo de pensamento* (cf. FLECK, 2010), um dado grupo socialmente organizado que, por meio de suas ideias e práticas, fortalece um estilo de pensamento, tornando-o marcante no

tempo e no espaço, Silva (2017) defende que o discurso de Silva Neto sobre a (não) participação de africanos e indígenas na formação do PB demonstra um caso de *vínculo estilístico* (cf. FLECK, 2010), isto é, ligação entre diferentes coletivos de pensamento por meio de um estilo de pensamento marcante para uma época, entre a Filologia e a Historiografia brasileira da primeira metade do século XX, o que pode ser explicado, ainda nos termos de Fleck (2010), como um *tráfego intercoletivo de pensamento*.

Assim, tomando como diretriz o referido *princípio de contextualização* (KOERNER, 1996), Silva (2017) defende que o contexto de emergência da obra de Silva Neto analisada (SILVA NETO, 1950) e a maneira como esta obra dialogou com uma certa linha historiográfica de interpretação do Brasil configuram um *tráfego intercoletivo de pensamento*. Em outras palavras, conforme tenho dito desde a introdução, tanto a ciência que produziu conhecimento sobre a história do Brasil quanto aquela que produziu conhecimento especificamente sobre a história sociopolítico-linguística do Brasil têm sua parcela de responsabilidade no forjamento das noções de brasilidade e identidade linguística, e eu tenho defendido aqui que ambas são interpeladas, inevitavelmente, por uma visão eurocêntrica, colonizada.

Para Silva (2017), Silva Neto (1950) constrói uma reflexão de *feição sociolinguística*, calcada fundamentalmente na noção de prestígio social. Para Silva, é ancorado na proposta do sociólogo americano Veblen (1857-1929) que Silva Neto assume que a sociedade colonial se organizava em forma piramidal, estando indivíduos menos privilegiados na base da estrutura e os mais prestigiados, em seu topo. Silva Neto (1950) defendia, de fato, que galgar posições ao longo da pirâmide seria o objetivo de qualquer sujeito daquela formação social.

Ainda segundo Silva (2017), Silva Neto (1963) lança mão do conceito de *leis da imitação*, proposto pelo sociólogo francês De Tarde (1843-1904), segundo o qual o *modus operandi* de uma sociedade diz respeito ao socialmente inferior imitar o socialmente superior. Existiriam, para ele, as *tendências positivas* e as *tendências negativas*. É com base nessa ideia que Silva Neto assume, como eu mostrei, que as características da fala de indígenas e africanos eram evitadas pelos indivíduos socialmente privilegiados, por se caracterizarem, naquela sociedade, como uma *tendência negativa*.

Quanto ao *vínculo estilístico* entre Silva Neto e a historiografia brasileira, especificamente, passa Silva (2017) a citar o também interessante trabalho de Costa (2006), que defende que houve, em relação à historiografia sobre a independência brasileira, um conjunto de trabalhos que se caracterizam por aquilo que ela chamou de

léxico da continuidade, já que esses trabalhos descrevem o referido processo histórico como um dos resultados do sucesso da empresa colonialista portuguesa, que teve seu ápice na emancipação da porção americana do império.

Varnhagen (1854), cuja obra foi patrocinado pela Coroa e é considerada fundadora da historiografia nacional, é um dos exemplos dados por Costa (2006). Segundo ela, o referido autor ficou conhecido por sua interpretação lusófila da relação entre Brasil e Portugal, que enfatizava os aspectos de continuidade portuguesa na passagem do período colonial para o Brasil Independente e atribuía características positivas a esse processo. A primazia da cultura e da raça europeias sobre cultura e raça indígenas e africanas e a superioridade da Monarquia sobre a República são, na obra de Varnhagen (1854), os principais argumentos usados na interpretação do Brasil.

De fato, esse autor é mesmo um dos primeiros historiadores citados em Silva Neto (1950), e é, segundo Silva (2017), com base nas referidas premissas do historiador, cujo foco era a superioridade branca em relação aos autóctones e aos africanos trazidos ao Brasil, que o filólogo brasileiro defende a superioridade da língua portuguesa frente às demais encontradas ou trazidas para o Brasil.

Outro pressuposto com base no qual Silva Neto (1950; 1960) constrói sua tese, como vimos, é o da existência de características opostas na composição demográfica e social das zonas urbanas e rurais, do que resultariam diferenças linguísticas diatópicas e diastráticas. Segundo ele, nas zonas urbanas, a maior presença de pessoas brancas levava à manutenção do padrão linguístico português, ao passo que, nos diversos espaços rurais, àquela altura, em função da grande quantidade de indígenas e africanos, pululavam variedades *crioulizadas*.

Essas observações, caras à defesa da tese do filólogo em questão, lembra-nos Silva (2017), são guiadas por informações historiográficas, a exemplo de trechos de Caio Prado Jr. que aparecem em Silva Neto (1950). Um desses trechos se apresenta a seguir:

É assim que ele se concentra nos grandes núcleos agrícolas do litoral: no Maranhão, no Extremo Nordeste, no Recôncavo baiano, no Rio de Janeiro. Assim também nos centros mineradores do interior: Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso. Em todos estes pontos, o negro e seus derivados francamente preponderam. Mas entre si, aquelas regiões se distinguem por certos caracteres próprios. Nas de propriedade mais antiga [...] a difusão do sangue negro se fez em maior escala, e daí uma tendência para a eliminação do branco puro e mesmo do quase puro. Mas embora só propriamente nos maiores centros urbanos, age uma tendência contrária a esta: é o afluxo, mais numeroso do que em outros lugares, de imigrantes brancos [...]. (PRADO JR. apud SILVA NETO, 1963[1950] p. 144).

Outro autor lembrado por Costa (2006, p. 69) por enfatizar a continuidade portuguesa decorrente do processo de Independência é Francisco José de Oliveira Viana (1883-1951). Cinco são as menções feitas a ele em Silva Neto (1950). Uma delas, que concerne à superioridade dos espaços urbanos frente à zona rural, é a que segue:

Também queremos trazer à colação importante fato, que não passou despercebido aos olhos argutos de Oliveira Viana. É que nas cidades, pelo menos a partir do século XVII, se concentravam os elementos brancos da colônia: elas “funcionavam como poderosos centros de seleção e concentração dos elementos brancos superiores”. (SILVA NETO, 1963[1950], p. 88).

A respeito desse trecho, comenta Silva (2017) que ele

[...] compõe as observações de Silva Neto a respeito da periodização da história linguística do Brasil, mais especificamente sobre o terceiro período, durante o qual, na concepção do filólogo, teria ocorrido a demarcação da identidade portuguesa no território brasileiro, nos vários elementos da cultura. Assim, importa ao autor a reunião de argumentos que acentuem o fortalecimento da cultura urbana e branca, e, em contra- partida, mostrem a eliminação e/ou marginalização dos elementos não compatíveis com ela. É neste sentido que entram as observações de Oliveira Viana, a fim de ajudar o filólogo a comprovar a sua tese no âmbito linguístico, a saber: a vitória da língua portuguesa (SILVA, 2017, p. 79).

Os intelectuais brasileiros da década de 1920, muitos dos quais constituíram a base teórica de formação de Silva Neto, buscavam sobremaneira construir uma identidade nacional. Para Bastos (2006, p. 68), em muitos estudos produzidos por essa classe letrada, era possível notar a revalorização da influência lusitana na formação do Brasil, sendo um dos grandes representantes dessa corrente teórica o sociólogo Gilberto Freyre (1900-1987). Com efeito, muitos estudos de interpretação do Brasil assumiam que a história brasileira era um prolongamento da história europeia. Em Freyre, especificamente, o Brasil foi interpretado como uma nação mestiça, na qual a herança europeia, tanto no plano racial quanto no plano cultural, se juntou às formas de vida extraeuropeias.

Segundo Silva (2017, p. 80):

[...] Gilberto Freyre é amplamente citado na IELPB. Como um exemplo, podemos mencionar a alusão feita à obra *Sobrados e Mucambos*, utilizada por Silva Neto para salientar o fortalecimento do uso do português no Brasil Colonial, mesmo diante do uso da língua geral, visto que Freyre trazia o registro de que, em 1562, um índio adolescente pregara em português a Paixão de Cristo. Além disso, o filólogo afirma que na Sociologia de Freyre poderiam ser encontrados argumentos para se defender a ideia de que, nos processos de ascensão social, os indivíduos sentiam a necessidade da *branquização linguística*.

É com base nessas premissas, aqui apenas brevemente resumidas, é claro, que Silva (2017) argumenta que Silva Neto (1950) estabeleceu um franco diálogo com uma determinada linha historiográfica de interpretação do Brasil em voga àquela época, isto é, “com os trabalhos que salientavam a continuidade e sobreposição portuguesa na cultura brasileira (...), o que mostra que [o autor] estava, por assim dizer, [afinado] com as interpretações circulantes nesse *clima de opinião intelectual*” (SILVA, 2017, p. 80).

Na medida em que esse *clima* era propício para a defesa da tese de Silva Neto quanto à vitória da língua portuguesa em solo brasileiro, a visão conservadora do autor quanto ao português falado em seu país e o modo muitas vezes discriminatório e preconceituoso como ele se referia bastante diferentemente a europeus, de um lado, e a indígenas e africanos, de outro lado, são atitudes, portanto, que convergem com as ideias hegemônicas de seu tempo (cf. MORAES, 2008).

Produziu, assim, Silva Neto, na visão de Silva (2017), com quem concordo, um discurso que, apesar de ser criticado por tantos linguistas – sobretudo os contemporâneos –, foi guiado por um *tráfego intercoletivo de pensamento* (FLECK, 2010), com base em premissas teóricas e em visões de mundo não exclusivas, portanto, da Linguística de então.

4.2.2.3 As *escolhas* lexicais de Silva Neto: pistas de sua filiação à IL da identificação

Uma boa metodologia para identificar pistas da filiação de determinado autor a uma determinada IL, a meu ver, é observar as suas *escolhas* lexicais. Independentemente de isso ser atitude consciente e/ou intencional (já disse aqui que estou concebendo o sujeito como não volitivo, longe, pois, do sujeito cartesiano, que tem total controle sobre o seu dizer), o léxico com que se fala de um objeto diz muito sobre a ideologia do enunciador.

O discurso de Silva Neto não poderia ser diferente. Com efeito, conforme ficou claro nas últimas páginas, há uma diferença fundamental entre o modo como o autor se refere a europeus e à sua cultura e o modo como ele se refere a indígenas, africanos, mestiços e suas culturas. Tentei, por isso, a fim de ilustrar esse fato com mais clareza, propor um quadro comparativo (mas não exaustivo) entre as diferentes descrições de Silva Neto, já antes discutidas. O quadro aparece a seguir.

Quadro 2: Escolhas lexicais de Silva Neto (1960, grifos meus) para se referir a europeus, indígenas, africanos e mestiços

DESCRIÇÃO DE EUROPEUS E DE SUA CULTURA	DESCRIÇÃO DE INDÍGENAS, AFRICANOS, MESTIÇOS E DE SUAS CULTURAS
“instrumento dúctil e maleável, harmonioso, capaz de servir plenamente aos interesses da intercomunicação” (p. 588)	“as particularidades mais típicas, sentidas como rusticismos, são <i>limitadas</i> e <i>reduzidas</i> ” (p. 588)
“portugueses de todas as partes se fundiram em contato e interação, <i>eliminando, expurgando</i> os difíceis fonemas do Norte, os tipicismos que podiam levar à sanção do ridículo” (p. 589)	“o homem do campo tem bem a noção da <i>superioridade [da língua portuguesa]</i> ” (p. 589)
“um novo problema assim se põe diante de nós: a assimilação destes indivíduos e a sua <i>incorporação</i> na cultura portuguesa” (p. 593)	“ <i>exageros</i> quanto a influências extraportuguesas: razões científicas e psicológicas” (p. 593)
“esta linguagem [inculta] foi sendo pouco a pouco eliminada em proveito duma linguagem mais <i>culta</i> e <i>aperfeiçoada</i> ” (p. 593)	“uma linguagem <i>rude</i> de gente <i>inculta</i> , denominada crioulo, ou semicrioulo (p. 593)
“ <i>luminoso espírito</i> de Schuchardt [autor alemão em quem Silva Neto se baseia para afirmar que o papel dos aloglotas foi nulo na emergência do PB]” (p. 594)	“ <i>falta de preparo linguístico</i> de muitos autores [que defendiam influências autóctones e alóctones no PB]” (p. 593)
“ <i>espírito conservador</i> das classes médias, explicável por um <i>razoável sentimento de purismo</i> ” (p. 596)	“à medida que os habitantes ficavam mais afastados de centros urbanos, cada vez se tornavam <i>menos cultos</i> ” (p. 593)
“todos os que puderam adquirir uma cultura escolar e que, por este motivo, possuíam o <i>prestígio da literatura e da tradição, reagiram contra ela</i> [linguagem adulterada dos negros e índios” (p. 598)	“grandes massas que tiveram de aprender a língua dos senhores de modo <i>imperfeito</i> ” (p. 595)
“a ação da escola [...] <i>expurgou</i> o aprendizado imperfeito inicial” (p. 598)	“português <i>estropiado</i> de negros e índios (aloglotas)” (p. 596)
“elite colonial chegou a constituir uma sociedade <i>de alto nível cultural</i> ” (p. 599)	“Os fenômenos de aculturação no campo linguístico, geralmente conhecidos com os nomes de ação do substrato, do superestrato ou do adstrato, são mais sutis e complexos do que o <i>simples aprendizado imperfeito e tosco</i> ” (p. 597)
“Os portugueses falavam, é certo, a língua geral, [...] mas certamente o faziam <i>considerando a sua própria língua como muito superior</i> ” (p. 600)	“A influência dos negros e índios não pôde jamais ser grande nas cidades. <i>O prestígio capaz de a impor faltou-lhes</i> ” (p. 597)

“para eles [os portugueses] o tupi ou o tupi-guarani não passava de uma rústica língua de bugres” (p. 600).	“Nos crioulos há uma constante, que é a <i>deturpação</i> e simplificação extrema de uma língua-base” (p. 598)
“o povo conquistador procura aprender a língua dos vencidos <i>mas de nenhum modo levado pelo prestígio social ou superioridade cultural deste</i> ” (p. 601)	“português mal aprendido e imperfeitamente transmitido” (p. 598)
“um equipamento <i>intelectual mais elevado</i> ” (p. 602)	“índios, incompatíveis com a civilização” (p. 600)
“a ambição de <i>falar bem</i> tinha toda a razão de ser” (p. 602)	“Ao falar essa nova língua [índios bilíngues], fatalmente o fariam [...] <i>estropiando-lhe</i> a pronúncia” (p. 600)
“uma linguagem vulgar, <i>menos cuidada</i> do que a língua padrão, e que se encontra no <i>uso espontâneo de pessoas instruídas</i> ” (p. 602)	“na classe social dos índios e dos mestiços que <i>enxameavam</i> à sua roda” (p. 601)
“estrutura linguística comum que <i>solidariza</i> [as variantes não cultas]” (p. 634)	“aprendizagem defeituosa e imperfeita” (p. 601)
“O domínio linguístico português é, aliás, o reflexo de uma outra unidade superorgânica e até supranacional, de uma substância amalgamada pela História, a que é costume chamar Cultura Portuguesa” (p. 634)	“língua geral, a linguagem <i>tosca e rude</i> do negro e do índio” (p. 601)
“cultura admiravelmente plástica” (p. 634)	“É evidente que a miscigenação não é em si uma causa de interinfluência linguística, mas <i>apenas uma indicação indireta</i> ” (p. 601)
“A <i>perenidade</i> desta cultura comum será sempre uma obra de <i>sábia e soberana política do Espírito</i> ” (p. 634)	“ <i>insignificantes</i> divergências sintáticas” (p. 602)
	“cultura ou <i>subcultura</i> caipira” (p. 602)
	“o problema do escravo, que falava um português <i>deturpado</i> ” (p. 602)

Fonte: Autor (2022)

Apenas para, à guisa de conclusão provisória, retomar aquilo já antes discutido, faço ver quão clara é a distinção que Silva Neto faz entre europeus, de um lado, e indígenas, africanos e mestiços, de outro lado. Para ele, a cultura europeia é fundamentalmente superior às demais com que manteve contato, no Brasil. A língua portuguesa, parte dessa cultura, também. Até quando os brancos usam a sua língua de

modo mais distante do padrão, trata-se apenas de *descuido*, de *uso espontâneo*, ao passo que indígenas, africanos e mestiços a *estropiam*, vez que a aprenderam *imperfeita e toscamente* em função de serem *incompatíveis com a civilização*. A vitória da língua portuguesa no Brasil teria se dado, portanto, em função da superioridade da cultura europeia, *plástica* o suficiente para *adaptar-se sem perder-se; condescender sem trair-se*.

Os recortes discursivos aqui trazidos, a meu ver, deixam claro que Silva Neto constrói uma narrativa atravessada por uma IL que se identifica com o sistema-mundo importado dos europeus quando da colonização brasileira (aquele no qual se crê na relação indissociável entre língua e Estado-nação e na existência natural de uma língua *boa*, alheia a *barbarismos* de parcelas *não civilizadas* de uma determinada sociedade, seja essa língua L1 ou L2 desses falantes).

As três condições contextuais de produção da análise discursiva (cf. DEL VALLE, 2007) parecem ter ficado claras aqui: há contextualidade desse discurso, na medida em que Silva Neto se vincula a uma ordem cultural, política e social vigente à sua época, por meio de um tráfego intercoletivo de pensamento, de um vínculo estilístico com a historiografia brasileira de então. Há também uma função naturalizadora no discurso de Silva Neto, posto que sua produção intelectual produza um efeito normalizador em suas afirmações, o que se sustenta a partir de sua liderança intelectual e organizacional. Por fim, percebe-se que existe também institucionalidade no discurso aqui analisado, uma vez que a sua produção e a sua recepção se deram em práticas institucionalmente organizadas em benefício de formas concretas de poder e de autoridade. Ora, a produção intelectual de Silva Neto não só circulou incontestemente durante algum tempo nas universidades brasileiras (sendo, claro, levadas para fora dos seus muros), como até hoje continua plasmando a visão de um sem número de pessoas, incluídos aí intelectuais de outras áreas, jornalistas, professores e até linguistas.

Em suma, utilizando a noção de IL de Del Valle (2007), defendo que Silva Neto produziu, entre os anos 50 e 60, discursos atravessados por aquilo que tenho chamado de IL da identificação, na medida em que suas escolhas ideológicas (quer sejam elas conscientes e intencionais ou não), identificadas e comprometidas com o projeto político europeu no Brasil, são determinantes na construção de sua teorização sobre a transplantação da língua portuguesa e a sua posterior *vitória* nesse território.

4.2.2 O discurso de Bechara (2014)

Analisar o discurso de um gramático normativo pode, à primeira vista, parecer um descaminho, numa tese que se debruça sobre discursos científicos, sobretudo os produzidos no âmbito da Linguística Histórica. Bechara, no entanto, cujas opiniões sobre sua gramática e sobre a língua portuguesa começo a analisar agora, tem-se colocado, pelo menos a partir de 1999, de modo explícito, no lugar de um gramático atento às produções acadêmicas, aos teóricos da linguagem. É o que fica claro quando se lê:

Entregamos aos colegas de magistério, aos alunos e ao público estudioso de língua portuguesa esta edição, revista, ampliada e atualizada, levado que estamos pelos mesmos propósitos que nos fizemos, em 1961, trazer à luz a *Moderna gramática portuguesa*. Amadurecido pela leitura atenta dos teóricos da linguagem, da produção acadêmica universitária, das críticas e sugestões gentilmente formuladas por companheiros da mesma seara e da leitura demorada de nossos melhores escritores, verá facilmente o leitor que se trata aqui de um novo livro (BECHARA, 1999, p. 19).

O gramático parecia pretender, naquele momento (virada de um milênio – época *per se* simbólica), transcender o prescritivismo clássico, rumando a um tratamento mais científico dos assuntos que concernem à língua portuguesa. Isso, porém, não significou, de modo algum, uma ruptura do autor com a gramática tradicional (cf. MULINACCI, 2016, p. 114). Mais do que isso: na prática, o referido discurso é representativo, a meu ver, de uma IL que, tanto quanto o discurso de Silva Neto anteriormente analisado, se identifica, em larga medida, com crenças inicialmente alastradas no Brasil pela empresa colonial portuguesa.

Por isso mesmo, incluo o gramático Bechara a este trabalho. Dito de outro modo, parece-me bastante profícuo, como eu afirmei, na introdução, analisar o discurso desse autor, que deixa claro fazer uma gramática a partir de um lugar científico (cf. BECHARA, 2014), sem, todavia, deixar de se identificar com o discurso colonialista. Além disso, incluí-lo aqui também me parece produtivo quanto à minha defesa de que a IL da identificação é aquela hegemônica no conhecimento hodierno público brasileiro quanto às suas questões linguísticas.

Dois características do texto de Bechara (2014) me parecem bons argumentos para defender que sua visão é atravessada pela IL da identificação: o referencial teórico por ele utilizado, ao longo de sua discussão, e as *escolhas* lexicais ali feitas, reveladoras, por excelência, de suas posições ideológicas, políticas. Ambas as características desembocam, independentemente de o autor se dar conta disso, na premissa *um-povo-uma-língua-uma-nação* (cf. FARACO, 2016), que remonta, como ficou claro na primeira

parte deste trabalho, à emergência dos Estados-nação modernos, e que guarda em seu bojo a crença na existência uma língua *boa*, alheia aos usos reais, consuetudinários, vulgares.

Compromete-se Bechara, por isso mesmo, com a manutenção de uma superior unidade da língua, interdiscurso comum, por exemplo, para falar apenas de pessoas já aqui citadas, a Marquês de Pombal (1757) e também a Silva Neto (1950; 1960). Chamo a atenção, neste ponto, mais uma vez, para o fato de que uma mesma IL pode atravessar discursos separados no tempo e no espaço.

Do mesmo modo como, há pouco, fiz ressalvas quanto a analisar o discurso de Silva Neto, devo agora dizer que também Bechara merece respeito quanto à sua produção bibliográfica por tratar-se de um dos maiores gramáticos normativos brasileiros. E a gramática normativa, sem qualquer sombra de dúvidas, tem papel relevante e indispensável em comunidades letradas, como a nossa. É, a meu ver, falsa a guerra que alguns parecem querer tingir entre a Linguística, de um lado, e a gramática normativa, de outro lado. São áreas importantes, mas com objetivos diferentes (e igualmente importantes).

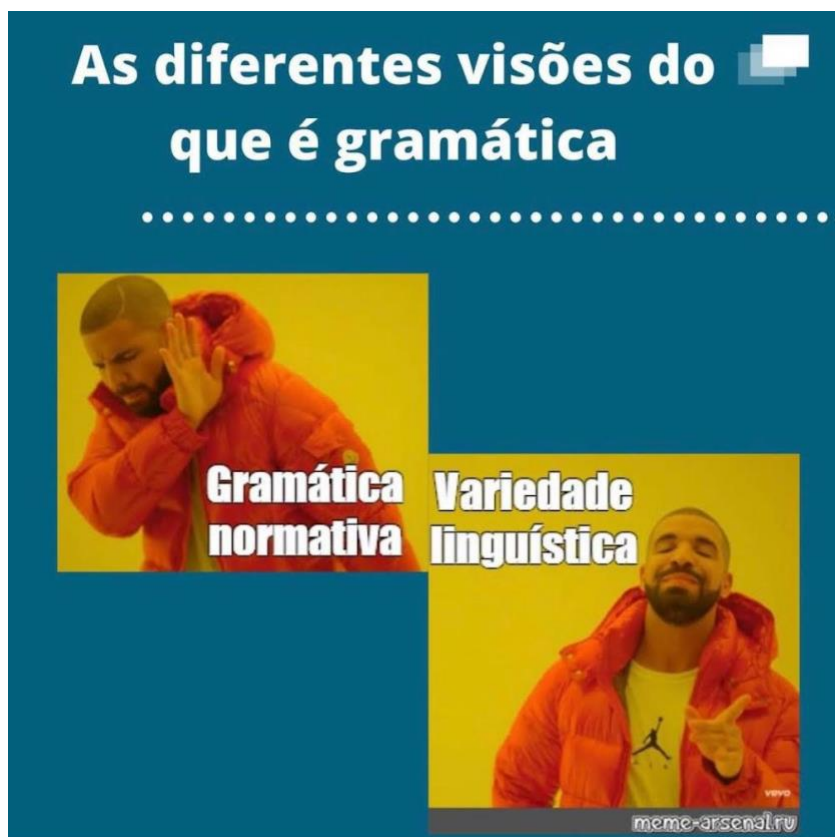
Nem a gramática normativa tem pertinência em tudo que apresenta – há um sem número de publicações, no âmbito da Linguística, que se debruçam, sobretudo desde a década de 1980, no Brasil, sobre as tantas inconsistências das explicações gramaticais sobre o português nos compêndios prescritivos –, nem a Linguística acerta sempre, como, afinal, não deveria deixar de ser. Ora, a ciência lida com hipóteses, teorias, que precisam ser sempre testadas, revisitadas, reanalisadas, revistas. Acreditar na irrefutabilidade do discurso científico é permitir que se confundam ciência e dogma. É, ademais, acreditar na total objetividade do cientista, como se não fossem ele e o seu discurso suscetíveis a enviesamentos ideológicos.

Estou, com isso, dizendo que não há incontestabilidade nem na Linguística, nem na gramática normativa. E aqui não as estou contestando de modo geral, mas tentando complexificar o olhar analítico por meio do qual podemos propor, quem sabe, uma nova forma democrática de ver a relação entre a questão linguística do Brasil e a sua sociedade (incluídos aí os seus cientistas – os linguistas, nesse caso).

A imagem abaixo, no entanto, deslinda a incompreensão que, infelizmente, é bastante presente entre estudantes de Letras e até entre muitos professores já graduados: nesse caso específico, a ideia de que estudar variação linguística é bom, importante,

aceitável, mas estudar gramática normativa é ruim, desimportante, desinteressante, fastidioso.

Imagem 5: *meme* sobre gramática normativa e variedade linguística



Fonte: Handouts de Linguística, 2021.

O meme apresenta uma falsa dicotomia, numa página que se dedica a estudantes de Letras, numa das maiores redes sociais que existem hoje. Na verdade, a compreensão das variedades de uma língua e o conhecimento do seu padrão precisam ser complementares na formação de um sujeito que dará aulas de língua portuguesa, afinal, só assim, os estudantes da educação básica sairão da escola, de fato, com uma formação sólida, porque ampla, crítica e científica, sobre a sua língua materna. Do contrário, caminha-se para uma melindrosa militância contra a *norma*. Ora, por mais que qualquer norma deva mesmo ser problematizada, não acho que caiba, em sociedades letradas com a nossa, uma guerra contra a sua existência⁴⁶, como parece propor o meme anteriormente apresentado (tendo ou não o seu autor consciência e intenção disso, é claro).

⁴⁶ Há uma reflexão bastante interessante em Faraco e Zilles (2017) sobre essa temática, que eles resumem bem como *o paradoxo da norma*, já que, para os autores, se, por um lado, são incontestáveis as raízes elitistas da cultura linguística normativa, por outro lado, o valor sociocultural das variedades prestigiadas, ligadas ao importante patrimônio cultural que se expressa por escrito, é igualmente inegável.

O que segue, então, é uma análise não sobre erros e acertos de um gramático, tampouco sobre relevância ou irrelevância da gramatização no Brasil, mas, antes, partindo do pressuposto de que toda teoria é política (cf. MATTOS E SILVA, 1996; ORLANDI, 2007), uma reflexão que intenta desmitificar a ideia de que *preferências* teóricas são politicamente desinteressadas. Só assim, é possível avaliar com objetividade (a objetividade do político) o quadro teórico que, ao longo da constituição do Estado brasileiro, se desenvolveu e forjou as noções de brasilidade e identidade linguística. Afinal, como nos ensina Guimarães (2007, p. 80), “sob o modo da descrição [que a ciência faz] está significada uma política de língua”.

O texto de Bechara (2014) faz parte de uma obra intitulada *Gramáticas contemporâneas do português: com a palavra, os autores* (NEVES; CASSEB-GALVÃO, 2014), cujo objetivo, como fica claro no título, foi convidar autores brasileiros de gramáticas para definirem a sua própria obra. O texto específico aqui analisado já suscitou uma espécie de resposta, produzida por Mulinacci (2016) e publicada no livro *Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores* (FARACO; VIEIRA, 2016). Ou seja: sobre a *Moderna gramática portuguesa* (BECHARA, 1999), já se escreveram uma análise do próprio autor e uma de um leitor especialista. Debruçar-se sobre ela, mais uma vez, não seria repetição sem razão, mera confirmação de tese?

Penso que não. O texto de Mulinacci (2016), apesar de bastante interessante, até cita, em dois momentos (cf. MULINACCI, 2016, p. 118; p. 146), a palavra ideologia, sem, porém, se debruçar centralmente sobre ela. Por isso, retomarei, em alguns momentos, o referido autor, mas aqui tento dar outra contribuição, aquela que a esta altura já ficou bastante clara: interpretar a IL que atravessa o discurso do gramático brasileiro contemporâneo, refletindo sobre a relação, que me parece indissociável, entre conhecimento teórico da língua e as ideias sobre a língua que circulam entre o grande público.

Para iniciar sua reflexão, Bechara, de saída, cita Machado de Assis, quando este afirma:

Sempre achei que uma gramática é uma coisa muito séria. Uma boa gramática é um alto serviço a uma língua e a um país. Se essa língua é nossa, e o país este em que vivemos, o serviço cresce ainda e a empresa torna-se mais difícil (MACHADO DE ASSIS, 1953[1861], p. 21).

Já aqui fica clara a filiação teórica (e politicamente interessada, é claro) de Bechara a uma específica visão de gramática e de nação. Primeiro, porque, logo após apresentar a referida citação, o autor afirma que o termo *gramática* é polissêmico, apresentando em seguida dois conceitos que lhe interessam em seu texto: o de gramática descritiva, que mostra *como a língua funciona*, e o de gramática normativa ou prescritiva, que mostra *como a língua deve funcionar* (BECHARA, 2014, p. 20). O uso de *deve funcionar* gera efeitos de sentido que lançam luz à visão do gramático de que os compêndios prescritivos têm o poder, a autoridade, de legislar sobre usos linguísticos. A língua aqui é vista como uma entidade exterior aos seus utentes, uma vez que o seu funcionamento é controlável por regras gramaticais prescritivas. Silenciam-se, desse modo, variáveis estruturais e sociais que, como se sabe amplamente hoje, condicionam a variação e a mudança linguística, isto é, operam no próprio funcionamento prático das línguas naturais.

Em segundo lugar, não passa despercebido que a escolha de Machado de Assis, escritor brasileiro de literatura do século XIX, para se referir à relação entre uma gramática e um país, revela a opinião do próprio gramático sobre essa relação. É importante, portanto, pensar, ainda que rapidamente, no que significou gramatizar a língua portuguesa no Brasil, antes e depois de sua independência política, incluindo aí a época específica em que Machado de Assis opinou sobre a relação entre gramática e Estado.

Sobre isso, escreveu Orlandi (2007, p. 54):

Ser autor de gramática no século XIX no Brasil é assumir a posição de um saber linguístico que não reflete meramente o saber gramatical português. Como tenho observado, nesse momento, o da irrupção da República, não basta que o brasileiro saiba sua língua, é preciso que, do ponto de vista institucional, ele saiba que sabe. Ele precisa, pois, de uma representação desse conhecimento. A gramática, dessa perspectiva, é o lugar em que se institui a visibilidade desse saber legítimo para a sociedade brasileira.

A afirmação de Machado de Assis, conhecido pelo nacionalismo de sua produção literária, parece comprovar o que afirma Orlandi. Ao dizer que uma boa gramática é um alto *serviço* a uma língua e a um país, o escritor advoga a ideia, comum no século XIX, de que institucionalizar a língua (por meio da gramática) é um dos caminhos para a existência e para a manutenção de um Estado.

Continua Orlandi, ainda sobre essa questão:

A unidade do Estado se materializa em várias instâncias institucionais. Entre essas, a construção da unidade da língua, de um saber sobre ela, e os meios de seu ensino (a criação das escolas e seus programas), ocupa a posição primordial. A gramática, como um objeto histórico, um instrumento linguístico, disponível para a sociedade brasileira, é assim lugar de construção e representação dessa unidade e dessa identidade (Língua/Nação/Estado), através do conhecimento. [...] Desse modo, a identidade linguística, a identidade nacional, a identidade do cidadão na sociedade brasileira traz entre os compenhetres de sua formação a gramatização no século XIX. Ser autor de gramática é parte essencial nessa história. A posição sujeito autor do gramático brasileiro acumula os dois sentidos: o de produção de um saber sobre a língua e o gesto de apropriação legítima dessa língua. Ele está assim fazendo um gesto que tem uma dimensão que ecoa sobre uma política do Estado: a política da língua (ORLANDI, 2007, p. 54-55).

Ao citar Machado de Assis – um dos mais importantes autores de literatura do Brasil – falando sobre a relevância da gramática para o Estado, parece Bechara querer, a partir de um respaldo teórico (e inevitavelmente político) que ele considera importante, colocar-se a si próprio como alguém cujo trabalho, o de gramatização, é essencial para a existência de um Estado brasileiro, do qual ele faz parte.

Ainda segundo Orlandi (2007), essa relação do gramático com o Estado no Brasil muda a partir do momento em que, no país, a instituição escola adquire maturidade. Nesse momento, “as gramáticas já não têm mais a função de dar forma aos limites da identidade brasileira, só a de mantê-los em sua configuração, o que implica distinguir quem sabe e quem não sabe a língua *corretamente*” (ORLANDI, 2007, p. 56).

Com a Norma Gramatical Brasileira (NGB), de 1959, passa a existir uma comissão que, a partir de um decreto do Estado, estabelece homogeneidade de uma terminologia que desautoriza as variadas posições dos gramáticos.

Para Orlandi (2007, p. 56):

Com a NGB, o Estado brasileiro toma em mãos a administração da relação institucional do brasileiro com a língua nacional, via gramática, pela uniformização da terminologia. Depois desse deslocamento, a autoria do saber sobre a língua deixa de ser uma posição do gramático e será patrocinada pelo linguista. É este que dará a caução ao saber do gramático. O gramático por sua vez passa a ter a função de guardião da norma gramatical. Seu conhecimento, na partilha de quem sabe e de quem não sabe a língua, divide o que é e o que não é da norma. Já não se trata de separar brasileiros e portugueses, mas brasileiros (que falam corretamente) e brasileiros (que não têm o domínio da norma culta). É completamente outro o desenho político do conhecimento gramatical em relação ao século XIX. E as formas de praticar o conhecimento e a língua passam a ter outros contornos políticos.

A conclusão a que chega Orlandi, após refletir sobre as diferenças entre gramatizar a língua portuguesa no Brasil antes e depois do século XIX, é a seguinte:

O que deixamos como pergunta é o que representa o saber gramatical na contemporaneidade? Como ele representa a relação do falante, hoje, com a língua? Até que ponto ele reflete, ou melhor, representa o saber da língua que está na sociedade contemporânea, ou ele simplesmente se tornou anacrônico e sujeito apenas à repetição de um saber já ultrapassado e que não corresponde a uma extensão desse conhecimento em termos gramaticais, enquanto uma prática mais eficiente da política da língua se dá em outro lugar? Que gramática corresponderia ao saber a língua do sujeito contemporâneo? Penso que esta gramática, se historicamente necessária, está por ser feita e terá certamente outra forma. E isto é ainda uma questão de política da língua (ORLANDI, 2007, p. 57)

Deixando para a próxima seção deste trabalho as ideias da autora quanto à gramática que, segundo ela, ainda está para ser feita, é essencial pensar por ora sobre a sua reflexão acerca da relação entre língua portuguesa, gramáticos e linguistas no Brasil.

Tendo citado Machado de Assis, Bechara (2014) tenta, como eu afirmei, respaldar a sua própria relevância para a manutenção do Estado brasileiro. Mas isso não seria suficiente para sustentar a importância de sua gramática, sobretudo se pensarmos em uma gramática renovada para o século XXI, como é a edição de 1999, pelo menos segundo o autor. E é aí que entram os linguistas. Para o próprio Bechara, confirmando o que afirmou Orlandi (a partir da NGB, os gramáticos precisavam do *patrocínio* dos linguistas), essa edição *acertava o passo*, para usar seus próprios termos, “com a consentânea lição dos melhores linguistas e a melhor política do idioma” (BECHARA, 2014, p. 27).

Essa afirmação, entretanto, é por demais problemática. Primeiro, porque os teóricos utilizados pelo autor para sustentar que a renovação de sua gramática tinha respaldo científico são bastante discutíveis. Segundo, porque não parece a melhor política de um idioma defender a manutenção de uma suposta unidade superior da língua.

Essa posição de Bechara, a de que sua gramática está alicerçada na lição dos melhores linguistas e na melhor política de língua que existe em seu tempo, vai-se repetindo ao longo de seu pequeno texto, ao mesmo tempo, no entanto, em que se flagram as fragilidades práticas dessa crença. Se necessário fosse resumir essas fragilidades, eu diria que o gramático, à medida que tenta explicitar a renovação gramatical de sua obra, mantém claramente a sua filiação ao *mainstream* normativista tradicional, o que se perceberá a seguir.

Após contrapor as gramáticas normativa e descritiva, como mostrei anteriormente, Bechara, defendendo a existência da primeira, diz se pautar em Mattoso Câmara Jr. para definir gramática, desde a greco-latina, como *a arte do falar e escrever corretamente*, e para questionar se ela deve ser abandonada, como sustentam, segundo ele, alguns

linguistas, especialmente norte-americanos. O autor, é claro, responde negativamente a essa pergunta, citando o linguista francês Tonnelat (1927, p. 167), segundo o qual “o ensino escolar tem de assentar necessariamente numa regulamentação imperativa”.

Vai ficando claro, desde o começo mesmo de seu texto, a relação teórica (e política) que Bechara mantém com uma dada visão de gramática como responsável por uma suposta manutenção de um estado de língua – o padrão –, isto é, gramática como *regulamentação imperativa*. Ao falar em *correção*, inclusive, o autor deixa muito clara a sua opinião quanto à função da gramática normativa, quando afirma:

[...] mesmo quando convém a correção de um procedimento linguístico (porque marca desfavoravelmente o indivíduo do ponto de vista de sua posição social, ou porque prejudica a clareza e a eficiência da sua capacidade de comunicação, ou porque cria um cisma perturbador num uso mais geral adotado), é preciso saber a causa profunda desse procedimento, para poder combatê-lo na gramática normativa (BECHARA, 2014, p. 221).

A correção de um *procedimento linguístico*, em sua visão, tem, pois, três razões – todas discutíveis, do ponto de vista científico. Em relação à primeira razão, é preciso ter em mente que nem todos os fenômenos variáveis estão sujeitos a uma avaliação social negativa. Via de regra, os que mais estão sujeitos a isso, pelo menos nos campos fonético-fonológico e morfossintático, são exatamente aqueles que têm, em sua história, o massivo contato entre o português e as línguas indígenas e africanas, como foi demonstrado na primeira seção deste trabalho, o que caracteriza o preconceito linguístico, no Brasil, como um preconceito, antes de mais, social (cf. BAGNO, 2002; LUCCHESI, 2015).

Além disso, nem toda correção feita pela gramática tradicional opera no plano da clareza e eficiência comunicativas – pelo contrário: em um sem número de capítulos, as gramáticas normativas tentam impor aos falantes questões já há séculos não materializadas na fala geral dos brasileiros.

Por fim, ao falar em *cisma perturbador*, Bechara retoma a memória histórica de um período específico da Linguística, a sua emergência enquanto ciência, quando se acreditava que a variação linguística era caótica, impossível de ser estudada de forma sistemática pela ciência. Há muitas décadas, essa crença tem sido brilhantemente rechaçada, como mostram os tantos estudos sociolinguísticos desenvolvidos no Brasil, pelo menos, há 50 anos.

Não dá para, ao mesmo tempo, sustentar uma renovação gramatical supostamente atenta aos melhores cientistas da linguagem e fazer afirmações que trazem para o centro

do debate crenças antigas, já amplamente contestadas cientificamente. A suposta cientificidade da gramática de Bechara está, pois, tão somente no discurso de seu autor, não na prática de suas descrições e prescrições. E a escolha do verbo *combater* na anterior citação é uma prova cristalina de que Bechara até tenta afirmar uma suposta cientificidade, mas não abandona o *mainstream* normativo em seu trabalho, na medida em que não consegue enxergar a gramática prescritiva tendo outra função senão a de *combater* os fatos da língua que fogem ao padrão (inevitavelmente anacrônico e elitista).

Paradoxalmente, passa Bechara a defender que a gramática normativa, que, para ele, é apenas pejorativamente chamada de tradicional (cf. BECHARA, 2014, p. 23), se deve pautar pela tradição dos fatos da linguagem veiculados pela língua comum, “especialmente os mais próximos dos usuários a quem vai servir” (BECHARA, 2014, p. 23). Apesar de essa afirmação parecer progressista vinda de um gramático normativo, ela se respalda num discutível escopo teórico, que inclui José de Alencar (1865), o linguista francês Victor Henry (1896), Pagliaro (1967) e Câmara Jr. (1970).

Afirma Bechara (2014, p. 22):

O linguista francês Victor Henry, em livro saído em 1896, chamou-nos a atenção para a dicotomia *língua transmitida* e *língua adquirida*; a transmitida é aquela primeira que recebemos do meio social e familiar em que nascemos e nos desenvolvemos, assentada no dialeto regional, com seu sotaque particular, seu vocabulário e expressões peculiares, sua morfologia e sintaxe locais, tudo apreendido por tradição oral. Como disse José de Alencar no *Pós-escrito* do romance *Diva*, em 1865, é a “linguagem cediça e comum, que se fala diariamente e basta para a rápida permuta das ideias”. Já a *língua adquirida* é aquela que nos vem pela necessidade cultural e social quando, concomitantemente ou não, penetramos num estrato mais largo da vida nacional, usuários que passamos a ser da língua comum, marca e alicerce da unidade nacional. Enquanto a língua transmitida recolhe e reflete a variedade de cada modalidade local, ora próxima, ora fortemente diferenciada, a língua comum anula, na medida do possível, essas diferenças em favor de uma modalidade mais uniforme e sujeita a um equilíbrio instável.

A distinção entre língua transmitida e língua adquirida é o que parece balizar a visão de Bechara de que uma *moderna* gramática precisa servir aos seus usuários uma norma que lhes seja próxima, e essa proximidade se dá a partir de um suposto *patrimônio da língua comum – alicerce da unidade nacional* (língua/Estado/nação, mais uma vez).

Para defender isso, Bechara cita Pagliaro, que é, para ele, um dos melhores linguistas do nosso tempo:

A existência de uma língua comum, capaz de se elevar acima de todas as particularidades dialetais, é indício certo de que surgiu aquela consciência unitária, aquele sentimento e desejo de participar num destino comum que, de um povo, faz uma nação. Pode afirmar-se com absoluta certeza que, quando um

povo atingiu uma unidade linguística própria por um ato de adesão à forma expressiva de maior prestígio, atingiu também o espírito de sua unidade nacional (PAGLIARO, 1967, p. 136 *apud* BECHARA, 2014, p. 22).

Há aí uma importante afirmação a ser problematizada: a ideia de unidade linguística por adesão. Ora, conforme discuti amplamente na seção anterior, nem há unidade linguística entre os países que falam português nem a pouca unidade que há (não nos esqueçamos de que o vocabulário é realmente bastante comum ao português de diversos territórios contemporâneos) foi consequência de *adesão e desejo de participar num destino comum*. Pelo contrário: a violência com que se conseguiu essa suposta unidade é tema que se precisa discutir cada vez mais. Do contrário, não só silenciaremos a violenta transplantação da língua portuguesa para territórios extra-europeus, como a naturalizaremos. Falar em adesão e desejo é olhar para o outro colonial com a lupa europeia. É, portanto, uma atitude que só se sustenta pela colonialidade epistêmica (QUIJANO, 1992) – razão pela qual o discurso de Bechara (2014) aqui é lido como mais um atravessado pela IL da identificação, hegemônica na contemporaneidade.

Aliás, não fica claro, no texto em análise, qual é afinal o modelo de língua a partir do qual se prescrevem as regras gramaticais do português. O autor, a esse respeito, afirma, quando muito, que:

Se juntarmos a preciosa lição de Mattoso Câmara [a de que a boa descrição da língua não tomará por base uma modalidade popular ou remotamente regional, mas um uso falado e escrito ‘culto’, ‘adequado às condições formais de intercâmbio linguístico’] às considerações do linguista italiano [Pagliaro, já aqui citado], é fácil concluirmos que, para fins de elaboração de uma gramática com objetivo escolar, esta terá de apoiar-se na realidade que lhe apresenta a língua comum escrita, sedimentada não só pela língua literária, mas ainda pela língua padrão a serviço dos textos técnicos e científicos (BECHARA, 2014, p. 23).

Como se vê, não se explicita aí qual *realidade* linguística afinal licencia a prescrição normativa, ficando a resposta a essa questão sob responsabilidade do leitor, que tem, como pista, a ideia de que não só a língua literária, mas também a *língua padrão* servirão de base para essa finalidade. Ora, poucas linhas antes, o próprio Bechara (2014, p. 23) falava da necessidade de os fatos da língua comum, *especialmente os mais próximos dos usuários a quem vai servir*, subsidiarem um padrão *renovado* de línguas – mais de uma vez, no texto, o autor advoga a ideia de que o fazer gramatical não era mais, desde a sua edição de 1999 da *Moderna gramática portuguesa*, dogmática, normativa, especulativa, não científica, citando, nesse ponto, as palavras de Moura Neves (1987).

Devo concordar com Mulinacci (2016), para quem, apesar da insistência com que Bechara (1999) sublinhava uma suposta inovação na abordagem da doutrina gramatical, a *Moderna gramática portuguesa*, “ao lado de uma noção de língua retirada basicamente da reflexão de Sapir e Bally, acabava por atrasar os ponteiros do relógio em, pelo menos, um século” (MULINACCI, 2016, p. 115) ao propor, como síntese paradigmática das funções gramaticais, “as velhas categorias da historiografia linguística” (MULINACCI, 2016, p. 115). É o que fica claro quando Bechara (2009[1999], p. 25) afirma:

Cabe à Gramática registrar os fatos da língua geral ou padrão, estabelecendo os preceitos de como se fala e escreve bem ou de como se pode falar e escrever bem uma língua. Daí ser a Gramática, ao mesmo tempo, uma ciência e uma arte.

Não obstante, na Introdução, Bechara (1999) modernizar o referencial teórico de sua gramática, enxertando termos àquela altura novos para a Linguística, como *língua histórica/língua funcional, arquitetura/estrutura, língua comum/dialecto, sistema/norma* etc., não há naquela gramática, ainda na visão de Mulinacci (2016), desdobramentos práticos para o ensino-aprendizagem de português no Brasil, nem mesmo para a visão de língua que já se tinha antes da referida publicação.

Nas palavras de Mulinacci (2016, p. 117):

[...] diferentemente do que se poderia esperar, nem sempre este abrangente aparato teórico parece ter repercussões diretas (pelo menos de forma explícita) na definição das linhas-guia da [gramática de Bechara], configurando-se às vezes quase como uma espécie de excrescência informativa a respeito dos assuntos efetivamente abordados ao longo das cinco seções do volume. Se, de fato, ninguém nega que a [*Moderna gramática portuguesa*] tenha reforçado e aprofundado a “indispensável vinculação entre teoria linguística e gramática” (KEHDI, 2001, p. 45), isto não significa, porém, que todo aquele conjunto de informações constitua um pressuposto realmente necessário para um melhor aproveitamento dos conteúdos gramaticais, nem que subsista uma correspondência perfeita, em termos de objetivos pedagógicos, entre premissas metodológicas e consequências analíticas.

Ainda para Mulinacci, o que Bechara (1999) faz em sua gramática é, em geral, apresentar:

[...] um padrão de língua que se tem tornado progressivamente cada vez mais elitista e precário e cujo direito à preservação, contra os abalos conceituais provocados pelas novas correntes da Linguística (além dos fisiológicos processos de mudança), se encontra ali entregue a uma série de autores cientificamente bastante ultrapassados ou simplesmente pouco congruentes com o [suposto, acrescento] projeto da *Moderna gramática portuguesa* (MULINACCI, 2016, p. 118).

De fato, assim como a Mulinacci (2016), também a mim chamou atenção a clara contradição entre a defesa de Bechara de que apresentava ao público uma nova forma de gramatizar uma língua, atenta à ciência da linguagem a à melhor política de língua, e o referencial teórico por ele apresentado – antigo, como João Ribeiro, de que falarei adiante, ou estético (que autoridade têm José de Alencar e Machado de Assis, por exemplo, para sustentar teoricamente uma gramatização da língua portuguesa?).

Sobre o referencial teórico do gramático, é interessante ler o que ele mesmo diz a esse respeito:

[A editora] encomendou-me uma nova obra que, com o título de *Moderna gramática portuguesa*, sairia em 1ª edição em 1961, reeditada até nossos dias, sempre enriquecida com a contribuição dos melhores linguistas teóricos e descritivistas nacionais e internacionais, dentre os quais merecem especial referência, M. Said Ali, Gili Gaya, Mattoso Câmara, além da melhor tradição da gramaticografia luso-brasileira, tendo à frente Epifânio Dias, Mário Barreto, Antenor Nascentes, José Oiticica. Trouxe a obra já nessa fase tratamento mais aprofundado nos domínios da morfologia e da sintaxe. Depois de quase quarenta anos de experiência docente e da proveitosa leitura de novos linguistas teóricos e descritivistas, do porte de Eugenio Coseriu, Antonino Pagliaro, Herculano de Carvalho e Alarcos Llorach, mais foram aprofundamos conceitos e mais largamente se beneficiaram aspectos da morfologia e da sintaxe, da semântica e da estilística. E como toda obra em elaboração, continuará aberta a melhoramentos renovadores e correções necessárias (BECHARA, 2014, p. 25-26).

Não é objetivo deste trabalho analisar a abordagem que faz Bechara da morfossintaxe da língua portuguesa numa obra dirigida a brasileiros, mas penso ser esse, no futuro, um dos próximos passos da presente pesquisa. No entanto, qualquer leitor crítico perceberá, ao se debruçar sobre o referido compêndio, não haver grandes diferenças naquela abordagem em relação ao que sempre se fez na tradição normativa brasileira, a não ser que se levem em conta as terminologias utilizadas, de fato atualizadas a partir de 1999.

Estou reafirmando, com isso, que discurso e prática, entre a gramática de Bechara (BECHARA, 1999) e o texto em que fala sobre ela (BECHARA, 2014), não dialogam. Talvez por isso, todo o discurso do autor (2014) parece ter um tom de defesa, como se escrevesse já prevendo as críticas que lhe seriam feitas.

É o que se nota de forma bastante clara entre o meio e o fim do referido texto, quando o autor afirma que o peso da norma-padrão é contestado, de tempos em tempos, por várias razões. Uma delas seria “a motivação da consciência nacional de encarecer a variedade regional em detrimento da língua comum padrão” (BECHARA, 2014, p. 26),

iniciativa que ele identifica inicialmente em Antônio Joaquim de Macedo Soares (1889) e que ele considera como exagero.

Para contestar a atitude supracitada, passa Bechara (2014) a citar as opiniões discutíveis de João Ribeiro, pertencentes a uma obra datada de 1897 e a uma outra datada de 1933 (como defender que Bechara escreve a partir da *consentânea lição dos melhores linguistas do nosso tempo?*), e a opinião de Machado de Assis (1873), presente num artigo intitulado *Instinto de nacionalidade*.

Ribeiro, que, para Bechara (2014, p. 26), *alertou os incautos*, afirmou que “até hoje tem sempre predominado o elemento clássico, com as devidas concessões aos que querem e desejam a licença de falar sem gramática” (RIBEIRO, 1897, p. 64). É curioso notar que o circunstanciador *hoje*, presente na citação, não receba nenhuma problematização de Bechara. Ora, muito caminhou a ciência Linguística (a que o gramático diz estar atento) entre o fim do século XIX, quando Ribeiro publicou o seu artigo, e a contemporaneidade, quando Bechara afirma estar atento às lições científicas de seu tempo.

Ademais, a questão é mais complexa do que simplesmente *desejar a licença de falar sem gramática*. Se, por um lado, há mesmo quem defenda essa tese, por outro lado, há um sem número de linguistas cuja implicação é muito mais complexa que isso. Há, pois, uma enorme abismo entre lutar por uma licença de falar sem gramática e desejar uma reflexão gramatical a partir de um olhar científico sobre a escola, mas isso é silenciado no discurso do gramático, fazendo com que um leitor menos crítico, ao se debruçar sobre o seu texto, imagine que todo linguista é *contra a gramática normativa*. Dessa forma, Bechara (2014) contribui para a incompreensão que atravessa, por exemplo, os sentidos gerados pelo meme anteriormente apresentado.

Por fim, também o predomínio do *elemento clássico* em detrimento dos fatos da língua usual é citado sem qualquer discussão no texto de Bechara (2014).

O gramático continua a sua discussão citando pessoas que embasam a sua visão de que a norma-padrão não deve ser contestada. É a vez de reaparecer Machado de Assis, que afirmava, em 1873:

Entre os muitos méritos dos nossos livros nem sempre figura o da pureza da linguagem. Não é raro ver intercalados em bom estilo os solecismos da linguagem comum, defeito grave, a que se junta o da excessiva influência da língua francesa. Este ponto o objeto de divergência entre os nossos escritores. Divergência, digo, porque se alguns caem naqueles defeitos por ignorância ou preguiça, outros porque os adotam por princípio, ou antes, por uma exageração

de princípios. Não há dúvida que as línguas se aumentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes. Querer que a nossa pare no século de quinhentos é um erro igual ao de se afirmar que sua transportação para a América não lhe inseriu riquezas novas. A este respeito a influência do povo é decisiva. Há, portanto, certos modos de dizer, locuções novas, que da força entram no domínio do estilo e ganham direito de cidade. Mas se isto é um fato incontestável e se é verdadeiro o princípio que dele se deduz, não me parece aceitável a opinião que admite todas as alterações da linguagem, ainda aquelas que destroem as leis da sintaxe e a essencial pureza do idioma. A influência popular tem um limite, e o escritor não está obrigado a receber e dar curso a tudo o que o abuso, o capricho e a moda inventam e fazem correr. Pelo contrário, ele exerce também uma grande parte da influência a este respeito, depurando a linguagem do povo e aperfeiçoando-lhe a razão (MACHADO DE ASSIS, 1953[1863], p. 147 *apud* BECHARA, 2014, p. 27-28).

A referida citação, mais uma vez, destoa do que Bechara (2014) parecia pretender mostrar. Afinal, sem nenhuma ressalva, o gramático cita um autor de literatura do século XIX que fala em *defeitos por ignorância ou preguiça; excessiva influência da língua francesa; destruição das leis da sintaxe; essencial pureza do idioma; abuso, capricho e moda* etc. De outras frases de João Ribeiro levadas ao texto de Bechara, leem-se, por exemplo, *barbaridades e defeitos indesculpáveis*.

Não se notam grandes diferenças entre o discurso de Silva Neto e o discurso de Bechara se nos debruçamos sobre a relação indissociável que há entre a crença numa suposta superioridade e unidade do segmento *culto* da língua portuguesa e o funcionamento simbólico e político que a baliza. Ora, em ambos os discursos, estamos diante de uma visão de mundo (que é política) segundo a qual existem naturalmente línguas superiores a outras línguas e formas superiores de expressão linguística, ao mesmo tempo em que existem, é claro, *defeitos, destruição* da língua – Bechara (2014, p. 30) chega a dizer que muito pior que normas rigorosas é a ausência de normas, o que denota um certo desprezo do gramático para com um dos grandes avanços da Linguística de nosso tempo: entender que não há uso linguístico sem norma (todo uso linguístico é estruturado).

A citação com que Bechara (2014) conclui seu texto, extraída de Coseriu (2000), é reveladora de sua posição política em relação a língua e em relação a uma suposta civilização:

O “liberalismo” linguístico é, no fundo, um falso liberalismo; não promove a liberdade, mas sim o “arbítrio”. E não é, como alguns pensam (ou dizem sem pensar), uma atitude “progressista”, “tolerante” e “democrática”, mas sim uma atitude reacionária e profundamente antidemocrática, já que ignora a dimensão deontológica da linguagem (ignora e despreza a aspiração a falar “melhor” e “como os melhores”, aspiração genuína de todo falante consciente de seu ser histórico)

e aceita tacitamente a exclusão dos falantes de modalidades não exemplares da cultura maior da nação (COSERIU, 2000, p. 79 *apud* BECHARA, 2014, p. 30).

As premissas nas quais se assenta a visão que Bechara (2014) tem de língua, de variação linguística e de relação língua/Estado, língua/civilização/barbárie me parecem bastante evidentes nessa frase de Coseriu, trazida à última página do texto do gramático contemporâneo. Assim como Silva Neto, cujo discurso é igualmente atravessado por uma IL da identificação, Bechara (2014) concorda que há falares *melhores e piores*, e que há *os melhores* [falantes, cidadãos]. Concorda que é uma aspiração genuína *imitar os melhores*, a fim de ascender e alcançar a *cultura maior da nação*.

Não assusta tanto ler Bechara (2014) dizer isso se levamos em consideração que o mesmo autor escreveu, conforme eu mostrei na primeira seção deste trabalho, que:

Há uma confusão entre o que se espera de um cientista e de um professor. O cientista estuda a realidade de um objeto para entendê-lo como ele é. Essa atitude não cabe em sala de aula. O indivíduo vai para a escola em busca de ascensão social (BECHARA, 2011 *apud* LUCCHESI, 2015, p. 25).

Com efeito, apesar de tentar negar isso em seu texto, o discurso de Bechara (2014) é representativo de uma IL que se identifica com a memória colonial, perpetrada no Brasil por meio da visão eurocêntrica que construiu pares antitéticos, como *civilizado x bárbaro*.

Finalmente, gostaria de destacar o que, de fato, mais me assusta no texto em que Bechara (2014) deixa claras as premissas de seu trabalho de gramatização do português – pistas fundamentais para entender a partir de que lugar discursivo, ideológico (e, inevitavelmente, político) a sua gramática significa: a ausência de linguistas brasileiros contemporâneos.

Na ordem em que aparecem no texto, todos os autores mencionados em Bechara (2014) são listados a seguir:

- Machado de Assis (1861; 1873);
- Mattoso Câmara Jr. (1970);
- Ernest Tonnelat (1927);
- José de Alencar (1865);
- Antonino Pagliaro (1967);
- Ferdinand de Saussure (ano não citado);
- Maria Helena de Moura Neves (1987);

- Ignacio Bosque (1995);
- Manuel Said Ali (ano não citado);
- Samuel Gili Gaya (ano não citado);
- Epifânio Dias (ano não citado);
- Mário Barreto (ano não citado);
- Antenor Nascentes (ano não citado);
- José Oiticica (ano não citado);
- Eugenio Coseriu (ano não citado);
- Herculano de Carvalho (ano não citado);
- Alarcos Llorach (ano não citado);
- Fernão de Oliveira (1536);
- Joaquim de Macedo Soares (1889);
- João Ribeiro (1897; 1921; 1933);
- Pedro Salinas (1961)

Dos vinte e um autores mencionados, há apenas nove brasileiros. Dois são autores de literatura: José de Alencar, falecido no século XIX, e Machado de Assis, falecido na primeira década do século XX. Cinco são, entre outras ocupações, filólogos: Mário Barreto (1874-1931), Joaquim de Macedo Soares (1860-1934), Manuel Said Ali (1861-1953), José Oiticica (1882-1957) e Antenor Nascentes (1886-1972). Apenas dois deles, Mattoso Câmara Jr. – cuja contribuição estruturalista parece pouco se relacionar com os anseios inovadores de que fala Bechara – e Maria Helena de Moura Neves – que só foi citada num momento oportuno para o próprio autor, já que a citação defende as novas gramáticas normativas da acusação de serem as mesmas de sempre (destaco, no entanto, que Moura Neves não se referiu, em nenhum momento, à gramática de Bechara, especificamente), são de fato linguistas.

Sem interesse em rechaçar as contribuições dos filólogos citados, é claro, é ímprobo defender que eles deem à *Moderna gramática portuguesa* (BECHARA, 1999) a novidade e a cientificidade propaladas quase em todas as páginas do texto de Bechara (2014).

Não há qualquer menção a linguistas brasileiros contemporâneos que tanto têm contribuído para a reconstituição da história social linguística do Brasil e para o amplo (mas não definitivo) conhecimento que se tem hoje sobre a história e sobre as características do PB (cf. TARALLO, 1986; ROBERTS & KATO, 1991; BAGNO, 2001;

MATTOS E SILVA, 2004a; LOBO & OLIVEIRA, 2009; LUCCHESI, BAXTER & RIBEIRO, 2009; CASTILHO, 2010; GALVES & AVELAR, 2014; LUCCHESI, 2015; FARACO, 2016; GALVES, KATO & ROBERTS, 2019; BORTONI-RICARDO, 2005; 2011 etc.).

Essas ideias linguísticas aqui analisadas levam à conclusão de que fazem parte mesmo de uma IL (aquela que estou chamando de IL da identificação). Isso porque se notam, nesse conjunto de ideias sobre língua, institucionalidade, função naturalizadora e contextualidade (cf. DEL VALE, 2007).

Bechara (2014) se coloca no lugar de intelectual importante para a existência e a manutenção do Estado brasileiro, frisando a relação indissociável entre língua e Estado-nação, e, uma vez necessitando, em função da emergência da NGB, em 1959, de respaldo teórico, afirma que seu trabalho, a partir de 1999, anda *pari passu* as teorias linguísticas contemporâneas, mas se baseia em conhecimentos anacrônicos, elitistas, ultrapassados e por vezes até não científicos.

Suas ideias sobre língua e sobre falantes de português são, portanto, atravessadas pela IL da identificação, cuja contextualidade faz parte de uma ordem que mantém em voga, até os dias de hoje, um projeto político de homogeneização cultural inicialmente difundido no Brasil por meio do discurso colonialista.

A função naturalizadora do discurso do gramático em análise se sustenta na visão, ainda hoje hegemônica, de que a língua falada pelas elites brasileiras é naturalmente superior, porque retoma a memória histórica do falante culto português.

Esse discurso mantém a sua institucionalidade não só nas leis que regem a educação brasileira, a despeito de tentativas ainda tímidas de se implementar uma educação linguística mais democrática quanto aos diversos falares que coexistem no Brasil⁴⁷, mas também em função da força que discursos atravessados pela IL da identificação (a hegemônica no Brasil) têm ganhado cada vez mais na grande mídia.

Em contraposição a essa norma-padrão artificial do século XIX que ainda se nota na gramática de Bechara (1999) – que inscreve as características do PB não licenciadas pela norma-padrão a um lugar discursivo de “defeitos” –, muitos linguistas, com base em estudos ora empíricos da linguagem urbana comum falada e escrita, ora discursivos,

⁴⁷ Em Lobo, Sartori e Souza (2021), cujas contribuições apresentarei, na próxima seção, há um rico debate sobre as diferenças quanto ao lugar da história linguística do Brasil, da historicidade do PB e da questão da variação e da mudança linguística nesse país desde os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2000) até a Base Nacional Comum Curricular (2018).

costumam afirmar a necessidade de uma renovação da nossa norma-padrão brasileira (cf. MATTOS E SILVA, 1986; LUCCHESI, 2002; ORLANDI, 2007; FARACO, 2008; BORTONI-RICARDO, 2014; BAGNO, 2012 etc.). O problema é que mesmo esses discursos não são consensuais quanto a *como* esse caminho deve ser traçado, e essa será uma das discussões que apresentarei a seguir, dividindo os discursos dos próximos linguistas analisados em dois conjuntos: o daqueles atravessados por uma IL da diferença e o daqueles atravessados por uma IL da ruptura.

4.3 A IL DA DIFERENÇA: *DIAGNOSTICANDO UMA GRAMÁTICA*

4.3.1 Breves questões de método

Conforme já se afirmou aqui, os linguistas que advogam a tese da diferença entre PB e PE não são consensuais. Por esse motivo, estou propondo a existência da IL da diferença e da IL da ruptura. Enquanto, nessa minha proposição, a primeira atravessa discursos que afirmam haver diferenças fundamentais entre as *variedades nacionais* de português ou mesmo haver diferentes línguas no espaço transatlântico, a segunda atravessa discursos que, necessariamente:

- (i) afirmam que o que se chama de *português* são, na verdade, diferentes línguas, seja qual for a razão usada pelos autores para defender isso (estrutura, memória etc.) – ponto de intersecção entre a IL da diferença e a IL da ruptura;
- (ii) defendem a criação de tecnologias através das quais se possa materializar o ensino de português no Brasil com base em dados do PB (cf. ORLANDI, 2007) ou criam essas tecnologias, a exemplo de dicionários e gramáticas (cf. LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009; CASTILHO, 2010; BAGNO, 2012 etc.);
- (iii) usam explicitamente um arcabouço teórico com vistas a insurgir politicamente contra os desdobramentos da empreitada colonial no Brasil (cf. ORLANDI, 2009; BAGNO, 2012, NASCIMENTO, 2019 etc.)

Na medida em que é complexa a proposição de IL a discursos tão internamente diferentes (e por vezes tão internamente parecidos), devo destacar, mais uma vez, que as IL não são, em nenhuma hipótese, estanques. Na verdade, não raro um mesmo autor pode

ter seu discurso atravessado por mais de uma IL, o que se explicitará sempre que for oportuno (ora, todo discurso atravessado pela IL da ruptura, por exemplo, também é atravessado pela IL da diferença, mas o contrário não ocorre necessariamente; um discurso atravessado pela IL da diferença pode ter resquícios de uma IL da identificação etc.). Estou dizendo, com isso, que, entre a IL da diferença e a IL da ruptura, existe um *continuum* discursivo-ideológico – é o caso do discurso de Mattos e Silva (1995), por exemplo, de quem falarei mais adiante.

Como preciso de um recorte, posto que sejam, desde há pelo menos quatro décadas, muitos os linguistas que, por meio de suas pesquisas, defendem a emergência, no Brasil, de uma gramática diferente da gramática do PE, a análise de discursos interpelados pela IL da diferença tomará como foco dois importantes centros de pesquisa brasileiros: a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA). Isso porque concordo com Lobo, Sartori e Souza (2021), para quem:

[...] após duas décadas em que a Linguística Histórico-Diacrônica ocupou uma posição de quase marginalidade na produção acadêmica brasileira, a década de 1980 despontou como a da “fênix finalmente renascida”, para relembramos a célebre metáfora de Fernando Tarallo (1984). A Universidade Federal da Bahia (UFBA), com o Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR) e sob a liderança de Rosa Virgínia Mattos e Silva, e a Universidade de Campinas (UNICAMP), com a emergência da chamada Sociolinguística Paramétrica e sob a liderança de Fernando Tarallo, Mary Kato e Charlotte Galves, foram, inicialmente, os dois grandes centros irradiadores de pesquisas que renovaram a área no país, sendo a UFBA mais claramente reconhecida por uma tradição filológica e sócio-histórica de investigação, enquanto a UNICAMP, em um viés mais diacrônico, desencadeou investigações sobre mudanças sintáticas que permitiram reconhecer o que se passou a chamar de uma gramática brasileira da língua portuguesa. Do nosso ponto de vista [...], ambos os aspectos – a história social do português brasileiro e as mudanças sintáticas que configuram uma gramática brasileira da língua portuguesa –, dentre outros [...], são aspectos fundamentais na formação de um professor de língua portuguesa como língua materna no país (LOBO; SARTORI; SOUZA, 2021, p. 291).

Como tenho dito desde o começo deste trabalho, minha preocupação central sempre foi, na pesquisa, desde a minha Graduação, como bolsista de Iniciação Científica, o ensino de língua portuguesa como língua materna no Brasil. De fato, como afirmam os autores supracitados, a história social do PB e as mudanças pelas quais essa língua tem passado são debates fundamentais para a formação de professores – daí me debruçar especificamente sobre os discursos produzidos na UNICAMP e na UFBA neste ponto do texto.

Os textos representativos da IL da diferença que foram analisados são os seguintes:

- (i) *Apresentação*, de Kato (1993);
- (ii) *Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias*, de Tarallo (1986);
- (iii) *Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX*, de Tarallo (1993);
- (iv) *Posfácio*, de Roberts (1993);
- (v) *Prefácio*, de Galves e Kato (2019);
- (vi) *Posfácio: da primeira à segunda viagem*, de Roberts (2019)

E, finalmente,

- (vii) textos variados de Mattos e Silva (1993; 1995; 1998; 2000a; 2000b; 2001; 2002a; 2002b; 2004a; 2004b), já analisados em Lobo (2015), que sintetizou as grandes contribuições de Mattos e Silva em cinco grandes proposições sobre a história social linguística do Brasil, as quais apresentarei mais adiante.

Parecem muitos os textos, certamente. Devo dizer, porém, que extraí deles apenas as questões especificamente discursivas, ideológicas. Não analisarei centralmente as diversas discussões linguísticas, estruturais, que os seus autores fizeram, uma vez que as questões linguísticas do PB já foram discutidas aqui, na primeira seção. Os textos de (i) a (vi) são contribuições da UNICAMP, enquanto os textos analisados por Lobo (2015), que aparecem em (vii), são contribuições da UFBA.

4.3.2 De uma a outra *viagem diacrônica*: os discursos dos linguistas da UNICAMP

No livro *Português brasileiro: uma viagem diacrônica* (ROBERTS; KATO, 1993), a apresentação da obra ficou sob a responsabilidade de Kato. Ali, informa a autora, já de saída, que, desde a introdução, nos anos 60 do século passado, da Linguística no currículo dos cursos de Letras, no Brasil, os estudos diacrônicos foram relegados a um segundo plano, fato explicável pela a-historicidade do início do estruturalismo e também pelo quão instigante pareciam, aos jovens linguistas (e aos estudantes de Letras) brasileiros, os estudos na linha da Sociolinguística (apenas sincrônica àquela altura), recém-chegada ao país.

Foi a década de 1980 que viu, para Kato (1993), usando a metáfora de Tarallo (1984), a *fênix finalmente renascida*, isto é, o retorno da Linguística aos estudos históricos. São palavras da autora:

Mas teria estado a Linguística Histórica realmente falecida? O que a maioria não sabia, ou não deu a importância devida, era que, concomitantemente a essa empreitada variacionista diacrônica, liderada no Rio por Anthony Naro, em São Paulo por Fernando Tarallo e em Belo Horizonte por Marco Antônio de Oliveira, desenvolviam-se paralelamente a pesquisa semântico-funcionalista de Faraco (1982) e o trabalho contínuo daqueles que, sem fazer alardes, arriscavam escavar muito mais fundo. Com o cuidado do filólogo no tratamento e identificação de textos, faziam um trabalho de arqueologia, procurando descrever o estado sincrônico de um passado remoto. Esse tipo de trabalho pode ser visto em *Estruturas Trecentistas*, obra monumental de Rosa Virgínia Mattos e Silva, da Universidade Federal da Bahia, hoje reconhecidamente o centro que se especializou no estudo de textos antigos. Com esse trabalho cronologicamente paralelo, mas com objetivos cronologicamente distantes, Fernando, o detetive variacionista, e Rosa Virginia, a arqueóloga-estruturalista, vislumbraram o momento de encontro no meio do túnel. Vislumbraram ainda o dia em que seria inevitável um trabalho de colaboração, assim como os ingleses e os franceses, apesar de suas diferenças, terem acabado se dando as mãos no túnel do canal da Mancha. Enquanto Fernando e Rosa Virginia cortejavam-se à distância, trocando cartas e textos, houve o casamento selado de Tarallo, intravariacionista, com Kato, intervencionista gerativista. Em 1989, aparece publicado o manifesto da dupla (Tarallo e Kato) “Harmonia trans-sistêmica: variação inter- e intralinguística”, cuja versão mais diacrônica (Kato e Tarallo) circulava desde 1987. Para eles, os mesmos princípios e parâmetros deveriam dar conta da variação interlinguística e intralinguística e os conceitos de “encaixamento” estrutural e “parâmetro” poderiam ser conciliados (KATO, 2018[1993], p. 17-18).

O projeto de conciliar essas duas abordagens, a biológica e a social, foi visto, inicialmente, tanto por sociolinguistas quanto por gerativistas, como herético. Por isso, até publicações mais recentes (cf. LUCCHESI, 2009, por exemplo) precisam, antes de analisar dados utilizando, a um só tempo, a Sociolinguística e a Teoria da Gramática, defender explicitamente a complementaridade que existe entre essas duas teorias.

Kato atribui também a Charlotte Galves o início e o sucesso da referida empreitada, pela ajuda inestimável por meio da formação sólida em Teoria da Gramática oferecida pela professora aos alunos da graduação e da pós-graduação da UNICAMP. Essa ressalva da autora é importante para que se compreenda aqui a institucionalidade da IL da diferença, afinal, se, por um lado, o discurso de Silva Neto (1950) ganha institucionalidade por meio da tradição filológica a que se filiava o autor e por meio do vínculo intercoletivo de pensamento com já institucionalizadas teorias historiográficas de formação do Brasil, por outro lado, defender a diferença entre PB e PE já era possível dentro do próprio funcionamento institucional da Linguística no país: ora, essa ciência já

era obrigatória nos cursos de Letras, já havia disciplinas sendo ensinadas a partir desse lugar teórico, já havia congressos, associações de linguistas etc. (cf. ORLANDI, 2000; PFEIFFER, 2007).

Estou dizendo, com isso, que a institucionalidade da emergência dos discursos atravessados pela IL da diferença se dá através da relação entre instituição – universidades, grupos de pesquisa, congressos, associações etc. – e legitimidade – a legitimidade da ciência que chegava ao país, organizando as relações entre sociedade brasileira e cientistas que a estudam, que a interpretam (cf. PFEIFFER, 2007).

Continua Kato (1993), a fim de apresentar o livro em questão, informando as contribuições que recebeu o projeto de conciliação de teorias para a compreensão do PB. Para ela, esse casamento, cujo manifesto aparece em Kato e Tarallo (1987), recebe importantes influências também dos gerativistas Ian Roberts, David Lightfooth e Anthony Kroch.

Nesse ponto do texto, a autora defende que a reanálise e a mudança linguística (de que falei na primeira seção) exigem, se se quer entender as mudanças pelas quais passou o PB, uma teoria sobre as línguas-I e uma teoria da aquisição. Retomo aqui, porém, a discussão de Lobo (2018), já apresentada anteriormente. Ora, no importante trabalho de Roberts e Kato (1993), a questão do contato interlinguístico – já discutido décadas antes em Silva Neto (1950), por exemplo –, tão relevante para a compreensão da emergência de gramáticas diferentes das do PE, no Brasil, sequer é mencionada, à exceção de um dos capítulos de Tarallo (1993), de que tratarei mais adiante, quando o autor apresenta a discussão de Coelho (1880).

A ausência de debate sobre o contato na emergência de uma gramática própria do Brasil silencia indígenas e africanos na formação do PB. E esse é um aspecto do texto em análise que não pode passar despercebido, já que, segundo Lobo (2018), a Linguística Histórica continuaria, em função disso, durante muitos anos, sem analisar “como índios, negros e imigrantes adquiriram o português como segunda língua e como essa língua se transformou em língua nativa dos seus descendentes, a maioria (...) dos brasileiros” (LOBO, 2018, p. 16).

Além do silenciamento de indígenas e africanos na formação do PB produzido pelo discurso de Kato (1993), observável, também, em quase todo o livro, chama a atenção o fato de que a questão da escola brasileira até aparece em sua discussão, mas de forma marginal. Há duas menções a isso em seu texto. Em primeiro lugar, afirma a autora que o *empobrecimento da morfologia* atestado no PB “não é um processo de ‘deterioração

da gramática’, como pensam os escolarizados pela ótica da gramática prescritivista” (KATO, 2018[1993], p. 20). Isto é: a autora defende claramente que o PB não é uma corrupção do idioma lusitano, como as pessoas escolarizadas achavam àquela altura (um sem número de brasileiros, aliás, continua achando isso, nos dias atuais). Aqui, ainda que de forma marginal, breve, a escola aparece no discurso de Kato como uma instituição em que circulam pensamentos não científicos sobre a língua portuguesa falada no Brasil. Por isso, esse trecho gera efeitos de sentido que dão azo à compreensão de que Kato contrapõe, de um lado, crenças brasileiras que circulam entre escolarizados e, de outro lado, o saber científico, a que ela deixa contribuições. A autora, dessa forma, inscreve as características do PB no lugar discursivo de divergência (em relação às normas lusitanas), mas de legitimidade – aí está a centralidade da orientação discursiva que estou chamando de IL da diferença. A segunda menção à escola é feita quando a autora afirma que “o Brasil apresenta um caso extremo de *diglossia* entre a fala do aluno que entra para a escola e o padrão de escrita que ele deve adquirir” (KATO, 2018[1993], p. 21). Como se nota, nenhuma das duas menções à escola feita em Kato (1993) traz à baila, pelo menos de forma explícita, qualquer necessidade de ruptura contra o padrão ali ensinado. Daí considerar o referido discurso como atravessado pela IL da diferença – não da ruptura.

Apesar de, esporadicamente, contrapor o conhecimento científico sobre a sintaxe do PB que começava a aparecer no Brasil às crenças equivocadas que existiam entre os brasileiros sobre sua língua, Kato (1993) não deixa de fazer *escolhas* lexicais que não a diferenciam de outros tantos autores que, em diferentes épocas, produziram (e continuam produzindo, na contemporaneidade) discursos atravessados pela *ideologia da língua padrão* (MILROY, 2011). É o que se percebe quando ela fala em *empobrecimento da flexão*, *desgramaticalização do PB* (KATO, 2018[1993], p. 20), *perda de subida de clínicos* (p. 22), *perda de movimento longo*, *cadeia-Q legítima* (p. 23), *perda do fronteamto do verbo*, *relativas não padrão* – ainda que, nesse momento, a autora utilize *não padrão* entre aspas –, *perda de sujeito nulo* (p. 24), *enfraquecimento da flexão* e *enfraquecimento da concordância* (p. 25).

Aprendemos com Milroy (2011, p. 50) que:

Apesar do que parece ser uma oposição entre especialista e não especialista, contudo, também é preciso ter em mente que línguas como o inglês têm desempenhado um papel muito amplo no fornecimento dos dados sobre os quais estão construídos os métodos e as teorias linguísticas. Portanto, uma vez que tais línguas são frequentemente referidas em suas variedades “padrão”, existe a

probabilidade de que a ideologia do padrão tenha influenciado na [Linguística] e na análise das línguas.

Seguindo o referido raciocínio de Milroy (2011), com quem concordo, é possível afirmar que a *ideologia da língua padrão* influencia a visão de Kato (1993) sobre língua, daí se falar em *empobrecimento* (línguas com mais morfologia flexional, como o português, são mais ricas que línguas como o inglês, que têm menos morfologia flexional?), *perda* (os primeiros aprendizes de português L2 no Brasil adquiriram flexão, por exemplo, e depois a perderam ou jamais a adquiriram?), *desgramaticalização* (isso é possível, já que a própria autora defende a sistematicidade e o encaixamento dos fenômenos de variação e mudança?), *enfraquecimento* (os fatos das línguas naturais são agrupáveis em *fortes* e *fracos*?) e características *não padrão* (o padrão é a referência da análise), *cadeia-Q legítima* (quem legitima o que é legítimo na língua: o linguista? Dotado de que autoridade? Atravessado por que ideologia?). É essencial notar que todos esses vocábulos, utilizados pela autora para resumir cada capítulo constitutivo do livro que ela apresentou, têm valor negativo. Isto é: independentemente de sua consciência e de sua intenção, as *opções* lexicais de Kato (1993), além de nem sempre serem boas do ponto de vista prático (falar em *perda* para um fenômeno que sequer foi adquirido, por exemplo), geram efeitos de sentido negativos quanto aos processos de variação e mudança implementados no PB sobretudo por indígenas, africanos, mestiços e imigrantes.

Não interpreto esse fato como contrassenso (ora, por que uma autora cujo discurso é atravessado pela IL da diferença produziria uma reflexão discriminatória, preconceituosa para com os brasileiros, em detrimento dos europeus?), mas como um resquício da IL da identificação persistindo nos modos de fazer ciência na ex-colônia portuguesa. Afinal, como tenho dito, a IL da identificação é hegemônica no Brasil e por vezes há ideias linguísticas residuais desse conjunto de crenças em discursos não atravessados predominantemente por ele. Em outras palavras, para retomar Milroy (2011, p. 51), “nossa crença [a dos cientistas] nas línguas padronizadas de Estados-nação pode (...) ter distorcido nosso pensamento de diversas maneiras”. Isso porque a ideologia do padrão, de fato, influi na Linguística, nas suas teorias, nas análises feitas em sua esteira (cf. MILROY, 2011, p. 50).

Defendo, portanto, que o discurso de Kato (1993) é atravessado pela IL da diferença em função de sua defesa explícita: PB e PE são gramáticas diferentes. Não se trata, portanto, de um discurso atravessado pela IL da ruptura, vez que não possui uma clara “militância” contra os desdobramentos do colonialismo. As pistas para a

identificação da IL foram, mais uma vez, como em Silva Neto (1950; 1960), a tese explicitamente defendida e as *escolhas* lexicais da autora.

No mesmo livro em questão (ROBERTS; KATO, 1993), Tarallo assina dois capítulos. No primeiro, tradução de um trabalho originalmente em inglês (TARALLO, 1986), o autor discute a *alegada* origem crioula do PB. Afirmado deixar de lado a história social do Brasil e se debruçar especificamente sobre fatos sintáticos do PB falado moderno, Tarallo se propõe a testar a hipótese de Guy (1981). Para o linguista norte-americano, a criouliização do PB seria inexorável no contexto sócio-histórico brasileiro. Por isso, a questão com que a Linguística deveria se preocupar não seria “o PB é uma língua crioula?”, mas “como poderia não ter havido criouliização no Brasil?”⁴⁸. Dessa forma, ele postulou que um crioulo seria o antecedente histórico das atuais variedades populares do PB, sendo elas o resultado de um acelerado processo de descriouliização, ou seja, o PB estaria retornando vagarosamente ao seu alvo original (o PE). Por outro lado, para Tarallo (1986), as mudanças sintáticas verificáveis no PB seriam aleatórias e a possibilidade de elas reverterem para o PE (isto é, a possibilidade de descriouliização) seria muito remota.

Como o artigo de Tarallo se debruça essencialmente sobre dados estruturais da língua portuguesa, não há ali qualquer menção explícita a questões ideológicas ou políticas. Quando muito, o autor afirma o que segue:

Para concluir: a presença contínua e duradoura da tradição literária portuguesa no Brasil e a rigidez da língua escrita padrão têm mantido *os dois dialetos* [PB e PE] muito próximos por todos esses séculos. As gramáticas faladas de *cada dialeto*, contudo, tomaram diferentes rumos. Temos trabalhado em busca de uma melhor compreensão do grau de diferença entre as duas gramáticas faladas. Deveria, então, a questão [...] da suposta origem crioula do PB continuar na nossa agenda por mais cem anos? (TARALLO, 1993[1986], p. 51, grifos meus).

Aqui, uma importante pista para compreender o discurso de Tarallo como atravessado pela IL da diferença é a afirmação de que *as gramáticas faladas de cada dialeto tomaram diferentes rumos*. Parece-me bastante interessante, também, na referida citação, o uso lexical de *dialeto* para se referir a PB e PE num texto de Tarallo datado de 1986. Isso porque, no segundo capítulo de sua autoria em Roberts e Kato (1993), Tarallo

⁴⁸ Sobre essa questão, sugiro a leitura de Lucchesi (2020). Ali, usando as contribuições de Gilberto Freyre (1933) para compreender a sociedade colonial brasileira, o autor explica muito contundentemente as razões pelas quais não houve criouliização do tipo radical e profundo no Brasil, mas uma transmissão linguística irregular do tipo leve, tese já defendida em Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009).

(1993) faz uso de outros itens lexicais (além de repetir o uso de *dialeto brasileiro*), do que resultam outras conotações ideológicas.

Já muito se escreveu sobre a emergência de uma *língua brasileira* em oposição à tradicional língua portuguesa. Fortes e contundentes argumentos já foram erigidos em defesa de uma e outra tendência, a saber: se a língua permanece unicamente lusitana ou se, ao contrário, já teria transpirado, há algum tempo, *certo ar de brasilidade*. Grande parte dessa discussão, entretanto, aparece enredada em sentimentos de exacerbado orgulho nacionalista, sem que se dê a devida atenção a possíveis diferenças estritamente sociolinguísticas que poderiam estar diferenciando *os dois sistemas: o português e o brasileiro*. Apesar das diferenças estruturais a serem apresentadas nesse trabalho, o perfil da nossa gramática brasileira (no sentido de gramática normativa) tem sido ditado pela tradição portuguesa e só esse fato torna o vácuo entre língua oral e escrita muito mais profundo no Brasil do que em Portugal. O principal objetivo deste capítulo é delinear algumas bases sociolinguísticas em torno das quais se centrava toda a discussão na virada do século, isto é: esboçar *a emergência de uma gramática brasileira* que, ao final do século XIX, mostrava *claras diferenças estruturais em relação à gramática portuguesa*. Tais diferenças, conforme bem o atestam os trabalhos de Galves (1987, 1990, entre outros tantos), tornaram-se ainda mais acentuadas neste final do século XX. Quatro grandes mudanças sintáticas serão aqui apresentadas [...] (TARALLO, 1993, p. 55).

Como se nota por meio de usos linguísticos como *língua brasileira*, *ar de brasilidade*, *sistemas português e brasileiro*, *gramática brasileira* e *diferenças estruturais em relação à gramática portuguesa*, diferentemente do primeiro capítulo, cuja discussão passou ao largo de questões ideológicas e políticas, o segundo capítulo do sociolinguista brasileiro marca explicitamente a sua observação dessas questões, o que se faz mais centralmente nas duas primeiras seções (*algumas considerações teórico-metodológicas* e *a língua como produto imaginário*) e na última parte do texto (*comentários finais*).

O próprio título do capítulo, *Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX*, de que falarei adiante, com o uso do verbo *diagnosticar* e do adjetivo *brasileira*, já evidencia a inovação (diagnóstico) do trabalho do seu autor e também a sua tese (já existiria, no referido século, uma gramática brasileira, uma língua brasileira)⁴⁹. Essa defesa, aliás, fica bastante clara já na segunda página do texto, quando o autor afirma que “a *variedade portuguesa falada no Brasil* já desenvolveu um número de traços sintáticos discerníveis o suficiente para

⁴⁹ Apesar de o verbo *diagnosticar* não fazer parte do título original dado por Tarallo (*Turning different at turn of the century*), ele aparece em uma das seções do texto.

possibilitar uma descrição de seu sistema no sentido de uma gramática brasileira” (TARALLO, 2018[1993], p. 56, grifos meus).

Na primeira seção do capítulo, após deixar claro a partir de que lugar teórico sua defesa será feita, Tarallo passa a questionar como a perspectiva teórico-metodológica que integra a Sociolinguística ao modelo chomskiano poderia ser relacionada ao quadro teórico da Análise do Discurso, especificamente aquela praticada por Orlandi (TARALLO, 2018[1993], p. 59). Para ele:

[...] há algo comum entre os dois quadros teóricos que pode ser resgatado: o reflexo e o reforço de normas sociais através da variação linguística no paradigma laboviano de um lado, e a relação entre condições materiais de base linguística e a compreensão dos mecanismos subjacentes à produção da significação dentro da Análise do Discurso, de outro. Assumimos, pois, que, apesar das diferenças teóricas e metodológicas atestadas, os dois referenciais podem, cada um de sua perspectiva e segundo sua própria abordagem, obter resultados de análise extremamente interessantes para o entendimento da emergência da noção de cidadania ao final do século XIX (TARALLO, 2018[1993], p. 60).

Trata-se mesmo de uma proposição inovadora àquela altura unir as perspectivas sociolinguística e discursiva. Não obstante, ao final do capítulo, afirma o autor:

Não foi investigada neste trabalho a relação entre esses quatro casos de mudança sintática [reorganização do sistema pronominal, estratégias de relativização, reorganização de padrões sentenciais básicos e padrões sentenciais em perguntas diretas e indiretas] e a produção da significação nos textos analisados. Fica para ser investigado, portanto, como a nova estratégia de relativização abre espaço para a enunciação de referentes, ou como a colocação da redundância pronominal em função de sujeito coincide ou não com as novas emergentes condições para a produção do sentido. Tal linha de pesquisa somente pode ser atingida através de trabalho interdisciplinar entre o analista de discurso, o variacionista, e o linguista histórico, e por que não, o próprio historiador? (TARALLO, 2018[1993], p. 56).

Essa proposição inovadora de uma abordagem interdisciplinar na Linguística que levasse em conta, a um só tempo, nos estudos sobre o PB, questões de mudança sintática e de produção de sentidos, isto é, estrutura e significação/discurso, tem explicação certamente na aproximação entre Fernando Tarallo e os analistas de discurso Eni Orlandi e Eduardo Guimarães, os quais chegaram a juntos fazer parte de um projeto de pesquisa interdisciplinar na UNICAMP, intitulado *Produtividade e/ou criatividade: um estudo da linguagem cotidiana da zona rural, em situação de contato* (cf. ORLANDI; GUIMARÃES, TARALLO, 1989). Tarallo, no entanto, não viu em vida, infelizmente, os frutos dessa proposição.

Na segunda seção do capítulo, intitulada *A língua como produto imaginário*, o que evidencia por si só a relação entre o sociolinguista e os analistas de discurso, já que os conceitos de língua fluida e língua imaginária são cunhados por Orlandi (1985)⁵⁰ e um deles parece atravessar a discussão da referida seção, o autor inicia sua discussão se explicando:

A presente seção pode parecer estranha ou mesmo anedótica: por que levantar argumentos emocionais⁵¹ sobre a língua como produto imaginário quando o ponto em discussão é a emergência da noção de cidadania ao final do século XIX? A resposta é óbvia: o sentido de nacionalismo relacionado à noção de orgulho tem sido um forte gerador de debates emocionados entre linguistas e filólogos. Obviamente, argumentos moderados podem ser localizados no meio de discursos irracionais e exacerbados. Vejamos alguns desses testemunhos sobre as duas variedades de língua, a portuguesa e a brasileira (TARALLO, 2018[1993, p. 60).

Com bastante sensatez, ainda que o seu capítulo trate centralmente de *diferenciação dialetal* entre PB e PE, Tarallo se preocupa em separar as dimensões linguística e discursiva. Isso porque, para ele, o debate sobre as diferenças entre PB e PE estaria sendo atravessado menos por conta dos fatos sintáticos da(s) língua(s) do que por questões *emocionais* dos diferentes autores. Ao trazer, portanto, a ideia de língua como produto imaginário para um texto em que se discutem centralmente questões estruturais, linguísticas, Tarallo (1993), muito sabiamente, olha para afirmações sobre língua a partir de uma lupa discursiva, ideológica, ainda que isso seja feito muito brevemente, ao longo duas ou três páginas.

Para demonstrar as diferentes posições discursivas quanto às diferenças entre PB e PE, Tarallo comenta as argumentações de Mattoso Câmara (1976), Souza da Silveira (1952), Ribeiro (1933), Machado (1941) e Silveira (1982). O que Tarallo objetiva mostrar é que, se se levam em consideração os diferentes lugares de observação, há também diferentes formas de conceber a língua portuguesa usada no Brasil.

Três considerações de Mattoso Câmara (1976), cuja posição é a mais moderada, segundo Tarallo, são apresentadas no texto em questão: (i) as diferenças na língua padrão entre Brasil e Portugal não se explicam a partir de interferência de um substrato tupi, tampouco a partir da influência africana supostamente profunda, mas, antes, refletem a

⁵⁰ Para Orlandi (1985), inspirando-se na noção de índio imaginário (cf. THÉRIEN, 1984), a língua imaginária, como já discuti aqui, é aquela que os analistas fixam com suas sistematizações, ao passo que a língua fluida é a que não se deixa imobilizar nas redes de sistemas e fórmulas.

⁵¹ É estranho ler Tarallo, um sociolinguista, se referir a questões *emocionais*, sem qualquer discussão sobre o *problema da avaliação* (cf. WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968; LABOV, 1972).

existência de dois sistemas linguísticos que, usados em territórios distintos geograficamente, continuaram sua evolução separada e independentemente; (ii) a variedade brasileira pode ter sofrido influência indígena e africana nos níveis fonológico e gramatical, além de formas residuais do português arcaico que permaneceram no sistema americano; (iii) a dimensão geográfica brasileira por si só teria provocado formação e diferenciação dialetal.

Outra posição concebida por Tarallo como moderada é a encontrada numa entrevista feita com Souza da Silveira, em 1952. Perguntado sobre a existência de uma língua brasileira, o referido autor é taxativo: “não, o que existe é uma modalidade brasileira da língua portuguesa”. Quanto à probabilidade de que venha a se formar, no futuro, uma língua brasileira, à semelhança do que aconteceu com as línguas românicas que emergiram a partir da dialeção do latim vulgar, Souza da Silveira responde que não se podem comparar os processos de diferenciação do latim vulgar e o de evolução da língua portuguesa no Brasil, na medida em que, no primeiro caso, o desaparecimento do poder central no Império Romano do Ocidente retirou o *freio* da antiga unidade e as forças diferenciadoras puderam atuar livremente (esse latim não se escrevia, era apenas falado), enquanto, no segundo caso, desde os *nossos primeiros tempos*, a língua portuguesa se ensinava e se escrevia no Brasil, dando a ela unidade. Finalmente, quanto ao papel dos escritores brasileiros em relação às diferenças entre o português d’aquém e d’além mar, afirma Souza da Silveira que eles devem *cultivar* a modalidade brasileira da língua, sem procurar afastar-se de propósito da literatura portuguesa, atitude que ele considera que *nos empobreceria*.

Para Tarallo (2018[1993], p. 62), porém, “nem todas as opiniões e testemunhos são tão claros e tão otimistas em relação aos dois lados do oceano”. É o caso da opinião de Ribeiro (1933), que ilustra o que Tarallo (idem) chamou de *ultimato à liberdade de expressão em língua brasileira*. Para Ribeiro, seria inconcebível que o Brasil, mesmo após a independência em relação a Portugal, continuasse *algemado* por palavras de uma língua diferente. Afirmou o referido autor:

“A nossa gramática não pode ser inteiramente a mesma dos portugueses. As diferenciações regionais reclamam estilo e método diversos [...]. Falar diferentemente não é falar errado [...]. Na linguagem, como na natureza, não há igualdades absolutas; não há, pois, expressões diferentes que não correspondem também a ideias ou a sentimentos diferentes. Trocar um vocabulário, uma inflexão nossa, por outra de Coimbra, é alterar o valor de ambos a preço de uniformidades artificiosas e enganadoras [...]. Não podemos, sem mentira e sem mutilação perniciosa, sacrificar a consciência das nossas próprias expressões.

Corrigi-las pode ser um abuso que afete e comprometa a sensibilidade imanente a todas elas. Os nossos modos de dizer são diferentes e legítimos e, o que é melhor, são imediatos e conservam, pois, o perfume do espírito que os dita” (RIBEIRO, 1933, apud TARALLO, 2018[1993], p. 62)⁵²

Tarallo conclui a seção sobre língua como produto imaginário mostrando as posições de José Pedro Machado (1941) e Helena da Silveira (1982). O primeiro problematiza orientações nacionalistas, sejam elas portuguesas ou brasileiras, no que concerne ao debate linguístico. Para ele, utilizando expressões de Sílvia Elia, tanto a *fuga para a Europa* quanto o recolhimento na *taba do índio* – note-se o apagamento dos africanos e dos seus descendentes – são soluções cômodas, mas em desacordo com o ser nacional. Para a segunda, a influência linguística das novelas brasileiras sobre o PE poderia ser uma indicação da força cultural desse gênero na estandardização das duas *modalidades linguísticas* (a portuguesa e a brasileira), mas em direção oposta ao esperado: da ex-colônia para a ex-metrópole. Conclui a autora que “talvez um dia, graças aos meios de comunicação, a língua portuguesa se unifique” (SILVEIRA, 1982, p. 42).

A seção seguinte do referido texto se intitula *E finalmente: o diagnóstico de uma gramática brasileira*, momento em que Tarallo interpreta casos de diferenciação dialetal entre PB e PE. Conforme mencionado anteriormente, a própria *escolha* lexical do item *diagnóstico* dá margem à compreensão de que Tarallo, na posição sujeito-autor, reivindica para si a posição sujeito-cientista – em oposição a sujeito-gramático (prescritivo). Em outras palavras, está o autor, com a autoridade que lhe é inerente, posto que seja um cientista da linguagem, diagnosticando (à semelhança de qualquer outro cientista que tem a seu dispor a indiscutível autoridade científica, como um médico, um biólogo em laboratório) características do PB que o afastam gramaticalmente do PE.

Conscientemente ou não, intencionalmente ou não, o linguista em questão ruma a uma direção política. Ora, toda ciência é política. E todo discurso científico é politicamente interessado. Se, na introdução do texto, o próprio autor afirmou que, ao discutir a língua como produto imaginário, estava interessado em analisar argumentos *emocionais* sobre a língua do Brasil numa discussão que tinha por afã entender a emergência da noção de cidadania ao final do século XIX, estava também ele produzindo um testemunho de sua visão de cidadania brasileira: a de que o sujeito brasileiro já tinha, a seu dispor, desde o século XIX, uma língua própria. Fez, portanto, Tarallo, uma

⁵² Todo o trecho evidencia interdiscursividade com as ideias de Orlandi (2009) sobre descolonização linguística, assunto de que falei brevemente – e que retomarei, mais adiante.

Linguística politicamente interessada na diferenciação entre ex-metrópole e ex-colônia, do que resulta a classificação de seu discurso como um daqueles interpelados por uma IL da diferença.

Afinal de contas, se, por um lado, a demanda que preside a constituição histórica do campo de produção de gramáticas normativas é aquela que diz respeito ao controle da língua e da sua imagem[,] tendo em vista as instituições sociais (cf. DIAS, 2007) – o que leva a elaboração de gramáticas, enquanto lugar de representação, à construção de uma unidade de língua –, por outro lado, a demanda que preside o trabalho de Tarallo (1993) é a necessidade de conhecimento sobre a língua (e não a sua representação/idealização), o que implica a sua institucionalização. Daí defender aqui que o discurso do referido autor se vale da institucionalização da Linguística como ciência para, a partir desse lugar teórico (e ideológico, e político), falar em língua brasileira e em cidadania brasileira.

Ora, basta que se leiam as palavras com que o próprio Tarallo conclui seu capítulo:

“Os quatro casos sintáticos apresentados na seção anterior devem ser tomados como evidência quantitativa de que mudanças dramáticas aconteceram na passagem do século XIX para o XX. Fica claro a partir do retrato oferecido que um novo sistema gramatical – chama-se-o [sic] de gramática brasileira ou de dialeto com sua própria configuração[,] uma vez de se tratar de uma questão meramente ideológica – emergiu ao final do século XIX, estabelecendo uma nova gramática radicalmente diferente da modalidade lusitana [...]. Certamente, estes novos traços gramaticais entraram na língua no final dos anos 1800[,] porque circunstâncias sociais especiais aconteciam naquele momento da história externa. Isso significa que não descartamos a hipótese que essas mudanças poderiam ter ocorrido antes da virada do século. E isto também não significa que nossa evidência esteja enviesada pelos dados. Certamente que não! Nosso argumento é que as circunstâncias sociais antes da virada do século podem não ter sido suficientemente satisfatórias para que a pena brasileira começasse a escorrer sua própria tinta. E neste sentido fica comprovado quão importante é o exame de dados linguísticos à luz de evidências sociais. Sem vias [sic] de dúvidas, entretanto, pode ser afirmado que o cidadão brasileiro já estava de posse, ao final do século XIX, de sua própria língua/gramática” (TARALLO, 2018[1993], p. 78-79).

A partir de agora, gostaria de interpretar os demais textos produzidos na UNICAMP de forma comparativa. Isso porque, entre uma (ROBERTS; KATO, 1993) e outra publicação (GALVES; KATO; ROBERTS, 2019), me parece haver mesmo uma diferença fundamental – e a minha percepção disso nasce da leitura de Lobo (2018), há pouco citada –: o quase total silenciamento da participação de indígenas e africanos na formatação das gramáticas do PB em uma e a consideração desse fato em outra.

O posfácio de Roberts (1993) é um claro exemplo do referido silenciamento. Num momento-chave da publicação, aquele no qual se levantam as principais contribuições

dos capítulos encontrados na obra em questão, há menções aos importantes avanços nos estudos históricos e diacrônicos não só porque neles, a partir dos anos 80, se subverte a lógica “a-histórica” dos estudos estruturalistas de até então, mas porque se desenvolvem ferramentas importantes, a exemplo da abordagem sintática de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981) e da abordagem que relaciona mudança linguística e aquisição da linguagem (LIGHTFOOT, 1979), para a compreensão da mudança sintática nas línguas naturais. No entanto, nenhuma menção é feita à indiscutível importância de uma teoria do contato interlinguístico, ainda que o contato tenha aparecido, mesmo brevemente, num dos capítulos de Tarallo.

Nas palavras de Roberts (2018[1993], p. 318-319):

“[...] parece realmente que o português brasileiro tem sofrido uma série de mudanças profundas e (para aqueles familiarizadas com as principais propriedades sintáticas de outras línguas românicas) surpreendentes nos últimos cem anos aproximadamente. O português brasileiro apresenta-nos um caso de mudança paramétrica em progresso. A fim de que se entenda completamente o que está ocorrendo com o português do Brasil no momento, é necessário que se combinem a Sociolinguística, a teoria sintática e os estudos formais em Aquisição da Linguagem. Isso demonstra o valor dos trabalhos de Fernando Tarallo, capaz de combinar esses papéis.”

Apesar de incluir a Sociolinguística como uma teoria importante para a interpretação das gramáticas do PB, a leitura do texto faz crer que, para o autor, a contribuição dessa ciência se daria na “ênfase cada vez maior na relevância de análises quantitativas aos estudos enquadrados nos termos do sistema de Princípios e Parâmetros” (ROBERTS, 2018[1993], p. 318). Isto é: há um total apagamento, no seu posfácio, da necessidade de compreender não somente a relação entre mudança e aquisição do português ao longo da história do Brasil, mas também a relação entre contato, aquisição e mudança, necessariamente nessa ordem.

Essa lacuna não apaga, evidentemente, a valiosa contribuição da publicação em questão para os estudos linguísticos brasileiros. Pelo contrário: se a ciência, qualquer que seja ela, se faz sempre a partir do ponto em que um estudo antecessor parou, então é fácil perceber que o próprio Roberts (2019) passa a defender o contato interlinguístico como responsável central pela mudança paramétrica do PB a partir de sua visão já antes mencionada (ROBERTS, 1993) de que as características sintáticas do PB o singularizavam no conjunto das línguas românicas. É essa, resumidamente, a defesa do autor no capítulo de sua autoria em Galves, Kato e Roberts (2019), cujas ideias já discuti, na seção anterior – o PB, graças aos contatos com as línguas africanas, sobretudo do grupo

banto, é uma gramática marginal entre as línguas neolatinas, assim como o inglês o é na sua *família* linguística.

Na *segunda viagem diacrônica* (GALVES, KATO & ROBERTS, 2019), antes de resumir os capítulos constitutivos dessa obra, o prefácio apresenta apenas um parágrafo introdutório, que cito, a seguir, na íntegra:

O conjunto de ensaios que compõe este volume expressa os desenvolvimentos dos estudos diacrônicos relativos ao português brasileiro (doravante PB), cujos primeiros passos estavam reunidos no livro *Português brasileiro: Uma viagem diacrônica*, organizado por Ian Roberts e Mary Kato em 1993. Esta é, portanto, a "segunda viagem", que dedicamos a Ilza Ribeiro, autora de um capítulo do primeiro livro e incansável incentivadora dos estudos diacrônicos no Brasil, que, infelizmente, nos deixou recentemente. No quarto de século que separa os dois volumes, os caminhos iniciais foram mais sistematicamente explorados e outros começaram a ser trilhados. Uma quantidade enorme de dados novos foi produzida, permitindo entender melhor a natureza e a complexa formação dessa nova vertente da língua portuguesa que se implantou no Brasil. O leitor encontrará aqui temas familiares e recorrentes dos estudos gerativistas e variacionistas a respeito do PB, já presentes no livro anterior, como o sujeito nulo (cap. 3), o enfraquecimento da concordância (cap. 4), a morfossintaxe dos pronomes clíticos (cap. 5), o objeto nulo (cap. 6), a sintaxe da posse (cap. 7), os auxiliares (cap. 9), a expressão da relativização (cap. 10), as construções de Foco e as orações interrogativas (cap. 11). Também deparará com fenômenos não considerados, como o Sintagma Nominal (cap. 8), e com abordagens novas tanto no que diz respeito à descrição e análise dos fenômenos em si, quanto a sua dinâmica no tempo e às causas de suas mudanças. A questão da relevância do contato linguístico na formação do PB, em particular, é abordada nos dois primeiros capítulos. Como no volume anterior, os estudos apresentados articulam, em graus distintos conforme cada capítulo, abordagem sincrônica e abordagem diacrônica, levantando um leque de questões ligadas tanto à compreensão da natureza gramatical do PB, quanto à dinâmica da sua formação (GALVES, KATO, 2019, p. 7-8).

Destacarei dois pontos do excerto anterior. Em primeiro lugar, afirmam as autoras, de saída, que o casamento entre as teorias gerativista e sociolinguística deu significativas contribuições à compreensão da *nova vertente da língua portuguesa* no Brasil, o que ratifica a pertinência da empreitada iniciada nos anos 80, de que é corolário a *primeira viagem diacrônica*. Em segundo lugar, há aí menção àquilo que considero caro à publicação: a referência à importância do contato interlinguístico na história do PB já nas primeiras páginas do livro.

Nada mais é exposto ao longo desse prefácio senão informações relativas ao tema de cada um dos capítulos do livro. Por isso, a única pista ideológica que temos para tentar inferir a IL que atravessa esse discurso é o modo como as autoras se referem ao PB: *nova vertente da língua portuguesa*. Não obstante não discutirem questões políticas ou ideológicas, as linguistas deixam ver que acreditam na diferença entre PB (*nova vertente*)

e PE (*outra* vertente, por tabela), isto é, que se posicionam politicamente sobre o tema com que lidam, a despeito de isso não ser feito de forma explícita.

Finalmente, no posfácio da *segunda viagem*, Roberts (2019) afirma que seu intuito é trazer à baila o progresso que tem sido feito nos estudos sintáticos desde que seu primeiro posfácio foi escrito (ROBERTS, 1993). Sua exposição tem início com a defesa de que, “na teoria linguística, de um modo geral, de longe, o desenvolvimento mais significativo foi o do Programa Minimalista” (ROBERTS, 2018[1993], p. 338), levando em consideração o que o autor chamou de maior parcimônia teórica e esforço para simplicidade e elegância nas análises produzidas na esteira dessa teoria (simplificar a GU, por exemplo, significou, para Roberts, atribuir menos ao genoma e, conseqüentemente, melhor compreender a filogenia e a evolução da linguagem humana). Para ele, desenvolver e aplicar essas novas ideias têm sido a preocupação central da teoria linguística por mais de vinte anos, e essa tarefa só tem sido possível graças a significativas contribuições brasileiras, a exemplo do trabalho de Nunes (2009) e, claro, os trabalhos compilados na obra por ele discutida.

Para mensurar as contribuições dos capítulos da obra em questão para a (re)construção da teoria linguística, Roberts (2019), destacando alguns aspectos já estudados na *primeira viagem* – como sujeitos nulos, movimento de verbo, clíticos objetos, objetos nulos, orações relativas, interrogativas, possessivos e o enfraquecimento da concordância – e outros que emergiram depois, fazendo parte de estudos publicados na *segunda viagem* – como hiperalçamento, sujeitos locativo e possessivo, nomes contáveis nus em posições argumentais etc. –, destaca três condições que levaram aos avanços nos estudos sintáticos, entre uma e outra publicação.

A primeira dessas condições diz respeito ao grande desenvolvimento tecnológico, que significou *corpora* muito maiores e mais eficientemente pesquisáveis, a exemplo do *Corpus anotado do português histórico Tycho Brahe*, de Galves, Andrade e Faria (2017).

A segunda condição é aquela que concerne ao estudo das variedades sociais e regionais do PB. Para Roberts (2019, p. 340-341):

“Embora os trabalhos sobre a sintaxe do PB tenham estado sempre mais alinhados a preocupações sociolinguísticas do que os trabalhos sobre muitas outras línguas (o que é, em parte, o legado de Fernando Tarallo, como discutido na “primeira viagem”, e, em parte, uma consequência direta da consciência da mudança sintática em andamento), nos últimos anos, têm surgido trabalhos significativos sobre o PB das áreas rurais do Brasil e, em particular, sobre as variedades afro-brasileiras. Sob essa perspectiva, a coletânea editada por Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009) foi uma contribuição revolucionária para a

linguística, a sintaxe sincrônica e diacrônica e a sociolinguística do português. Existe ainda um pequeno – mas crescente – conjunto de trabalhos sobre a sintaxe das variedades de português faladas na África.”

A terceira condição tem destaque na argumentação do autor: o contato interlinguístico, finalmente considerado como constitutivo das gramáticas do PB. Nas palavras do próprio Roberts (2019, p. 341), em continuação à afirmação citada anteriormente:

“Contudo, provavelmente o desenvolvimento mais importante tenha sido a ideia de que muitas propriedades do PB, que o tornam surpreendentemente diferente de estágios anteriores do português, do português europeu e das demais línguas românicas, originam-se do contato com as línguas Bantu faladas por populações africanas originalmente trazidas para o Brasil pelo comércio de escravos. Essa ideia é sintetizada e discutida nas contribuições de Avelar e de Galves para este volume – refletindo uma série de artigos: Avelar e Galves (2011, 2014, 2016), Galves e Avelar (2017) – e é o tópico de muitas pesquisas em andamento [...]”

Gostaria, a esta altura, de fazer aquela que me parece uma reflexão incontornável. No item 4.2.1, ressalvei que não faria, neste texto, uma abordagem que desse margem à criação de heróis e vilões da Linguística, da História. É o que me parecem fazer aqueles que acham que não se deva ler Monteiro Lobato, por exemplo, na escola, posto que sua escrita seja supostamente racista, ou que se deva ler Silva Neto com a régua moral do presente (entendendo-o pura e simplesmente como um *autor racista* – e o reduzindo a isso). Ora, se o silenciamento de indígenas e africanos percebido em Roberts e Kato (1993) fosse objeto de *cancelamento*, não teríamos a oportunidade de, em 2019, ler releituras e refinamentos das próprias teses defendidas naquele momento. A meu ver, as mudanças interpretativas por que passou a *segunda viagem* são, antes de mais, inerentes aos modos de fazer ciência, e não acho que seja possível outra forma de produzir conhecimento científico.

Se, por um lado, em Roberts (1993), não houve qualquer menção ao contato interlinguístico, por outro lado, o próprio autor, quase 30 anos depois, deixa claro que:

[à medida que] o nosso conhecimento das línguas Bantu aumenta, juntamente com nosso conhecimento sobre as variedades afro-brasileiras, essa área vai certamente se revelar um campo de testes bastante frutífero para novas abordagens da sintaxe comparativa e diacrônica. Essa linha de pesquisa ainda estava para se desenvolver na época da “primeira viagem”, mas representa agora um caminho adicional em que o estudo do PB pode fazer contribuições únicas para a teoria linguística (ROBERTS, 2019, p. 341).

Roberts (2019) é, portanto, mais um linguista que defende que PB e PE são línguas/gramáticas distintas, o que, apesar de não ficar claro no posfácio que acabo de comentar, foi defendido em seu próprio capítulo no livro em análise (discutido no item 2.5 desta tese). Por isso, seu discurso pode ser concebido dentro de um conjunto maior de discursos atravessados pela IL da diferença.

4.3.3 (ou seria 4.4?) Do lado baiano: o discurso de Mattos e Silva e o *continuum* discursivo-ideológico entre a IL da diferença e a IL da ruptura

Lobo (2015) analisa as contribuições de Mattos e Silva para a história social linguística do Brasil, tema da maior parte de seus trabalhos, mas não o primeiro. Na verdade, a linguista interessava-se, inicialmente, por estudos sobre o português arcaico. Foi a partir de 1992 que Mattos e Silva, mais marcadamente, passou a refletir sobre a questão histórica do PB, segundo Lobo, Sartori e Souza (2021). Para esses autores:

Apesar da sua já relativamente longa trajetória como filóloga, no ano de 1973, quando passou a integrar oficialmente o corpo docente da Universidade Federal da Bahia, foi aprovada em concurso para provimento do cargo de professora do Curso de Recuperação de Português. Destinado tal curso de “recuperação” aos estudantes de todas as áreas da UFBA que, aprovados em exame vestibular, apresentassem dificuldades quanto à expressão escrita, certamente ali se originaram as suas ‘perplexidades’, discutidas no livro *Contradições no ensino do português: a língua que se fala X a língua que se escreve*, publicado em 1995, e também na escrita de vários artigos, reunidos, em 2004, na coletânea “*O português são dois...: novas fronteiras, velhos problemas*. É, porém, na coletânea *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*, também publicada em 2004, que vamos encontrar um conjunto de artigos, que, dentre outros aspectos, abordam o passado sócio-histórico-linguístico do Brasil, buscando desvelar o processo de constituição das normas cultas e das normas vernáculas do português brasileiro, em outras palavras, buscando responder à questão: por que “o português são dois”? Para responder a essa pergunta, persegui dois aspectos fundamentais na investigação: a história do contato entre línguas e a história da escolarização (LOBO; SARTORI; SOUZA, 2021, p. 287-288).

São dez os textos dos quais Lobo (2015) extraiu cinco proposições de Mattos e Silva consideradas o legado da autora para as novas gerações de linguistas que se debruçam sobre a história social linguística do Brasil. Apenas um deles não faz parte da obra *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro* (MATTOS E SILVA, 2004), doravante, *Ensaio: o texto Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa* (MATTOS E SILVA, 2002). Todos os dez aparecem a seguir, listados em ordem cronológica de publicação:

1. Português brasileiro: raízes e trajetórias (para a construção de uma história) (1993);
2. A sócio-história do Brasil e a heterogeneidade do português brasileiro (1995);
3. Ideias para a história do português brasileiro: fragmentos para uma composição posterior (1998);
4. Uma interpretação para a generalizada difusão da língua portuguesa no território brasileiro (2000);
5. Uma compreensão histórica do português brasileiro: velhos problemas revisitados (2000);
6. De fontes sócio-históricas para a história social linguística do Brasil: em busca de indícios (2001);
7. Reflexões e questionamentos sobre a constituição de corpora para o Projeto “Para a história do português brasileiro” (2002);
8. Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa (2002);
9. O português brasileiro: sua formação na complexidade multilinguística do Brasil colonial e pós-colonial (2004);
10. Fatores sócio-históricos condicionantes na formação do português brasileiro: em questão o propalado conservadorismo da língua portuguesa do Brasil (2004).

As cinco principais proposições de Mattos e Silva, na leitura de Lobo (2015), são as seguintes:

- (i) A história linguística do Brasil não se restringe à história da língua portuguesa no Brasil, nem à história do PB;
- (ii) O PB emerge em contexto multilíngue: o contato linguístico é, pois, elemento constitutivo da sua formação;
- (iii) Na cena linguística do Brasil colonial, destacam-se três autores principais: o PE, as línguas gerais indígenas e o português geral brasileiro;
- (iv) Africanos e afrodescendentes foram os principais difusores da língua portuguesa no Brasil e os principais formadores do PB em sua variante social majoritária – o português popular brasileiro;
- (v) O passado sócio-histórico-linguístico do Brasil deverá ser interpretado para a compreensão do PB *heterogêneo e variável, plural e polarizado* da atualidade.

Essas cinco proposições de Mattos e Silva são pressupostos deste trabalho e apareceram em vários momentos do texto, a exemplo da seção 2, que se dedicou a revisar a sócio-história das línguas no Brasil. É importante notar que, em todas essas proposições, de alguma forma, o contato interlinguístico aparece. Em outras palavras, diferentemente de outros autores já aqui analisados, toda a produção bibliográfica de Mattos e Silva voltada para a história social linguística do Brasil alberga indígenas e africanos. Afinal, foi exatamente pelo contato com as línguas desses povos que o PB pôde emergir como uma *língua nacional*, para usar as palavras da própria autora (MATTOS E SILVA, 2004a, p. 14).

Ao levar em consideração, a partir de suas muitas leituras, a exemplo de Silva Neto (1950), Houaiss (1985), Mussa (1991), Rodrigues (1993; 1996) etc., que (i) as políticas linguísticas (desde o *Directorio* até a atual Constituição) têm sua parcela de responsabilidade no fato de o Brasil ter deixado de ser um território de multilinguismo generalizado, como era durante os períodos colonial e imperial, para ser, nos dias de hoje, um país com multilinguismo apenas localizado; (ii) a história das línguas passa necessariamente pela história demográfica de seus falantes, o que leva à necessidade de se desvelarem os contextos regionais para se obter uma visão panorâmica sobre a pertinência dos contatos interlinguísticos na formação dos traços característicos do PB, superando interpretações simplificadoras, como a vitória da língua portuguesa no Brasil, ou genéricas, como a descrioulização do português popular brasileiro; (iii) é incontornável o conhecimento, ainda que aproximativo, das línguas gerais indígenas e do português geral brasileiro, antecedente histórico do português popular brasileiro e formatado principalmente pelos africanos e seus descendentes, se se quer entender as características do PB; (iv) as razões pelas quais o português se difundiu tão generalizadamente, sobretudo a partir do século XVIII, e que variedade de português se difundiu de forma geral no Brasil são questões-chave para quem lida com a história social linguística do Brasil e, finalmente, (v) é relevante distinguir as vias de pesquisa para a reconstrução da história das normas cultas e das normas vernáculas do PB, não é exagero dizer que Mattos e Silva, desde os anos 90, estava reposicionando o debate científico brasileiro.

Assim, percebe-se que Mattos e Silva é, sem dúvidas, uma das linguistas que mais contribuiu para a compreensão da história sociopolítico-linguística de seu país, e isso se fez a partir de um movimento intelectual que tentava superar teses simplificadoras e generalizadoras com bastante rigor metodológico, científico.

Considero que o trabalho da autora, quanto às cinco principais proposições, transcende paixões partidárias. Explico-me: tenho dito, nestas páginas, que todo discurso é, antes de mais, político. E que todo discurso é ideológico. Da mesma forma que Silva Neto é interpelado por uma ideologia (eurocêntrica), Nascimento (2019), de quem falarei mais adiante, também é interpelado por uma ideologia (afrocentrada). Quando digo que, nessas cinco proposições, Mattos e Silva transcende paixões partidárias, não estou dizendo com isso que o seu discurso não seja prenhe de ideologia, posto que isso seja mesmo impossível. Mas é notável que a referida linguista não tomava para si uma *causa*, parecendo estar, pelo menos nos textos que constituem os *Ensaio*s, preocupada apenas com a questão mais técnica do objeto pesquisado⁵³.

Um argumento que me parece forte para defender isso é a sua posição diante da famosa polémica que divide os linguistas entre *contatistas* e *derivistas*, para usar os termos de Baxter e Lopes (2012). Não raro, o debate entre pesquisadores de uma e de outra interpretação para a sócio-história do PB, em alguns congressos de Linguística, foi bastante acalorado. Longe desse clima de tensão, Mattos e Silva (2004a) amalgamava rigor e cautela, ao afirmar, por exemplo:

Considerando-se os fatores sócio-históricos que atuaram das origens e por todo o período colonial e pós-colonial, pôde-se entrever uma interpretação de como se originou e se formou o português brasileiro, constituído em contexto social de transmissão, majoritariamente, irregular, na oralidade, livre das peias normativizadoras da escolarização e, conseqüentemente, da escrita, o que resultou numa variante, em muitos aspectos, divergente da europeia. No seu interior, esse português brasileiro heterogêneo apresenta variantes socioletais com configurações profundamente modificá-las, que se aproximam dos crioulos de base portuguesa e variantes que se aproximam do português europeu. No primeiro caso, opino que a teoria de uma criouliização prévia, embora leve, possa ter ocorrido no passado e, no segundo, a deriva natural, apressada pela história social do Brasil, não deve ser desconsiderada. Enfim, não se pode tratar como um conjunto homogêneo, unitário, o português brasileiro, nem numa perspectiva sincrônica, nem numa perspectiva diacrônica (MATTOS E SILVA, 2004a, p. 153-154).

A afirmação da autora é, como se pode ver, a de que, entre uma e outra hipóteses, é preciso ter cautela: afinal, ambas podem ser explicativas para diferentes situações que ocorreram ao longo da complexa história de transplantação do português para o Brasil.

⁵³ Talvez a Mattos e Silva tenha sido fácil adotar uma postura de *neutralidade axiológica*, nos termos de Weber (1917), tão cara à ciência, a meu ver, mas tão pouco desejada nas ciências humanas de nossos dias. Se, por um lado, todo discurso (mesmo o científico) é ideológico, por outro, há uma certa especificidade na relação entre ideologia e ciência – e isso nos separa do perigoso ceticismo.

Outro exemplo de cautela, de rigor científico e de busca pela compreensão dos fatos objetivos da história sociopolítico-linguística do Brasil sem enviesamento de qualquer natureza se pode notar na leitura que Mattos e Silva faz de Silva Neto (1950), conforme eu já disse. A autora, ao mesmo tempo em que assume a importância do filólogo para a história metalinguística do Brasil, não deixa de fazer a devida crítica a posições discriminatórias que aparecem na sua obra.

Essa cautela anda em falta em muitos debates contemporâneos, infelizmente. Com a grande popularização das pautas diversitárias (ou identitárias) no Brasil, como mostrei no item 3.4, há atualmente muitas discussões bastante mal feitas sendo levadas ao grande público. É o caso da supervalorização de marcas africanas no PB. Longe de querer diminuí-las (ora, em boa parte desta tese, faço o contrário), é preciso ter cautela para não chegar a conclusões precipitadas quanto aos traços do PB, sobretudo em sua vertente dita popular. Exemplo de conclusão precipitada é a afirmação de González (1980), repetida até hoje na grande mídia por Djamila Ribeiro⁵⁴, de que usos como *framengo*, em lugar de *flamengo*, se explicariam pela inexistência da consoante “l” nas línguas africanas, o que é uma inverdade. Todas as línguas africanas que mantiveram contato com o português, no Brasil, possuem a consoante “l” (cf. CASTRO, 2006; 2009).

Se, por um lado, a ciência precisa ser vista como uma atividade inevitavelmente política e ideológica, por outro lado, não se pode admitir que, em nome do trabalho científico e/ou em nome de um projeto político, se confundam ciência e militância. É preciso que se descrevam os fatos, independentemente de eles confirmarem as hipóteses do pesquisador (ora, uma hipótese negada é um fato científico tão relevante quanto uma hipótese confirmada). Militância e ciência são importantes, desde que não sejam confundidas.

Mas, a bem da verdade, Mattos e Silva não se furtou, em sua produção intelectual, ao debate sobre questões políticas e ideológicas que envolvem a(s) língua(s) no Brasil – o que faz com o que o discurso da autora seja um exemplo do *continuum* discursivo-ideológico que existe entre a IL da diferença e a IL da ruptura.

Em sua publicação sobre contradições no ensino de português (MATTOS E SILVA, 1995), por exemplo, desde as primeiras páginas, a autora reflete sobre a relação

⁵⁴ Ainda que não seja linguista, Djamila Ribeiro é sempre apresentada ao público como uma *pensadora*, uma *intelectual negra*. Daí eu citá-la aqui. Não se pode ser um pensador sério e, ao mesmo tempo, divulgar inverdades já cientificamente contestadas ao grande público.

indissociável que há, no mundo ocidental cristão, entre língua, Igreja e Estado. Afirma ela:

Não podemos ignorar, podemos aceitar ou não aceitar, que, no chamado mundo ocidental e cristão – não ousaria ultrapassar esses limites –, a instituição escolar tem sido um braço forte do Estado e da Igreja. Os verbos incisivos de Bourdieu e Passeron – “conservar, inculcar, consagrar” – para caracterizar a função objetiva da escola têm toda procedência[,] e o seu significado fica transparente quando pensamentos na questão da língua materna na escola. O padrão idealizado e exigido, se não é uma “violência simbólica” para todos que a ela chegam – e isso variará, é certo, de sociedade para sociedade –[,] é violência para a maioria e assim tem sido ao longo da História (MATTOS E SILVA, 1995, p. 10).

Não se tratava apenas de perceber um problema: a relação aparentemente violenta entre escola, Igreja e Estado quanto à(s) língua(s) de uma nação. Na referida publicação, Mattos e Silva chega a problematizar a própria função dos cientistas da linguagem quanto a essa relação, ao afirmar que

Apesar, contudo, da abertura que a Linguística Moderna deu para as variantes da oralidade, sem hierarquizá-las valorativamente, os linguistas, em geral, que têm se voltado para a questão da diversidade em sua relação com o ensino, não levam às últimas consequências práticas o princípio que defendem (MATTOS E SILVA, 1995, p. 11).

Estamos diante de uma constatação bastante cara ao nosso tempo: os linguistas, em geral, *não levam às últimas consequências práticas o princípio que defendem*. Apenas aqueles pesquisadores cujo discurso estou concebendo como representativo de uma IL da ruptura chegam a desafiar a persistente relação violenta que há entre a escola e os falantes. E não são esses linguistas, nem de longe, a maioria de nós (e, sinceramente, há muitos problemas e perigos em suas proposições). Mais uma vez, fica clara a existência de muitos e diferentes – e, não raro, mesmo conflitantes – discursos científicos sobre a questão linguística brasileira.

Mattos e Silva (1995) concorda com as posições de outros autores por ela citados – Dittmar (1976), Rossi (1980), Gnerre (1985) e Soares (1986) –, cujos discursos, em sua opinião, “externam a consciência de que a manipulação do dialeto de prestígio na sociedade ultrapassa os limites da Linguística: inscreve-se, fundamentalmente, como uma questão, antes que mais, política” (MATTOS E SILVA, 1995, p. 13).

Especificamente quanto ao discurso de Soares (1986), afirma Mattos e Silva (1995) que o que a pedagoga e professora de português demonstrou é que até mesmo a

pedagogia que se fundamenta no reconhecimento da diferença linguística, aquela que defende o *bidialectalismo funcional* na escola, não foge à violência simbólica, nos termos de Bourdieu e Passeron (1982), na medida em que o respeito à diferença seria, nessa pedagogia, apenas um caminho para a assimilação à sociedade dominante – e, portanto, para a reprodução dessa sociedade.

Um caminho alternativo a isso (com o qual Mattos e Silva parece concordar) seria a emergência de uma *escola transformadora*, que Soares (1986) propõe a partir de uma leitura gramsciana. Nas palavras da própria Mattos e Silva (1995, p. 12):

Magda Soares retoma Gramsci no sentido de que para ele a escola, em certa medida, pode ser transformadora, sempre que possa proporcionar às classes subalternas os meios iniciais para que, após uma longa trajetória de conscientização e também de luta, venham a organizar-se, tornado-se assim capazes de “governar” aqueles que os governam.

Mattos e Silva (1995, p. 12), após afirmar que “a questão em causa é fundamentalmente ideológica e conseqüentemente política”, pergunta, retoricamente: “E haverá escola e ensino que não sejam politicamente orientados?”. A própria autora apresenta o que para ela foram ensejos de ruptura com relação à tradição normativo-pedagógica⁵⁵. Citam-se ali Coseriu (1952) e a Sociolinguística – Labov (1967), mais especificamente – como responsáveis, em grande medida, pelo rompimento definitivo: a) com a precedência da língua escrita sobre a falada; b) com a postura tradicional de que só a variedade culta escrita deve ser objeto da gramática (daí o surgimento da gramática descritiva).

Quanto ao trunfo desses dois rompimentos, Mattos e Silva (1995, p. 26) conclui que, paralelamente aos avanços alcançados pela Linguística com as proposições de Coseriu (1967) quanto à compreensão da(s) norma(s):

Esse caminho aberto pela teoria e metodologia da Sociolinguística fornece indicação, senão exata, pelo menos rigorosa, para que a questão da normatização se processe com fundamentação nos dados reais, o que permitirá superar, ou poderá permitir, as idealizações fossilizadas do normativismo tradicional.

⁵⁵ Não se devem confundir aquilo que Mattos e Silva está nomeando “rupturas” e aquilo que estou chamando nestas páginas de IL da ruptura – como eu disse anteriormente, a referida IL atravessa discursos que, além de defenderem a diferença que há entre PB e PE, se constroem, necessariamente, a partir de um rol teórico decolonial.

Em muitas partes do texto, a autora escreve sobre o futuro, sempre esperançosa de que os avanços nos estudos linguísticos levariam a desdobramentos práticos na educação linguística brasileira, superando as *idealizações fossilizadas*, o que, infelizmente, ainda não se vê nos dias atuais, pelo menos de forma mais ampla.

No que concerne a esse impasse (estudo científico, de um lado; escola, de outro lado), afirma Mattos e Silva que, ao nível dos indivíduos com formação linguística e das teorias linguísticas em geral, a tradição da norma prescritiva foi superada. Ao nível da prática, porém, a sua avaliação já não era tão positiva. Para usar as suas próprias palavras:

Ao nível da prática, para além dos limites dos cientistas da linguagem[,] portanto, não se pode dizer que a tradição normativo-prescritiva não continue dominante em nossas sociedades letradas, pelas razões muito bem analisadas por Bourdieu e Passeron (1982) na sua teoria da “violência simbólica”, em que [demonstram] que as nossas sociedades legitimam como “capital linguístico rentável” as variantes dos segmentos sociais dominantes. Mesmo no âmbito da Sociolinguística, portanto daqueles que mais instrumentos têm para compreender as “diferenças linguísticas”, correlacionadas a fatores sociais, uma vez que eles, como diz Dittmar (1976) [...], são, na sua maioria, “*system-dependent*”, mesmo que inconscientemente, e legitimam a ideologia burguesa quando defendem a educação linguística para a “assimilação” das variantes de prestígio, como mostra Magda Soares [...]. Sendo assim, restam aqueles que, embora reconhecendo o risco da “assimilação”, trabalham para que essa assimilação se faça no sentido de uma conscientização para a transformação. Para esses, gramscianos ou de orientações assemelhadas, a assimilação pode ser uma arma para romper o processo reprodutor de nossa sociedade, no nosso caso, o processo de reprodução linguística que tende a silenciar usos não-prestigiados e os seus usuários (MATTOS E SILVA, 1995, p. 26-27).

A partir dessas premissas, conclui Mattos e Silva (1995, p. 27):

Já que convivemos com tal situação social, resta, como essencial, parece-me, a possibilidade de tornar conscientes os que trabalham em campos em que o treinamento linguístico se faz necessário (o principal deles será, certamente, a instituição escolar), mas, na medida das possibilidades, que se ultrapassem esses limites e se alcance a sociedade em geral, para superar a tradição normativa ainda corrente. Conscientização no sentido de um trabalho que respeite as variantes individuais e as normas sociais. Sem dúvida, o ponto de partida – e fundamental – estará em novas e insistentes orientações pedagógicas – não restritas às salas de aula de língua materna – na direção que procurei enunciar.

Vê-se, claramente, nesse discurso de Mattos e Silva, a ideologia da ruptura, como tenho designado. Isto é: o discurso da referida autora é complexo para a análise que aqui se apresenta, posto que dependa sempre da consideração do texto específico em análise. Isso porque, nos *Ensaio*s, em que aparecem as cinco principais proposições de Mattos e Silva para a compreensão da história social linguística do Brasil, à luz da leitura de Lobo (2015), as discussões mais explicitamente políticas e ideológicas são silenciadas, talvez

porque a finalidade ali era precipuamente técnica: apresentar os dados do PB que o distanciam do PE, discutir agendas de pesquisa, propor outras agendas alternativas, divulgar o que se sabe sobre o PB e sobre a sua história etc. Já em publicações que levaram em consideração o ensino (MATTOS E SILVA, 1995; 2004a), atravessam o seu discurso traços da IL da ruptura, inclusive o arcabouço teórico. Afinal, autores como Bourdieu e Gramsci, citados por Mattos e Silva, são, via de regra, também citados em proposições decoloniais, apesar de serem ambos homens europeus.

Uma outra característica importante para a classificação de uma IL como da ruptura é a criação de tecnologias a partir das quais se insurja contra o ensino de PE no Brasil. Mattos e Silva, nesse sentido, é uma entusiasta do projeto NURC como uma tecnologia que deveria/poderia servir a esse fim.

Sendo trazido ao Brasil pelo professor Nelson Rossi, da Universidade Federal da Bahia, e vinculado teórica e metodologicamente a projeto similar que se realizava nas capitais hispano-americanas, o projeto NURC começou a ser implementado em 1969. O intuito dessa empreitada foi, nas palavras de Cunha (1985, p. 23), “[...] observar a altura social dos fatos linguísticos e [...] observar a norma idiomática fundada no uso real da língua”.

Com efeito, apesar de a descrição dos usos orais cultos parecer ser a prioridade essencial do NURC, a preocupação pedagógica está explícita em cinco dos seus seis objetivos, conforme percebeu Mattos e Silva (1995, p. 42). Os objetivos são listados a seguir:

1. Dispor de material sistematicamente levantado que possibilite o estudo da modalidade oral culta da língua portuguesa em seus aspectos fonético, fonológico, morfo-sintático, sintático, lexical e estilístico;
2. Ajustar o ensino da língua portuguesa, em todos os seus graus, a uma realidade linguística concreta, evitando a imposição indiscriminada de uma só norma histórico-literária, por meio de um tratamento menos prescritivo e mais ajustado às diferenças linguísticas e culturais do país;
3. Superar o empirismo na aprendizagem e ensino da língua-padrão pelo estabelecimento de uma norma culta real;
4. Basear o ensino em princípios metodológicos apoiados em dados linguísticos cientificamente estabelecidos;
5. Conhecer as normas tradicionais que estão vivas e quais as superadas, a fim de não sobrecarregar o ensino com fatos linguísticos inoperantes;
6. Corrigir distorções do esquema tradicional da educação, entravado por uma orientação acadêmica e beletrista (FREITAS, 1991, p. 59, *apud* MATTOS E SILVA, 1995, p. 42-43)

Afirma Mattos e Silva, após apresentar os objetivos do referido projeto:

Considero o projeto NURC como um divisor de águas na questão da(s) norma(s) linguística(s) culta(s) no Brasil, porque através dele, nas camadas hegemônicas universitárias, introduziu-se uma nova visão, uma nova ideologia enfim, quanto ao respeito à diversidade de normas no processo de ensino. Assumido por lideranças de peso nos meios acadêmicos, a atuação dos grupos de pesquisadores do NURC passou a implementar uma nova orientação pedagógica no ensino superior de português, pelo menos nos locais onde o projeto se desenvolveu e desenvolve, além de ir reunindo novos pesquisadores em torno do projeto. Portanto, é nítida a função pedagógica e ideológica, posso dizer, dessa pesquisa, mesmo que instrumentos pedagógicos *stricto sensu* não tenham ainda saído, a partir de seus dados, para melhor fundamentar o geral dos profissionais do 1º e 2º graus (MATTOS E SILVA, 1995, p. 44).

Em se tratando de esperanças de Mattos e Silva para uma melhor e mais adequada pedagogia de ensino e aprendizagem de português no Brasil, é preciso destacar que a própria autora, a partir das discussões teóricas sobre avanços da Linguística – como a discussão mais adequada sobre norma(s) a partir de Coseriu (1952), o desenvolvimento teórico-metodológico da Sociolinguística (cf. LABOV, 1967), os estudos de Dialetologia diatópica etc. – e sobre o desenvolvimento de projetos como o NURC, via o cenário futuro como animador (cf. MATTOS E SILVA, 1995, p. 45), ainda que enxergasse que havia, àquela altura, poucas pessoas bem preparadas para lidar com a pluralidade dialetal e com a pluralidade de normas na escola (cf. MATTOS E SILVA, 1995, p. 48)⁵⁶.

Outra pista ideológica a partir da qual se pode defender que o discurso de Mattos e Silva, pelo menos em algumas publicações, é interpelado pela IL da ruptura, além do referencial teórico do qual parte, é a defesa de que é preciso *transformar* (insurgir contra) a sociedade discriminadora brasileira, ideia que já se viu na discussão até aqui apresentada, mas que fica bastante clara na afirmação que aparece a seguir:

[...] essa nova pedagogia conscientizadora linguística e de respeito de fato à diversidade dialetal brasileira, respeito no sentido de, no processo de ensino da língua materna, trabalhar-se com as variantes conviventes, em nível de igualdade e de interesse, sabendo explicá-las, sem escamotear para os alunos as avaliações sociais para cada uma delas, é um caminho fundamental. A meu ver, é uma das formas de começar a transformar a sociedade discriminadora em que vivemos, uma vez que sabemos que, nela, as variantes linguísticas desempenham papel de profunda e complexa significação (MATTOS E SILVA, 1995, p. 51).

Aliás, quanto às pistas que permitem dizer que a IL da diferença atravessa o discurso de Mattos e Silva (ora, como eu disse, há pouco, todo discurso atravessado pela

⁵⁶ Para Mattos e Silva, inclusive, a partir da leitura de Geraldí (1991), confirma-se que há, no Brasil, uma falsa democracia quando se percebe que professores de língua portuguesa são tão vítimas da sociedade brasileira quanto seus alunos, já que mesmo os docentes não são, em geral, bem formados.

IL da ruptura é também atravessado pela IL da diferença – e o discurso da referida linguista parece conter traços de ambas as IL, caracterizando o que estou chamando de *continuum* discursivo-ideológico), as palavras com que conclui seu penúltimo capítulo (MATTOS E SILVA, 1995, p. 77) deixam claro que, independentemente de Tarallo (1989), já aqui analisado, estar certo ou errado em sua defesa de que o brasileiro, desde o século XIX, já estava de posse de sua própria língua/gramática, a questão sobre a existência de uma *língua brasileira* é menos linguística do que ideológica.

Se Tarallo estava certo, podem avaliar melhor os teóricos sintaticistas d'aquém e d'além mar. Nesse ínterim, posso dialogar com a epígrafe de Caetano Veloso, com base no raciocínio de Tarallo: esta “língua brasileira” pode já ser outra “língua”, no sentido de outra “*grammar*”, o que resta saber é se, ideologicamente, se quer isso. Entro assim já em outro campo de discussão que ultrapassa os limites deste capítulo e deste livro (MATTOS E SILVA, 1995, p. 77).

A conclusão a que chega a autora, no livro em análise, também merece aparecer aqui:

Só nos resta aguardar para ver se nossos poetas/alunos, no futuro, não precisarão mais intuir e aprender duas línguas portuguesas aqui. Que venham a convergir, no possível, o que se fala com o que se lê! Os caminhos futuros da história do português brasileiro, ou do brasileiro, e de seu ensino, consequências da história da sociedade brasileira, é que tornarão isso viável (MATTOS E SILVA, 1995, p. 88).

Estamos diante, portanto, de uma autora cujo discurso merece bastante atenção, na medida em que ela parecia controlar de maneira rigorosa o objetivo de sua publicação, afinal, ora descrevia o PB, divulgava pesquisas sobre ele, apresentava avanços e desafios da pesquisa sócio-histórica brasileira e propunha agendas de pesquisa para a compreensão da história social linguística do Brasil (cf. MATTOS E SILVA, 2004a), ora refletia sobre os desdobramentos práticos da pesquisa científica na sociedade brasileira, na escola brasileira (cf. MATTOS E SILVA, 1995; 2004b), do que resulta a consideração, que me parece sensata, de que, no primeiro caso, estava Mattos e Silva sendo atravessada pela IL da diferença, e, no segundo caso, estava ela sendo interpelada pela IL da ruptura. Conscientemente ou não, a atitude de separar as análises objetivas de suas visões subjetivas, quando era oportuno, é claro, me parece de uma honestidade intelectual ímpar – atitude que, como afirmei, anda em falta nos grupos diversitários, identitários.

O que se viu, neste item 4.3, é que os discursos atravessados pela IL da diferença fazem parte de um conjunto de ideias que, conforme tenho defendido, assinalam as especificidades das línguas. No caso brasileiro, a contextualidade da afirmação dessas especificidades remonta ao movimento intelectual romântico no Brasil, no século XIX, e, na esteira da Linguística, ao século XX, quando trabalhos que conciliavam os modelos sociolinguístico e gerativista passaram a defender que, desde o século XIX, o Brasil já possuía uma língua/gramática própria (cf. TARALLO, 1989; 1993 etc.).

A função naturalizadora dessa IL da diferença tem relação com uma dada concepção científica de língua segundo a qual a mudança é inerente às línguas, no devir temporal.

Finalmente, a institucionalidade dessa IL diz respeito, sem qualquer dúvida, à própria institucionalização da Linguística como disciplina obrigatória nos cursos de Letras, no Brasil, a partir de 1965. E esse gesto institucional vai se legitimando pelo gesto de citação – os linguistas atravessados pela IL da diferença citam-se uns aos outros. São todos eles professores universitários. Logo, a institucionalidade da IL da diferença se materializa na relação instituição-legitimidade (cf. LAGAZZI-RODRIGUES, 2007).

Também se nota que, entre a IL da diferença e a IL da ruptura, há um *continuum* discursivo-ideológico, a exemplo do discurso de Mattos e Silva (1995; 2004a; 2004b), cuja IL parece mudar a depender dos objetivos do texto. Quando um discurso é essencialmente atravessado pela IL da ruptura ficará mais claro no próximo item.

4.4 A IL DA RUPTURA E A NEGAÇÃO DO OCIDENTE

4.4.1 Retomando: o que caracteriza essencialmente a IL da ruptura

Conforme supramencionado, estou propondo a existência de um *continuum* discursivo-ideológico, vez que a IL da diferença e a IL da ruptura compartilham muitas características em comum. Então, propus, anteriormente, que um discurso atravessado pela IL da ruptura precisa, necessariamente, possuir as três seguintes características:

- (i) afirmar que o que se chama de *português* são, na verdade, diferentes línguas, seja qual for a razão usada pelos autores para defender isso (estrutura, memória etc.) – ponto de intersecção entre a IL da diferença e a IL da ruptura;

- (ii) defender a criação de tecnologias através das quais se possa materializar o ensino de português no Brasil com base em dados do PB (cf. ORLANDI, 2007) ou criar essas tecnologias, a exemplo de dicionários e gramáticas (cf. LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009; CASTILHO, 2010; BAGNO, 2012 etc.) – característica que faz um discurso se caracterizar como limítrofe entre a IL da diferença e a IL da ruptura;
- (iii) usar explicitamente um arcabouço teórico com vistas a insurgir politicamente contra os desdobramentos da empreitada colonial no Brasil (cf. ORLANDI, 2009; BAGNO, 2012; 2014; NASCIMENTO, 2019 etc.) – traço que, somado a (i) e (ii), caracteriza essencialmente um discurso como sendo atravessado pela IL da ruptura.

Por isso, dividi os trabalhos de Mattos e Silva em duas IL diferentes, já que, ao que parece, a autora delimitava muito bem um ou outro objetivo de cada uma de suas produções acadêmicas.

Uma das muitas lacunas que esta tese deixará é, naturalmente, a pequena quantidade de autores analisados. Futuramente, cada vez que se aumentar o número de autores em análise, independentemente de quem for o analista, decerto se refinarão os recursos metodológicos para lidar com as IL nos discursos sobre a história sociopolítico-linguística do Brasil, o que é, no fim das contas, o percurso habitual da ciência. Ou seja: é possível que se percebam, futuramente, além de eventuais equívocos desta análise, outros pontos de intersecção e de diferenciação entre os muitos e conflitantes discursos científicos produzidos no âmbito dos estudos da Linguística Histórica brasileira, de modo que as chaves de leitura aqui apresentadas são, ao fim e ao cabo, apenas uma proposta de ponto de partida a partir do qual outros trabalhos, se por ventura vislumbrarem importância na temática, podem ser desenvolvidos.

Pelas razões agora brevemente resumidas, entendi o(s) discurso(s): a) de Silva Neto e Bechara como representativos da IL da identificação; b) de autores como Tarallo, Galves, Kato, Roberts etc. (aqueles que se debruçam sobre dados de mudança linguística, sem refletir sobre questões políticas com as quais esses dados inevitavelmente se relacionam) como representativos da IL da diferença; c) de Mattos e Silva ora representativo da IL da diferença, ora representativo da IL da ruptura, fazendo o discurso da autora parte de um *continuum* discursivo-ideológico entre as duas IL.

A partir de agora, analiso autores atravessados essencialmente por uma IL da ruptura (o que só é possível porque estão eles atravessados também por uma IL da diferença – como já foi dito, toda IL da ruptura é também uma IL da diferença, afinal, os pesquisadores do âmbito da Linguística só puderam querer romper com o atual estado das coisas após as tantas defesas de diferenciação linguística entre PB e PE)⁵⁷.

4.4.2 Os discursos de Bagno (2012; 2014) e Nascimento (2019)

Para Gray (2007, p. 11), “a política moderna é um capítulo na história da religião”. Isso porque, para o autor, os grandes movimentos revolucionários que tanto influenciaram a história dos séculos XIX e XX foram episódios da história da fé tributários da dissolução do Cristianismo e da ascensão da moderna *religião política* – para usar os termos do próprio autor. Gray (2007) defende que Comunismo e Nazismo, por exemplo, se diziam baseados na ciência (materialismo histórico e racismo científico, respectivamente). Acrescenta ele:

Eram pretensões fraudulentas, mas a utilização da pseudociência não teve fim com o colapso do totalitarismo que culminou na dissolução da URSS em dezembro de 1991. Teve continuidade em teorias neoconservadoras segundo as quais o mundo avança para uma forma única de governo e sistema econômico – a democracia universal ou o livre mercado global. Apesar de ser apresentada nas roupagens da ciência social, esta crença de que a humanidade estaria no limiar de uma nova era não passa da mais recente versão das crenças apocalípticas que remontam às épocas mais antigas (GRAY, 2007, p. 12).

A vida ocidental, desde que Jesus e seus seguidores disseminaram a ideia segundo a qual estavam vivendo no fim dos tempos, quando doença, morte, fome, guerra e opressão deixariam de existir em função da derrota das forças do mal a partir de uma luta que abalaria o mundo, tem circulado em torno dessa visão apocalíptica.

É o que referido autor mostra ao afirmar que, na Idade Média, pulularam, na Europa, movimentos de massa inspirados na crença de que a história estava chegando ao fim e de que um novo mundo surgiria dali em diante. Para Gray (2007), apesar de o Iluminismo (ou Esclarecimento, ou Ilustração) ter engendrado na vida cotidiana a razão e as liberdades individuais (inclusive para pensar autonomamente) em detrimento da fé

⁵⁷ Um resumo possivelmente didático para o que estou defendendo é o que seguinte: a IL da identificação se diferencia sobremaneira das demais; a IL da diferença pode caminhar *pari passu* a IL da ruptura, posto que façam parte de um *continuum* discursivo-ideológico; toda IL da ruptura anda necessariamente junta da IL da diferença.

cristã, a crença na existência de um iminente fim dos tempos se tornou mais forte, mais militante. Segundo ele (GRAY, 2007, p. 12):

Modernos revolucionários como os jacobinos franceses e os bolcheviques russos rejeitavam a religião tradicional, mas sua convicção de que os crimes e desvios do passado poderiam ser deixados para trás numa abrangente transformação da vida humana vinha a ser uma reencarnação secular de primitivas crenças cristãs. Esses revolucionários modernos eram expoentes radicais do pensamento iluminista, que pretendia substituir a religião por uma visão científica do mundo. Mas a crença iluminista radical de que é possível uma súbita ruptura histórica, após a qual as mazelas da sociedade humana serão para sempre abolidas, é um subproduto do cristianismo.

Sendo verdade ou não que “a própria ideia da revolução como um acontecimento transformador da história se deve à religião” (GRAY, 2007, p. 13), não parece ímprobo acreditar que ideologias que fazem circular teorias científicas nas Humanidades sejam cambulhadas de uma crença teleológica quanto à história da humanidade – e a Linguística, por seu turno, ao ser atravessada por uma IL da ruptura, não deixa de, em alguma medida, caracterizar um interdiscurso com as ideias segundo as quais a história tem um fim necessariamente bom.

Tal concepção atravessa desde autores como Hegel (1821), para quem a democracia liberal seria esse fim da história, até autores como Marx e Engels, para quem a chegada ao Comunismo marcaria o capítulo final da história da humanidade. Ora, no *Manifesto Comunista* (MARX; ENGELS, 1848), os autores afirmavam textualmente que o Comunismo era o *enigma da história resolvido*.

Conforme afirmou Gray (2007), aquele pensamento revolucionário iluminista que ele chamou de radical crê numa súbita ruptura histórica pela qual se resolvem as mazelas da sociedade. A Linguística, ocupando-se da linguagem humana, quando é atravessada pela IL da ruptura, se posicionando essencialmente nesse lugar discursivo (retiro daí, portanto, autores que têm seus discursos inscritos no limite entre IL da diferença e IL da ruptura), parece mesmo acreditar nessa visão denominada apocalíptica por Gray (2007).

Analisarei aqui dois discursos que, a meu ver, embora possuam diferenças entre si, representam bem essa noção de que a ciência – por meio da razão, ideia que remonta ao Iluminismo – pode alcançar o fim da opressão (o grande problema a ser resolvido, o grande enigma da história): o de Bagno (2012; 2014) e o de Nascimento (2019).

Em Bagno (2012), a ideia de transformação da sociedade por meio do trabalho científico já fica clara desde as primeiras páginas. O próprio autor afirma que “parodiando o velho Marx, os linguistas têm se limitado a *descrever* as relações entre língua e

sociedade; trata-se, agora, de *transformá-las*” (BAGNO, 2012, p. 27). E essa transformação seria feita, necessariamente, legitimando o PB (enquanto produto do povo, não das elites) como língua a ser ensinada na escola, o que “[exorcizaria] de vez o fantasma colonial que ainda assombra nossas concepções de língua e de língua e ensino” (BAGNO, 2012, p. 27).

É já de saída, portanto, que se pode perceber, no referido discurso (BAGNO, 2012), a inscrição do trabalho científico numa perspectiva de ruptura com o *status quo*. E a *escolha* lexical pelo verbo *exorcizar*, na referida citação, muito significa quanto à visão do autor sobre as consequências da empreitada colonialista no Brasil: exorcizar, ato de expulsar ou expelir demônios ou espíritos malignos de pessoas, comum na vida do sujeito medievo, é metáfora de Bagno (2012) que não deixa de ecoar certa visão religiosa acerca da expansão ocidental ocorrida a partir das grandes navegações. Assim, esse discurso dá azo à compreensão de que subverter a lógica de ensino-aprendizagem de língua portuguesa no Brasil é agenda que, via ciência, via razão, ao *exorcizar* fantasmas, derrota as *forças do mal*.

O discurso do linguista em questão evidencia uma preocupação latente com o lugar da produção de sentidos sobre a identidade brasileira (e, mais especificamente, sobre a identidade linguística brasileira). Problematiza o autor o *modus operandi* com que o Estado brasileiro pós-colonial lida com a própria visão de identidade e com as consequentes concepções de ensino nesse território.

A epígrafe que abre a leitura da gramática de Bagno (2012) evidencia as duas nuances de seu discurso até aqui apresentadas: a ideia de subversão de uma ordem, de uma norma, e a crença de que o discurso científico é que deve ser responsável por legitimar práticas e experiências historicamente marginalizadas, dando-lhes poder suficiente para que, a partir daí, se instale uma nova ordem no mundo, naturalmente subversiva:

O discurso herético deve contribuir não somente para romper com a adesão ao mundo do senso comum, professando publicamente a ruptura com a ordem ordinária, mas também produzir um novo senso comum e nele introduzir as práticas e as experiências até então tácitas ou recalçadas de todo um grupo, agora investidas da legitimidade conferida pela manifestação pública e pelo reconhecimento coletivo (BOURDIEU, 1996, p. 119, *apud*, BAGNO, 2012, p. 5).

Numa outra publicação, Bagno (2014), ao apresentar a sua gramática, afirma, sobre a epígrafe de Bourdieu (1996), o que segue:

O *sensu comum linguístico*, como todo conjunto de crenças fortemente arraigadas, é um fator poderoso na configuração da ideologia sobre língua e linguagem que circula nas sociedades ditas ocidentais há mais de dois milênios. A doutrina conhecida como gramática tradicional tem impregnado esse imaginário linguístico, sobretudo com a noção de *erro*, verdadeira espinha dorsal desse sistema de crenças. Do reconhecimento desse fato histórico e sociocultural é que procede, no trabalho de muitos pensadores contemporâneos, o projeto de “produzir um novo senso comum”, trazer à tona, no nosso caso, uma língua “até então tácita ou recalcada de todo um grupo”. Daí [...] o caráter propositivo da [*Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*] (BAGNO, 2014, p. 95).

Essa visão de Bagno (2012), respaldada em Bourdieu (1996), é bastante comum em discursos interpelados por uma ideologia progressista. Nas palavras de Bock-Côté (2019, p. 11), esses discursos creem que “seria necessário abrir-se para [a] diversidade e igualmente converter as instituições e representações coletivas em nome da *abertura ao outro*”. Aliás, para Bock-Côté (2019), que concebe o multiculturalismo como uma *religião política*, estando, portanto, a sua produção bibliográfica marcada por um interdiscurso com as ideias de Gray (2007), há pouco citadas:

Eis a grande narrativa da modernidade: a emancipação do homem passaria pela extensão da lógica igualitária a todas as relações sociais e pelo reconhecimento das identidades que, um dia ou outro, foram marginalizadas. Estas surgiriam atualmente das margens, emancipadas de uma ordem política e simbólica que as recalcava. Seria preciso acolhê-las: cada uma delas enriqueceria a humanidade. Aliás, isso é o que se repete: a diversidade seria uma riqueza. O mito envelhecido de uma comunidade política unificada se apagaria diante da pluralidade dos pertencimentos, nenhum dos quais é passível de ser encerrado numa categoria. A nação deveria se converter ao direito à diferença ou perecer. As velhas hierarquias estariam desabando. Por meio do dismantelamento das instituições e dos sistemas normativos tradicionais, a modernidade seria impelida por um surto emancipatório a serviço das identidades tradicionalmente marginalizadas, que teriam acesso ao reconhecimento social e político. Essas seriam as novas feições da democracia que todos deveriam reconhecer, sob pena de serem julgados desfasados e de serem marcados publicamente à maneira de personalidades pouco recomendáveis. Esse é o discurso que costuma ser veiculado pela esquerda multiculturalista, pelos louvadores daquilo que se denomina a religião da humanidade. É igualmente veiculado por uma parcela da direita modernista, que celebra a redenção do gênero humano por sua conversão ao mercado mundial, terreno de jogo ideal de um indivíduo desligado do território, liberado das restrições decorrentes do pertencimento a um corpo político (BOCK-CÔTÉ, 2019, p. 11-12).

Parece sensato afirmar que essa espécie de sociologia da emancipação de que fala Bock-Côté (2019) é a tônica dos discursos de linguistas interpelados pela IL da ruptura. Afinal, a visão teleológica de que precisamos alcançar o igualitarismo democrático como a resolução do grande *enigma da história* se deixa ver bastante claramente no panteão

ideológico de que fazem parte, por exemplo, Bagno (2012; 2014) e Nascimento (2019), de quem falarei a seguir. E é isso que tento mostrar nessa análise da IL da ruptura – a quais paixões humanas esse tipo de discurso está atualmente associado? Que benesses podem dele advir e quais possíveis prejuízos (para a formação de professores, para os letramentos na escola, para a própria sociedade brasileira nas agendas geopolíticas dessa nossa contemporaneidade globalizada etc.) podem daí emergir?

Quando digo prejuízos, estou pensando – da maneira mais objetiva possível – nos discursos emancipatórios ao longo do devir temporal da humanidade ocidental. Ora, os mesmos jacobinos que, na França do século XVIII, por exemplo, supostamente lutaram pelos ideais de igualdade, liberdade e fraternidade, apesar de, do ponto de vista político, terem contribuído para o fim do Absolutismo, também foram capazes de perpetrar perseguição religiosa e política, guerras civis e execuções na guilhotina; os mesmos políticos que, na América Latina do século XX, lutaram para implantar o Comunismo, modelo de governo *per si* emancipatório e igualitário, foram não raro totalitários, perseguindo e até matando adversários políticos.

Sem querer entrar no debate sobre *violência do opressor x violência do oprimido*, o fato é que precisamos ter clareza quanto aos discursos revolucionários, na medida em que eles, como quaisquer outros, estão sujeitos a *erros*. Quantos intelectuais, em nome da razão, chancelaram o regime nazista? O discurso radical iluminista, segundo o qual a razão é invariavelmente o bom caminho para o progresso, tem, ao longo da história, muitos reveses.

No campo da Linguística (e, mais especificamente, no campo daquela Linguística que se ocupa com o ensino-aprendizagem de língua portuguesa na escola), há também possíveis prejuízos – que são, é claro, definitivamente diferentes dos prejuízos anteriormente citados. Sobre eles me debruçarei, ao longo dessa reflexão.

Logo após citar Bourdieu (1996), ainda numa seção pré-textual, Bagno (2012) escreve um *aviso aos navegantes*. Há ali material bastante, apesar de caber em duas páginas, para que se encontrem algumas pistas ideológicas de seu discurso. Isso porque as premissas de sua produção intelectual são lançadas à luz, como se nota a seguir:

[...] essa obra

1. é uma GRAMÁTICA, na medida em que pretende examinar e descrever o funcionamento de uma língua específica, o português brasileiro contemporâneo. Esse exame-descrição, no entanto, não é exaustivo, pois o mais importante nesse projeto é destacar as especificidades da nossa língua, as que tornam ela diferente

das outras línguas de seu grupo (o português) e também das demais línguas da família românica;

2. é PROPOSITIVA, porque não se limita a descrever ou a expor o português brasileiro, mas propõe efetivamente a plena aceitação de novas regras gramaticais que já pertencem à nossa língua há muito tempo e, por isso, devem fazer parte do ensino sistemático da língua. Ela formula um "discurso herético", no sentido conferido à expressão por Pierre Bourdieu no trecho que lhe serve de epígrafe;

3. é PEDAGÓGICA, porque foi pensada para colaborar com a formação docente que, no Brasil, é reconhecidamente falha e precária. Nossos cursos de Letras (a começar pelo nome) se vinculam a um ideário cultural obsoleto, enraizado na sociedade burguesa do século XIX⁵⁸. Por isso, eles deixam de oferecer aos estudantes uma série de conhecimentos fundamentais enquanto, por outro lado, desperdiçam tempo com a transmissão de conteúdos irrelevantes para quem vai exercer a profissão docente. Basta perguntar a professoras e professores na ativa ou em formação se sabem, por exemplo, o que é gramaticalização ou se ao menos já ouviram falar disso;

4. é um projeto EPISTEMOLÓGICO, porque traz explícita uma teoria do conhecimento, destinada a fundamentar os posicionamentos francamente assumidos ao longo de todo o texto;

5. é POLÍTICO-IDEOLÓGICA, porque é um produto humano e não existe produto humano que não se configure, consciente ou inconscientemente, como uma tomada de posição política inspirada por uma ou mais ideologias; o mito da ciência "neutra" não tem mais lugar na era em que vivemos. Assim, essa obra milita a favor do reconhecimento do português brasileiro como uma língua plena, autônoma, que deve se orientar por seus próprios princípios de funcionamento e não por uma tradição gramatical voltada exclusivamente para o português europeu literário antigo. Essa militância se traduz no emprego consciente de formas linguísticas há muito tempo incorporadas à gramática do português brasileiro, mas que ainda são alvo da perseguição dos puristas mais empedernidos. Por isso, ninguém se assuste ao topar com construções do tipo "nos grupos que fazemos parte", ou "tem muitos problemas nessa descrição", ou "tendo transformado ela numa regra", ou "não se conhece as origens exatas dessas palavras", entre outras;

6. é TEÓRICA, na medida em que discute, refuta ou abraça propostas anteriores de descrição da língua e em que propõe novas análises, definições e conceitos;

7. é HISTÓRICA, porque rejeita a tradicional separação entre diacronia e sincronia e assume o fenômeno linguístico como eminentemente pancrônico, variável e mutante. Desse modo, o recurso às transformações ocorridas na(s) língua(s) ao longo do tempo é indispensável para o (re)conhecimento preciso do que ocorre aqui e agora. Com isso em mente, espero que os eventuais leitores dessa obra tirem algum proveito de um trabalho sincero, árduo, mas também muito prazeroso. (BAGNO, 2012, p. 13-14)

A gramática em questão é, sem sombra de dúvidas, uma publicação importante para a Linguística brasileira, uma vez que, antes de mais, apresenta ao público, especialista ou não, uma extensa fotografia sociolinguística do Brasil, debruçando-se sobre especificidades do PB que, para um leigo, resultariam de *erros do falante* ou *corrupção* do idioma lusitano. Trata-se, pois, de um proveitoso excuro científico, já que,

⁵⁸ Parece-me bastante desconectada da realidade essa afirmação. Os cursos de Letras, atualmente, a meu ver, estão muito mais implicados com a negação do Ocidente e com a defesa das teorias críticas do que com a preservação cultural da burguesia portuguesa.

ainda hoje, mesmo após mais de dois mil anos do surgimento da gramática, esse termo ainda implica noções completamente irrealis e anacrônicas.

Assim, o projeto cujo corolário é a gramática de Bagno (2012) é passível de diferentes interpretações, que vão desde a sua glorificação pelo trabalho inovador (afinal, é, nas palavras do autor, a primeira publicação com esse fito dedicada à formação de professores) até o seu rechaço – basta lembrar, por exemplo, o que diz Bechara (2011), já aqui citado, sobre a função do ensino de língua materna na escola –, passando por uma visão mais crítica, que baliza avanços e desafios dessa empreitada. E é isso que tento apresentar aqui.

Ainda na introdução de sua gramática, afirma Bagno (2012, p. 33):

A norma-padrão tradicional acaba perdendo espaço para a norma real, habitual, normal, pelos usos feitos pelos falantes em suas atividades linguísticas cotidianas. É dessa norma real, habitual, normal, que vamos tratar nesse livro. Não adianta os prescritivistas afirmarem que eu deveria escrever “vamos tratar neste livro”, porque no vernáculo geral brasileiro o demonstrativo este se extinguiu e, quando usado, não segue nem de longe as determinações impostas pela tradição prescritiva. Sendo uma gramática do português brasileiro, o que nela vai aparecer são as formas genuinamente brasileiras de falar e de escrever. E uma vez que a função da escola é ensinar o que as pessoas não sabem, é nos gêneros textuais escritos mais monitorados que vamos buscar nossas exemplificações do real funcionamento da gramática do português brasileiro. Porque são esses gêneros escritos mais monitorados que é dever da escola levar seus alunos a conhecer, reconhecer, dominar e empregar. O recurso a esses gêneros serve também como argumento contra aqueles que tentam não parecer autoritários ou puristas alegando “na fala tudo bem, mas, na escrita, nunca”, como se fala e escrita fossem duas entidades totalmente diferentes, estanques e isoladas.

Se, por um lado, é verdade que a existência da norma-padrão se assenta em uma crença na importância da unidade – já muitas vezes se disse aqui que um pensamento político e social que visa à construção de um Estado moderno o faz a partir da reflexão sobre a unidade (territorial e política) – e que identidade é inevitavelmente um movimento na história – ora, o Estado, a língua, as sociedades, as culturas se constituem de uma diversidade concreta, mas se representam em uma unidade imaginária (cf. ORLANDI, 2013) –, por outro lado, a citação de Bagno (2012) apresentada dissimula uma unidade substitutiva de outra.

É que, ao falar em abandono da norma-padrão e institucionalização do ensino de português com base na norma normal brasileira, o autor leva um leitor desavisado a crer que essa norma normal é una e atemporal, o que nem de longe é verdade. Quando se fala em ensino de português a partir dos dados das gramáticas do PB, de que gramáticas se

está falando? Mais: de que concepção de gramática se está falando? Do ponto de vista da gramática como língua-I (CHOMSKY, 1986), por exemplo, o que se denomina PB é, na verdade, um conjunto de diferentes gramáticas. Ao fim e ao cabo, um ensino que privilegie o que apregoa Bagno (2012) pode ser tão elitista quanto um baseado na norma-padrão.

É o que defendeu Nascimento (2021), em exposição oral apresentada à Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN). Para o autor, cujo discurso também interpreto como sendo prenhe da IL da ruptura, a ideologia do nacionalismo brasileiro, que supostamente negaria a existência do racismo no país e a contribuição dos povos africanos na insurgência e existência de uma institucionalidade nacional, é inerentemente anti-negra. Para exemplificar isso, Nascimento (2021) comenta a revogação de programas de ações afirmativas para a pós-graduação em universidades – o que para ele deu margem a entender que o Estado brasileiro está concebendo os negros como sujeitos sem direitos –; a iniciativa do Projeto NURC, que, em sua visão, ao escolher os falantes urbanos com nível superior como os representantes da norma normal brasileira, também reforça uma ideologia anti-negra que seria comum na Linguística brasileira e, finalmente, a ausência de palestrantes negros durante os primeiros quarenta e cinco dias da programação das palestras *online* da ABRALIN, em 2020.

Discordo de partes da defesa de Nascimento (2021). No que concerne à revogação de programas de cotas para negros na pós-graduação brasileira, não necessariamente há aí racismo. Ora, as cotas para a graduação, pelo menos em tese, já deveriam resolver o fosso que separa alunos brancos e negros na educação básica, estando a maioria negra em escolas públicas, que oferecem sem dúvidas, de modo geral, um ensino muito aquém daquele oferecido minimamente pelas instituições privadas do país. Manter o programa de cotas na pós-graduação, para muitas pessoas (e elas não necessariamente estão sendo racistas por isso), caracterizaria uma medida populista que sucumbe à alta reivindicação por pautas identitárias no Brasil contemporâneo. Além disso, a ausência de negros nos primeiros dias de programação *online* da ABRALIN não necessariamente revela racismo institucional (o próprio convite a Nascimento para palestrar invalida essa ideia). Na verdade, infelizmente, há muito menos doutores negros do que brancos (IBGE, 2019) – isso, sim, se explica pela história da população negra, no Brasil, sendo alijada dos espaços de poder, incluídos aí os espaços institucionais de educação formal.

Não obstante, concordo com Nascimento (2021) que a fixação de um suposto *falante-ideal* brasileiro como aquele de nível superior de cinco capitais do Brasil é

reducionista da norma normal brasileira (se é que ela de fato existe – não estaríamos idealizando um modelo de língua que, por meio da *mass media*, alcança todos os brasileiros altamente escolarizados?). A programação da ABRALIN, em 2020, na verdade, incluiu diversos trabalhos que se debruçavam sobre questões étnico-raciais no Brasil.

Quero dizer com isso que, ainda que não ache que Bagno (2012) esteja sendo racista ao propor o ensino de língua portuguesa no Brasil baseado na norma que se deixa ver nos dados do Projeto NURC, sua ideia não me parece subverter a lógica ocidental do Estado elitista brasileiro, como ele próprio defende. Na verdade, penso que, com sua proposição, substituiríamos um modelo elitista lusitano de ensino por um modelo elitista brasileiro de ensino. A questão da educação linguística é, a meu ver, muito mais complexa que essa. Está-se falando aqui, mais uma vez, do paradoxo da norma (cf. FARACO; ZILLES, 2017): em que pese a irrefutável raiz elitista da cultura linguística normativa, têm também inegável valor sociocultural as variedades linguísticas prestigiadas, posto que estejam ligadas ao importante patrimônio cultural que se expressa por escrito.

Outrossim, a ideia de Bagno (2012), segundo a qual *formas genuinamente brasileiras de falar e escrever* são modelos para o ensino formal de língua portuguesa no Brasil, me parece difícil de defender. Existem trabalhos suficientes, no âmbito da Linguística, que consigam delinear fidedignamente a escrita genuinamente brasileira? Uma resposta negativa a essa pergunta me parece levar à conclusão de que Bagno (2012) sugere, via escola, o ensino não *da norma* dos brasileiros, mas de *uma* norma de *alguns* brasileiros – a minoria deles, uma vez que 75% da população brasileira entre 14 e 64 anos sequer são capazes de ler e compreender um texto de dificuldade mediana (INAF, 2009) e somente 12% dos brasileiros estão no nível “proficiente em língua portuguesa”, o mais alto da escala (IBGE, 2019). Em que medida esse projeto de Bagno (2012) é disruptivo? Mudar os dados de análise linguística na escola é uma ponte imediata para a superação dos assustadores dados supracitados? Penso que não.

O próprio autor concorda que a tarefa precípua, para não dizer exclusiva, da escola fundamental brasileira precisa ser “a educação linguística ininterrupta dos aprendizes para que atinjam o nível pleno do alfabetismo” (BAGNO, 2012, p. 22), o que, segundo ele, não é possível se se desperdiça o tempo das crianças na escola fazendo-os memorizar informações gramaticais inúteis, repletas de inconsistências teóricas e trabalhadas a partir de absurdos metodológicos (cf. BAGNO, 2012, p. 23). Substituir os dados com os quais se faz análise linguística na escola (isto é, substituir a norma-padrão, que é lusitana, pela

norma *culta*, usada pela minoria dos brasileiros), definitivamente, não me parece um caminho para alcançar esse objetivo

Desde as primeiras páginas, como mostrei há pouco, Bagno (2012) defende que sua obra é uma gramática propositiva, pedagógica, epistemológica, político-ideológica, teórica e histórica. Essa sua afirmação resume bem as razões pelas quais considero o seu discurso como um exemplo daqueles atravessados pela IL da ruptura. Isso porque toda a defesa do autor se sustenta num cabedal teórico que invoca a noção de que insurgências epistemológicas são uma forma eficaz de superar, no limite, as imbricações últimas da empreitada colonialista ocidental – o que também defendem os pensadores decoloniais, muitos dos quais já apresentei (cf. SPIVAK, 2010; BALLESTRIN, 2013; WALSH, 2013; BERNARDINO-COSTA & GROSGOUEL, 2016; SANTOS, 2019 etc.).

A fim de explicar sua proposição reformista do ensino de língua portuguesa no Brasil, sugerindo uma ação contra-hegemônica, porque antielitista (nos termos por ele assim designados), Bagno (2014) discute a clássica distinção que se faz, nos estudos linguísticos, entre atitudes descritivas e prescritivas. Em tom crítico, irônico (o que se percebe também pelo uso de aspas, como mostro a seguir), o autor afirma que:

O linguista moderno, em seu afã de “cientificidade”, abjura todo olhar subjetivo sobre os fenômenos que estuda e procura desempenhar sua tarefa com a mesma suposta frieza com que, digamos, um geólogo examina e descreve suas pedras, rochas e solos. Essa postura “científica” é quase uma obrigação profissional [...] (BAGNO, 2014, p. 92).

Bagno parece ignorar que o forte debate existente hoje, que separa profissionais de determinada área em *técnicos* e *cientistas apetrechados pela luta social*, não é exclusiva daquela de que é partícipe. O trabalho do geólogo não passa ao largo disso, na medida em que mesmo ele pode, numa interpretação que associa ciência e militância, pensar nas pedras, rochas e solos em sua relação com o ser humano, refletindo, por exemplo, sobre como as diferenças socioeconômicas entre as classes sociais determinam distintas relações com a terra.

Para o autor, porém, a objetividade científica no âmbito da Linguística é impossível. Acrescenta ele:

Passado um século da morte de Ferdinand de Saussure (1857-1913), considerado por muitos como o inaugurador de uma “ciência linguística objetiva”, essa ilusão já foi suficientemente criticada e desconstruída pelas investigações filosóficas, sociológicas, antropológicas e – é claro – linguísticas mais recentes para que se justifique que ainda seja (como infelizmente ainda é)

alimentada por tantos ingênuos. Nada é menos “científico” e “objetivo”, por exemplo, do que o rótulo de “agramaticalidade” pespegado em construções sintáticas por linguistas da vertente gerativo-transformacional: como bem escreveu Milroy (2011), muitas vezes[,] o único motivo para essa rotulação era o fato de tais construções não pertencerem à variedade linguística do pesquisador (o inglês urbano de prestígio, no caso dos estadunidenses e britânicos). A teoria linguística pretensamente objetiva e científica que se revela, de fato, matriz de produção de *ideologias* dos mais distintos matizes é objeto de exame crítico nos diversos trabalhos coletados por Moita Lopes (2013), em que essa objetividade científica ilusória é desconstruída. Apesar de todos os esforços da assim chamada linguística moderna por se constituir como uma ciência de *status* semelhante ao de campos de conhecimento como a biologia, e geologia, a química, a física etc., a realidade é que a *língua*, seja qual for a definição que se lhe der, é um fato/fenômeno *humano* e, diante dessa verdade incontornável, qualquer pretensão a uma “objetividade” ou, pior, a uma “neutralidade”, já nasce morta (BAGNO, 2014, p. 92-93).

Discordo em absoluto do referido pensamento. Acredito na possibilidade de descrição de fatos objetivos do mundo a partir de um exercício científico que prime pela *neutralidade axiológica*, nos termos de Weber (1917) – o que não quer dizer, por automático, que isso impossibilita que um cientista milite em favor de uma causa específica. Pode-se citar, como exemplo, o debate sobre a importância ou não da criação e da institucionalização de um gênero neutro na língua portuguesa (*todes* em lugar de *todos/todas*; *ile* em lugar de *ele/ela* etc.).

É claro que há, nesse debate, aqueles que, por puro preconceito, cientes de que a luta em questão favorece pessoas não binárias, rechaçam essa discussão. Mas há, também, é claro, aqueles que veem duas confusões sendo feitas aí: em primeiro lugar, não é verdade, como muito se lê e se ouve, na *internet* e na grande mídia, que a inexistência de gênero neutro nos substantivos, adjetivos, numerais, artigos e pronomes pessoais do caso reto tem relação com a transfobia e a homofobia. O quase total desaparecimento do neutro na morfologia nominal do português é, na verdade, um fenômeno que ocorre na dialeção do latim vulgar, muito em função do tipo de aquisição e de transmissão linguísticas que ocorreu naquele contexto, como já mostrei na primeira seção.

Além disso, aqueles que têm disposição em contrário à institucionalização do gênero neutro em português argumentam, não raramente, que se trata de uma luta difícil de se materializar, vez que não se está falando em vocabulário (é muito fácil evitar falar a palavra “denegrir” em respeito à luta antirracista), mas em uma característica morfossintática da língua, adquirida na primeira infância, quando da aquisição da língua materna pelos falantes – modelos-estímulos recebidos na fase adulta de forma não natural (mas via decreto) serão suficientes para que uma mudança linguística pretendida por grupos específicos ocorra? E mais: quantos dos falantes brasileiros têm acesso a essa

discussão e serão capazes de implementar essa mudança em sua fala, em sua escrita, se é que escrevem (somos um país majoritariamente analfabeto funcional)?

A visão crítica do gênero neutro resumidamente apresentada aqui não é um fato indiscutível. Pelo contrário: há bons argumentos em ambos os lugares discursivos – o que apoia e o que condena (ou vê com incredulidade) a necessidade disso na língua portuguesa. O que não se deve, a meu ver, é reduzir esse debate (legítimo, importante) à querela entre científico e não científico ou entre favoráveis ou não favoráveis às causas LGBTQIA+⁵⁹.

Estou com isso defendendo que há, sim, possibilidade de objetividade no trabalho científico, qualquer que seja a área de conhecimento de que se fale. Uma aula de Linguística Histórica em que se expõe a razão da não existência do gênero neutro em português não é necessariamente *preconceituosa*, mas, antes, se debruça tão somente na questão histórica factual da mudança linguística na emergência das línguas neolatinas.

Quero destacar também a afirmação de Bagno (2014) de que a agramaticalidade é pouco científica e objetiva, posto que seja supostamente ingenuidade do pesquisador, que vê como agramatical qualquer construção que não seja licenciada por sua variedade linguística. Essa afirmação é falsa. Do contrário, teremos de assumir que “vou eu bola a pegar” (indiscutivelmente agramatical) é possível em alguma variedade de português. Além disso, a ideia de que haveria, em 2014, ano da publicação do texto em análise, *linguistas da vertente gerativo-transformacional* é por demais anacrônica (a Teoria da Gramática Gerativa, faz anos, abandonou a noção de transformação). Talvez o autor precise ler publicações mais recentes da teoria antes de sobre ela publicar suas interpretações.

Aliás, o anacronismo e as conclusões equivocadas de Bagno sobre a Teoria da Gramática, não raro, causam revolta em diversos linguistas. Em 2022, na página oficial da ABRALIN, hospedada numa rede social, Pinto (2022) publicou uma pequena, mas assertiva nota de repúdio ao referido linguista, evocando um princípio básico da ética em ciência: a verdade. Afirmo Pinto (2022), em sua nota, reproduzida na íntegra a seguir, que:

⁵⁹ Num trabalho bastante interessante, Possenti (2022) defende que, no léxico, mais do que na morfologia, a violência discursiva no tocante a gênero gramatical se exerce de forma mais clara. Para exemplificar isso, o linguista cita duplas de palavras, encontradas na *internet*, que mostram como a forma feminina é frequentemente derrisória: cão (cachorro) e cadela (puta); aventureiro (desbravador) e aventureira (puta); pistoleiro (assassino) e pistoleira (puta); puto (irritado) e puta (puta) etc. Para Possenti (2022), portanto, é no espaço do léxico, e não da morfologia, que a luta contra a opressão por meio da(s) língua(s) é mais relevante e mais claramente fundamentada em fatos.

Em seu texto “Do galego ao brasileiro passando pelo português: crioulização e ideologias linguísticas”, publicado na coleção “O português no século XXI: Cenário geopolítico e sociolinguístico”, organizada por Luiz Paulo da Moita Lopes (2013), Marcos Bagno diz “Não existem línguas sem seres humanos que a falem, a não ser no mundo da ficção científica sonhado por Noam Chomsky em sua fantasia gerativista” (p. 320). Quero manifestar meu repúdio ao fragmento transcrito, porque fere com um princípio básico da ética em ciência: o uso da verdade. Tomemos como ilustrativos dois textos de Chomsky a seguir: 1. “O conhecimento da língua: sua origem, natureza e uso” (CHOMSKY, 1994, p. 41. versão portuguesa, editora Caminho – o original é de 1986): “Uma abordagem bastante diferente foi feita, por exemplo, por Otto Jespersen, que defendeu a existência de uma ‘noção de estrutura’ na mente do falante, ‘que é suficientemente definida para o guiar na estruturação das suas próprias frases’, em particular das ‘expressões livres’ que podem ser novas para o falante e para outros. Vamos referir-nos a esta ‘noção de estrutura’ como ‘língua interna’ (língua-I). A língua-I é, pois, um elemento que existe na mente da pessoa que conhece a língua, adquirido por quem aprende e usado pelo falante-ouvinte. Considerando a língua como língua-I, a gramática seria, então, uma teoria da língua I, que é o objecto a ser investigado.”; 2. “Novos horizontes no estudo da linguagem” (CHOMSKY, 1997 – Volume especial da Revista D.E.L.T.A.): “A faculdade humana de linguagem parece ser uma verdadeira ‘propriedade da espécie’, (p. 49); “Além de tudo isso, a faculdade da linguagem tem papel crucial em todos os aspectos da vida, do pensamento e da interação humana. Ela é em grande parte responsável pelo fato de que no mundo biológico somente os seres humanos têm uma história, uma evolução cultural e uma diversidade algo complexa e rica, e também pelo sucesso biológico no sentido técnico de que a população humana é numerosa.” (p. 49); “A linguagem humana está baseada numa propriedade elementar que parece também ela ser biologicamente isolada: a propriedade da infinitude discreta, que em sua forma mais pura é exibida pelos números naturais 1, 2, 3,... As crianças não apreendem esta propriedade; se a mente não possuíse já de antemão os princípios básicos, não haveria quantidade de evidência capaz de provê-los.” (p. 50); “A faculdade da linguagem pode razoavelmente ser considerada como ‘um órgão linguístico’ no mesmo sentido em que na ciência se fala, como órgãos do corpo, em sistema visual ou sistema imunológico ou sistema circulatório. Compreendido deste modo, um órgão não é alguma coisa que possa ser removida do corpo deixando intacto todo o resto. Um órgão é um subsistema que é parte de uma estrutura mais complexa.” (p. 50); Assumimos ainda que o órgão da linguagem é como outros órgãos no sentido de que seu caráter fundamental é uma expressão dos gens.” (p. 51). Todos os fragmentos acima, especialmente os do texto de 1997, no qual Noam Chomsky faz uma retrospectiva da empresa gerativista até o Programa Minimalista, deixam claro, sem sombra de dúvidas [...], que o modelo gerativista assume que a capacidade para a linguagem e, conseqüentemente, as diferentes línguas são exclusivas da espécie humana. Se a capacidade para a linguagem é exclusiva da espécie humana devido a uma dotação genética, a conclusão óbvia é a de que não há línguas sem seres humanos. O fragmento do texto de Marcos Bagno atribuí ao modelo gerativista, denominado por ele como uma fantasia sonhada num mundo de ficção científica, uma informação inverídica, que induz o leitor a erro. O fragmento se caracteriza, nesse sentido, pela falta de verdade, para não dizer falta de honestidade intelectual e de ética acadêmica. Obviamente, não estão em discussão aqui as vantagens e desvantagens, acertos e equívocos da teoria gerativista, nem [...] os interesses de pesquisa individuais e os possíveis recortes teóricos assumidos por cada pesquisador. Meu ponto é a ruptura de um acordo tácito e impensável em ciência, que é o uso da verdade. Quando um estudante iniciante lê, no fragmento transcrito, que “Não existem línguas sem seres humanos que a falem, a não ser no mundo da ficção científica sonhado por Noam Chomsky em sua fantasia gerativista”, o leitor, pelo acordo tácito de que os textos, embora possam discordar de perspectiva, interpretação e análise, trabalham com informações

verdadeiras, é induzido ao erro. E não se pode pressupor que alguém com o currículo do Prof. Marcos Bagno o tenha feito por mero desconhecimento dos pressupostos teóricos da Gramática Gerativa ou para o exercício da crítica salutar, mesmo que agressiva, para o desenvolvimento da ciência, mas, sim, pautado em uma ideologia específica, para causar antipatia, rejeição e menosprezo à teoria devido ao seu recorte.

Voltando às atitudes descritivas e prescritivas, Bagno (2014) retoma essa clássica distinção dos estudos linguísticos com o fito de *assumir* (para usar os seus próprios termos) que toda descrição é, inevitavelmente, uma prescrição. Segundo ele:

Consciente [da] incapacidade de distinguir o *descritivo* do *prescritivo*, decidi assumir a máxima de que “*descrever é prescrever*” e com ela, no mesmo gesto, a crença, que sempre professei, no papel social do linguista como agente transformador, graças ao conhecimento acumulado sobre a língua, as relações sociais por meio da linguagem. Trata-se de uma postura político-ideológica claramente enunciada e explicitamente assumida, ao contrário daquelas, como escreve Cameron [1995], “frequentemente dissimuladas” da maioria dos que se dedicam à linguística “científica”. Nesse aspecto, a postura dos prescritivistas assumidos me parece até mais respeitável, porque honestamente enunciada em seu discurso. Se é com eles que me debato tão frequente e acirradamente é porque em cada uma das suas frentes há um projeto político-social explícito, projetos antagônicos do ponto de vista de sua ideologia, é claro, mas, repito, projetos assumidos (BAGNO, 2014, p. 94).

Ao afirmar isso, o autor opõe, de um lado, linguistas explicitamente imbuídos do desejo de transformação da realidade por meio do conhecimento sobre a linguagem e sobre as relações sociais por ela atualizadas e, de outro lado, os linguistas dissimuladamente científicos. Dito de outro modo, para Bagno (2014), só é um verdadeiro cientista da linguagem aqueles que lutam pelo *exorcismo* dos fantasmas do passado colonial. E, conforme ele próprio afirmou, linguistas da Teoria da Gramática são ingênuos em não perceber a impossibilidade da existência de uma Linguística objetiva, logo, não são cientistas.

Trata-se mesmo de uma ideia bastante comum no discurso progressista mais radical do nosso tempo. Retomando as ideias de Marx e Bourdieu já apresentadas ao público em sua gramática (BAGNO, 2012), e já mencionadas aqui, Bagno (2014) conclui:

Parodiando a conhecidíssima declaração de Marx, os linguistas têm se limitado a *descrever* as relações entre língua e sociedade: trata-se, porém, de *transformá-las*. Essa transformação pode ser feita, repito, por meio da formulação de um “discurso herético”, destinado a produzir um “novo senso comum” sobre língua e ensino de língua. Daí o qualificativo de *propositiva* que assumo sem rodeios para definir minha gramática – ela *descreve*, mas também *propõe uma nova norma linguística para o ensino*, uma norma que não é extraída do nada nem

dos gostos pessoais do autor (como é frequentemente o caso com as gramáticas prescritivas), mas *uma norma que já existe*, “tácita ou recalçada”, e que tem de ser legitimado para que o Brasil exorcize de vez o fantasma colonial que ainda assombra nossas concepções de língua e de ensino de língua (BAGNO, 2014, p. 111).

Ficam claras, portanto, as características do discurso de Bagno (2012; 2014) que me fazem considerá-lo como representativo da IL da ruptura. Afinal, está-se falando aqui de um *vínculo estilístico*, via *tráfego intercoletivo de pensamento* (cf. FLECK, 2010), entre parte da Linguística contemporânea e uma espécie de sociologia da emancipação que tem emergido, em diferentes áreas, a partir dos estudos decoloniais, os quais são, a meu ver, teleológicos.

O que Bagno (2012; 2014) tem apregoado, inclusive construindo uma importante tecnologia (uma gramática pedagógica) para que o projeto seja viável, na prática, é exatamente aquilo em que autores decoloniais, como Santos (2019), acreditam: a necessidade de uma insurgência contra todo tipo de dominação e opressão por meio de uma *mudança epistemológica* (cf. SANTOS, 2019). A reinterpretação permanente do mundo seria um caminho incontornável para alcançar esse fim, afinal, “não precisamos de uma nova teoria da revolução; precisamos sim de revolucionar a teoria” (SANTOS, 2019, p. 9).

Não obstante isso, a revolução sugerida por Bagno (2012; 2014) tem problemas que não devem ser ignorados – como a ideia pouco democrática de que linguistas que olham tecnicamente para os fatos da língua não são científicos, mas ingênuos, e que científicos são apenas aqueles que olham para o trabalho em Linguística como uma oportunidade de *transformação* da realidade⁶⁰ – e perguntas que carecem de respostas. A *norma culta* brasileira, auscultada nos dados do Projeto NURC, é mesmo a norma normal do Brasil ou a de alguns poucos brasileiros? Essa norma oral pode ser ensinada também para a língua escrita? Essa norma é atemporal ou, pelo contrário, de quando em quando, deveremos produzir outra gramática prescritiva (porque, afinal, segundo o próprio autor, toda descrição é, antes, uma prescrição) que, apresentando as novas mudanças linguísticas, substitua as características já em desuso? A prescrição escolar com base na norma normal, se mudar de quando em quando – o que parece mais crível –, vai dificultar

⁶⁰ Essa *transformação* tem um limite, é claro. Para Bagno (2012; 2014), como para tantos outros progressistas, *transformar* a realidade significa, em última instância, implantar, não importa a partir de que meios (que são, não raro, autoritários), a pedagogia progressista dissimulada como democrática em si mesma. Muitas críticas bastante interessantes têm sido feitas em relação a isso (cf. GRAY, 2007; SOWELL, 2011; BOSCO, 2017; BOCK-CÔTÉ, 2019; 2021; RISÉRIO, 2020; PLUCKROSE; LINDSAY, 2021 etc.).

a leitura de textos mais antigos, escritos ainda quando essa norma era outra? O problema central da educação linguística no Brasil (gastar o tempo das crianças fazendo-as memorizar nomenclatura gramatical em lugar de levá-las a desenvolver criticamente habilidades leitoras e escritoras, essas sim indispensáveis para a plena cidadania) vai ser superado pela substituição de uma norma por outra na escola?

Considero também interpelado pela IL da ruptura o discurso de Nascimento (2019, p. 11). De saída, afirma o autor:

“A linguagem tem sido um grande fetiche do mundo ocidental há séculos. Não apenas por meio das mais diversas formas de normatização e idealização das línguas nacionais, tendo como base o mundo branconcêntrico greco-latino, mas pelos próprios circuitos de reprodução da linguagem na modernidade, usados para consolidar o processo de formação da modernidade. Ou seja, a modernidade não apenas usou a ideia de linguagem no âmbito do projeto romântico, liberal, cristão e idealista das línguas nacionais europeias (como é o caso do português, francês, espanhol e italiano), como também lançou mão dela para criar uma definição para o mundo inteiro, passando a operar todos os conceitos a partir da Europa”.

Estamos diante, mais uma vez, de uma crítica à expansão ocidental nos modos como ela ocorreu, imputando aos territórios invadidos formas europeias de ser e estar no mundo. E, como tenho dito em muitas destas páginas, defende Nascimento (2019) que isso só pôde ser implantado por meio da língua, do discurso. Para ele:

[...] o negro não só foi criado enquanto categoria discursiva e histórica, mas ele próprio foi obrigado a utilizar a língua do seu interlocutor (sobretudo no caso das línguas nacionais do colonizador) para produzir significados de defesa e sobrevivência após o tráfico negreiro intenso e a própria escravização, sendo capaz, inclusive [...], de gerar transformações nessa língua. Portanto, se esse interlocutor é a branquitude, como aquela que inviabiliza a minha fala, então o negro teve ainda que adaptar a sua fala durante todo esse processo, apagando aparentemente muitas vezes suas próprias marcas de origem ou traduzindo algumas delas e, assim, modificando a própria língua do colonizador. (NASCIMENTO, 2019, p. 12).

O que se vê, nesse e em tantos outros momentos do texto em análise, é uma discussão sobre o fenômeno da mudança linguística a partir de uma visão sociopolítica que tenta mudar a posição da lupa, retirando-a da visão europeia (e da visão ainda a ela associada) e situando-a no lugar discursivo dos povos escravizados.

Esse modo específico de conceber a história da empresa colonialista e escravista precisaria se construir, na visão do autor, *pari passu* a uma concepção também específica (e disruptiva) de língua. É por isso que Nascimento (2019, p. 12-13) compreende

o conceito de "língua" no ocidente como aquele que deriva do fetiche entre a perfeição prometida pelo projeto de modernidade e sua performance baseada no mundo greco-romano. Por isso, ao ignorar séculos de auto-organização africana, inclusive a que gerou as primeiras formas conhecidas de escrita fonográfica, a "língua" foi concebida no ocidente, sobretudo a partir do projeto moderno, como "comunidade imaginada" (ANDERSON, 1991). Assim, entendendo língua como sendo ela mesma uma comunidade imaginada, ou seja, uma imaginação do europeu sobre o que ele era nessa modernidade, e assim, sobre qual língua falava, compreende-se que essa comunidade é um dos grandes fetiches usados pelo mundo ocidental até aqui para produzir diferença em sua trajetória de dominação colonial. Esse projeto não apenas institui um fetiche de estética na linguagem baseado em um projeto de elites locais de cada estado-nação, mas também impõe sua língua aos povos colonizados [...]

Continua Nascimento (2019) argumentando que o combate ao uso de outras línguas que não o português no Brasil colonial e imperial foi um dos primeiros atos do mito da brasilidade linguística em nosso país, gerando, ao mesmo tempo, epistemicídio, termo com que Carneiro (2011), a partir da leitura sobre biopoder, em Foucault (1979), e sobre ecologia dos saberes, em Santos (2007), critica o extermínio do conhecimento do outro, por meio da definição do que é saber válido e saber inválido, e lingüicídio, entendido por Rajagopalan (2010) como um epistemicídio que se dá por meio da linguagem (nos modos de conceituar, nomear e discriminar) ou das políticas linguísticas.

Esses dois processos, epistemicídio e lingüicídio, foram responsáveis, para o autor, pela imposição da língua portuguesa no território brasileiro. Não se trataria, assim, de um projeto neutro, mas de uma política bem localizada na própria racionalidade política do Estado brasileiro. Nascimento (2019), inclusive, defende que programas de TV que ensinam como *falar português corretamente* são direcionados aos negros – são as marcas africanas que as elites que comandam e patrocinam esses programas quereriam extirpar da língua majoritária do Brasil.

Portanto, a defesa de que todo preconceito linguístico é, antes de mais, racismo linguístico, é a grande tese defendida em Nascimento (2019). Para o autor:

Uma vez que admitimos que o racismo está na estrutura das coisas, precisamos admitir que a língua é uma posição nessa estrutura. Em minha hipótese principal aqui, entendo que o racismo é produzido nas condições históricas, econômicas, culturais e políticas, e nelas se firma, mas é a partir da língua que ele materializa suas formas de dominação (NASCIMENTO, 2019, p. 19).

Nascimento (2019) situa a origem do problema que caracteriza o racismo linguístico no projeto de expansão ocidental e, mais centralmente, na oficialização da língua do colonizador num território colonizado. Usando a noção de comunidade imaginada (cf. ANDERSON, 1991), já discutida aqui, o autor defende que, tanto na

colonização do Brasil por Portugal, quanto na emergência do Estado brasileiro, a colonialidade sequestrou, subtraiu e apagou saberes e práticas não brancas.

No caso dos indígenas, o autor lembra que, após ser apropriado pelo Estado, o letramento desses povos foi feito por professores, antropólogos, linguistas e educadores brancos, que ignoraram as formas visuais de letramento preexistentes naquelas comunidades, produzindo uma imensa *racialização por meio da língua*. Isto é: para serem aceitos pelos brancos e pela modernidade, os indígenas precisaram se adaptar ao Estado moderno (cf. NASCIMENTO, 2019, p. 24).

No caso dos africanos e de seus descendentes, assinala o autor que todo tipo de *correção de erros* de português, tão comum no Brasil, é, antes, uma tentativa insidiosa de apagar as modificações da língua portuguesa feitas por eles. Dessa forma, o *racismo linguístico*, entendido, portanto, como a confluência entre preconceito racial, social e linguístico, que se desenha através do linguicídio, isto é, do extermínio do outro não branco, é patrocinado pela grande imprensa e pelos grupos de mais poder no país.

São palavras do autor:

[...] mais do que compreender ou abandonar os sistemas de poder, é preciso disputá-los para que as línguas sejam espaços de luta. No nosso caso, é preciso adentrar o processo de racialização para responder a nossa pergunta inicial. A língua tem cor? Em si, como iniciamos anteriormente a argumentação, nenhuma língua tem cor, porque nenhuma língua existe em si. Entretanto, ao serem politizadas, as línguas têm cor, gênero, etnia, orientação sexual e classe, porque elas funcionam como lugares de desenhar projetos de poder, dentre os quais o próprio colonialismo fundado a partir de 1492 e a colonialidade que ainda continua entre nós como continuidade dele (NASCIMENTO, 2019, p. 21-22).

Ao propor, a partir da leitura de Fanon (1952; 1999; 2008), González (1982; 1983), Hall (2009[1998]), Spivak (2010), Mbembe (2014) etc., que nem Marxismo, nem Pós-estruturalismo e nem Liberalismo conseguem entender o racismo de maneira a compreender que ele não é apenas um discurso, mas a estrutura de onde se originam os discursos da colonialidade, Nascimento (2019) defende que a linguagem é usada não somente para nomear e gerar exclusão, mas sobretudo para estabelecer políticas de exclusão, como é o caso das políticas públicas que geraram e geram precarização para as pessoas negras.

O fato de os negros estarem condicionados às precárias formas de educação linguística tem relação direta com as políticas linguísticas (não)impostas para populações indígenas e afro-brasileiras. Para Nascimento (2019), tanto a educação em língua portuguesa quanto a educação em língua(s) estrangeira(s) fazem parte de um projeto

racista do Estado brasileiro (que se materializa por meio do abandono da população não branca).

São exemplos citados pelo autor como ilustrativos disso os seguintes dados: o analfabetismo é duas vezes maior entre negros do que entre brancos (cf. PNAD, 2017); 70% dos jovens brancos a partir dos 15 anos estão no ensino médio, ao passo que apenas 55% dos jovens negros na mesma faixa etária chegam aos últimos anos escolares (cf. PNAD, 2017); em dez anos, de 2006 a 2016, a taxa de homicídios de indivíduos não negros caiu 6,8%, enquanto a de negros subiu 23,1% (cf. ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2018); é cada vez mais comum que a aprendizagem de línguas estrangeiras no Brasil seja uma realidade exclusiva das elites econômicas brasileiras, já que, nas escolas públicas do país, as políticas públicas têm interesse em acabar com a obrigatoriedade do ensino de inglês e espanhol, por exemplo.

Esses dados evidenciam que a falta de qualidade de ensino e a evasão escolar, resultados diretos do abandono e da precarização da vida da população negra por parte do Estado brasileiro, andam lado a lado com o *genocídio* desse povo.

O problema desse discurso, a meu ver, é que, apesar de se debruçar sobre dados realmente lamentáveis quanto à vida da população negra e pobre do Brasil, ele tende ao mesmo essencialismo que os estudos decoloniais tanto criticam. Afinal, se, por um lado, é incontestável que as desigualdades sociais são a espinha dorsal da formação da sociedade brasileira, por outro lado, culpar o capitalismo ou o *neoliberalismo* por isso, como fazem Bagno, que defende que a precarização de todos os aspectos da vida individual, social e planetária é tributária do *neoliberalismo* (cf. BAGNO, 2020) e Nascimento, ao dizer que combater o racismo não será possível sem o combate ao capitalismo financeiro (cf. NASCIMENTO, 2019, p. 112), me parece reduzir um fenômeno que é por demais complexo e carece de soluções específicas em cada contexto – isto é, um fenômeno que não pode ser essencializado.

Na contramão da defesa de Nascimento (2019), aparecem os dados objetivos que comparam as sociedades ocidentais contemporâneas com aquelas dos últimos dois séculos: o mundo assistiu a um considerável aumento do número de pessoas que vivem em democracias plenas, do nível de renda médio e do número de escolarizados, e assistiu também à vertiginosa diminuição do analfabetismo, da extrema pobreza e da mortalidade, inclusive infantil (cf. OUR WORLD IN DATA, 2016; 2020; OCDE, 2016; UNESCO, 2016; CENTER FOR SYSTEM PEACE, 2016; GAPMINDER, 2017; WORLD BANK, 2019 etc.).

O racismo é mesmo um problema real do Brasil e precisa ser superado. Não obstante, discordando em parte de Nascimento (2019) e Bagno (2020), faço ver que, apenas nas democracias liberais, o racismo é crime inafiançável e imprescritível – trata-se, pois, de um progresso ocidental. Nunca, na história, se deu tanta visibilidade à luta antirracista como nos últimos anos. Essa luta, indiscutivelmente legítima e urgente, não pode esperar por um utópico fim do sistema capitalista, muito menos por uma ímproba descolonização das ex-colônias.

Parece-me muito mais palpável a luta por (mais) políticas públicas, modelo implementado pelas democracias liberais ocidentais, que já têm resultados práticos bastante profícuos, como mostram os dados acima citados – o excelente programa Bolsa Família, por exemplo, que tirou milhões de brasileiros da extrema pobreza e da fome, fez uma revolução feminina nas cidades pobres do Brasil, ao entregar o auxílio somente às mulheres e dar a elas poder de compra nos lares do país, diminuiu a evasão escolar, obrigando as famílias receptoras do auxílio a manter as crianças na escola, e aumentou a vacinação infantil (outra obrigação das famílias assistidas pelo programa), foi implementado, no Brasil, pelo liberal Ricardo Paes de Barros e tem todas as características de uma política pública liberal.

Não estou, com isso, negando a importância dos movimentos sociais. Pelo contrário: nesse ponto, concordo com Nascimento (2019), quando ele afirma que os estudos linguísticos devem aos estudos raciais a sua própria reconfiguração. O problema, a meu ver, reside no fato de que esse discurso vem não raro acompanhado de um pensamento que, na esperança de que outros saberes sejam validados, nega ou diminui os saberes ocidentais, o que me parece contraproducente para o mundo contemporâneo, se se leva em consideração o contexto social, político e econômico em que ele se encontra.

Se é verdade que as teorias pós-coloniais, que atravessam os discursos de Bagno (2012; 2014) e Nascimento (2019) aqui analisados, abrangem o que Pluckrose e Lindsay (2021) chamam de agenda política tipicamente radical, é preciso refletir sobre seus possíveis prejuízos para as democracias como as conhecemos hoje.

Uma vez que os dados usados por Nascimento (2019) para justificar que o Estado brasileiro é racista são reais, talvez o problema ontológico de seu discurso seja o anacronismo de suas conclusões. Afinal, é fato as narrativas colonialistas que recalcavam o não europeu lamentavelmente existiram e respaldaram toda sorte de violência e opressão nos continentes americano, asiático e africano, mas elas, desde há muito, têm sido rechaçadas, existindo de forma residual nos discursos de extrema direita. Essa

ideologia, que estou chamando nestas páginas de colonialista, para Pluckrose e Lindsay (2021, p. 74):

[...] foi se tornando cada vez menos moralmente sustentável ao longo do século XX, com a queda do colonialismo e a ascensão dos movimentos pelos direitos civis. Hoje, seria reconhecida corretamente como extremismo de extrema direita. No entanto, essas [narrativas colonialistas] são citadas na Teoria pós-colonial como se a sua existência passada produzisse uma marca indelével em como as pessoas discutem e enxergam agora as questões. A Teoria pós-colonial alicerça grande parte da sua pretensão de importância assumindo que deve haver problemas permanentes que foram transmitidos para nós por meio da linguagem construída há séculos. As mudanças sociais reais que tornaram essas atitudes [...] quase universalmente censuráveis não foram baseadas na análise pós-moderna ou na orientação pós-moderna. Elas precederam esses desenvolvimentos e precederam e funcionaram por meio do liberalismo universal e individual. Essa forma de liberalismo considera que a ciência, a razão e os direitos humanos são propriedade de cada indivíduo e não pertencem exclusivamente a nenhum grupo de pessoas, sejam eles homens, brancos ocidentais ou qualquer outro indivíduo. As abordagens pós-coloniais pós-modernas diferem radicalmente dessa abordagem liberal e são frequentemente criticadas por perpetuar os binários orientalistas, em vez de tentar superá-los.

Para ilustrar a diferença entre as mentalidades colonial (ocidental), liberal, pós-moderna e pós-moderna aplicada (assim chamadas as teorias pós-coloniais pelos autores), Pluckrose e Lindsay (2021, p. 74-75) fazem um interessante resumo:

Uma mentalidade colonial (ocidental) diz: “Os ocidentais são racionais e científicos, enquanto os asiáticos são irracionais e supersticiosos. Portanto, os europeus devem governar a Ásia para o seu próprio bem”. **Uma mentalidade liberal diz:** “Todos os seres humanos têm a capacidade de ser racionais e científicos, mas os indivíduos variam muito. Portanto, todos os seres humanos devem ter todas as oportunidades e liberdades.” **Uma mentalidade pós-moderna diz:** “O Ocidente construiu a ideia de que a racionalidade e a ciência são boas para perpetuar o próprio poder e marginalizar formas não racionais e não científicas de produção de conhecimento de outros lugares.” Assim, enquanto a mentalidade liberal rejeita a arrogante alegação colonial de que a razão e a ciência pertencem aos brancos ocidentais, a mentalidade pós-moderna a aceita, mas considera a razão e a ciência em si como apenas uma maneira de saber e oprimir – uma opressão que tenta corrigir aplicando os pressupostos fundamentais do pós-modernismo. A mentalidade do pós-modernismo aplicado em relação ao colonialismo é semelhante à mentalidade do pós-modernismo, mas acrescenta uma conclusão ativista. **Uma mentalidade do pós-modernismo aplicado diz:** “O Ocidente construiu a ideia de que a racionalidade e a ciência são boas para perpetuar o próprio poder e marginalizar formas não racionais e não científicas de produção de conhecimento de outros lugares. Portanto, devemos agora desvalorizar as formas brancas ocidentais de saber por pertencerem aos brancos ocidentais e promover as orientais (a fim de equalizar o desequilíbrio de poder)”. Essa prática costuma ser referida como *descolonização* e busca a *justiça em pesquisa*.

Algumas páginas atrás, afirmei que a análise da IL da ruptura, tentando ser o mais objetiva possível, precisaria lidar com possíveis prejuízos futuros, caso o seu projeto

decolonial fosse posto em prática assim como os seus defensores apregoam. Para algum leitor, a comparação com personalidades de outros momentos históricos, como com os jacobinos, na Revolução Francesa, e os bolcheviques, na Revolução Russa, pode ter parecido absolutamente exagerada, e talvez tenha sido. O que quis dizer, porém, é somente isto: não basta afirmar-se democrático, disruptivo, decolonial ou contra-hegemônico para que um projeto se materialize sem danos.

No tocante à questão linguística, é preciso ter cautela e sensatez. Do contrário, poderá a Linguística estar apenas sucumbindo a uma nova onda revolucionária que, no entanto, pode ser que saiba o mais fácil, criticar, mas não saiba o mais difícil: resolver os problemas glotopolíticos do século XXI, em que, ao mesmo tempo, uns militam por um mundo plurilíngue, multilíngue, enquanto outros tentam inscrever os países numa lógica globalizada por meio da internacionalização das línguas – atitude que, se não bem planejada, pode caminhar na direção oposta, a da homogeneização.

Com efeito, para Pluckrose e Lindsay (2021), as teorias pós-coloniais podem ser perigosas e paternalistas. Iniciativas para descolonizar tudo, de cabelos a currículos de literatura inglesa, passando por destruição de pinturas e estátuas, são alarmantes. Para eles:

Mais flagrantemente ainda, a Teoria pós-colonial, com a sua depreciação da ciência e da razão como maneiras de saber ocidentais provincianas, não só ameaça os fundamentos das sociedades contemporâneas avançadas, mas também impede o progresso das sociedades em desenvolvimento. Uma vez que muitos países em desenvolvimento se beneficiaram de infraestrutura tecnológica, o que poderia atenuar algumas das causas mais significativas de sofrimento humano do mundo – malária, escassez de água, saneamento precário em zonas rurais remotas e afins –, essa alegação não só é factualmente errada, moralmente vaga e paternalista, mas também é negligente e perigosa (PLUCKROSE; LINDSAY, 2021, p. 86).

Outro iminente perigo das teorias pós-coloniais de que falam Pluckrose e Lindsay (2021) é o que ocorre quando se discorda delas, já que, ao fazer isso, o interlocutor é visto pelo pós-colonial como alguém que confirma a sua teoria e só discorda dela porque é racista, colonialista ou imperialista em benefício próprio.

Pelo próprio *modus operandi* dessas teorias, muitos pesquisadores cujos discursos são atravessados pela IL da ruptura primeiro consideram a causa de um fenômeno (racismo) e só depois procuram evidências dela. Em consequência, “eles não só tolhem a sua capacidade de compreender – e, portanto, atenuar – os problemas que estão

procurando resolver, mas também tendem a piorá-los” (PLUCKROSE; LINDSAY, 2021, p. 87).

Para esses mesmos autores:

Só podemos aprender com as realidades do colonialismo e as suas consequências estudando-as com rigor. Os acadêmicos e ativistas pós-coloniais que negam a acessibilidade à realidade objetiva e procuram revisar a história ao longo das linhas teóricas não estão fazendo isso. Assim como aqueles que rejeitam o raciocínio lógico, a pesquisa baseada em evidências, a ciência e a medicina, e também aqueles que escrevem em uma prosa incompreensível e obscura e negam que a linguagem possa ter significado. Esses acadêmicos, cuja influência supera em muito o seu número, geralmente estudaram ou trabalham na elite do meio acadêmico ocidental e operam de acordo com a estrutura densamente teórica que se originou na França e proliferou nos Estados Unidos e no Reino Unido. O seu trabalho é de pouca aplicação prática para pessoas que vivem em países previamente colonizados, que estão tentando lidar com as consequências políticas e econômicas. Há poucos motivos para acreditar que os povos anteriormente colonizados tenham algum uso para uma Teoria pós-colonial ou descolonialidade que afirma que a matemática é uma ferramenta do imperialismo ocidental, que vê instrução alfabética como tecnologia colonial e apropriação pós-colonial, que considera a pesquisa como a produção de metatextos totalizantes do conhecimento colonial [etc.] (PLUCKROSE; LINDSAY, 2021, p. 88)

Defendendo que a ideia de língua é filha do epistemicídio ocidental, que a colonialidade não só geriu o epistemicídio, mas possibilitou que ele criasse o linguicídio e, finalmente, que os seguidores de Foucault e Derrida (como os analistas de discurso filiados à linha francesa) têm perpetrado, em seus estudos, a negação do real e a suposição de que tudo é discurso – atitude que, para ele, se relaciona sobremaneira com a negação do racismo –, Nascimento (2019) propõe – a partir do pressuposto de que a concepção de raça é um problema dos brancos, mas a forma de agir no mundo em resistência a esse conceito é um dever de todos os negros – que “a ontologia esteja acima de falsas epistemologias, que radicalizam um pensamento único supostamente científico” (NASCIMENTO, 2019, p. 109). Nesse ponto, como em tantos outros, o autor se vincula em absoluto às agendas decoloniais já aqui mencionadas, como aquelas sugeridas em Santos (2019), para quem as epistemologias do Sul ruiriam o império cognitivo a partir de uma ecologia de saberes.

O fato, ao fim e ao cabo, é que discursos interpelados por uma IL da ruptura, apesar das críticas científicas legítimas que podem, e devem, ser recebidas (algumas das quais resumi anteriormente), têm irrefutável relevância para os estudos linguísticos, posto que tenham trazido à baila discussões caras à democracia quanto às questões étnico-raciais implicadas nas línguas faladas no Brasil, mas ainda são dispersos e não

organizados. Basta notar que, pelo que se discutiu até aqui, apesar de se imbuírem do mesmo desejo contra-hegemônico de *revolução* contra as consequências últimas da empreitada colonialista no campo das políticas linguísticas, por assim dizer, os autores cujos discursos se inscrevem no lugar discursivo da ruptura têm propostas interventivas conflitantes: para Bagno (2012; 2014), a saída é redesenhar o ensino de língua portuguesa no Brasil, alçando as características do PB *culto* contemporâneo como modelo de língua oral e escrita a ser ensinado. Para Nascimento (2021), no entanto, os dados do NURC são uma fotografia específica de uma elite branca brasileira, o que permite dizer que seu uso no ensino reforçaria o racismo linguístico.

Isto é: não são conflitantes apenas os discursos científicos interpelados por diferentes IL. Não raro, discursos inscritos numa mesma IL também o são. Trata-se, portanto, de um grande desafio glotopolítico com que a Linguística precisa lidar. E essa é uma agenda tão importante quanto urgente.

4.5 FINALMENTE: A IL GLOBALISTA E O DISCURSO DA LUSOFONIA

Além das IL que propus até aqui como chaves de leitura para a pluralidade de discursos científicos, existe outra em voga na Linguística do século XXI: a IL globalista, por mim assim designada. Uma rápida comparação entre a IL da ruptura e a IL globalista permite afirmar, de saída, que, ao passo que a primeira amalgama narrativas de desconstrução do Ocidente, como mostrei há pouco, a segunda se constitui de um conjunto de discursos que, intentando implementar um projeto estratégico de geopolítica, tem a lusofonia como um de seus fundamentos ideológicos. Trata-se, portanto, de duas ideologias que se situam em lugares opostos no espectro político, já que uma tenta desconstruir a noção de continuidade colonial entre a ex-metrópole e as suas ex-colônias e outra tenta uni-las com o fito de inscrever a língua portuguesa como um *commodity* no mercado global.

Escolhi analisar, neste ponto do texto, o discurso de Oliveira (2013; 2016), a meu ver, o mais notável defensor de uma perspectiva da língua portuguesa como língua internacional – isto é, de uma política linguística de internacionalização do português. Por isso, cabe situar aqui o que seja uma política linguística tal como tem sido por ele concebida.

Numa entrevista bastante interessante para aqueles que querem conhecer o seu ponto de vista, Oliveira (2016) afirma o que segue:

Entendo que as políticas linguísticas são uma área das políticas públicas, concebidas e executadas por instituições que têm ingerência na sociedade, como os Estados, os governos, as igrejas, as empresas, as ONGs e associações, e até as famílias. A maior parte das políticas linguísticas são realizadas sob outros nomes, embutidas dentro de outras políticas, de modo que podem não ser imediatamente identificáveis. Isso não ocorre por um suposto secretismo dos agentes de políticas linguísticas – os Estados, por exemplo –[,] mas porque as línguas e os seus usos estão conectados a todo o agir social do homem. Assim, uma política de saúde ou de defesa, de transporte ou editorial pode ter implicações sobre os usos das línguas e gerar demandas para intervenções sobre as próprias línguas. Uma grande parte das políticas linguísticas não são feitas por linguistas ou mesmo com a participação de linguistas, e a maior parte dos linguistas profissionais, por exemplo no Brasil, pode não se envolver diretamente com a concepção e execução de políticas linguísticas, embora o seu fazer muitas vezes possa ser usado para determinadas políticas, por exemplo para instruí-las ou legitimá-las (OLIVEIRA, 2016, p. 382-383).

Para o autor, o fato de grande parte das políticas linguísticas ser feita sem participação de linguistas e de a maior parte dos linguistas sequer se envolver com esse campo diz respeito ao esforço do *mainstream* da Linguística do século XX em separar Linguística e política, separar cultura e história. Conta ele que, tendo feito bacharelado no início dos anos 80, numa das maiores universidades do Brasil, a UNICAMP, e cursado ali 53 disciplinas, só lhe foi dado conhecer o campo supracitado em seu mestrado, na Alemanha, na segunda metade dos anos 80. Não era, ainda segundo ele, corriqueiro naquele momento que se pensasse na necessidade de, na graduação, mostrar ao estudante que as línguas são também moldadas pela intervenção humana.

Por isso, Oliveira (2016) vê o termo de duas perspectivas: da perspectiva das políticas linguísticas propriamente ditas (como políticas públicas) e da perspectiva delas como área acadêmica, considerada pela CAPES como uma área da Linguística, dentro da sub-área da Sociolinguística ou da Linguística Aplicada. Ademais, no caso da primeira perspectiva, se podem ainda dividir as políticas linguísticas em internas – aquelas que se debruçam, no Brasil, por exemplo, sobre línguas indígenas, línguas alóctones ou de imigração, ensino de português, ensino de línguas estrangeiras no país etc. – e políticas linguísticas externas – que têm como horizonte de atuação o Mercosul e a Lusofonia, por exemplo.

Seja como for, o fato é que tem crescido, nos últimos anos, o interesse pelo campo das políticas linguísticas. Esse interesse, para Oliveira (2016), se deve às pressões da sociedade brasileira sobre o Estado após o processo de redemocratização do país, uma vez que, com o fim do Regime Militar, se quis introduzir no Brasil um modelo mais inclusivo de cidadania, mais aberto ao reconhecimento da diversidade e, também, da

própria legitimidade das diferenças culturais e linguísticas dos brasileiros. Nas palavras do próprio Oliveira (2016, p. 384-385):

A [Nova República] quis mudar algumas compreensões que o Brasil tinha sobre si mesmo, tanto para acompanhar o movimento mundial de reconhecimento do direito de ser diferente[,] como para atualizar o conceito de cidadania, essencial para o funcionamento de uma democracia, e isto precisava ser feito com a revisão das compreensões mais tradicionais sobre o país e sobre os brasileiros. Essa movimentação trouxe à luz diferentes políticas de inclusão, de fomento à diversidade, de reconhecimento de direitos culturais, de internacionalização, de desnaturalização, enfim, dos pressupostos da “Ilha Brasil”, monolíngue e [monocultural], perfeitamente ocidental e cristã, estabilizada nos seus pressupostos pelo Estado Novo e depois pelo Regime Militar, e com um espaço público criado e mantido por meios de comunicação do nosso *mainstream*, em especial televisivos, de perfil ainda colonial e anti-democrático, e que restringem fortemente o conhecimento dos brasileiros sobre o que acontece no mundo e até mesmo dentro da própria “Ilha Brasil”. No bojo dessa movimentação, e para citar apenas aqueles com consequências linguísticas as mais palpáveis, houve a criação de programas governamentais para os indígenas, para os descendentes da imigração, para as fronteiras, a integração com os países vizinhos, para as línguas de sinais, a língua portuguesa no exterior, os brasileiros nas diásporas, a a necessidade de aprendizado de outras línguas, só para citar alguns poucos programas que acabaram precisando de linguistas e atraindo a [sic] muitos deles, que tiveram já suas formações nesse novo quadro e que foram tocados pelo “bafo das multidões”, como diria Leminski. Uns adotaram, para esses novos desafios[,] uma linha teórico-metodológica (heterogênea) cada vez mais chamada de “Política Linguística”, com autonomia conceitual e crescente espaço nos meios universitários brasileiros, enquanto outros tentam ainda adaptar as linhas teóricas do século XX ao novo contexto, na esperança de que elas sejam úteis para resolver os novos problemas. O fato é que pouco a pouco a sociedade e o Estado foram abrindo as portas da universidade e cobrando pesquisas, assessorias, formações para os mais variados contextos, também no caso das línguas. Por outro lado[,] a universidade foi também chamando a atenção para determinadas questões linguísticas que acabaram tendo repercussões na sociedade.

Em outras palavras, essa guinada político-linguística nas universidades brasileiras pós-regime militar, para o autor em questão, alinharia os ganhos epistemológicos e metodológicos – ora, o modelo estruturalista deu à Linguística objeto de estudo próprio e, conseqüentemente, controle conceitual muito maior sobre o código linguístico; mais tarde, surgiriam descrições linguísticas mais refinadas, melhor compreensão da variação e da mudança linguísticas, constituição das normas e intervenções mais adequadas no seu *corpus* etc. – à construção da sociedade brasileira a partir de um novo olhar para a diversidade.

Para responder, na entrevista, à primeira pergunta que lhe foi feita (*o que são políticas linguísticas?*), Oliveira (2016, p. 386), após as afirmações anteriormente citadas, chega à conclusão de que “construir políticas linguísticas [...] é atuar para um mundo

mais justo [...], mais plural, mais democrático e mais aberto à ecologia de saberes humanos”.

É oportuno problematizar essa afirmação. Afinal, para o próprio proponente do termo (SANTOS, 2019, p. 59):

A ecologia de saberes e a tradução intercultural são as ferramentas que convertem a diversidade de saberes tornada visível pela sociologia das ausências e pela sociologia das emergências num recurso capacitador que, ao possibilitar uma inteligibilidade ampliada de contextos de opressão e resistência, permite articulações mais abrangentes e mais profundas entre lutas que reúnem as várias dimensões ou tipos de dominação de modos diferentes. A ecologia de saberes compreende dois momentos. O primeiro consiste na identificação dos principais conjuntos de conhecimentos que, trazidos à discussão numa dada luta social, poderão destacar dimensões importantes de uma luta ou de uma resistência concretas: contexto, reivindicações, grupos sociais envolvidos ou afetados, riscos e oportunidades etc. [...] O segundo consiste em que, atenta a essa possibilidade, a ecologia de saberes deve ser complementado com a tradução intercultural e interpólitica.

Como se nota, a proposta de respeito a uma ecologia de saberes anda *pari passu* à proposta das epistemologias do Sul como alternativa ao que o autor português chamou de império cognitivo do Ocidente (cf. SANTOS, 2019). E é aí que se flagra uma contradição no discurso de Oliveira (2016). Afinal, quando o autor decolonial português propõe construção de políticas que validem a ecologia de saberes, o que ele está propondo, ao fim e ao cabo, é necessariamente a “articulação entre lutas contra o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado” (SANTOS, 2019, p. 59). A não ser, é claro, que o linguista brasileiro esteja falando de uma *ecologia de saberes* diferente daquela que amplamente se discute hoje, nas universidades – essa é, a meu ver, uma hipótese bastante pouco provável.

Ainda nas palavras de Santos (2019, p. 66):

Os conhecimentos nascidos na luta e na resistência que dizem respeito às epistemologias do Sul exigem uma forma prática de validação do conhecimento. Os grupos sociais historicamente oprimidos pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado foram obrigados a avaliar o conhecimento científico que afeta as suas vidas pelas suas consequências, e não pelas suas causas ou premissas. Do mesmo modo, ao lutar contra a opressão e ao procurar alternativas, os conhecimentos devem ser avaliados e, em última análise, validados de acordo com a sua utilidade para a maximização das possibilidades de êxito nas lutas contra a opressão. De uma forma pragmática, as epistemologias do Sul visam reforçar a resistência contra o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado conferindo credibilidade, viabilidade e justiça a formas alternativas de ser-em-sociedade. O êxito ou o fracasso da busca da verdade está sempre relacionado com a força ou a fraqueza de um determinado compromisso ético concreto. Qualquer um deles apenas pode ser determinado pelo modo como um dado conhecimento reforça ou enfraquece a experiência de luta numa dada

comunidade epistêmica que pretende resistir num contexto concreto a uma prática concreta de dominação que injustamente a oprime.

Parece mesmo que estamos diante de ideias bastante diferentes. Ora, num extremo, Santos (2019) defende uma ecologia de saberes a partir da qual se rompe o império cognitivo do Ocidente, se validam os diversos saberes existentes no planeta e se constroem novos modos de fazer ciência, rompendo com o sistema-mundo capitalista, colonialista e patriarcal. Noutra extremidade, Oliveira (2013; 2016 etc.) defende a inclusão das línguas no mercado capitalista (sem tecer críticas a esse modelo econômico) – atitude que depende de ações geopolíticas entre os diversos países que têm o português como língua oficial –, reivindicando, estranhamente, a mesma noção de ecologia de saberes.

Apesar de o referido linguista ter importante atuação (cf. OLIVEIRA, 2016⁶¹), no campo específico das políticas linguísticas externas, ele parece, a um só tempo, a) focar no capitalismo, almejando promover o português como um ativo econômico de política externa; b) evocar, paradoxalmente, ideias atravessadas por uma IL da ruptura, ao falar em diversidade e ecologia de saberes; e, finalmente, c) reverberar discursos, isto é, marcar interdiscursividade, com a IL colonialista, ao retomar a memória de uma suposta *língua que nos une, língua supranacional* – ideia linguística que remonta, como vimos, à empresa colonialista ocidental.

Essa defesa de uma língua supranacional é feita com base na distinção do autor entre dois tipos de normatização linguística que ele chama de divergente e convergente. Em um de seus trabalhos sobre políticas linguísticas externas, no qual ele propõe uma visão geopolítica de um *Atlântico ampliado*, Oliveira (2013, p. 69) afirma:

A [minha] hipótese principal [...] é que a manutenção de uma normatização divergente, que produziu historicamente os artefatos normativos chamados de português, adotada em Portugal, seu produtor, e nos novos países que emergiram do processo de descolonização, que não tinham condições de gerar uma norma própria no momento da sua independência, e *português brasileiro*, no Brasil, vai se tornando mais e mais disfuncional[,] na medida em que as línguas vão se

⁶¹ Nessa entrevista (cf. OLIVEIRA, 2016, p. 387-395), o autor lista diversas contribuições que tem feito, como sua participação em eventos organizados pela UNESCO, que têm por afã a elaboração do Atlas das Línguas do Mundo, que substituirá o Atlas Mundial das Línguas Ameaçadas; sua eleição como secretário executivo adjunto da Rede Internacional para a Diversidade Linguística MAAYA; sua participação na criação do Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL), que tem contribuído para avançar no sentido de reconhecer o Brasil como país plurilíngue e para oferecer auxílio científico na educação escolar indígena e nos estudos sobre línguas indígenas; sua participação intensa nos processos de co-oficialização de línguas indígenas em 19 municípios brasileiros e na criação do primeiro sistema de escolas bilíngues públicas não indígenas do Brasil; sua passagem, como diretor, pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), entre 2010 e 2014, quando se reconheceu que as línguas brasileiras (indígenas, de imigração, de sinais, crioulas etc.) são patrimônio cultural da nação; sua direção executiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) etc.

tornando mais e mais centrais no processo econômico internacionalizado e na medida em que a competição entre as grandes línguas vai aumentando.

Entretanto, para o autor, há pelo menos três razões pelas quais se deve inverter esse processo de normatização divergente entre países que têm a língua portuguesa como língua oficial:

1. [a] da presença da língua na internet e nos produtos da digitalização linguística. A existência de duas normas estanques aumenta o investimento (ainda que não o duplique) para o desenvolvimento dos instrumentos das chamadas indústrias da língua e divide os lucros, torna as buscas imperfeitas, e com elas cria um mercado linguístico menos integrado;
2. [a] da constituição crescente de diásporas internas aos países da CPLP, com o incremento constante do número de brasileiros em Portugal e em Angola, de portugueses no Brasil, Angola e Moçambique, de cabo-verdianos em Portugal e no Brasil, e assim por diante, dando-se uma ênfase ainda muito particular à crescente circulação universitária, que vai aproximando elites responsáveis, no futuro, pela constituição de importantes elos técnicos e econômicos. O atual momento histórico é um momento de intensos movimentos humanos, busca de contatos e parcerias, o que contribui fortemente para a valorização positiva do valor de veicularidade de uma língua, no sentido de permitir uma mais ampla circulação;
3. [a] do intercâmbio de produtos culturais, orais e escritos, que permite ao cidadão de Angola ou de Cabo Verde ter, por exemplo, em emissão aberta de televisão, a variedade portuguesa da língua através da RTP África, a brasileira através da TV Record e sua própria variedade normativa nacional, através dos canais nacionais, para além do quase infinito consumo cultural propiciado pelo acesso à internet de língua portuguesa. O Brasil é, nesse sentido, o país mais isolado do bloco e o que menos permite a circulação, nos seus meios e no seu território, de produtos nas normas nacionais dos demais países da CPLP, o que será ao mesmo tempo causa e efeito da sua política de norma. A ampliação do contato, também em casos como este, cria maior compreensão, familiaridade e trânsito entre variedades, que é o que se constata (OLIVEIRA, 2013, p. 69-70).

Não obstante apresentar afirmações factuais, os fatos arrolados não implicam, a meu ver, necessidade de uma normatização convergente. Apesar de, para Oliveira (2013, p. 70), o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor, no Brasil, em 2009, e, em Portugal, em 2011, representar “o primeiro indício do avanço das pressões por uma normatização convergente” (ora, o referido acordo mexeu apenas em 0,3% da ortografia do Brasil e em 0,5% da ortografia de Portugal, e ortografia é só uma das várias nuances de uma língua que se quer transformar em supranacional), as três afirmações supracitadas são bastante discutíveis para esse fim. Afinal, a língua portuguesa, a despeito de ser oficial na CPLP, só é língua da maioria da população no Brasil, na Angola⁶² e em Portugal (cf. FAULSTICH, 2009). Como falar em língua

⁶² Ainda que seja língua majoritária em Angola, Severo, Sassuco e Bernardo (2019) discutem que a imposição do português como língua oficial nesse país tem gerado efeitos delicados para os falantes que não têm o português como L1 (cerca de 30% dos angolanos), como o constrangimento linguístico e social

supranacional em países que têm o português como língua minoritária? Não estaríamos, assim, diante de um discurso atravessado pela IL da identificação, isto é, por uma ideologia que se identifica com o projeto político colonialista perpetrado pela expansão ocidental?

Urge refletir sobre o quão diversos, do ponto de vista histórico, político, econômico, cultural, linguístico etc., são os países que compõem a CPLP, a fim de que não se proponham soluções universalizantes para problemas locais tão diferentes. Se pensarmos apenas na questão linguística – e essa questão, a bem da verdade, não se sobrepõe a outras questões mais urgentes, como o desemprego e a fome –, veremos que há desafios glotopolíticos bastante diferentes nas ex-colônias portuguesas. No Brasil, por exemplo, apesar da violenta história de imposição da língua portuguesa, esta é falada por 98% de sua população (cf. IBGE, 2010). As demais línguas faladas nesse território, apesar de serem muitas, são bastante localizadas no espaço (cf. MATTOS E SILVA, 2004) e têm poucos falantes, comparativamente aos falantes brasileiros de português como L1.

Trata-se mesmo de um cenário sociolinguístico por demais diverso dos outros países da CPLP, à exceção de Portugal e de Angola (país africano onde mais de 70% falam português). Uma rápida pesquisa numa enciclopédia virtual, a Wikipedia, nos mostra que a língua portuguesa é usada, como língua materna, por uma minoria de falantes: 0,7% em Macau, 17% em Moçambique, menos de 50% em São Tomé e Príncipe, 13% em Guiné-Bissau, menos de 10% na Guiné Equatorial, uma minoria letrada bilíngue em São Tomé (o forro, *crioulo* de base lexical portuguesa, é a L1 mais usada no país). Em Goa, antiga colônia portuguesa que não faz parte da CPLP, menos de 1,5% da população tem o português como L1.

Outrossim, é preciso separar língua oral e língua escrita, se se quer discutir com clareza as questões que envolvem a proposição de uma normatização convergente. Ora, não parece haver significativas diferenças entre a escrita em norma-padrão da língua portuguesa em Portugal e no Brasil, por exemplo. Nas palavras de Houaiss (1985, p. 14), há, naquilo que ele chamou de português como *língua de cultura*, uma “máxima universalidade genérica escrita”. No caso da oralidade, parece contraproducente (para não dizer impossível) buscar uma normatização convergente. Todos sabemos o quão diferente é assistir, por exemplo, a um filme dublado em PB e assistir a um dublado em PE. Sabemos, também, que filmes produzidos em Portugal são legendados quando chegam

vivido pelas pessoas mais velhas das regiões rurais e, também, das cidades, devido à obrigação de se comunicarem em português, e não em suas línguas maternas.

ao Brasil. Não me parece que o mercado recuará quanto a esse costume – e não me parece que recuar seja uma opção política (e sobretudo mercadológica) produtiva.

No entanto, em nenhum dos dois textos aqui analisados (cf. OLIVEIRA, 2013; 2016), o autor separa oralidade e escrita, o que dá azo à compreensão de que, em sua visão, as políticas linguísticas de que fala, tanto as internas quanto as externas, servem indiscriminadamente para as duas referidas modalidades linguísticas – a questão da escrita só aparece quando, em ambos os textos, se discute a digitalização das línguas, fenômeno comum no mundo globalizado, isto é, jamais se discute a escrita em oposição à oralidade.

Tampouco o autor deixa claro a que nível de análise linguística se refere em cada política sugerida, o que me parece igualmente problemático, porque deixa muitas questões em aberto: vocabulário e gramática são tratáveis da mesma forma, a partir das mesmas políticas? Na tentativa de uma normatização convergente, um acordo ortográfico muda as línguas propriamente ditas? É possível internacionalizar um léxico, mas o mesmo é possível com a sintaxe, por exemplo, tão diferente em Portugal e nas ex-colônias, como discuti na primeira parte deste trabalho? Essas são questões glotopolíticas com que os linguistas que advogam a necessidade de internacionalizar uma *língua comum*, normatizada de modo convergente entre os países, precisam lidar.

A conclusão a que chega Oliveira (2013) em relação à distinção feita por ele entre normatização divergente e normatização convergente é que

[...] a constituição de uma *língua comum*, cada vez mais útil a seus falantes e amplificada em seus usos e âmbitos, não passa pela gestação nem pela imposição de uma *forma central ou única do idioma*, mas – ato político que é – passa pela criação de instâncias comuns de gestão, que deliberarão, por consenso, sobre o espaço de variação necessário para que cada um dos países falantes se sinta representado e possa investir na promoção deste idioma comum, para seu próprio benefício e dos seus cidadãos, através dos seus recursos intelectuais, culturais e econômicos. Quadro ainda embrionário nessa nova fase geopolítica na qual entramos, a *língua portuguesa comum* sofre suas dores do parto neste início do século XXI, e ao mesmo tempo já sofre suas dores de crescimento, abandonando a velha pele das gestões coloniais ou puramente nacionais, rumo a um nível superior de participação democrática e cidadã (OLIVEIRA, 2013, p. 73).

Consenso, caminho por que, segundo o autor, a gestão de uma suposta *língua comum* deve passar, está, no entanto, longe de existir. Muitos linguistas passam ao largo da discussão sobre a necessidade disso por considerarem colonialista até mesmo a oficialização do português em países africanos, tanto porque muitos deles têm populações

que falam majoritariamente outras línguas, como Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe, Timor Leste, Goa e Macau, quanto porque os países do continente africano sempre foram e continuam sendo plurilíngues, o que faz com que a oficialização de uma língua ali seja uma atitude eurocêntrica, que remonta, como tenho mostrado aqui, ao período em que emergiram os Estados nacionais modernos, quando estes foram pensados como unidades territoriais necessariamente monolíngues (cf. MONTEAGUDO, 2012; BERNARDO & SEVERO, 2018; SILOM, 2019 etc.).

Lagares (2011), debruçando-se sobre a história do galego, concebe a ideologia hegemônica da língua nacional como tributária da naturalização das línguas minoritárias como códigos caracterizados por carência estrutural, problematizando a violência simbólica, nos termos de Bourdieu (1996), da submissão de falantes de outras línguas a uma língua que lhes é imposta como legítima. Para ele (LAGARES, 2011, p. 186-187):

As mesmas práticas que os Estados-nação desenvolveram dentro de suas fronteiras foram também aplicadas às situações coloniais, de maneira que a ampliação dos mercados que supôs a expansão imperial dos Estados europeus se viu acompanhada de políticas de difusão de suas línguas nacionais. E essa ideologia linguística colonial evoluiu historicamente no sentido de uma ideologia imperialista, partindo da suposta existência de diferenças estruturais entre as línguas que justificaria a sobreposição política e econômica de umas sobre as outras [...]. A autoridade dessas línguas hegemônicas no mundo repousa sobre uma ideologia que Woolard (2008, p. 305-308) define como da ordem do “anonimato”, conceito tomado de Habermas. Seriam línguas socialmente neutras, línguas de ninguém e de nenhum lugar, por esse motivo livres para serem adotadas por qualquer um. Como explica Katsuhiko (2005), faz parte de toda ideologia linguística imperialista a noção de que a relação entre língua e cultura é arbitrária, de modo que nada impede que as coletividades humanas mudem de idioma. A construção e a difusão de um modelo de língua que possa servir a esses interesses políticos e econômicos de expansão constituem, portanto, um objetivo sempre prioritário. Como as línguas hegemônicas baseiam sua autoridade no anonimato, é preciso apresentar um *padrão* sem raízes locais, que venha a expressar um ideal linguístico verdadeiramente universal.

É bem verdade que o respeito à diversidade linguística aparece diversas vezes nos trabalhos de Oliveira, a exemplo dos que estão sendo analisados aqui (cf. OLIVEIRA, 2013; 2016). Entretanto, com ou sem a sua consciência e a sua intenção, ao falar de gestão de *língua comum*, o seu discurso reverbera exatamente uma ideologia linguística imperialista, como afirma Lagares (2011), ou a ideologia linguística do anonimato, como afirma Woolard (2008), na medida em que, com o fito de alcançar expansão político-econômica, Oliveira (2013) propõe a gestão de uma língua *sem aparentes raízes locais, verdadeiramente universal*, como, afinal, Houaiss (1985) também o fez.

Como afirmei, consenso entre diversos países para a gestão de uma *língua portuguesa comum* está longe de haver. No campo científico, não apenas Lagares (2011), Katsuhiko (2005) e Woolard (2008) problematizam a possibilidade disso. No Brasil, outros três autores críticos de projetos dessa natureza, entendidos por eles, como para tantos outros, como projetos de lusofonia, são Orlandi (2007; 2009), Faraco (2016; 2019) e Bagno (2009; 2020).

Para Faraco (2016, p. 333):

No contexto político, passou-se já um quarto de século da criação do [IILP] e quase vinte anos da criação da CPLP. Nenhum desses suportes garantiu até agora os meios institucionais para o cultivo do português como língua de cultura (no conceito de Antônio Houaiss) ou para a consolidação da República do Português (no conceito de Celso Cunha). O “bloco da lusofonia” continua, portanto, sendo, em boa parte, uma miragem. Ou, no dizer de Bagno (2009), talvez tudo não passe de uma “*ilusofonia*” [...]. Parte dos pesquisadores universitários portugueses e brasileiros da área de linguística tem insistido, nas últimas décadas, em dar destaque maior às diferenças que às semelhanças entre a língua de Portugal e a do Brasil. E argumentam – não apenas pelas diferenças mais evidentes (lexicais ou fonético-fonológicas), mas principalmente pelas diferenças sintáticas - que já não se trata de uma língua, mas, inexoravelmente, de línguas diferentes. Nesse quadro, constituir um “bloco da lusofonia” seria um desejo quimérico.

É interessante notar que linguistas como Faraco (2016) discutem a questão da suposição da existência de uma lusofonia a partir de dados empíricos, enquanto, no discurso de Oliveira (2013; 2016), como mostrei, se silenciam quaisquer dados dessa natureza. Fica a cargo do leitor imaginar de que *unidade* se fala nas propostas de normatização convergente. Estamos de fato, nesse caso, diante daquilo que Woolard (2008) chamou de ideologia linguística do anonimato.

Aliás, em se tratando de tentativas de diferentes países normatizarem a língua portuguesa de forma convergente, Faraco (2016, p. 335) nos lembra:

Quando os filólogos Celso Cunha, brasileiro, e Lindley Cintra, português, uniram esforços, na década de 1980, para produzir uma primeira gramática convergente do português contemporâneo, trabalhando sob o famoso *slogan* da unidade na diversidade e se abriram, ainda que timidamente (timidamente porque o problema das normas nativizadas na África é uma questão ainda muito em aberto; cf., por exemplo, Gonçalves, 2010; Lopes, 2004), para abrigar, com respaldo em escritores portugueses, brasileiros e africanos, um quase-conceito de norma pluricêntrica para o português, apostavam – como, aliás, os demais filólogos e linguistas de sua geração – na convergência. Em outros termos, elaboravam um projeto para acolher as diferenças de modo a dar relevo às semelhanças.

E conclui:

Esse projeto parece ter perdido força e interesse em parte do mundo acadêmico luso-brasileiro, que hoje prefere insistir nas diferenças, classificadas já como tipológicas (em decorrência do rol de mudanças sintáticas ocorridas principalmente nos últimos dois séculos), para dar relevo a uma já impossível convergência. Não há, aparentemente, sustentação no mundo acadêmico de hoje para a elaboração, por exemplo, de uma gramática de referência que seja ecumênica ou de um dicionário, igualmente ecumênico – a tal reserva gráfica ou memória escrita (de que falava Antônio Houaiss), que é elemento indispensável à consolidação de uma língua de cultura e que pode servir de apoio ao estudo da língua e a seu ensino como L1 ou como língua adicional em qualquer de suas modalidades, L2 ou língua estrangeira (FARACO, 2016, p. 335-336).

Longe de querer encontrar quem está com a razão, a apresentação do conflito de visões (cf. SOWELL, 2012) que há entre os linguistas quanto à necessidade ou não de uma normatização convergente entre os países que falam língua portuguesa foi feita aqui por duas razões: a) mostrar, como, afinal, tenho mostrado desde o início, que não há qualquer consenso entre linguistas sobre os desafios glotopolíticos que existem hoje; b) lembrar que a ideia de uma normatização convergente, apresentada por Oliveira (2013; 2016) como um *novo* desafio imposto às línguas pelo mercado capitalista globalizado, é, na verdade, uma discussão requeitada.

Orlandi (2009) acrescenta a essa discussão outro ponto de vista: o discursivo. Isto é, além de haver divergências quanto à existência de uma língua portuguesa supranacional por questões empíricas (lexicais, fonético-fonológicas, morfossintáticas etc.), há ainda que se levar em conta os modos de significação da língua portuguesa em diferentes territórios. Para a autora, quando essa língua, saída da Europa, alcança outro sítio de enunciação, ela passa a produzir efeitos de sentido diferentes, significando para outros sujeitos e incorporando outra memória discursiva, do que resulta uma *descolonização linguística* (ORLANDI, 2009, p. 213):

Se, na colonização, o lugar da memória pelo qual se significam a língua e seus falantes é Portugal, no processo de descolonização[,] essa posição se inverte, e o lugar de significação é deste lado do Atlântico, com sua memória local.

Orlandi (2009), partindo da ideia de que, em cada ex-colônia portuguesa, acontecem processos de historicização da língua da ex-metrópole peculiares, o que leva essa língua a se descolonizar em diferentes direções em cada território, chega à conclusão de que sequer existe uma unidade homogênea que se possa chamar de lusofonia. Para ela:

Falamos diferente. As relações entre nossas línguas formam um intrincado quadro de distinções e transformações. E essa é nossa realidade linguística atual

[...]. Ela pode ser o pretexto para nos compreendermos em nossas singularidades. Ao invés de trabalharmos um imaginário de unidade linguística que é herança da colonização, elaboremos nossas diferenças concretas no sentido de enriquecermos nossas relações e nos reforçarmos em nossos processos de descolonização (ORLANDI, 2009, p. 222).

Por ocasião do dia mundial da língua portuguesa, comemorado sempre em maio, escreveu Bagno (2020):

Quanto ao Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), como bem lembra Nuno Ramos, serve para nada e não serve para coisa alguma. Por isso sempre tenho dito que a tal da lusofonia é de fato uma "ilusofonia". Muito discurso vazio, muita retórica saudosista, mas nenhum reconhecimento da realidade distópica em que vive a imensa maioria das populações de países que têm o português como língua oficial — só mesmo Portugal apresenta índices de desenvolvimento humanos decentes, enquanto o Brasil, nunca é demais repetir, é um dos países mais covardemente injustos e desiguais do universo conhecido e desconhecido. E agora que é chefiado por uma criatura que reúne em si tudo o que pode haver de pior na espécie humana, uma aberração genética que deveria estar trancafiada numa jaula para servir de cobaia a experimentos científicos, as perspectivas de divulgação da língua são tão sombrias quanto a certeza de que nem os bisnetos dos nossos bisnetos viverão num país minimamente civilizado, em que um jovem negro não seja assassinado a cada 27 minutos ou uma mulher a cada hora e meia. O capitalismo hipersuperultraliberal vai destruindo o planeta a passos rápidos, e a atual pandemia provocada pelo novo coronavírus é a prova mais letal de que a incensada globalização só tem servido para internacionalizar as mazelas e para que um único homem, o dono da amazon.com, tenha em sua conta bancária mais dinheiro que os PIBs reunidos de vários países. No que diz respeito ao ensino do português brasileiro no exterior, o justificado horror que o cenário político (ou apocalítico) do Brasil desperta na comunidade internacional — e mais gravemente neste exato momento, com um presidente que se vangloria de sua necropolítica e persegue quem tenta combater o genocídio que ele põe em marcha — vai fazendo murchar o já pequeno interesse pela nossa língua. O português, infelizmente, é uma língua em que milhões de pessoas, nas mais diferentes partes do mundo, travam uma luta sem trégua para estarem vivas no dia seguinte. Enquanto for essa a realidade das e dos falantes de português, não vejo nada que justifique uma celebração mundial da língua. E é fácil imaginar a dor que isso causa em alguém que vem dedicando à língua a vida que já foi e a pouca que lhe resta.

Apesar da linguagem hiperbólica típica de parte da esquerda brasileira e da problemática afirmação sobre como deve ser tratado o atual presidente da república do Brasil – há fascismos⁶³ de direita e de esquerda, diria Risério (2019) –, é interessante

⁶³ Não acho exagero dizer que é fascista (nazista) a ideia de trancar um ser humano numa jaula e usá-lo para testes científicos. Quem discorda do atual presidente deve, como qualquer democrata, fazer oposição ao governo e usar os meios democráticos para retirá-lo do poder. Discursos extremistas assim, se dominarem a grande mídia, ao invés de ajudar nas legítimas lutas contra a fome e o desemprego, por exemplo, vão apenas intensificar os nossos problemas, inclusive aumentando a polarização bastante improdutiva que já existe por aqui.

notar, conforme afirma Bagno (2020), o quão utópica é a tentativa de saudar uma suposta língua portuguesa comum.

Além disso, é mister problematizar a ideia de Oliveira (2013) de que a gestão dessa *língua comum* sofre suas *dores do parto*. Pelo exposto até aqui, percebe-se claramente que, se a metáfora do nascimento é boa, ela é, no entanto, muito mais pertinente às línguas minorizadas dos países que fazem parte da CPLP, essas, sim, convivendo, desde sempre, com a dor de seu silenciamento por parte primeiro de Portugal, depois dos próprios Estados independentes, como é o caso de Angola (cf. BERNARDO; SEVERO, 2018) e Moçambique (cf. MABASSO, 2016). Não é demais perguntar, e, na verdade, essa pergunta já apareceu aqui: há espaço, no mundo globalizado, para o multilinguismo, para o plurilinguismo? Parece estranho que apareça, no discurso do mesmo autor (cf. OLIVEIRA, 2013; 2016), a um só turno, a defesa da pluralidade das línguas e a defesa da gestão de uma *língua comum* em diferentes continentes.

É preciso que haja clareza: de que *língua* se está falando (oralidade, escrita, oralidade e escrita, léxico, gramática, léxico e gramática...)? Em que nível de *comum* o português precisa estar para ser internacionalizado? Essas questões, porém, apesar de incontornáveis, não são respondidas em Oliveira (2013; 2016).

Estamos, portanto, diante de um discurso que, atravessado por uma IL globalista, apresenta um paradoxo, na medida em que, a um só turno, defende a importância da diversidade linguística nos países – inclusive concebendo essa diversidade como própria dos também diversos modos de ser e estar no mundo e destacando que, na era das relações digitais, a criação de soluções plurilíngues deve substituir as soluções monolíngues (cf. OLIVEIRA, 2016, p. 398) – e a importância, no mercado globalizado, da gestão de uma suposta *língua portuguesa comum* para diferentes países e continentes, não deixando claro, porém, de que modalidade linguística se está falando (oralidade ou escrita), a que níveis de análise linguística essa gestão se refere e, finalmente, em que consiste, na prática, uma *língua comum* (quais diferenças precisam ser *regularizadas* para que se alcance esse fim?).

Essa IL tem, como mostrei na primeira parte desta tese, contextualidade fincada na globalização e, conseqüentemente, no mercado externo, função naturalizadora, já que, segundo os discursos por ela atravessados, as línguas precisam se adequar às novas agendas do mercado, e institucionalidade, posto que ela se apresente em discursos não só de professores universitários de instituições de ensino superior, mas também de

profissionais, como Oliveira (2013; 2016), que fazem parte de instituições internacionais que visam a constituir e manter relações ditas horizontais entre os países falantes de português.

III
A QUE SE CHEGA

5 É POSSÍVEL ORGANIZAR O APARENTE CAOS?

Esses homens! Todos puxavam o mundo para si [...]. Mas cada um só vê e entende as coisas dum seu modo.

João Guimarães Rosa

A verdade é uma só: são muitas. E estamos todos certos. E sem rumo.

Antonio Brasileiro

5.1 OS CONFLITOS DE VISÕES LINGUÍSTICAS

Sowell (2012) é autor de uma obra por demais interessante. Intitulada *Conflito de visões*, o livro, que pertence à área da história das ideias, objetiva discutir as origens ideológicas das lutas políticas – o que muito me interessa, posto que toda teoria linguística (e, mais amplamente, toda ideia linguística que um cientista tem) é, antes que mais, política. Num dado momento, afirma Sowell (2012, p. 12-13):

Um conflito de visões é diferente de um conflito entre interesses opostos. Quando há interesses em jogo, as partes diretamente envolvidas costumam entender claramente qual é a questão e o que cada uma está disposta a ganhar ou perder. A maioria das pessoas pode não compreender – e, de fato, pode ser confuso exatamente por causa da propaganda das partes adversárias –, mas essa confusão é consequência direta da clareza das próprias partes interessadas. Entretanto, quando há um conflito de visões, aqueles que são mais afetados por uma visão em particular podem ser os que têm menos consciência de seus pressupostos fundamentais – ou os menos interessados em parar para examinar essas questões teóricas quando há questões urgentes de ordem “prática” a serem defendidas a qualquer preço. Porém, visões não são simples impulsos emocionais. Pelo contrário, elas têm uma consistência lógica surpreendente, mesmo que aqueles dedicados a essas visões raramente tenham estudado essa lógica. As visões tampouco são limitadas a fanáticos e ideólogos. Todos nós temos visões. Elas são as moldadoras silenciosas de nossos pensamentos. As visões podem ser morais, políticas, econômicas, religiosas ou sociais. Nestes ou em outros campos, nós nos sacrificamos por nossas visões e, às vezes, quando necessário, preferimos enfrentar a derrota a traí-las. Quando visões entram em conflito de forma irreconciliável, sociedades inteiras podem se dilacerar. Conflitos de interesses predominam por interesses curtos, porém, conflitos de visões dominam a história.

Gostaria de destacar três afirmações dessa citação, com a qual concordo, e tentar, a partir dessa perspectiva, analisar os conflitos de visões linguísticas (ou de IL)⁶⁴ que vimos até aqui.

⁶⁴ Os trabalhos que se dedicam à análise de IL concebem o sujeito como intencional, volitivo. Aqui, propus uma outra modalidade de subjetivação dos sujeitos. Uma vez os entendendo como assujeitados a ideologias,

É interessante, em primeiro lugar, entender que, conforme nos ensina Sowell (2012), um conflito de visões não necessariamente implica um conflito de interesses, e isso tem relação indissociável com a compreensão ou não que as pessoas envolvidas têm das diversas questões que dizem respeito a determinado conflito. Se há essa compreensão, estamos diante de um conflito de interesses. Se não há essa compreensão (ou se as pessoas envolvidas não estão dispostas a parar para examinar questões teóricas diante de questões práticas que emergem em sua realidade), então, estamos diante de um conflito de visões. Penso que ambas as coisas ocorrem na Linguística.

Um conflito de interesses opostos, a meu ver, é o que ocorre entre Oliveira (2013, 2016), explicitamente interessado em introduzir o Brasil numa agenda mercadológica das línguas, buscando, para isso, uma *normatização convergente* entre todos os países falantes de português, e Nascimento (2019), explicitamente interessado em denunciar o caráter elitista e racista do padrão de língua portuguesa exigido oficialmente no Brasil.

Por outro lado, podemos pensar, por exemplo, no discurso de Silva Neto (1950), entendido hoje como racista, elitista, colonizado (cf. VITRAL, 2001; MATTOS E SILVA, 2004; AVELAR; GALVES, 2014; SEVERO, 2015; SEVERO; ELTERMANN, 2018 etc.). Nesse caso, estamos diante de verdadeiro conflito de visões, posto que, ao passo que Silva Neto (1950) defendeu a vitória da língua portuguesa em solo brasileiro a partir de uma visão que claramente concebia a língua tal como falada em Portugal e a cultura que ela transmitia como superiores à língua portuguesa *modificada* no Brasil e à cultura extra-europeia, Severo e Eltermann (2018), por exemplo, já aqui citados, fazem uma leitura crítica do discurso do filólogo brasileiro a partir de uma outra régua moral, inscrita em um outro tempo histórico – quando emergem novas perspectivas historiográficas de interpretação do Brasil, as quais salientam, cada vez mais, a participação de indígenas e africanos na formação do país, sem que ela seja vista como responsável por *deturpações* culturais, linguísticas etc.

Há conflitos de visões ainda mais complexos. A fim de entender isso, podem-se citar as ideias de linguistas que, apesar de, à primeira vista, no plano teórico, defenderem uma mesma ideologia (isto é, serem interpeladas por uma mesma IL – a da ruptura, por exemplo) – *é preciso reformar o ensino de língua portuguesa no Brasil, já que ele reverbera valores coloniais* –, dizem, do ponto de vista prático, coisas bastante diferentes:

penso que as IL podem ser entendidas como visões, nos termos de Sowell (2012). Ele próprio afirma que as visões são premissas, em geral implícitas, que levam alguém a defender uma ideia e não outra.

Bagno (2012) vê o NURC como um modelo a ser seguido para a reorientação da norma culta brasileira; Nascimento (2020) entende essa atitude como racista.

Há outras tantas questões práticas de ensino de língua portuguesa no Brasil que ficam em aberto nos discursos dos linguistas atravessados por uma IL da diferença e até mesmo em publicações de autores cujos discursos são atravessados pela IL da ruptura. No caso do primeiro conjunto de discursos, urge perguntar: o que se quer, ao fim e ao cabo, com as afirmações, empiricamente embasadas, de que PB e PE são línguas diferentes, e não apenas variedades diferentes de uma mesma língua? No caso do segundo conjunto de discursos, é mister perguntar: como a ruptura com os *últimos laços coloniais* vai ser feita e que prejuízos podem daí emergir? Como resolver esses possíveis prejuízos?

Em segundo lugar, conforme Sowell (2012), as visões podem ser morais, políticas, econômicas, religiosas ou sociais. Na Linguística, não é diferente. O conflito mencionado há pouco, que põe, quanto à participação indígena e africana na formação do PB, de um lado, Silva Neto (1950) e, de outro lado, Vitral (2001), Mattos e Silva (2004), Avelar e Galves (2014), Severo (2015) etc., tem relação com a visão política e social que cada autor tem. No caso particular de Oliveira (2013; 2016), o conflito de interesses com os demais linguistas se relaciona à sua visão econômica (liberal) de que as línguas são, na contemporaneidade, *commodities* – e como tal devem ser tratadas. Ou seja: diferentes IL são determinadas pelas diferentes visões (políticas, econômicas, sociais...) de cada autor.

Em terceiro lugar, Sowell (2012) chama a atenção para o fato de que, quando visões entram em conflito de uma maneira irreconciliável, sociedades inteiras podem vir a ruir. Sem querer fazer previsões alarmistas, penso ser importante discutir, da forma mais democrática possível, tratando cientificamente as diferentes formas de enxergar essa questão, se os vários discursos conflitantes sobre a história sociopolítico-linguística do Brasil e sobre como tratar, institucionalmente, a heterogeneidade linguística do país são irreconciliáveis.

Ao longo da história da Linguística, já vimos duas teorias inicialmente consideradas irreconciliáveis, a Sociolinguística Variacionista e a Teoria da Gramática, serem, ainda que ambas tenham *cedido* em alguns de seus princípios epistemológicos, integradas com o fito de melhor compreender os processos de variação e mudança linguísticas por que passou e passa o PB (cf. TARALLO, 1987). Para Lucchesi e Ribeiro (2009, p. 126):

Não obstante as profundas divergências que os separam, esses dois modelos têm produzido contribuições decisivas e complementares para o entendimento da questão da mudança, tanto no plano dos princípios teóricos fundamentais, quanto no plano da metodologia e dos critérios de verificação empírica.

Ainda segundo os autores, a visão de complementaridade entre as duas teorias se fundamenta em

uma posição teórica que [permite] integrar elementos da teoria da gramática e a análise dos padrões coletivos de uso linguístico de uma forma minimamente consistente. Por outro lado, considerando a questão das mudanças derivadas do contato entre línguas e da convivência de variedades linguísticas distintas dentro de uma mesma comunidade de fala [...], [buscou-se] uma formalização analítica dos processos em que gramáticas concorrentes afetam o desempenho linguístico dos falantes, tratadas na literatura sob o rótulo de alternância de códigos [...], como um processo encaixado na estruturação gramatical do conhecimento linguístico dos falantes, através do que se definiu como princípio da coesão estrutural (LUCCHESI; RIBEIRO, 2009, p. 125).

Essa complementaridade entre as referidas teorias, porém, também não é consensual entre os linguistas. Em Borges Neto (2004), por exemplo, um trabalho que – a partir da afirmação de Rajagopalan (1988), segundo a qual a existência de muitas teorias concorrentes criaria um impasse e levaria a uma crise na Linguística, cuja única saída seria a reaproximação entre elas, numa direção similar àquela que a Física tem feito, nos últimos anos, ao se esforçar para unificar a teoria da relatividade à teoria quântica (cf. HAWKING, 1988) – problematiza a incomensurabilidade e a compatibilização de teorias, o autor chega à conclusão de que a proposta de Tarallo (1987) de que há complementaridade entre a Teoria da Variação e Mudança Linguística e a Teoria da Gramática é impossível, já que, diferentemente da aproximação feita em Labov (1981) entre os tratamentos dados à mudança linguística pelos neogramáticos, de um lado, e pelos difusionistas, de outro – aproximação de duas hipóteses explicativas para os mesmos dados –, a Sociolinguística Paramétrica tentava unir duas teorias diferentes. E essas duas diferentes teorias, para Neto (2004), seriam irreconciliáveis, já que se trataria de dois modos diferentes de ver o mundo.

Para o autor:

A proposta de Tarallo admite duas interpretações: uma interpretação *forte* e outra *fraca*. A interpretação forte suporia a introdução da noção de parâmetro, tal qual constituída no quadro da gramática gerativa, no conjunto de conceitos teóricos da sociolinguística. A interpretação fraca, por outro lado, suporia a criação, no quadro da sociolinguística, de um conceito de *parâmetro* (homônimo do conceito da gramática gerativa). O texto de Tarallo não permite que se decida

facilmente por uma ou outra interpretação: aparentemente, ele hesita entre as duas (NETO, 2004, p. 210).

Segundo esse raciocínio, se Tarallo (1987) assumiu a interpretação forte apresentada por Borges Neto (2004), isto é, se ele introduziu a noção de parâmetro na Sociolinguística, acabou por adotar uma perspectiva instrumentalista das teorias científicas, segundo a qual elas são meras notações adequadas para o cálculo e para as previsões dos fatos. Na prática, teria Tarallo (1987) utilizado a Sociolinguística não como teoria, mas como metodologia de análise de dados que “só se distingue de outras metodologias pela atenção que presta às variações inter e intra-individuais e pelo uso de instrumental estatístico” (BORGES NETO, 2004, p. 211).

Ainda segundo Borges Neto:

A gramática gerativa [...] não tem como aproveitar os resultados da pesquisa sociolinguística. Na medida em que esses resultados referem-se [sic] à comunidade linguística e não ao indivíduo, na medida em que esses resultados são obtidos sobre a linguagem entendida como produto e não sobre a linguagem entendida como um saber inato inscrito na mente/cérebro dos falantes, na medida em que esses resultados envolvem, de forma indissociável, o estrutural e o não-estrutural, eles não têm lugar no “mundo” do gerativista. Se retirarmos o não-estrutural, se retirarmos o social dos dados, não teremos mais *dados sociolinguísticos*. E se, além disso, usarmos para a análise estrutural dos dados o aparato teórico da gramática gerativa, estaremos fazendo o que Tarallo quer evitar, e que considera um pré-conceito. Estaremos fazendo, simplesmente, gramática gerativa (BORGES NETO, 2004, p. 211).

Assim, a introdução da noção de parâmetro na Sociolinguística, segundo o autor, determina ou que o conceito de parâmetro seja retirado do seu lugar próprio ou que a Sociolinguística fique esvaziada do que lhe seria essencial.

Já numa interpretação fraca, isto é, numa interpretação segundo a qual o conceito de *parâmetro* deve ser entendido como um homônimo do *parâmetro* da gramática gerativa, Tarallo (1987) estaria propondo a criação de um novo conceito que, “na melhor das hipóteses, apenas [permitiria] uma relação analógica fraca com o conceito da gramática gerativa” (BORGES NETO, 2004, p. 212).

Continua o autor:

[...] se entendermos a sociolinguística paramétrica na interpretação forte, estaremos diante de uma visão instrumentalista das teorias linguísticas, que descaracteriza essas teorias, retirando-lhes a essência. Se assumirmos a interpretação fraca, estaremos diante do uso do *termo* parâmetro para designar algo que a meu ver não é muito distinto do universal implicacional de Greenberg. Em nenhuma das interpretações, estaremos diante da possibilidade de “aproximação dos contrários” (NETO, 2004, p. 213).

À revelia da crítica de Neto (2004), a Sociolinguística Paramétrica continua sendo praticada e, sobretudo no Brasil, tem dado valiosas contribuições à Linguística (cf. TARALLO, 1987; ROBERTS; KATO, 1993; DUARTE, 2003; LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009; CASTILHO, 2013; AVELAR; GALVES, 2014; GALVES; AVELAR, 2017; KATO, 2018; GALVES; KATO; ROBERTS, 2019 etc.)

O fato é que a conclusão a que Borges Neto (2004) chega, no trabalho aqui brevemente apresentado, me parece por demais interessante. São palavras do autor:

Não vejo por que se deva deplorar a proliferação de teorias, nem vejo a proliferação como causa de “crise” [como afirmou Rajagopalan (1988)]. Ao contrário. Em ciência, só se obtém o progresso quando há pontos de vista em conflito – a ciência só progride “*pela discussão crítica de visões alternativas*”, como diz Feyerabend. A ideia de paradigma único, embora possa parecer atraente, significa o *monopólio* de um ponto de vista, de uma ideologia, e todo monopólio ideológico leva ao dogmatismo. Não há por que temer a proliferação. Não há por que desejar “aproximações” ou “compatibilizações”. Cada teoria é uma estrada que, assim como pode levar a uma cidade, pode terminar num precipício ou num fundo de vale. Cada teoria deve ser levada às últimas consequências, sem “camaleônicas”, para que possamos saber da fertilidade de seu ponto de vista [...]. Se queremos sonhar com utopias, busquemos as “aproximações”. Se, por outro lado, queremos nos engajar na atividade real da ciência, deixemos as teorias desenvolverem-se, com todas as suas virtudes e limitações. Nunca deixemos, porém, de submeter todas as propostas à mais severa crítica. Não pretendo ser o dono da verdade. Não pretendo ter demonstrado “efetiva e cabalmente” nenhuma tese. Posso estar profundamente errado em meu posicionamento. Somente a discussão franca e honesta dos pontos de vista conflitantes poderá levar a avanços nessa área (NETO, 2004, p. 215-216).

Assim como Sowell (2012), Borges Neto (2004), apesar de entender como desejável a pluralidade teórica da Linguística, também vê a possibilidade de determinada teoria levar a sociedade ao *precipício*. E, nesse momento em que vivemos, quando pululam diferentes narrativas sobre os mesmos fatos (direita, esquerda, liberais, comunistas, progressistas, conservadores, centro-progressistas, centro-liberais, pós-modernos, marxistas, decoloniais, anarquistas, anarcocapitalistas etc.: todos disputam a *verdade*), é preciso, a meu ver, investigar a possibilidade de adoção de uma postura que seja a mais democrática e a menos danosa possível.

O próprio Borges Neto (2004), ao comentar sobre relativismo – ideia de que todo conhecimento é relativo a um momento histórico, a um contexto, a um conjunto de circunstâncias – e objetivismo – ideia de que há uma verdade única, objetiva, que precisa ser *revelada* pelo cientista – nas diferentes áreas de conhecimento, afirma que, diante da pluralidade teórica, uma das posturas possíveis é a postura pragmática, que pode ser definida como:

[a] concepção filosófica [...] que valoriza a prática mais do que a teoria e considera que devemos dar mais importância às consequências e efeitos da ação do que a seus princípios e pressupostos. A teoria pragmática da verdade mantém que o critério de verdade deve ser encontrado nos efeitos e consequências de uma ideia, em sua eficácia, em seu sucesso. A validade de uma ideia está na concretização dos resultados que se propõe obter (JAPIASSU; MARCONDES, 1990, p. 199, *apud* NETO, 2004, p. 76).

“Confesso que essa posição não me é antipática”, afirma Borges Neto (2004, p. 76). Devo dizer o mesmo. Diante da pluralidade de discursos conflitantes sobre como lidar, nos dias atuais, com a variação linguística e com as mudanças linguísticas implementadas na língua portuguesa em uso no Brasil, parece-me ético e democrático pensar não em que discurso é verdadeiro, correto, mas em que discursos podem resultar em políticas linguísticas eficientes – e eficiência aqui tem relação indissociável com a democracia. É essa a minha proposição, mas prefiro voltar a ela mais adiante.

Por ora, a pergunta a ser feita aqui é: poderão os diversos discursos conflitantes sobre a história sociopolítico-linguística e sobre o ensino de português no Brasil que estão sendo analisados aqui ser concebidos de forma mais ou menos harmoniosa, assim como teorias linguísticas diferentes já demonstraram poder, à revelia das críticas recebidas? Dito de outra forma: diante de tantos discursos diferentes e não raro conflitantes, é possível organizar o aparente caos?

Penso que, com esforço e com ética científica, sim. E há um fator que facilita em larga medida essa possibilidade: quando se trata da história da transplantação da língua portuguesa para solo americano, os linguistas contemporâneos não discordam de que houve diversos processos de variação e mudança tributários do contexto de intenso contato interlinguístico, isto é, não discordam de que os brasileiros e os portugueses estão hoje diante de modos diferentes de usar a língua portuguesa, independentemente de eles conceberem esses modos como línguas diferentes (cf. TARALLO, 1986, p.e.) ou como variedades diferentes de uma mesma língua (cf. OLIVEIRA, 2010, p.e.). Tampouco discordam de que o ensino-aprendizagem de português no Brasil é ineficiente. Ora, tentando focar menos nas divergências teóricas e práticas do que naquilo em que os linguistas convergem, podemos assim resumir essas convergências:

a) PB e PE são diferentes (quer se entendam essas diferenças como variedades de um mesmo idioma, quer se entendam essas diferenças como suficientes para a definição de línguas distintas);

b) a educação linguística, no Brasil, de modo geral, está bastante longe de ser eficiente.

O item (a) me parece ter sido largamente discutido até aqui. Agora, brevemente, gostaria de discutir o item (b).

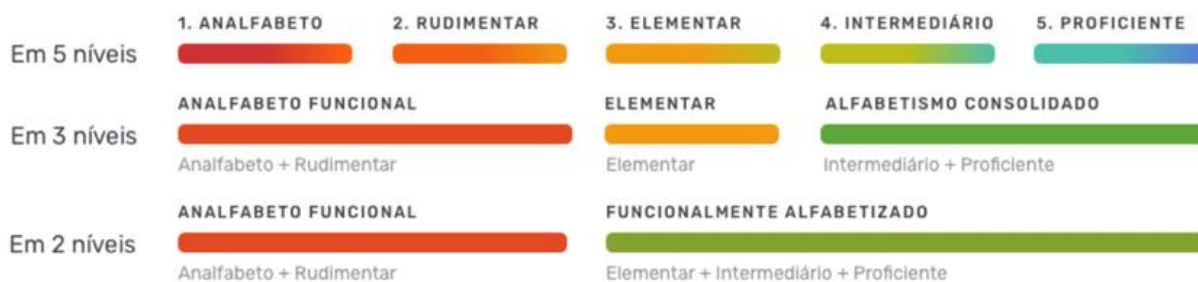
Quando falo em insucesso escolar dos alunos brasileiros, estou-me referindo, em primeiro lugar, aos resultados do Índice de Analfabetismo Funcional (INAF), pesquisa realizada em parceria entre o Instituto Paulo Montenegro e a ONG Ação Educativa, com apoio do IBOPE e coordenada pela associação civil Conhecimento Social.

Por meio de uma prova escrita, aplicada em domicílio com pessoas entre 15 e 64 anos, o INAF avalia quatro habilidades funcionais nos campos do letramento e do numeramento: localização (capacidade de identificar no texto uma ou múltiplas informações expressas de modo literal ou não), integração (capacidade de comparar, ordenar ou estabelecer outros nexos lógicos entre dois ou mais elementos), avaliação (capacidade de aportar informação extratextual ou emitir parecer sobre ela) e elaboração (capacidade de elaborar, criar ou recriar textos e resolver problemas com base em elementos textuais)⁶⁵.

A cada edição, são entrevistadas pessoas residentes em zonas urbanas e rurais de todas as regiões do país. Os resultados da pesquisa têm intervalo de confiança estimado em 95% e margem de erro máxima estimada de 2,2 pontos percentuais, para mais ou para menos. Em mais de dez edições, 658 municípios brasileiros de todas as regiões do país já foram pesquisados.

Desde 2005, O INAF avalia os entrevistados em cinco níveis de proficiência, que também podem ser agrupados em dois ou três níveis, como mostra o infográfico abaixo.

Gráfico 1: níveis de proficiência do INAF



Fonte: INAF (2018)

⁶⁵ Cf. <https://alfabetismofuncional.org.br>

A tabela a seguir resume os resultados do INAF desde a sua primeira aplicação.

Tabela 5: Analfabetismo no Brasil

Níveis	2001 2002	2002 2003	2003 2004	2004 2005	2007	2009	2011	2015	2018
BASES	4.000	4.000	4.002	4.004	2.002	2.002	2.002	2.002	2.002
Analfabeto	12%	13%	12%	11%	9%	7%	6%	4%	8%
Rudimentar	27%	26%	26%	26%	25%	20%	21%	23%	22%
Elementar	28%	29%	30%	31%	32%	35%	37%	42%	34%
Intermediário	20%	21%	21%	21%	21%	27%	25%	23%	25%
Proficiente	12%	12%	12%	12%	13%	11%	11%	8%	12%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Analfabeto Funcional*	39%	39%	37%	37%	34%	27%	27%	27%	29%
Funcionalmente alfabetizados*	61%	61%	63%	63%	66%	73%	73%	73%	71%

Fonte: INAF (2001-2018)

Ainda que o número de analfabetos plenos tenha caído, no Brasil, de 12%, em 2001-2002, para 8%, em 2018, se levarmos em consideração o agrupamento dos avaliados em 2018 pelo INAF em dois níveis, o resultado é assustador: 29% dos brasileiros são analfabetos funcionais (3 a cada 10 deles, em média).

Também é relevante notar que, numa escala de cinco níveis, apenas 12% dos avaliados ocupam a posição mais alta: proficiente. Quando se observam conjuntamente os dados de alfabetismo estratificados em três níveis, como mostra o infográfico 1, e os dados gerais da tabela 5, percebe-se que apenas 37% dos brasileiros podem ser considerados com alfabetismo consolidado. Os dados, enfim, são mesmo preocupantes.

Além de realizar esse relevante estudo, o INAF também propõe ações a diferentes agentes, entendendo que o analfabetismo funcional está diretamente ligado às falhas históricas do sistema educacional. Por isso, segundo a instituição, além de cobrar por melhorias na qualidade da Educação, caberia “à sociedade o importante papel de transformar os espaços e contextos não escolares em ambientes promotores de aprendizagem” (INAF, 2018). Quatro são os agentes propostos: as empresas, que podem diagnosticar o nível de alfabetismo funcional dos colaboradores e clientes, a sociedade civil, que deve entender o impacto e divulgar o conceito de alfabetismo funcional no seu dia a dia, a academia, que deve estudar e fazer pesquisas sobre alfabetismo funcional, fundamentando boas políticas públicas, e a gestão pública, que deve mapear o alfabetismo funcional no território e ajudar a direcionar as ações do poder público.

Além dos assustadores dados que concernem ao analfabetismo funcional no Brasil, ao falar de insucesso escolar, estou-me referindo, também, aos insatisfatórios resultados obtidos por alunos brasileiros nas diferentes avaliações de percurso. Aqui, vou-me ater aos resultados obtidos por meio do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e do ENEM, avaliações brasileiras, e também por meio dos resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA).

O SAEB, que é realizado, no Brasil, desde 1995, aplicava, até 2017, provas de Língua Portuguesa e Matemática entre estudantes do 5º ano (Ensino Fundamental), 9º ano (Ensino Fundamental) e 3ª série (Ensino Médio – no caso das escolas técnicas, adicionam-se os alunos da 4ª série). A partir de 2019, estudantes do 9º ano, em abrangência amostral, passaram também a responder a questões de Ciências Humanas e Ciências Naturais. Também em caráter amostral, estudantes do 2º ano do Ensino Médio passaram a realizar as provas de Língua Portuguesa e Matemática. Dessa forma, o SAEB é um importante instrumento de avaliação do desempenho dos estudantes e permite diagnosticar problemas na aprendizagem e elaborar planos de ação para o Projeto Político-Pedagógico das diversas escolas.

Apresenta o SAEB, a cada aplicação, um relatório bastante detalhado das condições que envolvem escolas, estudantes, suas famílias, diretores e professores. Quanto aos estudantes, além de seu rendimento nas provas, são controlados dados como etnia, nível socioeconômico, repetição ou não de um ano letivo, posse ou não de bens e serviços na moradia de sua família, participação ou não de familiares em atividades relacionadas a estudo etc. Quanto aos profissionais da escola, são controlados dados relativos a desejo ou não de continuar exercendo a profissão, formação continuada dos professores, cursos de pós-graduação concluídos ou em andamento, tempo de deslocamento entre casa e trabalho, número de escolas em que professores trabalham, tempo total que dedicam ao trabalho, na escola e em casa, forma de transporte usado até o trabalho, avaliação das condições da sala de aula, presença ou ausência de recursos pedagógicos etc.

Quanto à proficiência dos estudantes em Língua Portuguesa, aquilo que por ora me interessa, só há dados divulgados do SAEB 2019 – os resultados da aplicação feita em 2021, que contou com 71,25% dos estudantes previstos (número inédito), de todas as unidades federativas do país, devem ser divulgados até o fim de 2022.

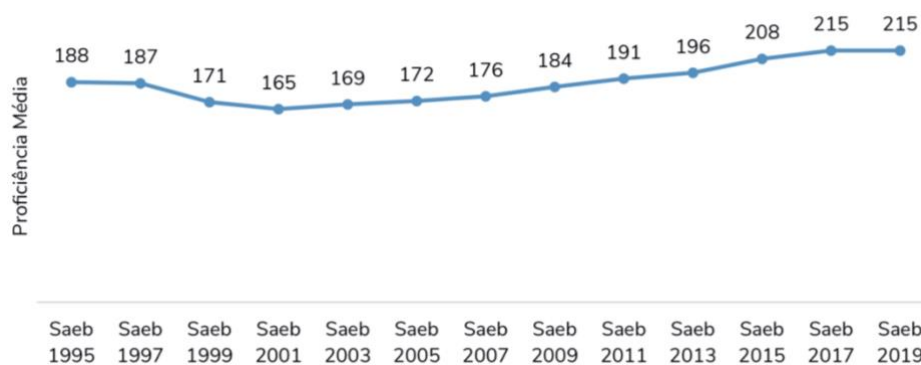
Os resultados mostram uma realidade há muito conhecida: em geral, os estudantes de áreas urbanas, em detrimento daqueles de áreas rurais, os estudantes de capitais, em

detrimento daqueles do interior dos estados, e os estudantes de escolas federais e privadas, em detrimento daqueles de escolas públicas estaduais e municipais, têm maior proficiência média.

As competências avaliadas em Língua Portuguesa no SAEB são chamadas de tópicos, dentro dos quais há habilidades específicas. Os tópicos são seis: procedimentos de leitura; implicações do suporte, do gênero e/ou do enunciador na compreensão do texto; relação entre textos; coerência e coesão no processamento do texto; relações entre recursos expressivos e efeitos de sentido e, finalmente, variação linguística⁶⁶.

A proficiência discente é considerada pelo SAEB entre os níveis 0 e 9, no 5º ano, e entre os níveis 0 e 8, no 9º ano e na 3ª série. O gráfico abaixo mostra a evolução da proficiência média nacional do 5º ano em Língua Portuguesa:

Gráfico 2: Evolução da proficiência média nacional do 5º ano em Língua Portuguesa.



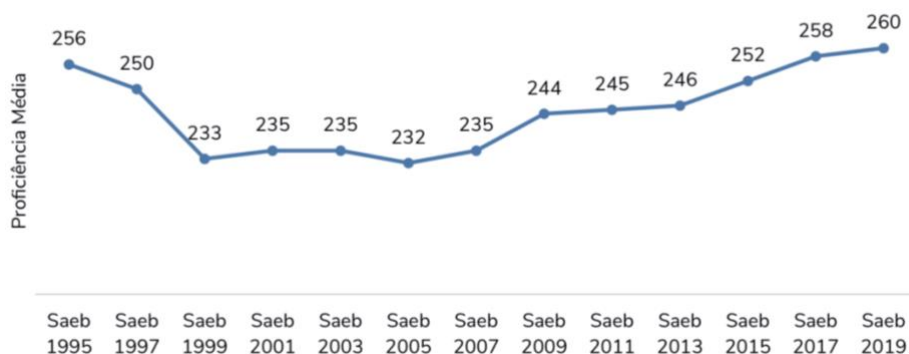
Fonte: SAEB (2019)

O gráfico mostra que houve, em 2019, manutenção na média auferida em 2017. Assim, em termos absolutos, no Brasil, não houve avanço na competência de leitura dos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental. Considera-se que, com a média absoluta obtida (215), os estudantes estão no nível 4, numa escala de 0 a 9.

O próximo gráfico concerne aos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental.

⁶⁶ Uma visão mais panorâmica da avaliação pode ser vista no site <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/resultados>.

Gráfico 3: Evolução da proficiência média nacional do 9º ano em Língua Portuguesa.

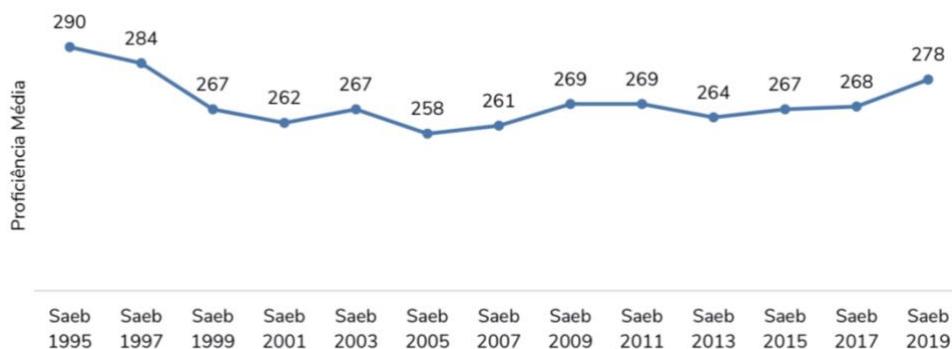


Fonte: SAEB (2019)

Como se nota no gráfico acima, 2019 deu continuidade à sequência de elevação das médias de proficiência nacional do 9º ano em Língua Portuguesa observada desde 2007. No entanto, a média absoluta nacional (260) ainda é considerada baixa, já que mantém os alunos no nível 3, numa escala de 0 a 8.

Quanto aos alunos da 3ª série, observe-se o gráfico a seguir.

Gráfico 4: Evolução da proficiência média nacional da 3ª série em Língua Portuguesa.



Fonte: SAEB (2019)

Apesar de se perceber um tímido aumento no rendimento médio dos estudantes brasileiros de 3ª série em Língua Portuguesa desde 2013, a média absoluta (278) ainda os mantém no nível 3, numa escala de 0 a 8.

Devo dizer que os números do SAEB até aqui apresentados não evidenciam, naturalmente, todas as características da avaliação aplicada, dos estudantes avaliados e dos professores e diretores das escolas em que eles estudam. Os relatórios apresentados

pelo governo federal são sempre bastante detalhados e merecem maior atenção daqueles que querem entender os problemas da educação brasileira. Aqui, porém, interessou apenas apresentar os dados absolutos (as médias gerais dos estudantes no início e no fim do Ensino Fundamental II e no fim do Ensino Médio) para reiterar aquilo que me parece irrefutável: em geral, a educação brasileira em leitura não é satisfatória, o que pode ser facilmente percebido quando se nota que os estudantes sequer alcançam a metade da escala de proficiência adotada pelo SAEB.

Passemos, então, aos resultados do ENEM, criado em 1998, com o objetivo de avaliar o desempenho dos estudantes concluintes do Ensino Médio. A partir de 2004, a prova passou a ser utilizada como ferramenta para ingresso em instituições do ensino superior e, em 2010, com sua inclusão no Sistema de Seleção Unificada (SISU), passou a ser o maior exame educacional do Brasil.

A prova, aplicada anualmente para estudantes de escolas públicas e privadas, contém questões de Linguagens, Ciências Naturais, Ciências Humanas e Matemática e uma proposta de Redação – aquilo que me interessa por ora –, que solicita sempre a escrita de um texto dissertativo-argumentativo, devendo o aluno respeitar as normas de convenção de escrita formal da Língua Portuguesa.

Cinco competências são avaliadas na prova de Redação do ENEM: domínio da referida modalidade escrita formal da língua; compreensão da proposta de redação e aplicação de conceitos de diferentes áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do gênero textual solicitado; seleção, organização e interpretação de fatos, informações, opiniões e argumentos para a defesa de um ponto de vista (isto é, construção da argumentação); conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários à construção dessa argumentação (coesão) e, finalmente, habilidades para propor intervenções que resolvam a situação-problema de que o texto tratou.

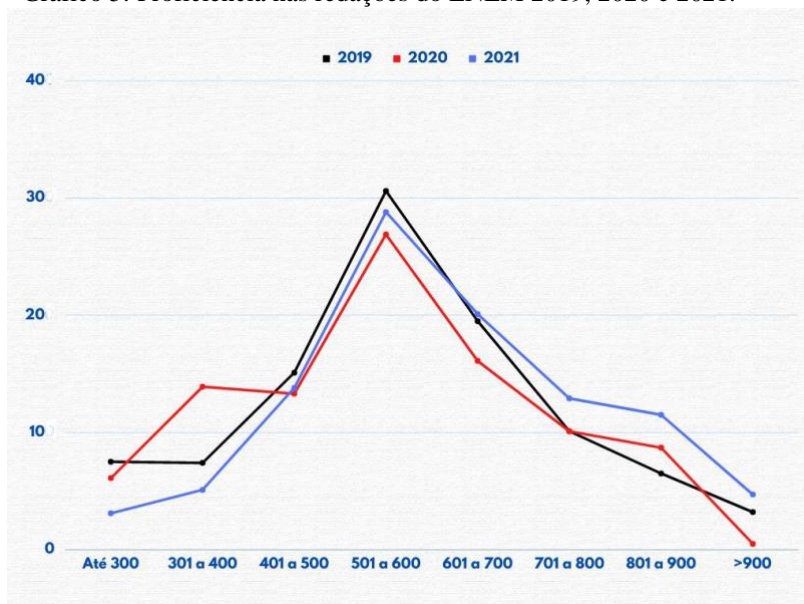
Em 2021, quando foi aplicado o último ENEM, das 2.267.350 pessoas que fizeram a prova, mais de 96 mil tiraram zero na redação. Dentre elas, mais de 26 mil zeraram a única prova escrita por fuga ao tema, dado que corrobora a falta de habilidades leitoras notada nos últimos anos pelo SAEB.

As redações são avaliadas, no ENEM, em níveis de proficiência que vão de 0 a 5. A nota final atribuída aos textos varia entre 0 a 1000 pontos. Uma descrição detalhada desses níveis de proficiência e também de cada uma das cinco competências avaliadas na redação pode ser vista no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Anísio Teixeira (INEP)⁶⁷, responsável por elaborar, aplicar e avaliar o exame – todos os dados apresentados aqui foram extraídos do referido site.

O gráfico a seguir apresenta a porcentagem de alunos que alcançaram cada intervalo de notas entre 0 e 1000 nas redações das edições 2019, 2020 e 2021 do ENEM.

Gráfico 5: Proficiência nas redações do ENEM 2019, 2020 e 2021.



Fonte: Autor (com dados retirados do INEP)

O gráfico mostra que, infelizmente, a maior parte dos estudantes que se submetem ao ENEM para, por meio dele, ingressar nas universidades e faculdades brasileiras e algumas estrangeiras alcança a média entre 501 e 600 pontos. Levando em consideração que, como é de todos sabido, a correção dessas redações é feita com bastante parcimônia, sobretudo se se comparam as correções do ENEM com as de outros vestibulares próprios de universidades, a exemplo da FUVEST (vestibular para a USP), da UNICAMP etc.⁶⁸, chega-se à conclusão de que a disciplina de Língua Portuguesa (ou Redação, como é o

⁶⁷ <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem>.

⁶⁸ Qualquer aluno e professor de Redação de Ensino Médio e de cursos preparatórios para o ENEM sabe que, nesse exame, há muitas maneiras de um texto, ainda que bastante pobre, receba uma nota acima de 600 pontos. Três conhecidos exemplos dizem respeito às competências 1 – não é difícil alcançar 120 pontos, a nota mediana da escala –, 2 – basta que o aluno cite qualquer autor conhecido, mesmo que ele não compreenda bem o que diz a citação, para que ele alcance 160 pontos, a penúltima nota na escala, que vai até 200 pontos – e 5 – basta que o aluno especifique, em sua proposta de intervenção, agente (quem vai resolver a situação-problema), ação (o que o agente fará para a resolução), modo/meio (como a ação se organizará), efeito (para que ela será feita) e detalhamento (explicação ou exemplo) de um dos tópicos anteriores. Não é necessário que a proposta do aluno seja sequer exequível, de modo que, não raro, redações com propostas inexecutáveis ou mesmo já existentes recebem a nota máxima na competência 5. Mais comum ainda é uma redação, sem qualquer propriedade quanto às citações feitas, receber nota máxima na competência 2 e, por vezes, na 3 (aquela que avalia o desenvolvimento do projeto de texto, isto é, a construção da argumentação).

caso de muitas escolas, sobretudo na rede privada, que separam língua escrita e gramática/interpretação de textos), em geral, não tem sido suficiente para formar jovens e adultos que saibam defender minimamente bem uma tese sobre um assunto amplamente debatido na sociedade dentro dos limites estruturais do gênero textual mais exigido nas avaliações do país (a dissertação argumentativa)⁶⁹, respeitando a norma-padrão da língua escrita.

Não é diferente quando se notam os dados dos brasileiros numa avaliação internacional, como é o caso do PISA⁷⁰. Assim como no SAEB e no ENEM, no PISA, estudo trienal conduzido com alunos de 15 anos de idade ao redor do mundo e oferecido aos países pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), os estudantes brasileiros apresentam desempenho insatisfatório em Leitura (a cada edição, avalia-se também proficiência em Matemática, Ciências e em um domínio inovador – em 2018, última aplicação do Programa, da qual participaram 600 mil estudantes de 80 países, o domínio inovador foi Competência Global).

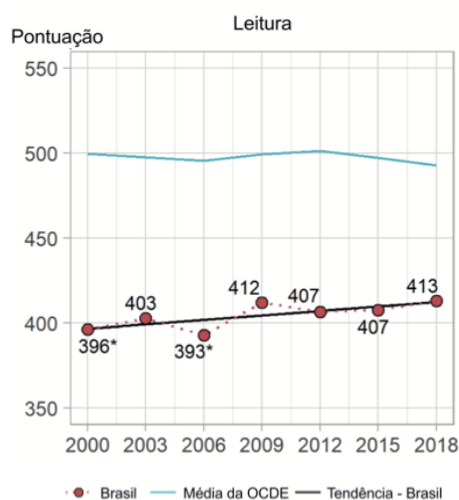
Apesar de, felizmente, o Brasil contar com mais estudantes elegíveis para participar do PISA (a proporção de estudantes com 15 anos cursando entre o 8º ano do Ensino Fundamental e a 3ª série do Ensino Médio saltou de 55%, em 2003, para 70%, em 2012), o desempenho deles, de 2000 a 2018, não chega próximo à média dos países da OCDE⁷¹, como mostra o gráfico a seguir.

⁶⁹ Em muitas regiões do país, a disciplina de Redação, no Ensino Médio, se dedica quase exclusivamente ao trabalho com esse gênero textual.

⁷⁰ As informações aqui apresentadas foram retiradas do site www.oecd.org/pisa.

⁷¹ São países membros da OCDE: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Colômbia, Coreia, Costa Rica, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Japão, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Suécia, Suíça e Turquia.

Gráfico 6: Tendência de desempenho em Leitura de alunos brasileiros no PISA 2018.



Fonte: PISA (2018)

Além da pontuação geral abaixo da média dos países da OCDE, apenas 2% dos brasileiros alcançaram os níveis mais altos de proficiência (5 e 6) em pelo menos um domínio (não necessariamente Leitura) – a média da OCDE é de 16% – e 43% deles obtiveram uma pontuação abaixo do nível mínimo de proficiência (2) em todos os três domínios – a média da OCDE é de 13%.

O desempenho de estudantes brasileiros em vantagem socioeconômica em Leitura superou em 97 pontos (média da OCDE: 89 pontos) o desempenho de estudantes em desvantagem socioeconômica. No PISA aplicado em 2009, a lacuna no desempenho em Leitura, relacionada ao nível socioeconômico, foi de 84 pontos no Brasil (média da OCDE: 87 pontos). Isto é: no Brasil, continua havendo diferenças entre estudantes de diferentes classes sociais. No entanto, segundo o relatório do PISA (2018), o baixo nível socioeconômico de estudantes não foi considerado como fator relevante na comparação com a média da OCDE, haja vista que 10% dos estudantes brasileiros em desvantagem socioeconômica obtiveram um desempenho em Leitura compatível com o alcançado pelos estudantes no quarto superior da distribuição do desempenho em Leitura no Brasil (a média entre os países da OCDE é de 11%).

Muitas outras variáveis relevantes são controladas e cruzadas no estudo que o PISA faz. Os resultados são discutidos de forma bastante clara no relatório que está disponível no *site* citado há pouco. Aqui, interessou perceber, de forma breve (não é a intenção deste trabalho analisar tais dados exhaustivamente), que os resultados do SAEB, do ENEM e do PISA possibilitam a seguinte conclusão: definitivamente, não há, no

Brasil, uma oferta ampla de formação adequada em leitura e escrita. Quanto a isso, como afirmei anteriormente, nenhum linguista contemporâneo discorda.

Mas há um assunto a respeito do qual pouco se fala, posto que seja por demais delicado: a qualidade do trabalho dos professores da educação básica brasileira – ora, não faltam reflexões, na grande mídia e na academia, quanto aos outros problemas nessa área, como infraestrutura, investimento, prioridade ou não da educação pública por parte dos governos, desinteresse das elites brasileiras em que o governo priorize a educação pública, interesse ou não dos alunos, nível de escolarização dos pais dos alunos etc.

A respeito da responsabilidade da falta de qualidade docente no desastre da educação brasileira, afirma Bertoche (2022):

A catástrofe circular da nossa escola: temos professores de fraca formação acadêmica, com salários miseráveis. Eles oferecem aos seus alunos pouca cultura e, por isso, não os elevam acima da média cultural da sociedade; ninguém pode dar o que não possui. Por conseguinte, aos 18 anos[,] o brasileiro – formado em escola pública ou particular, tanto faz – é inculto, ignorante e mal alfabetizado. Devido às perspectivas salariais sombrias do magistério, é entre os mais incultos, ignorantes e mal alfabetizados que a Pedagogia e as Licenciaturas alistam os seus estudantes. Depois de alguns anos, os professores de poucas luzes são substituídos, em sala de aula, por seus antigos alunos, ainda menos capazes. E o processo se perpetua [...]. A síndrome socrática de Dunning-Kruger revela que o ignorante ignora a sua ignorância na razão inversa da sua capacidade: quanto mais ignorante, mais capaz o indivíduo se julga. É isso o que vemos muito entre os professores do Ensino Fundamental e Médio de nosso tempo – sejam licenciados, mestres ou doutores: quase sempre são indivíduos semiletrados, que pouco lêem, incapazes de acompanhar os debates da alta cultura, mas que se julgam capabilíssimos. Assim, confundem ideologia com conhecimento; confundem cultura popular com alta cultura; confundem leitura do livro-texto com Educação [...]. E é todavia necessário aumentar-lhes brutalmente os salários; somente tornando o magistério uma profissão atraente aos menos incultos, menos ignorantes e melhor alfabetizados entre os egressos do ensino básico[,] podemos começar a interromper o círculo vicioso que, a cada geração, aprofunda a tragédia da nossa escola – e a pôr em movimento outro círculo, este virtuoso, em que os melhores estimulam os melhores a manterem o seu legado. Isto é: a boa remuneração não é, *per se*, condição suficiente para que a nossa escola deixe de ser uma instituição de trevas. Mas é condição necessária. Sem a elevação radical do salário dos professores de hoje – para que daqui a vinte anos possamos começar a ver os resultados, com a flor da juventude a ensinar as nossas crianças –, não existe futuro para a civilização brasileira (BERTOCHE, 2022, p. 157-158)⁷².

Há, nesse discurso, uma verdade inconveniente, mas que precisa ser notada (ou assumida): nos próximos anos, pedagogos e professores brasileiros das várias

⁷² Não concordo em absoluto com Bertoche (2022), na medida em que seu discurso me parece generalizante. No entanto, infelizmente, as suas afirmações explicam com clareza o que acontece em boa parte das escolas brasileiras – e o que pode vir a ser regra, no futuro, caso faltem políticas públicas eficientes para mudar o que aí está.

licenciaturas serão, via de regra, esses alunos cujos dados aparecem nas atuais avaliações do SAEB, do ENEM e do PISA: aqueles que muito pouco sabem ler e escrever (quatro anos de graduação serão suficientes para dirimir sérios problemas da formação básica que tem sido oferecida a eles?). Ora, cursos das licenciaturas e Pedagogia são aqueles com as menores notas de corte nas universidades públicas e com as menores mensalidades nas faculdades privadas, muitas das quais ofertam, inclusive, ensino à distância.

Não se trata de elitismo, como pode parecer, numa leitura mais apaixonada. Antes, trata-se de preocupação legítima com a qualidade da oferta de ensino básico, sobretudo aos estudantes em desvantagem socioeconômica, para usar uma variável do PISA. E também, é claro, com a qualidade da oferta de educação nos cursos de licenciatura e Pedagogia. Afinal, se a universidade deixar de ser um espaço que prima pela excelência em formação de professores e cientistas, sucumbindo a um discurso bastante em voga hoje, segundo o qual a função da universidade é fazer justiça social, subvertendo, se necessário for, os padrões acadêmicos (incluídos aí os padrões de escrita formal) de valores iluministas e liberais fundantes do mundo ocidental moderno, estaremos, então, bastante distantes da resolução do problema aqui discutido.

Num interessante trabalho, ainda inédito, sobre universidade e políticas identitárias, Coscioni (no prelo)⁷³, ao problematizar o distanciamento atual das universidades daquilo que considera seu propósito fundamental – a liberdade de expressão, a liberdade de inquirição intelectual e o livre fluxo de controvérsias argumentativas –, com o fito de propor a recuperação do papel mais tradicional da academia enquanto instituição social como uma visão alternativa a essa cultura política atual que ele considera sectária, comenta um caso curioso:

Um [...] caso sintomático do tipo de cultura política que é bastante presente nas universidades brasileiras aconteceu quando, no ano de 2020, a socióloga Rosana Pinheiro-Machado ofereceu, em seu canal no Youtube, um “Curso de Escrita Acadêmica”, em uma série de vídeos nos quais conversava com pesquisadores da área de humanidades que buscavam, em cada um dos episódios, explicar e discutir não apenas aspectos da escrita acadêmica que, normalmente, os discentes têm dificuldade para compreender, mas também fornecer orientação sobre aspectos mais gerais da vida universitária, como a gestão da rotina de estudos, as formas de elaboração de projetos de pesquisa, os tipos de gêneros textuais existentes, a questão da originalidade, entre outros elementos. Na live de abertura, Rosana conversou com a antropóloga Débora Diniz. O teor da conversa concentrou-se na questão do poder na universidade e foi bastante direcionado pelas perguntas que os estudantes com problemas de escrita faziam

⁷³ Registro aqui meu agradecimento a Fernando José Coscioni (UFOP) por ceder o texto antes da publicação oficial do livro de que ele faz parte, intitulado *A crise da política identitária*, que tem o antropólogo Antonio Risério como organizador.

para as duas pesquisadoras. Havia uma grande quantidade de estudantes que relatavam enormes dificuldades com a elaboração de textos acadêmicos, e então, num determinado momento, Rosana trouxe para a discussão um comentário que recebeu de uma estudante que alegava estar com muita dificuldade de escrita para conseguir concluir o seu trabalho final de graduação, e que ficou muito abalada porque o seu orientador disse que ela não tinha uma escrita acadêmica “legítima”. Débora, que era a convidada da live de abertura do curso, ao comentar a queixa da estudante, estimulou, em sua resposta, de forma surpreendente para quem não é familiarizado com o *ethos* político do intelectual de humanas brasileiro “médio”, os alunos que têm problemas acadêmicos a se juntarem e a enfrentarem coletivamente os professores que não legitimam o seu desempenho de escrita. E ela soltou, em determinado momento da resposta, a seguinte frase: “não há escrita legítima, a escrita é legitimada por regimes de classe, regimes de cor, regimes de senioridade na vida acadêmica”. Em nenhum momento passou pela cabeça da antropóloga que, talvez, a escrita da estudante, infelizmente, fosse inadequada e não preenchesse os requisitos mínimos necessários para um trabalho acadêmico. Toda a retórica da resposta da Débora é elaborada no sentido de não discutir as eventuais deficiências de formação da aluna e de “desconstruir” os requisitos da escrita acadêmica com vistas a reduzi-los a meras formas de “dominação” e de “hegemonia” que, frequentemente, seriam mais intensas em departamentos universitários que têm muitos “homens brancos” (expressão dela). Esse desenrolar da conversa escancarou como a sanha populista de acreditar que todos têm condições de seguir trajetória intelectual – que foi, aliás, intensificada nas gestões petistas – rebaixou os padrões intelectuais da universidade pública brasileira (mais em algumas áreas e menos em outras) e promoveu a proliferação de discursos que visam justificar, com a retórica igualitarista de que “todo mundo pode ser incluído”, a adaptação da academia a estudantes que, em muitos casos, não têm os requisitos mínimos para estar numa boa universidade porque carregam falhas estruturais de formação trazidas do ensino básico. Ao que parece, pesquisadoras com capital simbólico significativo e extensos currículos, como Débora e Rosana, concebem a universidade pública como uma espécie de “comunidade terapêutica” que deve se curvar a todas as dificuldades acadêmicas dos estudantes, colocando, assim, os padrões intelectuais de excelência em segundo plano. Elas entendem que a função da academia não é a de fomentar uma sociabilidade e um ensino que levem à produção de um conhecimento de ponta amparado em padrões intelectuais elevados, mas sim a de criar uma espécie de ambiente paternalista, no qual todos, inclusive aqueles que não têm a menor vocação para a vida espiritual, são aceitos sem serem contrariados nem exigidos (COSCIANI, no prelo).

Aparentemente, a fim de não ter seu discurso visto como preconceituoso e até anti-democrático, o autor faz a seguinte ressalva:

A crítica feita aqui às duas cientistas sociais não tem como objetivo rechaçar qualquer tipo de política inclusiva. É fundamental, sem dúvida, que as nossas universidades públicas absorvam os estudantes mais preparados egressos da rede pública. Mas defender essa posição razoável é muito diferente de acreditar, de forma “populista”, coletivista e irresponsável, que todos têm condições de atender aos padrões acadêmicos exigidos por uma instituição pública de qualidade. A onipresença lastimável do analfabetismo funcional e as dificuldades de escrita de textos de complexidade elementar na norma culta da língua entre estudantes universitários do ensino superior público, que podem ser facilmente constatadas por qualquer um que já trabalhou na área, são fatos amplamente conhecidos (COSCIANI, no prelo).

E, quanto ao caso da (in)existência de escrita legítima na universidade e outros citados pelo autor, chega Coscioni (no prelo) à seguinte conclusão:

A relativização das relações de autoridade, a desconstrução dos parâmetros acadêmicos de escrita, que são vistos como instrumentos de “poder”, e a chancela da reclamação vitimizadora dos discentes caminham conjuntamente com um caldo político-ideológico mais amplo que tende a ver discursos, instituições, práticas, costumes, padrões de relações sociais e convenções culturais como formas de “dominação” e como “regimes de verdade” (para falar no bastante popular jargão de Foucault) a serem demolidos para que a emancipação dos “subalternizados” – que, supostamente, estaria sendo impedida pelas “estruturas de poder” internas ao funcionamento da universidade – possa se concretizar. A defesa do solapamento dos padrões acadêmicos para a inclusão dos discentes “oprimidos” pelos cânones impostos da “escrita legítima” é uma derivação dessas posições político-ideológicas mais amplas. É a consequência localizada de um sistema de crenças pós-modernas totalizante, que visa demolir cada aspecto da realidade que estaria, segundo essa lógica paranoica, a serviço da “dominação”.

O autor, é claro, não está se referindo a questões de variação e mudança linguísticas no português. Antes, parece referir-se à escrita que deve respeitar não somente a norma-padrão existente hoje, mas também os requisitos da escrita acadêmica, do gênero textual, do suporte, do felizmente rigoroso controle de qualidade científica etc. Se, por um lado, é legítimo problematizar a norma-padrão brasileira, como, afinal, têm feito incontáveis linguistas, por outro, não me parece arrazoada a sugestão da professora Débora Diniz de que os alunos devem se juntar e enfrentar coletivamente os professores. Aliás, esse enfrentamento coletivo não é sensato nem do ponto de vista da norma-padrão (as propostas que visam a algum tipo de intervenção nesse padrão não podem prescindir de políticas linguísticas institucionais organizadas – ora, estamos falando de uma língua oficial de um Estado-nação) nem do ponto de vista do rigor científico (reconhecer o valor de outros saberes não significa que os saberes científicos devam ser vistos como desnecessários).

Outros três casos emblemáticos dessa nova realidade das universidades são exemplificados por Coscioni (no prelo): o do professor Petersburgo, da Universidade de Toronto, no Canadá, que, em 2016, postou, no YouTube, uma série de vídeos analisando uma lei que previa punição para todos que não usassem determinados pronomes neutros recém-criados na língua inglesa para se referir a pessoas transgênero e foi, por isso, alvo de uma enxurrada de críticas de militantes transsexuais, professores e sindicalistas da educação, além de reprimendas formais da Universidade; o do professor Weinstein, do Evergreen State College, nos Estados Unidos, que, em 2017, desrespeitou o “dia sem

brancos” e foi ao *campus* da universidade mesmo sendo caucasiano, o que causou grande confusão, que incluiu até alunos ativistas negros com bastões de baseball aguardando o professor e culminou em um acordo bilateral de renúncia do cargo; e o de Pluckrose, Lindsay e Boghossian, que, em 2018, cansados dos baixos padrões intelectuais que predominavam em algumas áreas de pesquisa das universidades, resolveram submeter artigos absurdos e antiéticos, mas que estivessem de acordo com os estudos culturais e os estudos de gênero.

Os artigos foram enviados para prestigiosas revistas acadêmicas. Dos vinte produzidos, sete foram aceitos e publicados. Um deles falava de cultura de estupro entre cachorros; em outro, que emula um manifesto em favor do feminismo, há uma versão reescrita, com pequenas alterações, de 3600 palavras presentes em um capítulo de *Mein Kampf*, de Adolf Hitler, em que o nazista justifica a necessidade de seu partido na Alemanha; em outro não menos curioso, os autores defendiam que homens que praticam masturbação anal com brinquedos sexuais tenderiam a ser menos homofóbicos e transfóbicos.

Casos como esses, para Coscioni (no prelo), elucidam características fundamentais que, nos últimos anos, se tornaram bastante comuns na cultura política da universidade, a saber:

(a) o imaginário político binário baseado em “mocinhos” e “vilões” (que poderíamos chamar de “ética política binária”), que está escorado na cartilha semiletrada da “interseccionalidade” e que postula que cada indivíduo, a depender dos seus “marcadores sociais” de gênero, raça e orientação sexual, pode estar mais para o lado “opressor” ou mais para o lado “oprimido” em seu espectro de posicionamento na “estrutura social”; (b) o ódio à liberdade de expressão (que poderíamos chamar, ironicamente, de “censura do bem”), valor que, ao invés de ser defendido como o substrato cultural último para a vitalidade da vida acadêmica, é tido como um instrumento dos “dominantes” para silenciar os “dominados”; (c) a obsessão com a manutenção “higiênica” de um ambiente universitário “impoluto”, no qual, em nome da “segurança” dos “subalternizados”, ideias e pessoas são banidas (que poderíamos chamar de “banimento preventivo”).

No Brasil, especificamente, há dois problemas latentes na universidade pública. Em primeiro lugar, a educação superior talvez tenha passado a ser vista como mercadoria para conseguir votos. Em lugar de se estudarem estratégias e se formularem políticas públicas para formação e valorização de trabalho não intelectual (infinitamente mais bem valorizado em países desenvolvidos, como em boa parte dos países europeus) – afinal, nem todo ser humano desenvolve o desejo de seguir carreira acadêmica –, os governos

Lula e Dilma investiram no massivo acesso às universidades. O problema é que o aumento no número de *campi* e de estudantes universitários não foi acompanhado de aumento na qualidade do ensino e da pesquisa científica no Brasil.

Em segundo lugar, sob a égide da ética identitária, a universidade pública tem se tornado um espaço de desrespeito à liberdade de pensamento, exatamente pelas razões (a), (b) e (c) citadas por Coscioni (no prelo).

E esse ingresso de um contingente cada vez maior de pessoas que leem e escrevem mal, aliado a uma generalizada cosmovisão identitária que flerta com o autoritarismo supostamente “do bem”, poderá diminuir a possibilidade de debate sério, ético, democrático e responsável, nas universidades, sobre a história sociopolítico-linguística do Brasil e sobre a sua educação linguística. Afinal, como esperar que seja fácil lidar, nos próximos anos, com os *conflitos de visões* linguísticas nesse cenário? É, infelizmente, mais fácil acreditar que, nos próximos anos, esse debate, tão caro ao Brasil, continuará sendo feito à luz de uma visão de história como expiação (cf. BOCK-CÔTÉ, 2019), que interpreta a ciência como um espaço para a justiça social, aplicando, entretanto, um *modus operandi* que não é nada justo, posto que lance mão de estratégias de *censura do bem e banimento prévio*, para usar os termos de Coscioni (no prelo), e não de valores iluministas e liberais fundantes da modernidade ocidental.

Como afirmei anteriormente, porém, há, a meu ver, uma possibilidade de conciliação, mas essa conciliação, que terá no ato de ceder a algumas questões teóricas e/ou políticas um caminho invariavelmente incontornável para todos, além de não ser fácil, caminha por um trilho muito incompreendido: o liberalismo (não a mitológica filosofia de uma “elite que odeia pobres”, como parece ser amplamente entendido, pelo menos no Brasil, mas o verdadeiro liberalismo) como alternativa à sectária e mal aplicada ideologia da justiça social⁷⁴ que pouco me parece alcançar, de fato, a justiça.

5.2 PLURALIDADE TEÓRICA, JUSTIÇA SOCIAL E LIBERALISMO: O CASO DA LINGUÍSTICA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

⁷⁴ Apesar de concordar com Pluckrose e Lindsay (2021), que preferem escrever Justiça Social por entenderem que o movimento a que me refiro aqui diz respeito a uma interpretação muito específica do que seja a justiça social, vou preferir escrever com minúsculas, na esperança de que o leitor entenda que minha crítica não é, nem poderia ser, à justiça, mas às pessoas que reivindicam o lugar de exclusividade na busca por ela, amparados por uma filosofia pós-moderna que está sendo brevemente analisada.

Nos dois últimos séculos, cresceu, nos países ocidentais, um relativo consenso em favor da filosofia política conhecida como liberalismo, que tem, entre seus pressupostos fundamentais, a democracia política, as limitações dos poderes do governo, o desenvolvimento dos direitos humanos universais, a igualdade jurídica para todos os cidadãos, a liberdade de expressão, o respeito à diversidade de opiniões e crenças, a liberdade religiosa, a separação entre Estado e Igreja etc.

Quando falo em corrente filosófica liberal, estou-me referindo àquilo que os norte-americanos chamam de liberalismo – e que os Europeus concebem como social-democracia. Esse liberalismo filosófico, nas palavras de Pluckrose e Lindsay (2021, p. 6-7):

[...] se opõe aos movimentos autoritários de todos os tipos, sejam de esquerda ou de direita, seculares ou teocráticos. Portanto, o liberalismo é mais bem pensado como um terreno comum compartilhado, que propicia um arcabouço para a **resolução de conflitos**, dentro do qual pessoas com uma variedade de pontos de vista sobre questões políticas, econômicas e sociais podem debater racionalmente as **opções de políticas públicas** (grifos meus).

No entanto, para esses mesmos autores, há, neste ponto da história em que estamos, uma ameaça às conquistas das democracias liberais. Em suas palavras:

A natureza exata dessa ameaça é complicada, pois surge de pelo menos duas pressões enormes, uma revolucionária e outra reacionária, que estão travando uma guerra entre si a respeito de para qual direção iliberal as nossas sociedades devem ser arrastadas. Os movimentos populistas de extrema direita que afirmam estar fazendo uma última e desesperada defesa do liberalismo e da democracia contra a crescente onda de progressismo e globalismo estão em ascensão ao redor de ditadores e homens fortes capazes de manter e preservar a soberania e os valores “ocidentais”. Enquanto isso, os cruzados sociais progressistas de extrema esquerda se apresentam como os únicos e justos defensores do progresso social e moral, sem o qual a democracia é sem sentido e vazia. Estes cruzados da extrema esquerda não só promovem a sua causa por meio de objetivos revolucionários que rejeitam abertamente o liberalismo, considerando-o uma forma de opressão, mas também fazem isso mediante meios cada vez mais autoritários, procurando estabelecer uma ideologia fundamentalista completamente dogmática no tocante a como a sociedade deve ser ordenada. Cada lado nessa briga vê o outro como uma ameaça existencial, e assim cada um fomenta os maiores excessos do outro (PLUCKROSE; LINDSAY, 2021, p. 7).

O liberalismo, para os referidos autores, com os quais concordo, é essencial para a manutenção das nossas democracias. O problema é que a esquerda progressista, que ocupa largamente as universidades públicas e a educação básica, se alinhou, pelo menos a partir de 1960, não à modernidade, mas à pós-modernidade, que põe em xeque o

liberalismo e o Iluminismo. E é com base nas ideias pós-modernas que surgem teorias amplamente conhecidas nas universidades contemporâneas, como a teoria pós-colonial, a teoria *queer*, a teoria crítica da raça e o feminismo interseccional, por exemplo, e também estudos críticos sobre deficiência e capacitismo e sobre o corpo gordo – estudos que, ao fim e ao cabo, se baseiam nas teorias supracitadas.

Ideias como essas têm, como afã, a busca pela justiça social, do que resulta seu foco nas desigualdades sociais, especialmente no que concerne a classe, raça, gênero, sexo e sexualidade. Para isso, o caminho trilhado passou pela formulação de *teorias críticas*, aquelas que, em geral, se preocupam com o que há de oculto nos fenômenos observados, apontando “para o que foi denominado ‘problemático’, que são as maneiras pelas quais a sociedade e os sistemas pelos quais ela opera estão dando errado” (PLUCKROSE; LINDSAY, 2021, p. 9).

Ainda para Pluckrose e Lindsay (2021, p. 27-28):

Os pensadores pós-modernos abordaram a rejeição do modernismo e do pensamento iluminista, sobretudo no que se refere às verdades universais, ao conhecimento objetivo e à individualidade, de maneiras surpreendentemente diferentes. Porém, podemos identificar alguns temas constantes. A virada pós-moderna envolve dois princípios fundamentais inextricavelmente ligados – um com respeito ao conhecimento, e outro com respeito à política –, que atuam como a base de quatro temas significativos. Esses princípios são: i. **O princípio do conhecimento pós-moderno**: ceticismo radical sobre se o conhecimento objetivo ou a verdade objetiva pode ser obtível, e um compromisso com o construtivismo cultural; ii. **O princípio político pós-moderno**: a crença de que a sociedade é formada por sistemas de poder e hierarquias, que decidem o que pode ser conhecido e como (grifos dos autores).

Os quatro temas principais do pós-modernismo, continuam os autores (PLUCKROSE; LINDSAY, 2021, p. 28), seriam: a indefinição de fronteiras, o poder da linguagem, o relativismo cultural e a perda do individual e do universal. Um bom resumo desses quatro temas aparece a seguir (COSCONI, no prelo):

(a) a dissolução anti-essencialista das categorias (“homem”, “mulher”, “razão”, “crença”, “ciência”, “conhecimento” [...] etc.), que se tornam intercambiáveis, fluidas e de difícil definição (por exemplo, a diferença entre aquilo que é considerado “conhecimento” ou aquilo que é considerado “crença” é apenas, para essa corrente, uma questão de convenção cultural arbitrária, daí a tara por dismantelar as formas de racionalidade “ocidentais” mais legítimas); (b) a ênfase excessiva na linguagem e nos discursos “opressivos”, que “constroem” o conhecimento e que têm relação intrínseca com o “poder” dos “dominantes”; (c) o relativismo cultural, que impede que qualquer cultura não ocidental, por pior que seja, possa ser julgada segundo parâmetros liberal-iluministas; (d) a negação da noção liberal de indivíduo e da noção iluminista da universalidade da condição humana para substituí-las pelo pertencimento ao grupo de raça,

gênero, sexualidade, forma e condição corporal e até doença mental (esse pertencimento a um ou mais grupos – daí vem, inclusive, a asneira analfabeta da teoria “interseccional” – define, para os pós-modernos, muito mais o que uma pessoa é do que a sua individualidade ou a sua condição humana comum compartilhada com outros).

As raízes intelectuais e históricas desse novo regime político diversitário que temos visto crescer nas universidades, cuja base teórica (e, portanto, ideológica) é o pós-modernismo, na visão de Bock-Côté (2019), têm relação com o que ele chama de *falência da sociologia proletarista*. Em outras palavras, o desencantamento com a barbárie totalitária da experiência soviética levou a esquerda, segundo o autor, a uma *pane teórica* do marxismo, fazendo-a migrar da crítica materialista à exploração do proletariado no capitalismo à crítica da cultura, dos valores, das instituições e dos costumes da civilização ocidental.

Para Coscioni (no prelo):

O que acontece no século XX, com a crise irreversível do socialismo realmente existente e a transformação das expectativas utópicas do campo progressista, é que [a] mentalidade escatológica de crença de que alguns indivíduos e grupos seriam, inevitavelmente, os portadores da “emancipação humana”, sofre uma mutação. Como, em decorrência da extensão acachapante dos crimes cometidos pelos regimes comunistas, não era mais, a partir de determinado momento (que pode ser datado do fim dos anos 1960), viável defender os regimes inspirados pelo marxismo, a crença política na “redenção” muda de objeto. Não se trata mais de defender a “socialização dos meios de produção”, a “ditadura do proletariado” e nem a “guerra civil” para “eliminar a burguesia”, mas, sim, de dissecar todas as formas de “opressão” baseadas em raça, gênero e orientação sexual que existem nas sociedades ocidentais democráticas e de “desconstruir” seus padrões “tradicionais” de socialização, para, então, a partir desse diagnóstico, eleger os grupos e/ou categorias sociais de “oprimidos” que seriam, com suas lutas políticas, os portadores da “emancipação”, do “destino” e do “progresso” das coletividades humanas. A esquerda diversitária, com sua obsessão com as “minorias”, representa uma nova etapa na reciclagem desse culto escatológico. Não mais o proletariado é a classe que, “libertando a si própria, libertará a humanidade”, mas, sim, todas as categorias sociais consideradas “subalternizadas” e “dominadas”.

Uma boa alternativa a essa ética identitária que pode vir a solapar as possibilidades que temos, no âmbito da Linguística, de pensar seriamente em políticas públicas eficientes para formar cidadãos aptos a se engendrar nas mais diversas situações comunicativas que exigem leitura e escrita críticas talvez seja a apresentada pelo jornalista Jonathan Rauch. Para ele, o *sistema intelectual liberal* (ou a ciência liberal, mais especificamente) aplica duas regras consistentes: a regra cética – *ninguém tem a palavra final* – e a regra empírica – *ninguém tem autoridade pessoal* (cf. RAUCH, 2014).

O que o autor chama de *princípio liberal* é comparado com outros quatro princípios. A explicação de cada um deles aparece a seguir:

[...] o princípio fundamentalista: quem conhece a verdade deve decidir quem tem razão; o princípio igualitário simples: todas as crenças de pessoas sinceras têm igual direito ao respeito; o princípio igualitário radical: é como o princípio igualitário simples, mas as crenças das pessoas em classes ou grupos historicamente oprimidos merecem especial consideração; o princípio humanitário: qualquer uma das opções [anteriores], mas com a condição de que a primeira prioridade seja não causar danos; o princípio liberal: a verificação de cada um por meio de críticas públicas é a única maneira legítima de decidir quem tem razão (RAUCH, 2014, p. 6).

Não vejo o princípio fundamentalista atravessando discursos científicos no âmbito da Linguística. Já os princípios igualitário simples, igualitário radical e humanitário atravessam, sem dúvidas, a IL da ruptura (cujos discursos ganham cada vez mais adeptos, no Brasil).

O princípio liberal, não obstante, me parece o mais adequado se queremos buscar, de alguma forma, que os muitos discursos conflitantes sobre a história sociopolítico-linguística do Brasil e sobre o ensino de língua portuguesa nesse país sejam vistos de forma complementar com o fito de resolver aquilo que defendi ser o nosso principal problema: o desconhecimento sobre essa história, responsável em grande medida pela desinformação com que o PB é tratado pelo senso comum, pela grande mídia e também por intelectuais de outras áreas alheias à Linguística, e o ineficiente ensino em língua portuguesa, que não consegue nem levar à escola uma reflexão eficiente sobre a gramática normativa, sobre a estrutura da língua e sobre os modos por meio dos quais essa língua funciona, varia, muda; nem consegue, de forma ampla, formar estudantes capazes de ler e escrever minimamente bem – o que leva a outro questionamento: os professores da educação básica são leitores e escritores competentes? Entendem, de fato, a gramática normativa? Dominam a história da língua portuguesa? Compreenderam as teorias que se debruçam sobre variação linguística e mudança linguística?

O problema é que os linguistas têm, entre si, muitos conflitos de interesses e de visões (cf. SOWELL, 2012), e esses conflitos, somados ao amplo desconhecimento brasileiro sobre o que é Linguística, sobre como as línguas são estudadas cientificamente, não sendo a variação e a mudança, por exemplo, apenas corrupções de uma *língua ideal*, e somados também à falta de mais linguistas interessados em políticas linguísticas como políticas públicas (cf. OLIVEIRA, 2016) com boa formação em Linguística, acabam por estorvar possibilidades amplas de resolver os problemas práticos com que os vários

discursos científicos, atravessados por diferentes IL, lidam, de uma forma ou de outra – a saber, que língua se fala amplamente no Brasil, que língua se deve ensinar na escola, como se deve lidar com a variação e a mudança linguísticas na escola, por que existe preconceito linguístico contra as formas mais genuínas das gramáticas do PB, como lidar com esse preconceito, como fazer chegar ao grande público os *achados* dos cientistas da linguagem, assim como chegam com entusiasmo os de tantas outras ciências etc.

Assim, estou propondo que uma tentativa de conciliação, por assim dizer, deve residir, é claro, menos no que fazem os linguistas divergirem do que naquilo que os faz convergir. Há, pelo menos, duas afirmações com que os linguistas contemporâneos parecem concordar, independentemente de que IL atravesse seu discurso. Resumi, anteriormente, essas duas afirmações e as repito a seguir para, agora, sim, prosseguir:

a) PB e PE são diferentes (quer se entendam essas diferenças como variedades de um mesmo idioma, quer se entendam essas diferenças como suficientes para a definição de línguas distintas);

b) a educação linguística, no Brasil, de modo geral, está bastante longe de ser eficiente.

Não parece mesmo haver, na Linguística, polêmica quanto ao fato de que, em qualquer língua natural, há dois conjuntos de gramáticas: um da fala, outro da escrita, sendo o primeiro adquirido de forma natural pela espécie humana, ao passo que o segundo depende da aprendizagem de um código específico criado e atualizado por convenções sociais – independentemente de que língua e de que país se esteja falando. Isso, porém, é mais complexo em países com línguas transplantadas por conta de processos de colonização, na medida em que há uma forte tendência de que fala e escrita, nesses casos, se distanciem muito, sobretudo em relação às suas características morfossintáticas (cf. KATO, 2018).

Assim, parece-me que seria uma boa (e talvez simples) intervenção fazer professores e alunos entender, em primeiro lugar, que, na escola, todos os alunos, independentemente de classe social, aprendem um novo conjunto de gramáticas (o da língua escrita), indispensável em sociedades letradas, como a nossa. Em segundo lugar, quanto à fala, é preciso que eles entendam a *norma culta* brasileira como uma gramática periférica em seu cérebro (cf. KATO, 2018), mas nem por isso desimportante. Ora, se,

por um lado, a *norma*, no Brasil, como em qualquer outro país, tem raízes elitistas, por outro lado, ela tem valor sociocultural inegável (cf. FARACO; ZILLES, 2017).

Em outras palavras, é preciso entender a história de cada norma (*culta*, padrão, normas populares) para que o uso de cada uma delas em situações comunicativas específicas faça sentido para o usuário da língua, sem apego a um conservadorismo obsoleto e utópico que crê na existência de uma suposta *língua ideal*, mas também sem interpretar a história do Brasil e da língua portuguesa como espaço de expiação (cf. BOCK-CÔTÉ, 2019).

Não me parece difícil entender isso. No entanto, infelizmente, não acho que essa discussão chegue de forma ampla e institucional à escola brasileira, e isso passa, a meu ver, também pela (má)formação dos professores da educação básica. Nos espaços de educação formal, ora tenho visto um apego conservador ao ensino da morfossintaxe como é apresentada pelas gramáticas normativas tradicionais como uma tentativa vã de *salvar a língua portuguesa*, como mostrei na primeira parte desta tese, em propagandas de professores de língua portuguesa, ora tenho visto, como mostrei há pouco, no caso das professoras Rosana Pinheiro-Machado e Débora Diniz (cf. COSCIONI, no prelo), um discurso, respaldado em teorias *críticas* pós-modernas e em políticas identitárias, de necessidade de insurreição contra a existência de padrões de escrita formal.

Nenhuma dessas posições me parece arrazoada. Em lugar de seguir uma delas, proponho que, ao fim do curso de Letras, as pessoas sejam capazes de:

- i. compreender a história da língua portuguesa de forma objetiva, sem enviesamentos meramente ideológicos, e distante, portanto, da criação de heróis e vilões, da *censura do bem* e do *banimento preventivo*, nas palavras de Coscioni (no prelo);
- ii. dominar as teorias científicas que se debruçam sobre variação e mudança linguísticas;
- iii. dominar as diversas normas (incluídas aí, é claro, as normas *culta* e padrão);
- iv. não confundir ciência e militância política (o que não significa, em nenhuma hipótese, que um professor não possa militar pelas causas em que acredita).

Para que (i), especificamente, seja possível, é preciso que os cursos de Letras do país deem conta de uma formação sólida em história da língua portuguesa no Brasil, o que parece não estar acontecendo, do que resulta Lobo, Sartori e Souza (2021)

acreditarem estar havendo, em muitos cursos de Letras, no Brasil, um *sequestro da história*. É essencial, ainda, que não só os fatos concernentes a essa história sejam conhecidos, mas também a pluralidade de discursos sobre eles, a IL que os atravessa e as implicações teóricas e práticas que deles decorrem – contribuição que tentei dar aqui.

Se queremos que (i), (ii), (iii) e (iv) sejam possíveis, é imprescindível que o país implemente uma política que, de fato, conceba a educação como prioridade de Estado. E isso deve passar, sem qualquer sombra de dúvidas, pela valorização financeira do trabalho docente. Afinal, concordo com Bertoche (2022), citado há pouco: infelizmente, os professores do Ensino Fundamental e do Ensino Médio de nosso tempo são, em geral, pessoas mal formadas na escola. É por isso que, sem aumento brutal dos salários dessa classe de trabalhadores, não vislumbro possibilidade de essa carreira atrair os “menos incultos, menos ignorantes e menos alfabetizados” (BERTOCHE, 2022, p. 158).

Portanto, diante da pluralidade de discursos sobre a qual esta tese se debruçou, parece-me que a melhor saída é aquela apontada em Borges Neto (2004) como a terceira via entre o objetivismo e o relativismo: a atitude pragmática, isto é, a valorização mais das consequências e efeitos de uma ação do que das teorias, dos seus princípios e dos seus pressupostos. E me parece que pensar a partir do *sistema intelectual liberal* (cf. RAUCH, 2014), de uma *mentalidade liberal* (cf. PLUCKROSE; LINDSAY, 2021) e, na medida do possível, de uma postura de *neutralidade axiológica* (cf. WEBER, 1917) surtirá efeitos melhores (porque mais democráticos e universais) do que aqueles vislumbrados por estudiosos que imaginam a reconstrução do mundo a partir da negação do Ocidente e de tudo aquilo que a sua expansão pulverizou ao redor do planeta.

6 CONCLUSÃO

Apresentei uma tese, expus alguns argumentos, mas sou o primeiro a saber o quão incompleto e provisório é o esboço que tracei. No entanto, tal como está, talvez venha a ser objeto de discussão. A mim bastaria que essa discussão se transformasse, de alguma forma, em benefício da ciência histórica.

Albert Mathiez (Sorbonne, 1904)

Esta tese, produzida por um professor de Língua Portuguesa da Educação Básica, objetivou problematizar a qualidade do trabalho desenvolvido, no Brasil, por esse componente curricular, a partir da reflexão sobre a relação entre os muitos e diferentes discursos científicos sobre a língua majoritariamente falada nesse território e a pouca eficiência da escola na formação de leitores e escritores em sua língua materna – o que considerei ser o principal desafio glotopolítico do nosso tempo.

O meu interesse por esse tema tem relação com a minha percepção de que há um fosso que separa a pesquisa em Linguística e o trabalho com a língua portuguesa na escola e de que esse fosso talvez tenha, entre outras, uma razão a meu ver incontornável: os intrincados conflitos de visões e interesses dos estudos linguísticos – daí ter-me questionado, desde o princípio, sobre em que medida os diferentes discursos científicos produzidos no curso da história forjam os modos como os sujeitos concebem, representam e ensinam/aprendem a sua língua. Esses conflitos nos estudos linguísticos aos quais me refiro levam até mesmo, como mostrei, cientistas com ideias aparentemente parecidas a defender ideias e/ou propor soluções distintas (cf. BAGNO, 2012, 2014; NASCIMENTO, 2019, p.e.) e cientistas com ideias aparentemente diferentes a defender ideias e/ou propor soluções, de certo modo, parecidos (cf. SILVA NETO, 1950; OLIVEIRA, 2013, 2016, p.e) – tudo isso conscientemente ou não, intencionalmente ou não.

Um gesto teórico que julgo ter sido importante para esta pesquisa foi ter alçado não os fatos da língua, mas os lugares de observação desses fatos ao centro da minha investigação. É por esse motivo que esta tese lidou com discursos, entendidos aqui como efeitos de sentido gerados numa dada produção intelectual, independentemente de intenções ou mesmo consciência de seus autores (cf. ORLANDI, 2006), do que resultou a necessidade de adesão a um modelo heterodoxo, que uniu, de certa forma, a Linguística Histórica, a Análise de Discurso e a História das Ideias Linguísticas, ainda que as duas últimas tenham aparecido aqui apenas pontualmente. Afinal, não propus uma conciliação teórica entre essas áreas, mas, antes, com vistas a fugir de um engessamento teórico, tentei

construir uma ferramenta exploratória que desse conta de meu complexo objeto de estudo: os discursos científicos e, inevitável e conseqüentemente, as modalidades de subjetivação dos sujeitos desses discursos – como todos os trabalhos sobre IL a que tive acesso concebiam os sujeitos como volitivos, intencionais, propus aqui uma outra modalidade: a do sujeito assujeitado (cf. PECHÊUX, 1968; ORLANDI, 2006 etc.); a do sujeito que defende ideias a partir de uma visão, consciente ou não, que tem uma consistência lógica surpreendente (cf. SOWELL, 2012).

Iniciei esta tese evidenciando um primeiro conflito: de um lado, há uma relação hegemônica do brasileiro com a língua portuguesa – os discursos mostrados evidenciam que, em geral, se acredita que todos os brasileiros falam português e que eles deturpam a sua língua materna –, de outro lado, um sem número de trabalhos produzidos a partir do lugar teórico-metodológico da Teoria da Gramática, da Sociolinguística e da Análise de Discurso converge quanto ao fato de que o Brasil é um país multilíngue e de que PB e PE são línguas distintas, não apenas variedades distintas de uma mesma língua.

A fim de historicizar esse conflito (ciência x senso comum – incluídos aqui os intelectuais de outras áreas, alheias à Linguística, e até mesmo muitos famosos professores de língua portuguesa), discuti a relação entre História e narrativas, entre língua(s) e Estado, entre língua(s) e cultura, entre homogeneização e civilidade, entre (de)colonialidade e lutas identitárias e, finalmente, entre discurso, silenciamento e hegemonia. Essa discussão evidenciou que, no curso da história, diferentes gestões (colonial, imperial, independentista, moderna, decolonial etc.) e diferentes cientistas inscreveram o multilinguismo e a heterogeneidade da(s) língua(s) em diferentes orientações discursivas.

A essas diferentes orientações discursivas, inspirado em Del Valle (2007), que vê, como IL, um conjunto de ideias sobre língua(s) que tenha contextualidade, institucionalidade e função naturalizadora, propus os seguintes nomes: IL colonialista – aquela por meio da qual o Estado português passou a legislar oficialmente quanto às línguas no território hoje brasileiro –, IL da identificação – que interpela discursos (re)produzidos por brasileiros que se identificam com a concepção colonial de superioridade da metrópole em relação à (ex-)colônia –, IL da diferença – que atravessa discursos que evidenciam independência do PB em relação ao PE, sobretudo no tocante à sintaxe –, IL da ruptura – a partir da qual cientistas, implicados com as teorias pós-modernas, críticas, decoloniais etc., defendem a necessidade de insurgência contra o *status quo* linguístico das ex-colônias – e, finalmente, IL globalista – aquela que atravessa

discursos de parte dos cientistas interessados em políticas linguísticas com vistas à internacionalização da língua portuguesa, no contexto da globalização. Apenas discursos científicos foram analisados aqui, o que exclui a IL colonialista, acerca da qual, no entanto, fiz breves considerações, no item 3.

Defendi que o discurso de Silva Neto (1950; 1960), analisado aqui sem fazer *culpabilização retrospectiva* (cf. BRUCKNER, 1983; 2006; RENAULT, 2009; BOCK-CÔTÉ, 2019), é prenhe da IL da identificação. Isso porque o autor, reconhecido como uma liderança intelectual e organizacional por Coelho (1998), com quem concordo, ao defender a vitória da língua portuguesa sobre as línguas autóctones e alóctones, no Brasil, por conta da suposta superioridade cultural de Portugal em relação à sua ex-colônia, inscreveu a heterogeneidade linguística do PB no lugar discursivo de imperfeição. Seria, afinal, o PB, em sua visão, uma versão da língua portuguesa *estropiada* por indígenas e africanos. O contato do português com as demais línguas, no território brasileiro, teria apenas *apressado os processos evolutivos* da língua lusitana, ideia elaborada a partir da leitura de Sapir (1921) – que defendia a existência de uma deriva secular inerente às línguas. Assim, para o referido autor, PB e PE se identificavam, a não ser por algumas *insignificantes divergências sintáticas* e por *numeroso vocabulário novo* (cf. SILVA NETO, 1960, p. 25).

Mostrei que as *escolhas* lexicais do autor para se referir, de forma claramente diferente, a portugueses, de um lado, e a indígenas e africanos, de outro, são pistas ideológicas de seu discurso. Muitas dessas *escolhas*, estranhamente, continuam aparecendo, até hoje, em discursos de outros tantos linguistas, incluindo aqueles assujeitados à IL da diferença, como Lucchesi (2012).

Essa visão de superioridade europeia do autor tem relação indissociável com outros *coletivos de pensamento* (cf. FLECK, 2010), a exemplo da História e da Sociologia, já que havia, àquela altura, um *clima de opinião intelectual* (cf. KOERNER, 1996) que levava diferentes pensadores a convergir quanto às supostas continuidades das marcas portuguesas na formação da cultura brasileira.

As teses de Silva Neto (1950; 1960) são, enfim, atravessadas por aquilo que Quijano (2005) denominou *colonialidade do saber*, na medida em que sua visão é plasmada por saberes eurocêntricos, o que se percebe quando o linguista relativiza os efeitos do contato interlinguístico na emergência do PB com o fito de assentar a defesa de sua tese – a da vitória da língua portuguesa, que seria unitária e conservadora, no Brasil – na superioridade supostamente inerente à ex-metrópole e à sua cultura.

O discurso de Bechara (2014), apesar de historicamente tão afastado do de Silva Neto (1950), também foi, a meu ver, atravessado pela IL da identificação. Apesar de ser publicamente conhecido como gramático, e não como um cientista propriamente dito, o autor defende que sua produção de gramáticas é científica (cf. BECHARA, 1999) – daí o seu discurso ter sido analisado aqui. Não obstante, não deixou o gramático de silenciar, em seu texto (cf. BECHARA, 2014), crenças inicialmente alastradas no Brasil pela empresa colonial portuguesa. Ficou claro que o referido autor se compromete com a manutenção de uma pretensa superior unidade da língua, o que leva à consideração de que sua defesa faz uma relação interdiscursiva com as crenças que aparecem no *Diretório dos Índios* e também as que aparecem em Silva Neto (1950; 1960).

Três características me saltaram aos olhos quanto ao discurso de Bechara (2014): o referencial teórico selecionado para um texto em que defende que sua gramática não é tradicional, mas científica (não se cita ali nenhum trabalho entre tantos que mostram, por meio de evidências empíricas, as mudanças por que passou a língua portuguesa no Brasil), as *escolhas lexicais* do texto (*unidade nacional, combate a fatos da língua, língua comum, destino comum, falares melhores e piores* etc.) e a sua autopromoção como alguém cujo trabalho, o de gramatização, é essencial para a existência mesma de um Estado: silencia-se aí a ideia segundo a qual um Estado se faz com unidade, inclusive linguística – aliás, um Estado seria *forte* quando atingisse um *espírito de unidade nacional* (cf. BECHARA, 2014, p. 22), o que seria alcançado, inclusive, por meio de uma gramática normativa que *combateria* determinados procedimentos linguísticos (cf. BECHARA, 2014, p. 21).

Quanto à IL da diferença, dividi os discursos analisados em dois grupos: o dos linguistas da UNICAMP e o de Mattos e Silva (1995; 2004), autora representativa da UFBA, por entender que essas duas universidades brasileiras representam dois centros irradiadores de pesquisas que renovaram a área de Linguística Histórica no Brasil (cf. LOBO, SARTORI & SOUZA, 2021).

No caso da UNICAMP, analisei dois livros: *Português brasileiro: uma viagem diacrônica* (ROBERTS & KATO, 1993) e *Português brasileiro: uma segunda viagem diacrônica* (GALVES, KATO & ROBERTS, 2019). Em ambos, a partir do casamento entre a Sociolinguística Variacionista e a Teoria da Gramática, argumenta-se a favor de que uma reorganização interna coerente e sistemática levou o PB a se distanciar do PE.

Uma lacuna percebida por Lobo (2018) na primeira das duas referidas publicações é a ausência de discussão sobre o contato interlinguístico, já discutido décadas antes por Silva Neto (1950), tão relevante para a compreensão da emergência, no Brasil, de

gramáticas distintas das do PE. Esse assunto, quando muito, é mencionado em um dos capítulos de Tarallo (1993), quando o autor apresenta a discussão feita em Coelho (1880) a esse respeito. Essa lacuna seria superada na segunda publicação (GALVES, KATO & ROBERTS, 2019), quando muitos de seus autores conciliaram, em suas discussões, aquisição, mudança e contato.

De todo modo, trabalhos de ambos os livros argumentam, a partir de evidências empíricas, como afirmei, que PB e PE são línguas diferentes – daí a consideração de que os seus autores produziram discursos atravessados pela IL da diferença, levando em conta que, em nenhum caso, há uma discussão explícita sobre uma suposta necessidade de insurgência política contra o ensino de língua portuguesa no Brasil da forma como era/é feito.

Do lado baiano, o discurso de Mattos e Silva é um tanto mais complexo. Isso porque a proposição de uma IL para a autora depende crucialmente de que texto se está tratando. A bem da verdade, parece que a linguista era bastante cautelosa quanto aos objetivos de um ou outro texto que escrevia. Isso ficou claro quando mostrei a diferença entre a abordagem que ela fez sobre a língua portuguesa em Mattos e Silva (1995) e a que fez nos vários textos organizados por Lobo em Mattos e Silva (2004). Por esse motivo, considerei que o discurso da autora está no limite entre a IL da diferença e a IL da ruptura, posto que, em minha proposição, há mesmo um *continuum* discursivo-ideológico, no qual os linguistas foram posicionados desde o lado esquerdo (mais progressista), passando pelo centro (mais moderado), até o lado direito (mais conservador). Mattos e Silva está, portanto, a meu ver, no centro, pendendo ora para um lado, ora para outro. Parece, enfim, que a linguista diferia oportunamente ciência e militância, gesto de *neutralidade axiológica*, nos termos de Weber (1917), com que muito me identifico.

Quanto à IL da ruptura, dois autores foram analisados: Bagno (2012; 2014) e Nascimento (2019; 2020). Há, nos trabalhos de ambos, a meu ver, uma militância multiculturalista, emancipatória, cujo *modus operandi* é a negação e a insurreição do/contra o Ocidente, ancoradas numa visão teleológica da história da humanidade, numa visão religiosa (cf. GRAY, 2007; BOCK-CÔTÉ, 2019 etc.). Em Bagno (2012), por exemplo, o trabalho científico é concebido como lugar de transformação da sociedade, do que resulta a afirmação, por parte do autor, de que qualquer linguista que se propõe a fazer ciência de forma objetiva está sendo ingênuo, posto que isso seja impossível – a Linguística precisaria *exorcizar* os fantasmas coloniais (cf. BAGNO, 2012, p. 27). Essa militância por parte de cientistas como Bagno faz uma espécie de *sociologia da*

emancipação, nos termos de Bock-Côté (2019), na medida em que, segundo seus adeptos, a humanidade precisa alcançar o igualitarismo democrático como resolução do grande *enigma da história*. As ideias de Bagno (2012; 2014) convergem com outras tantas de seu tempo histórico: elas têm, portanto, entre si, *vínculo estilístico* (cf. FLECK, 2010), vez que se apresentam, em harmonia, num *clima de opinião intelectual* (cf. KOERNER, 1996) – ora, o multiculturalismo parece plasmar a maior parte das visões científicas mais respeitadas de nosso tempo.

Apesar disso, neste trabalho, tentei mostrar alguns desafios glotopolíticos que erigem da IL da ruptura: é democrático afirmar que apenas cientistas que militam por *subversão epistemológica*, por assim dizer, fazem, de fato, ciência? A norma *culta* brasileira, auscultada nos dados orais do Projeto NURC, é mesmo a norma normal do Brasil ou a de alguns poucos brasileiros? Essa norma oral pode ser ensinada também para a língua escrita? Essa norma é atemporal ou, de quando em quando, caso seja assumida pelo Estado como aquela que deve ser ensinada, nas escolas, precisará ser reconstruída, dando conta das novas mudanças linguísticas implementadas? Como fica a leitura de textos do passado por pessoas escolarizadas com base somente em uma norma corrente, atual? Mudar a norma ensinada na escola resolve, efetivamente, os problemas da educação brasileira em língua portuguesa? Ou é possível que, ainda que mudemos a norma, os estudantes continuem, em geral, lendo e escrevendo bastante mal?

Nascimento (2019; 2021), cujo discurso também é atravessado pela IL da ruptura, discorda em absoluto da proposta de Bagno (2012; 2014) de usar os dados do NURC para a fixação da norma a ser ensinada na Educação Básica. Para Nascimento (2021), tratar-se-ia da manutenção e da institucionalização do racismo. Afinal, os *falantes-ideais* do NURC são apenas os sujeitos urbanos, com nível superior, de cinco capitais brasileiras (em sua maioria, brancos, segundo o referido autor).

Não obstante essa divergência, também Nascimento (2019; 2021) constrói sua defesa a partir de um rol teórico pós-moderno, decolonial (cf. FANON, 1952; FOUCAULT, 1979; GONZÁLEZ, 1982; 1983; HALL, 2009[1998]; SPIVAK, 2010; CARNEIRO, 2011; MBEMBE, 2014 etc.), com vistas à negação do Ocidente – para ele, a linguagem é um fetiche do mundo ocidental, que normatizou e idealizou as línguas nacionais com base em um mundo brancocêntrico greco-latino, levando o mundo inteiro a, por meio das línguas europeias, operar todos os conceitos a partir do olhar europeu (cf. NASCIMENTO, 2019, p. 11). Nesse contexto, o sujeito negro, na visão do autor, foi criado como categoria discursiva e histórica e obrigado a utilizar a língua do seu

interlocutor. É por isso que, para Nascimento (2019), que entende o racismo como estrutural, todo preconceito linguístico é, antes, racismo linguístico. Ora, a linguagem é usada não somente para nomear e gerar exclusão, mas sobretudo, em sua visão, para estabelecer políticas de exclusão, como é o caso de políticas públicas que geraram e geram precarização para as pessoas negras.

O pessimismo com que Nascimento (2019) enxerga as possibilidades para as pessoas negras, nas democracias liberais – das quais, aliás, são críticos ele e Bagno (2020) –, e a sua defesa da necessidade de insurgência contra o sistema capitalista contrastam com os dados objetivos que comparam as sociedades ocidentais contemporâneas com aquelas dos últimos dois séculos, pré-iluministas, pré-liberais: ora, houve um considerável aumento do número de pessoas que vivem em democracias plenas, do nível de renda médio e do número de escolarizados e uma vertiginosa diminuição do analfabetismo, da extrema pobreza e da mortalidade, inclusive infantil (cf. OUR WORLD IN DATA, 2016; 2020; OCDE, 2016; UNESCO, 2016; CENTER FOR SYSTEM PEACE, 2016; GAPMINDER, 2017; WORLD BANK, 2019 etc.).

Penso, portanto, que essa agenda política tipicamente radical de oposição ao Ocidente é contraproducente para as democracias como as conhecemos hoje – se, por um lado, essas democracias não são perfeitas, precisam mesmo de infinitas reformas, por outro, garantem às pessoas muitos avanços conquistados a duras penas pela humanidade. Em outras palavras, as desigualdades sociais são mesmo, a meu ver, o grande desafio a ser superado pelas democracias liberais, no século XXI. Insurgir contra elas não me parece, porém, arrazoado – penso que, assim, estaríamos propondo *matar o boi para acabar com o carrapato*.

Finalmente, o discurso de Oliveira (2013; 2016) é, a meu ver, atravessado pela IL globalista, na medida em que seu trabalho, no âmbito das políticas linguísticas externas, percorre uma agenda que é, sem dúvidas, interessante, num tempo histórico marcado pela globalização: a de inscrição das línguas, como *commodities*, no mercado internacional. O problema, para mim, são, mais uma vez, os desafios glotopolíticos que daí emergem.

Apesar de o referido linguista ter, no campo das políticas linguísticas internas, importante atuação (cf. OLIVEIRA, 2016), no campo específico das políticas linguísticas externas, ele parece, a um só tempo, focar no capitalismo, almejando promover o português como um ativo econômico de política externa (IL globalista), evocar, paradoxalmente, ideias atravessadas por uma IL da ruptura, ao falar em diversidade e, nos termos de Santos (2019), em ecologia de saberes (IL da ruptura?), e, finalmente,

reverberar discursos que retomam a memória de uma suposta *língua que nos une, língua supranacional* (IL da identificação?). É, como se pode ver, bastante confuso entender o que quer Oliveira (2013; 2016) e como ele acha que é possível implementar as mudanças que apregoa.

Os desafios glotopolíticos que emergem de cada discurso aqui analisado não são poucos. Também não são poucos os conflitos de visões e interesses (cf. SOWELL, 2012) entre os diferentes discursos, sejam eles atravessados por uma mesma IL ou por IL diferentes. Por isso, propus, ao fim deste trabalho, que propor políticas públicas mais eficientes na educação básica carece de uma espécie de conciliação entre essas diversas e conflitantes visões linguísticas. O caminho para essa conciliação, que parte do pressuposto de que não há divergência quanto a duas afirmações essenciais que apresentei – (i) PB e PE têm, entre si, muitas diferenças; (ii) a educação em língua portuguesa, no Brasil, é, em geral, por demais ineficiente –, apresentado ao leitor, há poucas páginas, foi a adoção do *sistema intelectual liberal* e do *princípio liberal* (cf. RAUCH, 2014), estratégia, a meu ver, eficiente na resolução de conflitos e na proposição de políticas públicas.

Dessa forma, sairíamos, enfim, de uma guerra de narrativas em que, num extremo, muitos se apegam a um ensino conservador da gramática normativa, numa tentativa vã de *salvar a língua portuguesa*, e, em outro extremo, outros tantos, respaldados em teorias pós-modernas, críticas, decoloniais etc., militam a favor de uma contraproducente insurreição contra a existência mesma de padrões de escrita formal.

Sugeri, há pouco, no item 5.2, quatro competências que todo formado em Letras deve ter, se o país quiser, efetivamente, superar os vários desafios glotopolíticos aqui apresentados:

- i. compreender a história da língua portuguesa de forma objetiva, sem enviesamentos meramente ideológicos, e distante, portanto, da criação de heróis e vilões, da *censura do bem* e do *banimento preventivo*, nas palavras de Coscioni (no prelo);
- ii. dominar as teorias científicas que se debruçam sobre variação e mudança linguísticas;
- iii. dominar as diversas normas (incluídas aí, é claro, as normas *culta* e padrão);
- iv. não confundir ciência e militância política (o que não significa, em nenhuma hipótese, que um professor não possa militar pelas causas em que acredita).

Espero que tenha ficado claro que o que estou propondo, ao fim e ao cabo, seguindo uma premissa aristotélica, é que, nos extremos, estão os vícios. A virtude está no meio. Em outras palavras, *virtus in medium est*.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem a difusão do nacionalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008[1991].

AVELAR, Juanito; GALVES, Charlotte. **O papel das línguas africanas na emergência da gramática do português brasileiro.** *Linguística*, [s.l.], v. 30, n. 2, 2014, p. 241-288.

AVELAR, Juanito; GALVES, Charlotte. **Tópico e concordância em português brasileiro e português europeu.** *Textos selecionados – XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística.* Lisboa: APL, 2011, p. 45-69.

BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro.** São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

BAGNO, Marcos. **Lusofonia ou Ilusofonia?** *Revista Caros Amigos*, 2009. Disponível em: <http://www.marcosbagnoc.com.br/conteudo/arquivos/art_carosamigos-set09.htm> Acesso em 22 de outubro de 2022.

BAGNO, Marcos. **Uma gramática propositiva.** In: MOURA NEVES, Maria Helena; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. *Gramáticas contemporâneas do português: com a palavra, os autores.* São Paulo: Parábola Editorial, 2014, p. 91-111.

BAGNO, Marcos. **Ilusofonia.** Blog da parábola, 2020. Disponível em: <<https://www.parabolablog.com.br/index.php/blogs/ilusofonia>> Acesso em 22 de outubro de 2022.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz.** São Paulo: Loyola, 2002.

BALLESTRIN, Luciana. **A América Latina e o giro decolonial.** *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 11. Brasília, maio-agosto, 2013, p. 89-117.

BATORÉO, Hanna J. **Que gramática(s) temos para estudar o Português língua pluricêntrica?** *Revista Diadorim / Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro.* Volume 16, Dezembro 2014. [<http://www.revistadiadorim.letras.ufrj.br>]

BASTOS, E. R. **As Criaturas de Prometeu. Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira.** São Paulo: Global, 2006. p. 59-79.

BAXTER, Alan; LOPES, Norma da Silva. **O desenvolvimento de regras de concordância variável em variedades de português a partir de modelos-estímulos (inputs) diferentes.** In: LOBO, Tânia et al. *ROSAE: Linguística Histórica, história das línguas e outras histórias.* Salvador: EDUFBA, 2012.

BAXTER, Alan. **A contribuição das comunidades afro-brasileiras isoladas para o debate sobre a criouliização prévia: um exemplo do Estado da Bahia.** In:

D'ANDRADE, Ernesto; KIHM, Alain (Org.). *Actas do Colóquio sobre Crioulos de Base Lexical Portuguesa*. Lisboa: Colibri, 1992. p.7-36.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro, Lucerna, 1999.

BECHARA, Evanildo. Para quem se faz uma gramática? In: MOURA NEVES, Maria Helena de; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. **Gramáticas contemporâneas do Português**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e perspectiva negra**. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1. Janeiro/abril, 2016.

BERNARDO, Ezequiel Pedro José; SEVERO, Cristine Gorski. **Políticas Linguísticas em Angola: Sobre as Políticas Educativas In(ex)clusivas**. *Revista da Abralin*, v. 17, n. 2, p. 210-233, 2018.

BERTOCHÉ, Gustavo. **Escola brasileira: notas sobre um desastre**. Teresópolis: Cogitamus, 2022.

BOCK-CÔTÉ, Mathieu. **O multiculturalismo como religião política**. São Paulo: É Realizações, 2019.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola e agora? Sociolinguística e educação**. São Paulo, Parábola, 2005.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais**. São Paulo: Parábola, 2011[1985].

BORTONI-RICARDO, Stella Maris et al. **Por que a escola não ensina gramática assim?** São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

BOSCO, Francisco. **A vítima tem sempre razão? Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro**. São Paulo: Todavia, 2017.

BRUCKNER, Pascal. **Le Sanglot de l'Homme Blanc**. Paris: Seuil, 1983.

BRUCKNER, Pascal. **La Tyrannie de la Pénitence. Essai sur le Masochisme Occidental**. Paris: Grasset-Fasquelle, 2006.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística. Uma introdução**. São Paulo: Parábola, 2002.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade social no Brasil**. São Paulo: Sel Negro, 2011.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

CASTRO, Yeda Pessoa de. O Português do Brasil, uma intromissão nessa história. In: GALVES, C.; GAMES, H.; RIBEIRO, F.R. (Org.). **África-Brasil: Caminhos da língua portuguesa**. Campinas: Editora Unicamp, 2009. p.175-183.

CASTRO, Yeda Pessoa de. A Matriz Africana no Português do Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra, MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia (Org.). **Quinhentos Anos de História Linguística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p.81-116.

CHOMSKY, Noam. **Lectures on government and binding**. Dordrecht: Foris Publication, 1981.

CHOMSKY, Noam. **Knowledge of language, its nature, origin and use**. New York: Praeger, 1986.

CHOMSKY, Noam. **Language and Problems of Language**. (The Managua Lectures). Cambridge, Mass: The MIT Press, 1988.

CHOMSKY, Noam. **The minimalist program**. Cambridge, Mass: The MIT Press, 1995.

COELHO, O. F. **Serafim da Silva Neto (1917-1960) e a Filologia Brasileira: Um Ensaio Historiográfico sobre o Papel da Liderança na Articulação de um Paradigma em Ciência da Linguagem**. 1998. 184f. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

DEL VALLE, José. **La lengua, ¿patria común?: ideas e ideologías del español**. Vervuert: Iberoamericana, 2007.

FARACO; Carlos Alberto. VIEIRA, Francisco Eduardo. **Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

FARACO, Carlos Alberto. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

FARACO, Carlos Alberto; ZILLES, Ana Maria. **Para conhecer norma linguística**. São Paulo: Contexto, 2017.

FARACO, Carlos Alberto. **História do português**. São Paulo: Parábola, 2019.

FLECK, L. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

FOUCAULT, Michel. **L'ordre du discours**. Paris: Gallimard, 1971.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Tradução de Antônio Fernandes Caiscais e Eduardo Cordeiro. Rio de Janeiro: Passagens, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. (Org. Roberto Machado). 4. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999[1979].

GALVES, Charlotte. **Concordância e origens do português brasileiro**. In: SEDRINS, Adeilson et al (Orgs.). Por amor à Linguística: miscelânea de estudos linguísticos dedicados a Maria Denilda Moura. Maceió, Edufal, 2012, p. 123-149.

GALVES, Charlotte. **O papel das línguas africanas na formação do português brasileiro: (mais) pistas para uma nova agenda de pesquisa**. Revista Gragoatá, Niterói, n. 24, 2008, p. 145-161.

GALVES, Charlotte; KATO, Mary; ROBERTS, Ian. **Português brasileiro: uma segunda viagem diacrônica**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2019.

GONZÁLEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS, n. 2, 223-244, 1983.

GRAY, John. **Missa negra: religião apocalíptica e o fim das utopias**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.

GUIMARÃES, Eduardo. **Sinopse dos estudos do português no Brasil**. In: Relatos, Unicamp, n. 1, agosto de 1994.

GUIMARÃES, Eduardo, **Política de línguas na linguística brasileira**. In: ORLANDI, Eni. Política linguística no Brasil. Campinas: Pontes Editora, 2007.

HOBBSAWN, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002[1990].

HOUAISS, Antonio. **O português no Brasil**. Rio de Janeiro: UNIBRADE/UNESCO, 1985.

IRVINE, J; GAL, S. Language ideology and linguistic differentiation. In: KROSKRITY, P. V. (Ed.) **Regimes of language: Ideologies, politics and identities**. Santa Fe, New Mexico: School of American Research Press, p.35-83. 2000.

KATO, Mary. **Português brasileiro: “última flor do Lácio, inculta e bela”**. Revista da ABRALIN, v. 17, n. 1, p. 52-80, 2019. Disponível em: <<https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/509>> Acesso em 22 de outubro de 2022.

KOERNER, Konrad. **Questões que persistem em historiografia linguística**. Revista da ANPOLL, n. 2, p. 45, 1996. Disponível em: <<https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/240/253>>

KROCH, Anthony. **If at first you don't succeed: the time course of language acquisition and its implication for language change**. 2005. Ms.

KROCH, Anthony. Syntactic change. In: BALTIN, Mark; COLLINS, Chris. (Ed.). **The handbook of contemporary syntactic theory**. Massachusetts: Blackwell, 2001. p.699-729.

KROSKRITY, P. Language Ideology. In: DURANTI, A. (Org.) **A companion to linguistic anthropology**. Malden, MA, USA: Blackwell Publishing, 2004.

LABOV, William. Building on empirical foundations. In: LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Y. (Ed.). **Perspectives on historical linguistics**. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1982. p.17-92.

LABOV, William. **Language in the inner city**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972b.

LABOV, William. **Sociolinguistics patterns**. Oxford: Basil Blackwell, 1972a.

LAGARES, Xoán. **Minorias linguísticas, políticas normativas e mercados. Uma reflexão a partir do Galego**. In: LAGARES, Xoán; BAGNO, Marcos. Políticas da norma e conflitos linguísticos São Paulo: Parábola Editoria, 2011.

LAGARES, Xoán. **Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos**. São Paulo: Parábola, 2018.

LIGHTFOOT, David. Creoles and cues. In: DEGRAFF, Michel (Ed.). **Language creation and language change: creolization, diachrony, and development**. Cambridge: The MIT Press, 1999a. p.431-452.

LIGHTFOOT, David. **How to set parameters: arguments from language change**. Cambridge: The MIT Press, 1991.

LIGHTFOOT, David. **Principles of diachronic syntax**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

LIGHTFOOT, David. **The development of language. Acquisition, change, and evolution**. Oxford: Blackwell, 1999b.

LOBO; Tânia; SARTORI, Ana; SOUZA, Pedro Daniel. **O sequestro da História? Discurso oficial e práticas de ensino sobre a história linguística do Brasil e a historicidade do português brasileiro**. Revista Labor Histórico, n. 7 (Especial). Rio de Janeiro: 2021, p. 282-310.

LOBO, Tânia. **Rosa Virgínia Mattos e Silva e a história social linguística do Brasil**. Revista estudos de língua galega, n. 7, Santiago de Compostela, 2015, p. 69-82.

LOBO, Tânia. **A Linguística histórico-diacrônica no Brasil pós-1980 e a questão do contato linguístico**. Revista Diadorim, Rio de Janeiro, n. 20, 2018, p. 64-80.

LUCCHESI, Dante. Norma Linguística e Realidade Social. In: BAGNO, Marcos (org.). *Linguística da Norma*. São Paulo: Loyola, 2002, p. 63-92.

LUCCHESI, Dante. **As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil**. DELTA, São Paulo, 2001, v.17, n.1, p.97-130.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.

LUCCHESI, Dante. **Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

LUCCHESI, Dante. **A periodização da história sociolinguística do Brasil**. DELTA, 33.2, 2017, p. 347-382.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Contradições no ensino de português. Uma língua, diversos falares. O papel da escola diante da norma. Norma padrão e normas sociais**. São Paulo: Contexto; Salvador: Editora da UFBA, 1995.

MILROY, James. **Ideologias linguísticas e as consequências da padronização**. In: LAGARES, Xoán Carlos; BAGNO, Marcos (Orgs.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Apresentação. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). **O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

MONTEAGUDO, Henrique. **A invenção do monolinguismo e da língua nacional**. Gragoatá, v. 32, 2012, p. 43-53.

MORAES, Jorge Viana de. **Língua, cultura e civilização: um estudo das ideias linguísticas de Serafim da Silva Neto**. (Dissertação de mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MORAES, Jorge Viana de. **As ideias de Serafim da Silva Neto como subsídio para a constituição de uma teoria da variação linguística**. (Tese de doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MUSSA, Alberto B. N. **O papel das línguas africanas na história do português do Brasil**. 1991. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editoria, 2007.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

NASCIMENTO, Gabriel. **A branquitude não marcada da linguística brasileira**. Site da ABRALIN, 2021. Disponível em: <aovivo.abralin.org> Acesso em: 10 de outubro de 2022.

NETO, José Borges. **Ensaio de Filosofia da Linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MOURA NEVES, Maria Helena; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. **Gramáticas contemporâneas do português: com a palavra, os autores**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014

NUNES, Jairo. **Minimalist Essays on Brazilian Portuguese Syntax**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2009.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. **Um Atlântico ampliado: o português nas políticas linguísticas do século XXI**. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *O português no século XXI*. São Paulo: Parábola, 2013.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. **Políticas Linguísticas: uma entrevista com Gilvan Müller de Oliveira**. *ReVEL*, v. 14, n. 26, 2016. [www.revel.inf.br].

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Teorias da linguagem e discurso do multilinguismo. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Política linguística no Brasil**. Campinas: Pontes Editores, 2007.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Processos de descolonização linguística: as representações da língua nacional. In: GALVES; Charlotte; GARMES, Helder; RIBEIRO, Fernando Rosa. **África-Brasil: caminhos da língua portuguesa**. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Língua e conhecimento linguístico**. São Paulo: Cortez, 2013.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. **Linguística Histórica**. In: Claudia Pfeiffer; José Horta Nunes. (Org.). *Introdução às Ciências da Linguagem: Língua, Sociedade e Conhecimento*. 1 ed. Campinas: Pontes, 2006, v. 3, p. 11-48.

PETTER, Margarida Maria Taddoni. **Variedades linguísticas em contato: português angolano, português brasileiro e português moçambicano**. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

PFEIFFER, Claudia Castellanos. **A Linguística nas associações: um recorte discursivo de sua institucionalização. Uma questão de política linguística**. In: ORLANDI, Eni P. (Org.) *Política linguística no Brasil*. Campinas: Pontes Editores, 2007.

PINTO, Carlos Felipe. **Carta de repúdio ao prof. Marcos Bagno**. Texto do post. Salvador, março de 2022. Facebook: grupo ABRALIN: Linguística em Foco.

PLUCKROSE, Helen; LINDSAY, James. **Teorias cónicas**. São Paulo: Faro Editorial, 2021.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad y modernidad/racionalidad**. *Perú Indígena*, Lima, v.12, n.29, p.11-20, 1992.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad y modernidad-racionalidad**. 2005. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/36091067/Anibal-Quijano-Colonialidade-e-Modernidade-Racionalidade>>. Acessado em 22 de outubro de 2022.

RAUCH, Jonathan. **Kindly inquisitors: the new attacks no free thought**. Chicago: University of Chicago Press, 2014.

RENAULT, Alain. **Un Humanisme de la Diversité. Essai sur la Dècolonisation des Identités**. Paris: Flammarion, 2009.

ROBERTS, Ian; KATO, Mary. **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. São Paulo: Contexto, 2018[1993].

RISÉRIO, Antonio. **Em busca da nação**. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2020.

RISÉRIO, Antonio. **Sobre o relativismo pós-moderno e a fantasia fascista da esquerda identitária**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo. A afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SEVERO, Cristine Gorski. **Língua portuguesa como invenção histórica: brasilidade, africanidade e poder em tela**. *Working Papers em Linguística* (Florianópolis. Online), v. 16, n. 2, 2015. p. 35-61.

SEVERO, Cristine Gorski; ELTERMANN, Ana Cláudia Fabre. **Língua e brasilidade no pensamento linguístico dos anos 1940-1960**. *Revista Investigações*, v. 31, n. 2, 2018, p. 410-428.

Severo, Cristina Gorski; SASSUCO, Daniel; BERNARDO, Ezequiel. **Português e línguas bantu na educação angolana : da diversidade como “problema”**. *Línguas E Instrumentos Linguísticos*, 2019. (43), 290–307. <https://doi.org/10.20396/lil.v0i43.8658374>

SILOM, Alfa dos Santos. **Considerações sobre a percepção da Língua Portuguesa e o preconceito linguístico em Guiné-Bissau**. 2019. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2019.

SILVA, Wellington Santos da. **Serafim da Silva Neto e a problematização do contato entre línguas: algumas observações sobre a relação entre os estudos linguísticos e a história**. *Working Papers em Linguística*. Revista da UFSC, 2017. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/download/1984-8420.2017v18n1p62/34894>> Acesso em 22 de outubro de 2022.

SILVA NETO, Serafim da. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Presença, 1960[1950].

SILVA NETO, Serafim da. **Ensaio de Filologia Portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

SILVA NETO, Serafim da. **Língua, cultura e civilização**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1960.

SILVA NETO, Serafim da. A língua portuguesa no Brasil. Problemas. In: **História da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1970.

SOWELL, Thomas. **Conflitos de visões: origens ideológicas das lutas políticas**. São Paulo: É Realizações, 2012.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

WALSH, Catherine (Ed.). **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013. 553 p.

WEBER, Max. O sentido da “neutralidade axiológica” nas ciências sociais e econômicas – 1917. In: WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

WEINREICH, U., LABOV, W. & HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006[1968]..

WOOLARD, K. **La autoridad lingüística del español y las ideologías de la autenticidad y el anonimato**. In: DEL VALLE, José (Org.). **La lengua, ¿patria común? Ideas e ideologías del español**. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuet, 2007, p. 129-142.